



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Nelton Silva Araújo

"O Traidor Vermelho: *O Jornal* e o discurso anticomunista -  
1935-1937"

Rio de Janeiro  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Nelton Silva Araújo

"O Traidor Vermelho: *O Jornal* e o discurso anticomunista -  
1935-1937



Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho

Rio de Janeiro  
2009

"O Traidor Vermelho: *O Jornal* e o discurso anticomunista -  
1935-1937

Nelton Silva Araújo

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política e Sociedade.

**Aprovado em** \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:** \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr<sup>o</sup>. Silvio de Almeida Carvalho Filho – Orientador  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilene Rosa Nogueira da Silva  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta  
Universidade Federal de Minas Gerais

Rio de Janeiro  
2009

*Ao meu anjinho barroco.*

## AGRADECIMENTOS

“Ninguém é uma ilha”. O velho clichê nos é útil para entender que essa dissertação só foi possível graças a ajuda e o apoio de pessoas aos quais aplaudo, agora, de pé.

Aos meus pais, Nelson e Dulce, pelo o suporte e abrigo.

Ao Rodrigo Farias, amigo, revisor e co-orientador de todas as horas. Sem seus conselhos, essa dissertação seria bem menos do que ela é.

A Cinthia Rocha, amiga que, mesmo distante, emprestou ouvidos e o ombro as lamúrias de um mestrando em crise.

A Prísla, Fábio, Taísa e Mariana, que propiciaram paz e diversão nas horas mais necessárias e me agüentaram valentemente durante meus dois anos de mestrado. Uma proeza.

A Laura, Sergio, Maria Fernanda, Tatiana, Luiza, Daniel, Danielle e Fabiana, que me provaram que ainda existe companheirismo e amizade dentro de uma academia cada vez mais desumanizada. As noites de conversas, regadas a café, paçoca e serenata de amor, jamais serão esquecidas.

A todos os mestrandos do programa de pós-graduação de História Política da UERJ, que, elegendo-me seu representante, me fizeram ter uma experiência rica e surpreendente no campo da política.

A meu orientador, Silvio Carvalho, pelas sugestões pertinentes e a confiança depositada a mim como líder do seu grupo de pesquisa.

Aos professores da pós-graduação da UERJ, Lúcia Guimarães, Lúcia Bastos, Marilene Rosa, Francisco Martinho, Maria Letícia, Maria Emília, que direta ou indiretamente contribuíram no amadurecimento das principais questões desta pesquisa.

A Cristiane e Daniela, secretárias da pós, pela paciência de informar me ajudar nos pormenores burocráticos. E também pelas risadas.

Ao professor Rodrigo Patto Sá Motta. Só a gentileza de responder meus emails e dar sugestões valiosíssimas (como o jornal a ser pesquisado) já bastaria sua menção aqui. Mas, além disto, o professor me honrou de se disponibilizar a estar na minha banca, se deslocando de Minas Gerais ao Rio.

A professora Sônia Wanderley, minha eterna orientadora. Seu carinho e paciência para com seu “pupilo mais estressado” foi substancial para seguir em frente.

A CAPES, que possibilitou os recursos para esta pesquisa.

A minha Aline, que em tão pouco tempo juntos, me mostrou como é importante para mim. Foi, é e (Tomara que Deus queira) será essencial. Nunca me foi tão vital suas palavras,

conselhos, críticas, carinho, e até suas broncas (tá, tá, eu sei que era para meu bem, e que fazia isso porque me ama) mas, sobretudo, seu abraço. Tudo isso me motiva a ser, cada dia mais, um historiador melhor, um namorado melhor, enfim, um homem melhor. Graças a Deus, no momento que mais precisava, descobri que tinha ao meu lado aquilo que tanto busquei: a minha musa inspiradora.

E a Deus. Ele sabe por quê. Ô...

## RESUMO

O objetivo central dessa dissertação é investigar como se configurou o discurso anticomunista nos editoriais e colunas políticas de *O Jornal* entre 1935 a 1937. A quarta década do século XX foi um período marcado pelo crescente aumento do autoritarismo governamental de Getúlio Vargas, culminando na outorgação do Estado Novo, em novembro de 1937. Busca-se, portanto, através da análise das colunas políticas e dos editoriais do matutino, perceber os principais temas utilizados pelos articulistas na criação de uma imagem maligna do comunismo e dos seus adeptos, e como o periódico legitimava as ações repressivas do governo de Getúlio Vargas. Logra-se também apreender a constituição do mito político da conspiração comunista e do herói salvífico, percebido em Getúlio Vargas e da desconstrução do mito do “Cavaleiro da Esperança”, encarnado na figura de Luiz Carlos Prestes, principal líder comunista da época. Também se objetiva compreender o momento histórico da imprensa brasileira entre os anos 1920 e 1930, estudando, especificamente, a trajetória histórica de *O Jornal* e do pensamento do seu proprietário, o Sr. Assis Chateaubriand.

## **ABSTRACT**

The central aim of this essay is to investigate how was set the anti-communist speech of the political editorials and columns of “O Jornal” from 1935 and 1937. The fourth decade of the twentieth century was a period outlined by the increasing growth of the authoritarian government of Getúlio Vargas, culminating with the outset of the “Estado Novo” in November of 1937. It is aimed, throughout the analysis of the political editorials and columns of the paper, to understand the main themes used by the writers in the creation of an evil image of communism and its supporters, and how the paper legitimated the reinforcement actions of Getúlio Vargas. It is also aimed to learn the beginning of the political myth of the communist conspiracy and of the savior seen in Getúlio Vargas and of the deconstruction of the myth of the “Cavalheiro da Esperança” perceived in the person of Luiz Carlos Prestes, the most important communist leader of the time. It is also aimed to understand the historical moment of the Brazilian press in the 20’s and 30’s, studying specifically the historical trajectory of “O Jornal” and the thought of its owner, Mr. Assis Chateaubriand.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 – IMPRENSA E PODER NOS ANOS 1930: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA</b> .....	<b>26</b>
1.1 – A REVOLUÇÃO NA IMPRENSA .....	7
1.2 – O QUE É UM INTELLECTUAL? UMA ABORDAGEM DA <i>INTELLIGENTSIA</i> BRASILEIRA NOS ANOS 30.....	38
1.3 – <i>O JORNAL</i> E ASSIS CHATEAUBRIAND.....	44
<b>2 – 1935: O ANO DO ANTICOMUNISMO</b> .....	<b>59</b>
2.1 – EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO .....	59
2.2 – A SITUAÇÃO NA EUROPA NOS ANOS 30.....	63
2.3 – O FENÔMENO ANTICOMUNISTA BRASILEIRO .....	66
2.3.1 – A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA.....	71
2.3.2 – AS INSURREIÇÕES DE NOVEMBRO DE 1935.....	85
<b>3 – <i>O JORNAL</i> CONTRA O <i>VÍRUS COMUNISTA</i></b> .....	<b>96</b>
3.1 – OS LEVANTES DE 1935 E CRIAÇÃO DE UMA “LEGENDA NEGRA”.....	96
3.2 – 1936 E A ESCALADA REPRESSIVA .....	112
3.3 – 1937: A CILADA.....	121
<b>4 – FABRICANDO O <i>PERIGO VERMELHO</i></b> .....	<b>132</b>
4.1 – <i>O JORNAL</i> E AS MATRIZES DO ANTICOMUNISMO.....	133
4.2 – “MITOS POLÍTICOS” NA CRISTALIZAÇÃO DA IDEOLOGIA ANTICOMUNISTA .....	145
4.2.1 – <i>O “perigo vermelho: o mito da Conspiração Comunista</i> .....	149
4.2.2 – <i>O “Cavaleiro da Lua” – Desconstruindo Luiz Carlos Prestes</i> .....	166
4.2.3 – <i>Getúlio Vargas: O Pai da Nação</i> .....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>181</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>187</b>

## INTRODUÇÃO

“Digamos não ao comunismo russo que ameaça subvertentemente a liberdade e a civilização do Brasil. Estamos diante de um crime contra a ordem. A internacional russa está impondo aos marxistas indígenas o seu espírito das trevas, as lavras negras da sua índole negativista, os seus métodos selvagens, as suas fórmulas assassinas”

(O Jornal, 29/11/1935)

A história de uma militante comunista que, ao ser enviada para acompanhar Luis Carlos Prestes em uma revolução aqui no Brasil - a chamada Intentona Comunista de 1935 - se apaixonara pelo “Cavaleiro da Esperança”, e era remetida para a polícia da Alemanha nazista, a Gestapo, por Getúlio Vargas depois de sua prisão. Esta é a trama central do filme brasileiro “Olga”, de 2004. A película de grande sucesso trouxe de volta a tona o assunto que no ano de 2009 completará 74 anos: a Intentona Comunista, ou melhor, os levantes sediciosos que ocorreram em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, em novembro de 1935.

Foi numa sala de projeção que começava essa pesquisa.

Sabendo que o governo Vargas se utilizou de um panfletarismo anticomunista, que pregava que uma ameaça bolchevique poderia aparecer a qualquer momento, a pergunta que me veio ao ver o filme foi: como o governo se utilizou das insurreições de 1935 para a criação dessa ameaça comunista no país? A divulgação desse medo na sociedade seria mais bem feita se os meios de comunicação fossem utilizados. Logo, para saber qual foi a participação da imprensa na criação de um mito político do *perigo vermelho*, a pergunta que me veio naquele cinema foi: como a imprensa fez a cobertura desses levantes de novembro? Essa pergunta norteou minha pesquisa de monografia, que, ao seu final, me fizera perceber que um trabalho sobre a repercussão imediata dos levantes era apenas a ponta do iceberg sobre esse período de repressão do comunismo no Brasil. Entre 1935 a 1937, o país passara por um surto antibolchevique, o primeiro momento onde o uma paranóia comunista apareceu de forma mais intensa, o que Rodrigo Motta definiu como “primeira grande onda anticomunista”.<sup>1</sup> Teriam os discursos da imprensa se alterado no decorrer desses dois anos entre a Intentona Comunista e o golpe do Estado Novo? Qual foi o grau de repressão na

---

<sup>1</sup> Cf. Motta, 2002. (b) Para o autor, o anticomunismo brasileiro passou por duas grandes ondas ao longo do século XX: além do já citado primeiro momento entre 1935 e 1937, que culminou na declaração do Estado Novo, houve uma “segunda onda anticomunista”, entre 1961 e 1964, e que deu base para o golpe militar de 1964.

imprensa desse período? Ou mesmo qual foram os recursos empregados nesse discurso anticomunista na imprensa? Essas foram algumas das várias perguntas que se levantaram durante aquela pesquisa, que surgiu justamente pela escassez de estudos sobre a relação entre a imprensa e o Estado, ou mesmo entre as relações de poder da imprensa com outros setores da sociedade no primeiro governo Vargas.

A presente pesquisa, sendo norteadas por tais indagações, tem por objetivo analisar o discurso anticomunista na imprensa carioca, a partir de um estudo do periódico O Jornal no período entre novembro de 1935 a novembro de 1937. Este período se caracterizou pelo enrijecimento do aparelho repressor do estado brasileiro, que, se utilizando do medo de uma invasão comunista, em terras brasileiras — sobretudo após os levantes sediciosos de novembro de 1935 — legitimou o aumento do poder do Executivo, culminando na ditadura do Estado Novo, comandada por Getúlio Vargas. Verificaremos desta maneira, as contribuições da imprensa na fabricação de um momento de um factível *perigo vermelho* na sociedade brasileira dos anos trinta, a partir do desenvolvimento do panfletarismo antibolchevique nas páginas de um dos principais periódicos do jornalismo carioca: O Jornal, comandado por Assis Chateaubriand.

O Brasil nos anos 1930 passava por uma gradativa recuperação econômica, mormente o recrudescimento da indústria, ao passo que houve uma retração na economia agroexportadora do café, em colapso desde a crise do capitalismo liberal, com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Abriu-se, portanto, um espaço para investimentos no desenvolvimento do parque industrial, com o fortalecimento da burguesia, porém agravando a dívida externa e aumentando os preços do mercado interno, o que limitou a recuperação dessa economia. Contudo, no âmbito político, assistiu-se ao desencadeamento de uma insatisfação de alguns setores da sociedade brasileira com o então governo constituído, mesmo depois da promulgação da Constituinte em 1934, que elegeu indiretamente Vargas como presidente. Para eles, os quatro anos do novo governo em nada modificaram ou aperfeiçoaram os rumos da nação. Para alguns mais exaltados o país estava entregue às vontades do imperialismo, e só pela via revolucionária este entreguismo poderia ser impedido. Fazia-se necessária uma mudança, um novo viés político. Daí a repercussão da Ação Integralista Brasileira, criada em 1932 por Plínio Salgado, e, sobretudo, da Aliança Nacional Libertadora, criada em março de 1935 e que abarcou milhares de membros, de todas as tendências políticas em seus quatro meses de funcionamento legal, e que foi posta na ilegalidade depois de sua radicalização, promovida por Luis Carlos Prestes e pelo PCB. Assim a radicalização levou aos levantes de

novembro de 1935 e ao recrudescimento da panfletarismo do Governo sobre um perigo comunista. A imprensa teve grande importância na divulgação e difusão de tais idéias.

Não obstante os levantes armados de 1935, chamado pela historiografia oficial de “Intentona Comunista” seja considerada um marco no anticomunismo, ela não foi a primeira tentativa de se lançar o medo de um ataque soviético no Brasil. Entendido como “a recusa militante de indivíduos ou grupos ao comunismo, seja pela palavra, seja pela ação”,<sup>2</sup> vemos que o anticomunismo iniciou-se no Brasil a partir de 1917. É claro, em tons mais brandos. Basicamente, até 1930 tal discurso se propunha apenas a pintar com tintas fortes um quadro de miséria e desespero da Moscou comunista, criando alguns estereótipos que no pós-1935 serão revisitados de forma mais sistemática. A partir de 1930, com a vaga revolucionária varguista e a adesão do famoso capitão Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, ao marxismo e seu exílio na Argentina – e posteriormente sua partida para a União Soviética –, criou-se o temor de que as forças bolcheviques se aproveitassem de tal conjuntura e invadissem o Brasil, aumentando razoavelmente o tom do discurso anticomunista. Assim, embora ainda em tons pastéis, entre 1930 e 1935, intensificou-se no interior de alguns grupos sociais a percepção de que era necessária uma ofensiva anticomunista em defesa da ordem. Todavia, o Estado pouco se posicionava a respeito, e a imprensa apenas continuava a denunciar, de forma irregular, o “quadro perverso” que os países comunistas apresentavam. A fragilidade do Partido Comunista Brasileiro nessa época se refletia na fraca atuação dos comunistas nacionais, o que impossibilitava qualquer denúncia mais séria da imprensa contra eles.

Nossa posição aqui é de não considerar inapropriado denominar os levantes de novembro de 1935 enquanto uma tentativa de “Revolução Comunista”. Haja visto que para parte da historiografia, embora o programa fosse, na realidade, ligado à Aliança Nacional Libertadora, que nem todos os participantes fossem comunistas e que os levantes não tiveram articulação entre si, nos parece indubitável que a direção nos três episódios estivesse nas mãos, de forma direta ou indireta, do PCB. Primeiro que, com base em Anita Prestes<sup>3</sup>, o programa da ANL, de antiimperialismo, antilatifundiarismo e democracia era largamente influenciada pelas propostas do PCB. E Mais. Uma possível vitória das forças comunistas, segundo historiadores como Rodrigo Motta, que analisaram relatórios e atas de convenções do PCB, fica claro que Luís Carlos Prestes, membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista, tomaria o poder e seu “objetivo final seria implantar o socialismo no país, ainda

---

<sup>2</sup> Motta, 2002. (b) p. I

<sup>3</sup> CF. Prestes, 1997. p. 138

que se tornasse necessário estabelecer políticas transitórias e concessões a eventuais aliados moderados.”<sup>4</sup>

Se não é inapropriado considerar os levantes como comunistas, podemos nos indagar a respeito das representações arquitetadas relativas ao acontecimento. E nesse primeiro momento da campanha anticomunista, um dos principais objetivos era transformar tal evento em uma “mácula sangrenta”, na concepção de Rodrigo Motta, ligando, indelevelmente, a violência à doutrina comunista. Obviamente, a onipresença das notícias sobre os levantes na imprensa, e as respectivas ameaças de que a ordem social poderia sofrer um colapso caso o governo não agisse energicamente, influíram consideravelmente na opinião pública. Seu medo maior era menos da possibilidade de sucesso ou não da insurreição, mas do que poderia vir, ou seja, o seu potencial de causar um estrago maior.

Assim, no restante do ano de 1936, com a campanha anticomunista do governo e da grande imprensa, o Congresso Nacional aprovou todas as medidas excepcionais pedidas pelo Executivo. Um Tribunal de Segurança Nacional, que julgaria todos os acusados na Revolta de 1935, foi criado. Além disso, o estado de sítio foi sendo prorrogado até junho de 1937. Depois disso, Vargas se utilizou da mesma receita para arrochar o governo e permanecer no poder, com a ditadura do Estado Novo: o *perigo vermelho*, ou seja, a ameaça comunista estava novamente rondando a sociedade, e o plano Cohen<sup>5</sup> era a prova de que o país precisava naquele momento de um governo forte que promovesse a segurança e a paz social. E o recém-nascido Estado Novo foi amplamente aprovado por uma razoável parcela da opinião pública e por setores sociais que, não muito antes, se punham ao lado de ideais liberais. Era o interesse ou um medo real desse *perigo vermelho* o que influía no local de produção desse discurso anticomunista? Esta é a questão nodal que pretendemos refletir ao longo de nossa pesquisa.

Nossa dissertação também pretende refletir, através da análise de um dos mais influentes jornais da época, O Jornal, líder do conglomerado de imprensa Diários Associados, nos elementos basilares do jornalismo carioca no período entre 1930 até 1937. Ao fazer um

---

<sup>4</sup> Motta, 2002. (b), p.188.

<sup>5</sup> O “Plano Cohen” foi um documento amplamente divulgado na imprensa como um suposto plano extremamente violento dos comunistas para a tomada do poder, sendo assim o pretexto para a instauração da ditadura estadonovista. Os historiadores se dividem quanto à criação deste factóide: ou ao General Góis Monteiro ou ao Capitão Olímpio Mourão Filho. Mas o fato é que, anos mais tarde, foi comprovado que fora forjado para justificar o fortalecimento do Estado Varguista em finais de Outubro de 1937. É interessante notar que o lançamento deste factóide não foi um ato isolado, podendo ser inserido em uma onda de notícias de possíveis ataques dos comunistas publicadas na imprensa em finais de Setembro e Outubro deste mesmo ano. Aos poucos, as manchetes como “plano terrorista do comunismo internacional para ser posto em execução no Brasil”, passaram a dar lugar para elucubrações mais complexas, apresentando evidências, mesmo que forjadas. Foi nesse contexto que se inseriu o “Plano Cohen”.

panorama crítico dos periódicos nesse momento, observamos o seu ingresso em uma fase moderna: um momento onde uma visão mais empresarial começou a se firmar entre seus dirigentes – no nosso caso, Assis Chateaubriand - embora grande parte destes fossem pessoas ou grupos ligados a partidos políticos, e desta maneira mascarando, muitas vezes, uma opinião ou uma posição política por trás da notícia. Assim, a década de 1930 é o momento histórico de consolidação do “jornalismo industrial”, na acepção de Nelson Werneck Sodré<sup>6</sup>, uma conjuntura que se iniciou os anos 1920 e foi até a grande modernização da imprensa, em finais dos anos 1950.

Desta forma, o nosso objetivo geral é caracterizar participação de O Jornal na propagação do anticomunismo no período entre 1935 a 1937, visando analisar as relações entre Estado e sociedade no momento de fortalecimento da ideologia autoritária no governo Vargas. O período demarcado justifica-se pelas insurreições de novembro de 1935 e vai até a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, período este considerado pela historiografia como “primeira grande onda anticomunista”. Também pretendemos investigar os elementos fundamentais do jornalismo carioca na década de 1930, analisando suas transformações técnicas e ideológicas, e como os jornalistas se percebia como intelectuais perante a sociedade.

Com relações as fontes, as nossas são os exemplares de O Jornal entre 26 de novembro de 1935, quando foram noticiados pela primeira vez os levantes armados em Natal e Recife, que ocorreram nos dias 23 e 24 do mesmo mês, até o emblemático 10 de novembro de 1937, quando foi promulgada o Estado Novo. A escolha do matutino O Jornal seguiu alguns critérios, tais como o fato de ser, a partir da própria estatística da época, um dos jornais com maior tiragem e influência no país. Pesa também o fato de pertencer ao “Barão da Imprensa”, Assis Chateaubriand, e ser o líder da cadeia dos Diários Associados, bem como ter seu principal público alvo no Rio de Janeiro, a capital federal naquele momento, que contava com uma óbvia importância política. Ao ver que a literatura sobre esse período enfoca principalmente a imprensa paulista, tratar de um jornal carioca permite explorar um campo pouco estudado, evitando, assim, repetir conclusões já obtidas em outros estudos. Esperamos desta forma, que o trabalho proposto traga uma contribuição importante para os prévios conhecimentos da área de história da imprensa e da própria história política da Era Vargas, ainda que de maneira limitada, dado, obviamente, pelos limites próprios de uma dissertação de mestrado.

---

<sup>6</sup> Cf. Sodré, 1999.

Também pretendemos relacionar o anticomunismo com a conjuntura histórica do Brasil em 1935-1937 e ao contexto internacional, destacando os conflitos entre fascistas e comunistas na Europa, e busca trazer a compreensão da consolidação de uma ideologia anticomunista no Brasil, relacionando-a com a construção de uma patologização das idéias bolcheviques, a partir do exame da divulgação da campanha anticomunista e do apoio as medidas repressivas do governo getulista.

As seguintes hipóteses foram trabalhadas ao longo da pesquisa: primeiramente, ao refletir sobre as insurreições de novembro de 1935 e seus desdobramentos na sociedade civil, consideramos válida a possibilidade de pensar se os levantes não foram, a priori, uma idéia manipulatória do governo Vargas, mas que, no entanto, se aproveitou da criação de um *perigo vermelho*, ajudado, sobretudo, pela repercussão jornalística, para enrijecer o poder do Executivo; Ao analisáramos o papel da imprensa, pretendemos colocar a prova a idéia de pensá-la como o principal canal utilizado para a propagação da patologização das idéias comunistas, sendo assim essencial na criação de uma ideologia político anticomunista entre 1935 e 1937. Pretendemos ver, a partir daí, se a ditadura estadonovista e a ideologia antibolchevique não são fruto apenas de um Vargas maquiavélico e manipulador: esse autoritarismo também fora fruto da própria sociedade, e, no caso específico dessa dissertação, dos empresários de comunicação; E por fim, vemos como era o discurso de O Jornal, se havia dentro dele um caráter maniqueísta, opondo, de um lado, o comunismo como desagregador da sociedade, e de outro, o Estado brasileiro como protetor da ordem, e da democracia.

Estabelecido o problema principal, há que se definir alguns parâmetros conceituais e metodológicos. Nosso trabalho insere-se no campo de estudo da história política, uma vez que o objeto central de análise desse trabalho é a relação entre Estado e imprensa, e desta com setores da sociedade civil na década de 1930, sobretudo na “grande onda” de 1935 a 1937. Logo, entendemos ser necessário tecermos alguns comentários, ainda que breves, sobre o que se convencionou chamar a nova história política.

Longe de se parecer com a velha história tradicional historicizante, essa História Política, depois de um período de ostracismo, foi fruto de uma renovação ocorrida nos anos 70 e 80, fruto da crise da terceira geração dos Annales, o que Jacques Le Goff chama de crise da Nova História. Esta crise trouxe a tona não apenas a admissão de que o político também pode ser um objeto de conhecimento científico assim como um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo, mas também “expressou-se também por um certo número de retornos, retornos da história-relato, da biografia, do acontecimento, mas sobretudo da história

– que tinha sido mantida sob controle pelos Annales em proveito da história econômica e social”<sup>7</sup>. Ao contrário de sua antecessora, a história política renovada não considera ser o Estado à fonte central irradiadora do poder numa sociedade, e sim apenas uma das várias instâncias onde esse poder se manifesta, uma vez que seu interesse é o poder e a sua distribuição.

Preocupando-se com tudo que se refere à “conquista, o exercício, a prática do poder, assim como a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas”<sup>8</sup>, a nova história política possui hoje uma abertura conceitual e uma renovação metodológica. Tal transformação só foi possível através do recrudescimento no contato interdisciplinar, como na interação da história com a ciência política, a sociologia, a antropologia, a lingüística, ou a psicanálise. Isso possibilitou a redefinição de antigos objetos de análise da história política, bem como o surgimento de novas propostas temáticas<sup>9</sup>

Esse diálogo entre a chamada Nova História Política e a História social resulta em um novo enfoque do poder partindo de uma análise das redes sociais, alargando, então, o conceito de poder<sup>10</sup>, que antes era dado, em geral, às instituições, e agora abre espaço para a inter-relação entre o macro e micropoder, abrangendo, por exemplo, as relações de poder dentro das famílias, representações políticas e dos meios de comunicação, verificando, como Jean-Noël Jeanneney<sup>11</sup> diz em seu artigo sobre a mídia na conceituada obra “Por uma História Política”, “a importância (...) da representação que uma sociedade política faz de si mesma”<sup>12</sup>.

Uma vez definido o campo teórico, o próximo passo é definir as principais ferramentas teóricas que vão orientar nosso estudo. E na nossa pesquisa, alguns conceitos aparecem como essenciais para o melhor entendimento de nosso objeto. Primeiramente, para esta pesquisa, ao falarmos tanto em “Estado” como em “Hegemonia”, estaremos nos baseando nas definições propostas por Antônio Gramsci. Ao conceituar “Estado”, o filósofo italiano pensava no nexo dialético entre os aparelhos coercitivos, percebidos no Estado tradicional stricto sensu, e os “aparelhos de hegemonia”, estes observados na sociedade civil. Assim, para Guido Liguori, Gramsci chegou a um novo conceito de Estado, que ele chamava de “Estado Integral”, mas que desde os anos 1970, é entendido como “Estado Ampliado”. Christine Buci- Glucksmann,

---

<sup>7</sup> Chauveau, 1999. p.51.

<sup>8</sup> Remond, 2001. p.444

<sup>9</sup> Ferreira, 1992.

<sup>10</sup> Poder é aqui conceituado como “a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências” In: Thompson, 1998. p.20

<sup>11</sup> Jean-Noël Jeanneney é diretor do grupo “História e mídias”, do Institut National de Audiovisuel, em Paris.

<sup>12</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. *A Mídia*. In: Remond, 2001. p. 213

que introduziu esta nova terminologia, apontava que a “ampliação do conceito de Estado” como a maior contribuição teórico-política de Gramsci, transcendendo uma visão aparentemente simplista e mecanicista do termo<sup>13</sup>

O Estado seria, assim, para o filósofo italiano, “além do aparelho do governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”<sup>14</sup>. Logo, o aparelho de governo compõe o Estado stricto sensu, a “coerção”, também compreendido como “sociedade política”, e é formada pelos mecanismos burocráticos e policial-militares que possam garantir o domínio coercitivo pela classe dominante. Já a sociedade civil, ou consenso é composto pelo conjunto através de entidades que aparentemente estão fora da estrutura estatal coercitiva, os aparelhos privados hegemônicos. Seriam formados, basicamente, por grupos como a Igreja, partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação e organizações profissionais. Teriam como responsabilidade a criação e/ou consolidação de uma complexa rede ideológica, servindo como instrumentos de consenso para a reprodução da ideologia e da hegemonia da classe dirigente.

Desta forma, os tais aparelhos de hegemonia que compõe a sociedade civil, embora “privados”, realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, legitimam a perspectiva do “Estado Ampliado”,. Isto, pois uma vez que Consenso e Coerção não podem ser refletidos separadamente na teoria gramsciana, posto que para esta, o Estado é a soma das duas, ou seja, uma hegemonia salvaguardada pela coerção<sup>15</sup>.

Em nossa pesquisa, percebemos claramente a aplicação de ambos os conceitos no Estado getulista. Isso, pois, de um lado, os aparelhos coercitivos se especializaram nas sanções legais de enrijecimento do Estado e nos atos punitivos aos que não as observavam. De outro lado, era necessário que se criasse meios que legitimassem tais atitudes, e o medo do comunismo, sob a forma da ANL e as insurreições, foram o pretexto preciso para a criação deste consenso ativo, tarefa, no caso, dos aparelhos de hegemonia. Obviamente não podemos numa total invenção desse temor ao *perigo vermelho*, contudo, as análises da bibliografia e das nossas fontes não deixam dúvida que tal medo foi exagerado e serviu para a fundamentação da ideologia autoritária que culminaria no Estado Novo.

Apreende-se, então, que Gramsci desenvolveu uma perspectiva mais elaborada e complexa para a relação entre o Estado e a sociedade, agregando-a ao primeiro. Desta forma,

---

<sup>13</sup> Cf. Liguori, 2007. P. 13

<sup>14</sup> Gramsci, 1976, p. 147

<sup>15</sup> Cf. Gramsci, 1976.

é evidente que só a coerção, através da força, não é o bastante para o exercício do poder da classe dominante. O consenso dos diversos grupos que engendram a população passa a ser condição fundamental para a hegemonia do grupo dirigente, já que sua dominação se dá por um viés bem mais sutil e, diga-se de passagem, eficaz. A teoria gramsciana amplia a visão marxista de concepção de Estado, já que passa a vê-lo como um ser que a tudo envolve. Todavia, este “todo” de forma alguma é homogêneo, posto que as contradições entre a sociedade política e a sociedade civil são diversas e só se mantém graças a um certo “tecido hegemônico” que os encobre.

A partir dessa relação dialética entre Coerção e Consenso, o que Gramsci propõe, segundo Liguori, é uma reflexão sobre como o poder se engendra na sociedade, isto é, uma análise sobre o conceito de hegemonia<sup>16</sup>. Tal termo carrega consigo duas modalidades de interpretativa, em que a primeira é percebê-la enquanto dominação de uma classe sobre outra (s). Uma segunda modalidade é interpretá-lo como liderança de uma classe, mas nesse protagonismo de ações reside certo consentimento dos outros grupos sociais. A teoria gramsciana baseia-se, deste modo, de acordo com esta segunda interpretação, em que o conceito de hegemonia passa a ser papel legitimador da sua concepção de Estado.

Para o filósofo italiano, a unificação entre hegemonia, dominação, consenso e coerção pode ser sintetizado no termo “supremacia”. Nas palavras do próprio:

“A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou submeter também a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados”<sup>17</sup>

Logo, se faz indispensável à construção da hegemonia a formação do consenso ativo das classes, para que o Estado possa atuar livremente. E isso se dá através da participação de diversos meios da sociedade civil. Em nossa pesquisa, destacamos a imprensa, que foi fundamental para a legitimação das ações coercitivas do governo, justificando o combate ao “*perigo vermelho*”. Criou, assim o consenso ativo que possibilitou o estabelecimento da hegemonia getulista, que se consolidou de forma cabal - embora seja este um processo que date do início dos anos 30 - entre 1935 a 1937, com a grande onda anticomunista.

Assim, no estudo da participação da imprensa no período mais violento do anticomunismo na Era Vargas, outro importante conceito que surge é de opinião pública. O

---

<sup>16</sup> Cf. Liguori, 2007, p. 22

<sup>17</sup> Gramsci, 2001, p. 62. Vol.5

jornalismo nutre um interesse tão maior quanto informar as notícias mais importantes do dia ao público leitor: influenciá-los. Não obstante não se pode dizer que exista uma opinião pública, sobretudo numa sociedade tão heterogênea como no Brasil, é possível considerar que existia uma posição predominante para certas demandas. Ao falar de parcelas sociais que formavam a opinião pública, nosso estudo reporta-se principalmente aos leitores dos grandes periódicos da época, mormente o público de O Jornal. Dois autores nos ajudam a formar nossa compreensão de opinião pública.

O primeiro é Jürgen Habermas<sup>18</sup> que vê a opinião pública como principal canal de expressão da esfera pública. Entendendo a esfera pública, de acordo com Habermas, como o local onde a esfera da opinião pública se contrapõe ao poder público. Para Habermas, essa esfera pública está diretamente vinculada à burguesia, uma vez que o fenômeno da separação de um lado a sociedade e de outro o Estado é uma inovação que surgiu a partir do advento da burguesia, e que somente após esse processo é que teria se constituído mais claramente uma esfera pública distinta de uma privada. A esfera pública burguesa é, antes de tudo, um espaço onde a sociedade civil, separada do poder público, garante o atendimento e a reivindicação dos seus interesses nas esferas de atuação do Estado. E a imprensa é assim, para Habermas, o símbolo máximo da esfera pública, uma vez que é o meio por excelência da sociedade burguesa. Em última análise, a imprensa, bem como qualquer tipo de publicação impressa, são os meios principais que permitiram e permitem a participação da sociedade nessa esfera pública.

Os cidadãos, no mundo burguês, têm na esfera pública o seu princípio organizacional, pois é ela quem garante o diálogo com o poder público visando assegurar que os direitos fundamentais não sejam nem violados e nem desrespeitados. Essa esfera detém, portanto, o poder de ser o espaço de atuação por excelência da sociedade civil (onde esta é atuante). Desta forma, há a necessidade de os intelectuais voltarem-se para o interior desta esfera, se quiserem possuir algum tipo de papel público. Habermas comenta que foi com a perda de contato com a esfera pública que reduziu o papel público desses atores, e a indiferença destes para com ela podem comprovar a diminuição desse compromisso com a sociedade, deixando de lado a possibilidade de participar da formação crítica da opinião pública.

A breve apresentação do conceito de esfera pública para Habermas nos é útil para entender que o conceito de opinião pública está ligado ao desenvolvimento histórico de uma esfera pública burguesa, o que constituiu uma sociedade civil interessada em debater

---

<sup>18</sup> Cf. Habermas, 1984.

publicamente determinados assuntos. Posto desta forma, a opinião pública é a opinião que utiliza os órgãos da esfera pública para se expressar, i.e., é o público que expressa sua opinião crítica através da esfera pública. Os principais órgãos utilizados para essa tarefa são os meios de comunicação, onde se sobressai a imprensa.

Outro autor que nos ajuda a compreender a opinião pública em nosso trabalho é Jean Jacques Becker<sup>19</sup>, que nos apresenta dois tipos de opinião pública, na qual a primeira, e mais conhecida, é do tipo estático, pautada na tradição, no hábito, inscrita no tempo longo. Já a segunda concepção, na qual privilegiaremos e tentaremos apreender, busca-se numa opinião pública dinâmica, que se inscreve no tempo curto, como a reação da opinião diante a uma acontecimento.<sup>20</sup> Cabe ainda dizer que nosso trabalho procura seguir um terceiro viés nas relações entre opinião pública e imprensa, apresentada por Becker: uma alternativa ponderada, que nem cai no extremismo de considerar que “estudar a opinião pública consistia em ler jornais”<sup>21</sup>, nem no seu oposto de colocar a imprensa num grande descrédito, desconsiderando sua influência na construção de uma opinião pública. A imprensa entre novembro de 1935 a novembro de 1937 foi absolutamente necessária para a disseminação do pânico comunista, porém, tinha limitações na amplitude do público leitor, já que nos anos 1930, o índice de analfabetismo ainda era de 58% da população, e, assim, não fora o único instrumento usado pelo governo de Getúlio Vargas. Embora essa estatística circunscreva o público leitor, o estudo da imprensa é fundamental para esse momento, uma vez que ela, sendo o principal veículo de comunicação nessa época, ele forma os formadores de opinião.

Um segundo conceito vem na compreensão de com a publicação diária do discurso anticomunista, com os planos dos “fanáticos do credo vermelho” para o Brasil, os pormenores e a rememoração dos movimentos subversivos de novembro de 1935, a possibilidade da implantação de um império soviético, comandado pela III internacional, entre outros temas, foram cruciais para o estabelecimento de uma ideologia política anticomunista. Entende-se a ideologia por um viés que a vê como forma de legitimar as relações de domínio, criando-as, mantendo-as ou mesmo contestando-as. Martin Selinger, filósofo político, a compreende como “conjuntos de idéias pelas quais os homens [sic] postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação política, qualquer que seja o objetivo dessa ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social”<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> Becker, 2001.

<sup>20</sup> Cf. Becker, 2001. p.190

<sup>21</sup> Becker, 2001. p. 197.

<sup>22</sup> Selinger, Martin. *Ideology and Politics*, London, 1976, p. 11 apud: Eagleton, 1991 p. 20

Importante para nossa análise é que um dos desmembramentos mais importantes na criação de representações sobre o comunismo e seus seguidores foi o estabelecimento de elementos constitutivos, “constelações” mitológicas para a explicação daquele “acontecimento monstruoso”<sup>23</sup>. Nossa principal referência aqui é Raoul Girardet, que entende que o mito político, não obstante seja uma fabulação e uma deformação do real, ela, como narrativa, ela possui uma dimensão explicativa, onde fornece “certos números de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos.”<sup>24</sup> Tendo em sua constituição todo um sistema próprio de crenças coerente e completo, o mito político, assim como no imaginário, possui também um papel mobilizador: apontando para seu dinamismo profético, nosso autor afirma que “o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções.”<sup>25</sup>

A sociedade brasileira, sobretudo no século XX, se vê rodeada de “constelações” mitológicas, e a década de 1930 foi um período rico nesta produção, onde a desilusão com o modelo liberal, levou ao apelo a outros modelos explicativos, como as representações mitológicas, que, em oposição ao saber científico tomado como verdade, encontrava terreno fértil para sua propagação.<sup>26</sup> Na visão dos grupos anticomunistas, podemos recuperar a cristalização de dois mitos políticos, seguindo a classificação de Raoul Girardet: a do “complô demoníaco” e do “Salvador”. Tema presente em qualquer enumeração de mitos políticos “clássicos”, a idéia da conspiração já denunciada a diversos grupos, de maçons, judeus, jesuítas e, obviamente, os comunistas. Entende-se que, uma vez que não se identificam ao todo social, elementos considerados “estranhos” tentam subverte-lo, infiltrando-se, advogando interesses alheios ao bem comum, e em suma, objetivam desintegrá-las. Isso vai ao encontro com o discurso feito pela imprensa acerca dos comunistas no período estudado. Como já dissemos anteriormente, os “fanáticos do credo vermelho”, como eram retratados costumeiramente pelos jornalistas, estavam no Brasil com o desejo de corromper a boa ordem

---

<sup>23</sup> Pierre Nora comenta em “*o retorno do fato*”, que nas sociedades midiaticizadas, os meios de comunicação continuamente escolhem acontecimentos que ditam os ritmos da narrativa da história contemporânea. O fundamento deste comportamento refere-se ao que Nora chama de “*acontecimento monstruoso*”, no nosso caso, a Intentona Comunista. São os momentos eleitos por essa mídia como formadores, desde já, da história. Eles definem o curso da história no imaginário popular e, numa lógica que brota da necessidade da venda, sua tendência é produzir continuamente o novo e destacar o que é excepcional. Eis um ponto muito interessante, pois abre possibilidades para se explorar o sensacionalismo e a relação entre notícia e verdade. Cf. NORA, Pierre. “*O retorno do fato*”. In: LE GOFF, 1978. pp.179-193

<sup>24</sup> Girardet, 1987. p.13

<sup>25</sup> Girardet, 1987, p.16.

<sup>26</sup> Cf. Oliveira, 1982. p. 14-30

social tupiniquim, exterminar o sentimento cristão dos cidadãos bem como levar a total miséria material e moral, para assim implantar o comando moscovita no Brasil. A adoção deste conceito nos leva a melhor compreensão das táticas de satanizar o grupo bolchevique. Segundo Girardet, o mito do complô político leva a manifestação de uma nostalgia de uma unidade perdida, e assim, se entrelaça com o mito da Idade de Ouro.

Mas ele tem suas conexões ainda mais estreitas com o mito do Salvador, uma vez que, para salvar a comunidade posta em perigo pelos conspiradores, faz-se necessário a presença de um chefe, o líder que extirpa todo mal e conduz a sociedade ao período dourado. Dentro da ideologia autoritária, a necessidade do chefe de estado é crucial, uma vez que ele é entendido como o “tutor” dos grupos sociais. Logo, o discurso jornalístico ajuda também a criar uma imagem lendária de Getúlio Vargas, retratado como o “pai da nação”. O Salvador também é aquele capaz de encarnar a vontade do todo social contra os interesses egoístas e mesquinhos dos opositores, como pode se observar na repercussão das ações repressivas de Getúlio Vargas na luta contra o *perigo vermelho*, buscando sempre o melhor e o justo para a boa ordem da sociedade brasileira.

Quanto as nossas fontes, todos os exemplares de O Jornal deste período encontram-se microfilmados, e em bom estado, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A leitura de um matutino como O Jornal, que possuía uma média de 25 a 30 páginas por exemplar, durante o nosso recorte temporal de dois anos, torna-se uma tarefa hercúlea de acordo com os limites de um trabalho em nível de mestrado. Por isso, se fez necessário selecionar certos setores de um jornal em detrimento de outros para uma análise mais profunda do nosso tema. Assim, para analisar o discurso anticomunista no líder dos Diários Associados, privilegamos basicamente os artigos e as colunas políticas que encontramos, sobretudo, na página 4 do jornal. Uma vez que não havia nenhuma coluna intitulada “Editorial”, como conhecemos hoje, entendemos que estas colunas políticas e os artigos cumpriam esta função de expressar o pensamento e a posição político-ideológica do periódico em si, e, em última análise, do seu principal produtor, Assis Chateaubriand. Contudo, daremos atenção, embora de forma secundária, as capas dos jornais e outras reportagens relevantes ao propósito de ilustrar e apreender o discurso antibolchevique de nosso matutino. Ao analisar os textos, buscaremos encontrar os principais temas, ou seja, as principais unidades de significação acerca do anticomunismo dentro de *O Jornal*. Nessa análise temática procuraremos os principais núcleos de sentido que “compõe uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o

objetivo analítico visado”<sup>27</sup> Encontrando os principais temas, delimitando os principais artigos que tratam de tais temas e o explorando, iremos propor inferências e interpretações de acordo com os conceitos que acima exploramos, objetivando encontrar uma certa regularidade no discurso anticomunista entre 1935 a 1937.

Feitos esses esclarecimentos, restam as apresentações. Este trabalho se estrutura em quatro capítulos:

O primeiro discute as transformações na imprensa carioca dos anos 1930. Observando não somente suas transformações técnicas, mas o seu papel enquanto arena da luta política e de formadora de opinião pública na sociedade. Pretendemos também discutir a intelectualidade nesse período, uma vez que entendemos os jornalistas como parte integrante desta *intelligentsia* brasileira. Por fim, iremos fazer um estudo de caso do periódico utilizado como fonte central de nossa dissertação, “*O Jornal*”, traçando sua trajetória histórica, sublinhando as suas relações com o Estado e a sociedade. Ao mesmo tempo em que iremos delinear a trajetória histórica desse matutino, pretendemos também depreender as idéias mestras que norteavam o pensamento de seu dono e produtor da maior parte dos artigos estudados por esta pesquisa: Assis Chateaubriand.

A proposta do segundo capítulo é proceder a uma análise das principais características do anticomunismo e do seu recrudescimento na sociedade brasileira nos anos trinta. Procederemos a uma análise factual de dois eventos que consideramos “acontecimentos-chaves”, dentro da conturbada conjuntura política dos anos trinta, para a efervescência do discurso anticomunista entre 1935 a 1937, o que Rodrigo Patto denominou “primeira grande onda anticomunista”. Primeiro, trata-se da exposição detalhada da criação, radicalização e atuação tanto na legalidade quanto na ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora, o que será útil na compreensão de algumas bases do discurso anticomunista nos periódicos no pós-1935. Em segundo lugar, vem a discussão historiográfica sobre as insurreições armadas de novembro de 1935, ponto inicial do surto anticomunista e de nosso recorte temporal. Procuraremos, igualmente, inserir tais eventos não somente na conjuntura convulsionada brasileira, mas também na conjuntura política internacional, onde se destaca o crescimento das lutas entre as frentes antifascistas e anticomunistas. Desta forma, desejamos demonstrar que não foram esses dois eventos que criaram o anticomunismo brasileiro, mas sim que foram as suas representações que catalisaram a idéia de uma invasão comunista no Brasil, o “*perigo*

---

<sup>27</sup> Minayo, 1999. p. 209

*vermelho*”, na opinião pública, fortalecendo e legitimando o discurso anticomunista entre 1935 a 1937.

Com base na análise de nossa documentação, pretendemos mostrar no terceiro como foi o comportamento de *O Jornal* dentro da “primeira grande onda anticomunista”, observando qual o grau do seu discurso antibolchevique e como ele foi um dos principais canais para a propagação do “*perigo vermelho*”. Não obstante o eixo cronológico seja um referencial para o acompanhamento de como esse discurso anticomunista neste periódico se desenvolveu, iremos privilegiar uma divisão temática, na qual verificaremos os principais assuntos de que o jornal se valeu para colocar o “vírus bolchevique” na pauta do dia, colocando, portanto, a necessidade de combate a um perigo “constantemente presente” e legitimando, outrossim, as ações repressivas do governo.

No quarto e último capítulo, estudamos as formas como os comunistas – e o comunismo – foram identificados e representados em *O Jornal*: as suas adjetivações, as analogias que os ligavam a elementos de destruição social, arruinação moral, ocultismo satânico e etc. Assim, num primeiro momento, estudaremos teoricamente a constituição do anticomunismo, com a análise de suas matrizes ideológicas basilares, calcada no catolicismo, no liberalismo e no nacionalismo, que, separadamente, constituíam um grupo heterogêneo do discurso anticomunista. Num segundo momento, iremos proceder a análise das narrativas expostas pelos artigos estudados do mito do “*perigo vermelho*”, ou do “vírus bolchevique”, que apresenta características semelhantes ao do mito da “Conspiração”, exposta por Raoul Girardet. Como o nosso matutino não se limitou a apenas identificar o comunismo, mas colaborou para o expurgo do mesmo, observaremos também as ações e campanhas empreendidas em seu discurso para a eliminação cabal da “ideologia malsã”, como era conhecido o comunismo. Assim, acompanharemos criticamente a repercussão das ações repressivas do governo Vargas entre 1935 a 1937 pelo líder da rede dos Diários Associados, *O Jornal*. pensando também numa correlação entre a identificação do presidente Getúlio Vargas, enquanto “Pai da Nação”, e as características constitutivas da mitologia do “Salvador” nacional.<sup>28</sup>

No mais, é desejar boa leitura a você, prezado leitor(a).

---

<sup>28</sup> Cf. Girardet, 1987. Ver capítulo 3, “O Salvador”

# CAPÍTULO I

## IMPRENSA E PODER NOS ANOS 1930: UMA ANÁLISE

### HISTORIOGRÁFICA

Muito embora os estudos acadêmicos sobre a história da imprensa no Brasil tenham crescido razoavelmente nos últimos anos, o jornalismo brasileiro nos anos 1930 é ainda um tema pouco visitado historiograficamente. Não obstante algumas outras áreas da imprensa brasileira já serem bastante exploradas, como a imprensa no século XIX ou o jornalismo pós 1950, ainda são escassas as publicações que se propõem a fazer uma análise sistemática dos jornais neste quarto decênio do século XX, momento este em que a imprensa se consolidou como arena para as lutas políticas, ao mesmo tempo em que ela própria passou a ser uma das integrantes desses embates. Apesar das contribuições valiosíssimas surgidas nos últimos anos nesse campo<sup>29</sup>, os trabalhos publicados são ainda poucos e, na sua maioria, de caráter panorâmico, pretendendo contemplar todos os duzentos anos de história da imprensa, indo, num só fôlego, do *Correio Braziliense* do século XIX aos jornais virtuais do século XXI. Academicamente, encontramos teses e dissertações que logram fazer análises mais específicas, todavia essa imprensa dos anos 1930 ainda não desperta muito interesse entre os pós-graduandos no Brasil.<sup>30</sup>

Assim, nosso objetivo principal nas próximas linhas é analisar algumas características que possam definir a imprensa brasileira nos anos 1930. O estudo sobre as transformações técnicas e as relações dos jornais e jornalistas com o poder é fundamental para o melhor entendimento desse período, uma vez que o universo jornalístico era a grande arena das lutas políticas nesse tempo. Nosso eixo de análise contempla não somente a dimensão interna do universo comunicacional, mas a relação deste com o contexto histórico que o rodeia, entendendo a mídia, no caso os jornais impressos, como portador de conteúdos políticos e ideológicos.

---

<sup>29</sup> Podemos apontar os trabalhos, nos últimos anos, de Marialva Barbosa (2007), Maria Helena Capelato (1989), Ana Luiza Martins, Tânia Regina de Lucca (2008). Ver Bibliografia.

<sup>30</sup> Através de uma busca pessoal nos banco de Teses e Dissertações das principais instituições de História e Comunicação Social no país, pode se afirmar, mesmo sem fazer uma estatística exata, que os trabalhos sobre a Imprensa no período entre 1930 a 1937 ocupam uma parte infinitesimal em relação aos trabalhos que se preocupam com a relação entre os meios de comunicação e sociedade.

## 1.1. A Revolução na Imprensa

Entendendo o conceito de imprensa como o de divulgação sistemática de notícias, geralmente veiculada por jornais e revistas<sup>31</sup>, podemos ver que os anos 1930 foram considerados um período de consolidação de uma “imprensa burguesa”. Para Nelson Werneck Sodré, o quarto decênio do século foi de “ grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial”<sup>32</sup>. E o momento catalisador dessa transformação na imprensa, que não se observou somente no Brasil, mas também em outros grandes centros, como a Europa e os EUA, foi o entreguerras. Durante este tenso período, os jornais tiveram participação decisiva e confirmaram a sua auto-representação enquanto “espelho da sociedade”. Desde os primeiros anos do século XX, tanto a Europa quanto os Estados Unidos assistiram à multiplicação dos periódicos, haja visto o recrudescimento do público leitor. Possuindo o hábito da leitura e não contando com outro meio de comunicação, essa crescente massa de novos alfabetizados buscava nos jornais uma forma de entender tão conturbada conjuntura. Por sua vez, a imprensa europeia e norte-americana via-se desafiada a consolidar um público fixo e de fazê-lo comprar e ler mais.

No Brasil, o pós-Primeira Grande Guerra foi um tempo de novos ares: transição para novas formas de acumulação, formação de um novo arranjo político, modificações nas relações entre as classes sociais e, na dimensão jornalística, começava a se esboçar um novo modelo jornalístico. E o aspecto mais visível nessa metamorfose foi à modernização dos periódicos e, sobretudo, a organização da imprensa em bases empresariais. Assim, o final da Primeira Guerra completou o ingresso da imprensa brasileira na fase industrial, o que não quer dizer que até esse período, inexistisse por parte dos donos de jornais e dos próprios jornalistas, um *ethos* empresarial, entretanto, é visível que foi a partir dos anos vinte que esse caráter seria acentuado e se tornaria o elemento basilar na constituição dos jornais.

O jornalismo em moldes empresariais começava a se sobressair drasticamente em detrimento do desaparecimento gradual de um segundo tipo de imprensa que circulava no espaço urbano: periódicos de caráter artesanal, feitos em baixas tiragens, e de vida efêmera. Esse modelo persistiria de forma crítica ao longo da década de 20 e, em muito menor escala, na década de 1930, em geral, como forma de atender injunções originadas da luta política. Essas duas décadas foram consideradas por Gisela Taschner como a “pré-história” da

---

<sup>31</sup> Ribeiro, 1994, p. 19

<sup>32</sup> Sodré, 1999, p. 371

“indústria cultural”, que viria a se consolidar no Brasil a partir dos anos 1940. Isso quer dizer que apesar de ser um período de transição, onde ainda persistiam alguns elementos da lógica anterior de jornalismo, já “começava então a esboçar-se uma imprensa de massas, no sentido de estar mais preocupada com o público leitor e menos em expressar interesses individuais ou de grupos”<sup>33</sup>

Essas contradições entre a imprensa artesanal e a empresarial só tenderiam a aumentar ao longo da década de 1920, e foi o que ocorreu. No final dos anos 1920 e nos primeiros anos do quarto decênio, embora o Brasil já sentisse os efeitos da recessão econômica mundial, que culminaria na “Grande Depressão” de 1929, e suas conseqüências diretas na esfera política, com o rompimento das oligarquias cafeeiras, houve o crescimento dos investimentos na imprensa, com o aperfeiçoamento e a difusão de novas tecnologias. Nesse período já começam a aparecer os primeiros conglomerados de imprensa no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim, podemos dar como exemplo a compra do matutino carioca *O Jornal* no Rio de Janeiro em 1924 e do paulista *Diário da Noite* em 1925 por Assis Chateaubriand, que deu origem a um dos maiores conglomerados de imprensa da brasileira, os Diários Associados. Embora se possa afirmar que nos anos 20 e 30 “os jornais são ainda extremamente dependentes dos subsídios oficiais do governo federal”<sup>34</sup>, já se começava a perceber uma lógica de mercado no nascimento dos jornais, em detrimento dos periódicos que surgiam como “defesas de uma causa”.

Essa modernização nos processos de impressão pode ser vista na aquisição de novos maquinários, como, por exemplo, as rotativas americanas “Man”, que substituindo as antigas “Marioni”, possibilitavam a impressão não somente de suplementos a cores, como também um aumento quantitativo de exemplares diários. O investimento se deu também na aquisição de novos lugares de produção, como a construção de um moderno edifício na Avenida Central para a instalação do periódico *A Noite*, em 1929, e do prédio dos Diários Associados, em 1931.

As modificações não ficavam apenas no ponto de vista técnico, mas também se estendiam para a relação dos jornais com a publicidade e a apresentação e organização do seu conteúdo. Quanto à publicidade, é somente no terceiro decênio do século XX que as relações começaram a se organizar, muito embora a primeira agência de publicidade no Brasil, a “Eclética”, tenha sido fundada em 1913. Assim, a principal tarefa nesse período foi a de

---

<sup>33</sup> Taschner, 1992. p. 30

<sup>34</sup> Barbosa, 2007. p. 76

estabelecer padrões nas relações entre os anunciantes e os jornais, com a formatação de tabela de preços pelo tamanho e localização dentro do periódico, e as formas de pagamento dos anúncios, que variavam entre mensais, trimestrais, semestrais e anuais. Isso reformulava as relações entre imprensa e publicidade, conferindo à última um importante peso nas receitas dos jornais, um fato novo, levando em consideração que, até aquele momento, a receita maior vinha do preço direto ao leitor. Uma vez consolidada essa conexão, no final dos anos 20, observa-se o crescimento deste campo, com a chegada de diversas agências internacionais de publicidade. Paralelo a esse crescimento dos anúncios na imprensa, acompanhou-se uma nova política de estruturação de vendas dos jornais, tais como planos mais elaborados de assinaturas e de vendas avulsas, acelerando o processo de desenvolvimento deste jornalismo informativo-utilitário.

Em relação às transformações na forma de se organizar e apresentar a mensagem, os anos 1920-1930 também trouxeram novidades, o aparecimento de dois novos elementos ao longo desse período que, entrando em choque com o modelo de imprensa tradicional, catalisaria uma mudança para uma nova forma de se fazer jornalismo. O primeiro é o surgimento de um novo veículo de comunicação: o rádio. Inaugurada em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que depois passaria a se chamar Radio Ministério da Educação e Cultura, foi o passo inicial para implantação do Rádio no Brasil. Não obstante se tornar um concorrente em potencial dos jornais em 1930, o aparecimento deste veículo muda o conceito de notícia, uma vez que não era mais suficiente para o jornal divulgar as informações era preciso “envolvê-la em um novo material, em algo que [concorresse] com a ‘velocidade’ do rádio.”<sup>35</sup> Destarte, o jornalismo impresso vai à busca de um novo estilo, que “o diferencie ainda mais do rádio e o mantenha atraente como meio técnico de informação.”<sup>36</sup>

O segundo elemento é o surgimento da revista *O Cruzeiro*, publicada pela primeira vez em 1928. Com o seu aparecimento, os jornais se viram forçados a trabalhar com elementos extra-textuais, mormente, fotografias e ilustrações. Isso era consequência da busca por um novo padrão visual em que o público pudesse contemplar algo além da notícia, que transcendesse a mera informação visual, indo a certo caráter de entretenimento.

Para Gisela Taschner, outras características começam a emergir nesse momento, embora apenas em caráter embrionário, e que, juntamente com as outras transformações já citadas, dariam feição para uma imprensa de indústria cultural. Segundo ela, os jornais começam a possuir uma relativa flexibilidade de linha editorial, o que faria com que a

---

<sup>35</sup> Motta, 2002 (b). p. 38

<sup>36</sup> Motta, 2002 (b). p. 38

mensagem transmitida servisse à lógica e aos espaços do mercado e não necessariamente às opiniões dos empresários de comunicação. Não obstante, poder-se perceber tal flexibilização, esta característica nunca se apresentou de forma completa nesse período, uma vez que boa parte dos grandes jornais estavam ligados a grupos familiares, como os Mesquitas (*Estado de S. Paulo*), Bittencourt (*Correio da Manhã*), Marinhos (*O Globo*), Chateaubriand (Diários Associados) que possuíam uma postura interna bem estruturada e rígida e só a mudaria em caso de extrema necessidade, como, por exemplo, o afastamento da ideologia liberal e o apoio da formatação autoritária em face ao “perigo comunista” que estava à solta na sociedade em meados dos anos 1930.

Outra característica destes jornais era sua preocupação em alcançar um número maior de diferentes segmentos sociais, não se limitando, assim, a ter uma fala que se dirige a somente a um tipo de leitor. Logo, houve o recrudescimento de seções voltadas para o universo feminino, falando de moda, beleza, comportamento, publicando cartas de leitoras em busca de conjugues. Percebem-se também seções, sobretudo nos finais de semana, voltadas para as crianças, com jogos, desenhos e concursos de redações.

O texto propriamente dito, o principal elemento de um jornal, também sofreu transformações, uma vez que foi nos anos 1930 que o estilo europeu de redação jornalística, caracterizado pelo beletismo, e pela participação massiva de literários como articulistas, começava a dar espaço para o modelo norte-americano seco e noticioso. Era outra forma de alcançar novos segmentos, a partir da composição mais leve na informação a ser transmitida, ampliando a parte de esportes, e abrindo maior espaço para as notícias internacionais. Esse processo de transição também pode ser observado pela chegada de novas agências internacionais de notícias, como a *United Press* e a *Associated Press*, que abasteciam as redações dos periódicos. Uma tendência comum nesse período a cópia de modelos de jornais internacionais, em que se destacavam o norte-americano *The Times*, o francês *Le Temps*, e a referência sul-americana, como o argentino *La Prensa*. Essa assimilação de modelos importados fez com que tivéssemos “características típicas de produtos da indústria cultural, muito antes que o país tivesse uma infra-estrutura material pronta para a sua instalação.”<sup>37</sup> Porém, o jornalismo ainda não encontrara sua linguagem específica e aceitava “as muletas de uma literatura decadente”.<sup>38</sup> Destarte, ainda persistiu por bastante tempo a influência beletrista européia sobre o jornalismo brasileiro.

---

<sup>37</sup> Taschner, 1992. p. 47

<sup>38</sup> Ribeiro, 1994 p. 30

Isto nos leva a inferir que a expansão do jornalismo nos anos 1920, culminando na década seguinte, era, em tempos difíceis de recessão internacional, um ótimo negócio: além de lucrativo economicamente, com o crescimento do número de vendas, e, sobretudo, das assinaturas e dos anúncios publicitários. Mas há também o ganho simbólico, com a crescente participação da imprensa no jogo político, se auto proclamando “espelho da sociedade”, com papel decisivo na formação de uma opinião pública, passando a ser, também, centro irradiador de valores, idéias e crenças.

Contudo, para Jorge Ribeiro esse amadurecimento no sistema de comunicação brasileira deve ser visto com olhos mais críticos: faz-se necessário matizar tal período de desenvolvimento, fugindo de análises panorâmicas que vêem nesse período um momento de pura euforia e crescimento desenfreado<sup>39</sup>. Para o autor, havia obstáculos que freavam a ampla importação de maquinário moderno no Brasil. Primeiramente, a conjuntura econômica desfavorável por que não só o Brasil, mas grande parte do mundo ocidental passava no final dos anos 20, com a crise do capitalismo liberal. Em segundo lugar, mas tão importante quanto, era o problema do público leitor. A despeito do crescimento vertiginoso da massa de leitores, a população brasileira ao longo da década de 1920 tinha um índice de analfabetismo que alcançava os 75% da população. Assim, “de pouco adiantava importar maquinário moderno, pois sua capacidade de impressão fatalmente permaneceria ociosa.”<sup>40</sup> Esse índice, no final dos anos 1930, recuou para 57%<sup>41</sup>, o que mostra, para Jorge Ribeiro, que, embora houvesse aumentado o número de pessoas capazes de se tornarem leitores, e com isso houvesse um aumento no raio de ação desta imprensa na esfera pública, era ainda bem restrito o campo de leitores a quem o jornal se dirigia. Em nossa pesquisa, consideramos a argumentação do autor válida quando se pensa em todo território brasileiro, contudo quando se pensa em uma imprensa no Rio de Janeiro, sede do governo federal, os dados são favoráveis a um crescimento expressivo do público leitor, uma vez que os altos índices de analfabetos são matizados. Segundo o censo feito em 1936, a população carioca era estimada em 1.157.873 habitantes, sendo que 710.252 eram classificados como “sabendo ler e escrever”, e 447. 621 como “não sabendo ler, nem escrever”<sup>42</sup>. Ou seja, o índice de

---

<sup>39</sup> Cf. Bahia, 1990 e Sodré, 1999

<sup>40</sup> Ribeiro, 1994. p. 31

<sup>41</sup> Cf. Ribeiro, 1994.

<sup>42</sup> Esses dados nos são informados pelo *Anuário Estatístico do Brasil* feito em 1936 pelo Instituto Nacional de Estatística, posteriormente denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados estão disponíveis na internet, no projeto do IBGE “Estatísticas do Século XX”, disponível em [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml)

alfabetizados na capital federal era de 62% em comparação aos 43% identificados numa estatística de abrangência nacional. Além desse dado, em que se deduz que o público leitor carioca era bem considerável, podemos argumentar que mesmo que as taxas de analfabetismo pudessem circunscrever o aumento de leitores dos periódicos, isto não diminui a força de intervenção e de influência da imprensa periódica na sociedade brasileira. Não somente ela é o principal meio de formação dos formadores de opinião pública, como também o principal palco de atuação dos intelectuais nesse período, como veremos mais adiante.<sup>43</sup>

Podemos perceber que havia, então, um descompasso entre os avanços técnicos e os novos procedimentos profissionais na imprensa. Isso se refletia diretamente na compreensão do ofício do jornalista, que ainda era visto como uma atividade-meio. Encarado por muitos como um 'bico', os níveis de profissionalização do jornalismo eram baixíssimos, e a sua regulamentação só viria a ocorrer pelo decreto-lei nº 910 de 1937. Assim, segundo alguns autores, como Marialva Barbosa, Werneck Sodré e Juarez Bahia, que se preocuparam em ver como os jornalistas encaravam a profissão, muitos o encaravam como um "subemprego": ou era, para os empresários de comunicação, um espaço para venda de notícias e de opinião ou um trampolim de alguns escritores tanto para a política, quanto para a literatura, aproveitando-se do status da letra de fôrma para contrabalançar os baixos salários<sup>44</sup>. Vale, em última instância, concordar com a frase do jornalista Gustavo de Lacerda: "o jornalismo entre nós não é uma profissão: ou é oito ou é escada para galgar posições"<sup>45</sup>. Mesmo assim, os jornais começaram a ser vistos como um investimento lucrativo e atraente, com a propaganda privada respondendo a 80% da receita desses veículos, "substituindo a concepção anterior de um jornalismo associado ao risco inevitável e ao partidarismo"<sup>46</sup>

Um investimento que não produzia apenas resultados econômicos, mas que significava cada vez mais a participação da sociedade: fossem em concursos de contos ou poesias, que tinham freqüentemente a participação de intelectuais e literatos da época, fosse a novas seções, como as de moda, esportes, e colunas sociais. Houve também a iniciativa de enviar jornalistas para fazer coberturas internacionais<sup>47</sup>. Entretanto, os grandes jornais brasileiros, como já dito, sempre ligados, nesse momento, a grupos familiares, ainda dedicavam um

---

<sup>44</sup> Cf. Ribeiro, 1994.p. 36

<sup>45</sup> Apud Ribeiro, 1994.p. 32

<sup>46</sup> Ribeiro, 1994.p. 32

<sup>47</sup> Essa novidade da cobertura dos conflitos internacionais teve o seu ponto partida quando o *Jornal do Brasil*, para fazer a cobertura da guerra dos fascistas na Abissínia em 1935, enviou um jornalista francês como correspondente especial para tal evento. Mas os primórdios dessa idéia já datam em meados dos anos 1920, quando *O Jornal* pagava para Azevedo Amaral, que passava uma temporada na Inglaterra, escrevesse artigos em que falava da conjuntura internacional do momento.

espaço para uma análise política bem tímida frente ao que era publicado sobre crimes, tragédia, ou, em menor número, sobre banditismo<sup>48</sup>.

Em particular, a imprensa no Rio de Janeiro contava, em meados dos anos 1930, com 23 jornais, que Marialva Barbosa catalogou em quatro tipos. Primeiramente, jornais como *A Batalha*, *A Nação*, *O Radical*, entre outros, eram vistos como sem muita expressão de publicidade e de tiragem. Os tradicionais, como *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, e a *Gazeta de Notícias*, que atravessavam um momento de crise, com pleno declínio de público, formavam o segundo tipo. O terceiro era de jornais novos, que apesar do franco crescimento, só passariam a ter relevo nas décadas posteriores, como o *Diário Carioca* e *O Globo*. Por fim, e aqui que vai residir nossa atenção, o quarto tipo de periódicos era o de matutinos e vespertinos, que na década de 1930, estavam em plena ascensão. Exemplos deste tipo são *O Correio da Manhã*, *A Manhã*, *A Noite*, e o próprio *O Jornal*<sup>49</sup>, que formavam aquilo que podemos chamar de “grande imprensa”, aqui entendido da forma mais elementar possível, como o grupo de jornais com maior circulação e de maior influência perante a opinião pública. A preços que variavam de quarenta a cinquenta centavos, e contando com uma diagramação normalmente de 24 a 48 páginas, podendo chegar, principalmente aos domingos, até 50 páginas, tais periódicos conseguiam ter tiragens de mais de 40 mil exemplares. *O Jornal* oscilava entre 60 mil a 80 mil exemplares, o que é bem razoável se considerarmos uma sociedade que, mesmo com a urbanização a passos largos, tinha altos níveis de analfabetismo, como já foi discutido anteriormente.<sup>50</sup>

Desta forma, os anos 1930 podem ser caracterizados pela ambigüidade no universo do jornalismo. Algumas interpretações desse período apontam para uma manipulação quase que total do Estado varguista sobre a imprensa. Acreditamos ser esta uma interpretação um tanto quanto simplória, que, não dando conta das complexas relações entre imprensa e poder, não percebe a importância dos periódicos e seus produtores como atores políticos. Se não pode ser omitida a atuação coercitiva do Estado sobre a imprensa, com os momentos de censura e a

---

<sup>48</sup> Cf. Bahia, 1990. p. 208

<sup>49</sup> Cabe aqui dizer que em sua tipificação dos jornais, Marialva Barbosa colocara *O Jornal* como um vespertino, contudo, ao analisar o diário, percebemos que ele próprio se identificava como matutino. Cf. Barbosa, 2007.

<sup>50</sup> Fazendo uma comparação com os dias atuais, encontramos na cidade do Rio de Janeiro, segundo o censo de 2007, uma população estimada em 6.591.394 habitantes. A população analfabeta é de 1.593.375 habitantes, gerando uma porcentagem de aproximadamente 24% da população incapaz de ler e escrever. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a tiragem dos jornais no primeiro semestre de 2008 oscilou entre 200.000 a 300.000 exemplares durante os dias da semana e entre 300.000 a 400.000 nos finais de semana e feriados. Tomamos, por exemplo, um dos mais influentes jornais do Rio de Janeiro, *O Globo*, que possui uma circulação de 258.928 e 363.624 exemplares, respectivamente. Cf. Contagem da População em 2007, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>.

criação de departamentos regulamentadores (como o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP), também, não podemos desconsiderar que o alinhamento dos jornais a uma linha editorial governista se deu também por vontade dos próprios produtores. Concordamos com Marialva Barbosa quando esta diz que “ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguições de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências”<sup>51</sup>

O Estado garante esse alinhamento da maior parte da grande imprensa escrita pela via mais elementar, ou seja, pela coerção, com o empastelamento de jornais oposicionistas, pela censura e a prisão de jornalistas oposicionistas (embora esta só fosse um instrumento constantemente presente após o período de Estado de Sítio por conta dos levantes sediciosos de 1935, e, sobretudo, a partir do Estado Novo). Mas também o governo se valeu da via da cooptação, através de uma barganha com uma imprensa que buscava se firmar. Jorge Ribeiro nos lembra o calcanhar de Aquiles da imprensa brasileira: a compra de papel, que era importado, era muito dispendiosa, e tinha freqüentes elevações de preços. Esse problema não atingia somente pequenos jornais artesanais resistentes, que não suportando as elevações de preço, desapareciam, mas também os grandes conglomerados de imprensa, que muitas vezes recebiam subsídios do governo para a compra destes jornais, mantendo a sua margem de lucro normal. Mas tal subsídio só era concedido a quem tinha uma linha concordante com o governo. A construção do prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1936, o projeto de isenção fiscal para os jornalistas, a partir de 1937, são alguns exemplos de como o Estado buscava facilitar o caminho para aqueles que alinhavam com ele. Mas também devemos ver esses benefícios como reivindicações dos jornalistas ao governo, assim matizando uma análise – quase maniqueísta – de manipulação do Estado a jornalistas passivos.

Tampouco podemos generalizar que toda a imprensa era alinhada ao governo. A diversidade de ideais e interesses políticos entre os produtores e empresários de comunicação fazia com que o seu periódico, vestindo a máscara da neutralidade e da objetividade jornalística, direcionasse seu discurso a favor ou contra o Executivo, quando fosse conveniente. Mas em comum nessa imprensa são a fragilidade e as mudanças abruptas da posição dos jornais frente ao governo Vargas, como podemos acompanhar durante os momentos políticos mais importantes nesse período entre 1930 a 1937. As relações entre a imprensa e Vargas tem suas origens antes mesmo de ele chegar ao poder, ou seja, no processo

---

<sup>51</sup> Barbosa, 2007. p. 103

eleitoral de 1929, a partir da questão do apoio ou não à Aliança Liberal. Nas palavras de Carlos Chagas:

“Se existiam jornais mantendo posições libertárias e, não raro, se opondo à Velha República ou a alguns de seus eventuais grupos de poder, a verdade é que mais parecia um caleidoscópio. Aqueles que num dia clamavam por liberdade, no outro se acomodavam com o autoritarismo, dependendo tudo de como funcionava e eram atendidos os interesses e até o idealismo de seus proprietários”<sup>52</sup>

A luta política nos veículos de comunicação, assim, era travada nos jornais, pois, como já dissemos o rádio ainda dava seus primeiros passos, só tendo atuação concreta a partir da Revolta Constitucionalista de 1932. A imprensa escrita foi de início, em sua maior parte, contra ou cautelosa em relação à Aliança Liberal. Os poucos veículos que a apoiavam evitavam o apoio explícito. Uma vez que o movimento revolucionário mostrou-se inevitável, os jornais mudaram de rumo, apoiando abertamente a Aliança Liberal, embora, não acreditando na possibilidade do uso das armas. Mesmo com o início do levante de outubro de 1930, os noticiários sobre o ocorrido foram escassos, limitando-se a algumas poucas notas oficiais. Somente em 25 de outubro de 1930, quando o movimento parecia completamente irreversível, foi que se renderam por completo: “Aí, foi a debandada para o novo Sol que nascia”<sup>53</sup>

O Governo Provisório, sabedor da importância dessa imprensa, agiu de duas maneiras para consolidar-se no poder. A primeira foi o uso da força, com o empastelamento de jornais que apoiaram a situação anterior, como *A Gazeta*, *O Correio Paulistano*, e *A Noite*, por exemplo, ou mesmo o *Jornal do Brasil*, que, mesmo não tendo sido destruído, sofreu graves consequências ao ser proibido de circular de imediato, e, ao retornar, deixou de lado as seções relativas à política, dedicando-se basicamente a anúncios de publicidade, classificados e variedades. Essa medida, pensava o Governo Provisório, evitaria ou diminuiria a volta dos antigos jornais oposicionistas, favoráveis à República Velha. A segunda maneira foi usar a imprensa a seu favor, utilizando os diários como meios de propagação dos "novos" rumos ditados pelo novo Governo. Assim, num jogo de interesse, "rapidamente os meios de comunicação se ajustam à nova realidade nacional e mesmo os que mantêm inalteráveis suas opções ideológicas reconhecem a legitimidade de reivindicações como o voto livre"

Não obstante, uma nova imprensa oposicionista surge durante o Governo Provisório, o que já refletia a divergência entre os grupos que tinham se aglutinado em torno da Aliança

---

<sup>52</sup> Chagas, 2001. p.344.

<sup>53</sup> Chagas, 2001. p. 345

Liberal. Um periódico que se sobressaiu nesse aspecto foi o *Diário Carioca*, no Rio de Janeiro, que ao romper com o Governo, teve em fevereiro de 1932, sua sede depredada por alguns elementos ligados ao Exército. A explicação foi o fato de o jornal ter feito severas críticas aos excessos dos tenentes. Com a falta de ação de Vargas na punição dos acusados, os jornais fizeram uma greve de 24 horas, que resultou em todo um processo de demissões, como a de Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, ministros do Trabalho e da Justiça, respectivamente, e que desembocaria no movimento Constitucionalista de 1932. Em meio aos embates entre aqueles que pregavam um prolongamento do Governo Provisório e aqueles que já advogavam a reconstitucionalização imediata, grande parte da imprensa defendeu a segunda opção, o que, sob a liderança do Estado de S. Paulo, preparou “o clima propício à eclosão, em 9 de julho”<sup>54</sup>. E embora, o movimento tenha saído derrotado militarmente, o mesmo não pode ser dito à imprensa, que a cada dia ganhava mais consciência do seu papel político.

Os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1934 foram amplamente divulgados e debatidos nos grandes jornais, como *A Noite*, no Rio, e a *Folha da Noite*, que posteriormente passaria a se chamar *Folha de S. Paulo*. Ambas chegaram a ter cinco edições num mesmo dia, se bem que o que se diferenciava nessas edições era a primeira e a última página. Depois de 1932, tendo alguns de seus interesses atendidos pelo governo<sup>55</sup>, a imprensa caminhou apoiando os projetos governistas, a ponto de ter sido usada como meio propagador para “estabelecer o pânico indispensável à solução salvadora”. Ou seja, na construção do autoritarismo, que culminou no Estado Novo de 1937, a imprensa tivera participação fundamental, pois, graças ao desenvolvimento técnico assistido a partir da década de 1930, o jornalismo brasileiro se modernizou, ganhou força e espaço dentro da esfera pública, sobretudo na formação da opinião pública<sup>56</sup>. E com o surgimento de novos movimentos políticos, como a Aliança Nacional Libertadora, a repressão policial foi transformada em rotina. Qualquer jornal dito opositor era fechado, o que demonstrou mais que coerção do

---

<sup>54</sup> Sodré, 1999, p.344

<sup>55</sup> Um dos interesses atendidos pelo Governo foi à colocação de Armando Sales de Oliveira, um dos proprietários de *O Estado de S. Paulo*, como interventor de São Paulo,

<sup>56</sup> Para Jürgen Habermas, a esfera pública é, antes de tudo, um espaço onde a sociedade civil, separada do poder público, garante o atendimento e a reivindicação dos seus interesses nas esferas de atuação do Estado. E a imprensa é assim, para Habermas, o símbolo máximo da esfera pública, uma vez que é o meio por excelência da sociedade burguesa. Em última análise, a imprensa, bem como qualquer tipo de publicação impressa, são os meios principais que permitiram e permitem a participação da sociedade nessa esfera pública. Destarte, a imprensa é o principal canal na tarefa de formação da opinião pública, que é entendido como a opinião que utiliza os órgãos da esfera pública para se expressar, ou seja, é o público que expressa sua opinião crítica através da esfera pública. Cf. Habermas, 1984.

Estado para com os jornalistas, mas, sobretudo, a impossibilidade do sucesso de um jornal artesanal, mormente se fosse de oposição, pois com sua circulação vetada, como observou Afonso Arinos, começaria então a

“humilhante e penosa história dos atrasos de pagamento ao pessoal; das solicitações aos vendedores de papel e tinta que me recebiam de cara fechada; das amargas esperas nas ante-salas dos banqueiros inabordáveis, embora sempre exemplarmente corteses.”<sup>57</sup>

A cobertura dos movimentos subversivos de 1935 foi primordial para o estabelecimento de um imaginário anticomunista. A esfera pública, como apontado por Habermas, também serve de espaço fundamental para se obter a legitimação das ações. Ela se torna o termômetro da legitimidade e local onde predomina a razão, pois a opinião emanada do espaço público retiraria sua legitimidade e sua força da concorrência pública dos argumentos e, portanto, da razão.<sup>58</sup> Assim, podemos ver a utilização do “*perigo vermelho*” que apavorou as mentes e os corações da opinião pública entre 1935 e 1937<sup>59</sup>, foi altamente eficaz para a legitimação assim as ações governistas que culminariam no Estado Novo, visto como uma ação extrema do “Pai da Nação” para “salvar” o país de um ‘mal maior’, a invasão do comunismo<sup>60</sup>.

Foi desta forma que o jornalismo impresso dos anos 1930 obteve a sua força e sua importância: como textos veiculadores de ideologia, sustentadores de uma dominação. Num período de crise do modelo liberal, o apelo à construção de “constelações mitológicas”<sup>61</sup> como forma de controlar a irracionalidade passa a ser largamente utilizado pelos governos. A imprensa, aqui, não se limitava a apenas reproduzir fatos que “aconteceram lá fora”: a seleção das principais notícias em suas páginas, o tom das tintas para alguns assuntos leva a consequências de natureza ideológica. No nosso caso em especial, a “grande imprensa” dos anos 1930, tratando seu público enquanto massa<sup>62</sup> ajudava a difundir uma imagem de Vargas como o “Salvador”, “um mito que corporificaria a figura do chefe”<sup>63</sup>. No Estado Novo, esta

<sup>57</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Alma do Tempo*, Rio, 1961, pp. 340-341 *Apud*: Sodré, 1999 p.438

<sup>58</sup> Cf. Habermas, 1984.

<sup>59</sup> Esse período foi definido por Rodrigo Motta como a “Primeira Grande Onda Anticomunista”. Cf. Motta, 2002(b).

<sup>60</sup> O discurso anticomunista da imprensa é a preocupação central da pesquisa de mestrado do autor desse texto, que analisaremos mais detalhadamente no capítulo 3.

<sup>61</sup> Entendemos “constelações mitológicas” de acordo com a postura de Raoul Girardet, ou seja, como o conjunto de mitos presentes na sociedade durante certo período histórico. Cf. Girardet, 1987.

<sup>62</sup> Cabe aqui dizer que quanto ao termo “massa”, a entendemos assim como John Carey, que a vê como a multidão em seu aspecto metafísico, isto é, a soma de todas as multidões possíveis, tornando a massa uma metáfora. Logo, a metáfora da massa serve aos propósitos de auto-afirmação uma vez que “transforma as demais pessoas em um conglomerado. Nega-lhes a individualidade que atribuímos a nós mesmos e às pessoas que conhecemos”. Cf. Carey, 1991. P.27

<sup>63</sup> Barbosa, 2007. p. 75

formatação ideológica consolidou o mito de “pai dos pobres” de Getúlio Vargas. Mas há outras “constelações mitológicas” que ajudaram a consolidar o autoritarismo no Brasil, e uma das principais, para não dizer a principal, valendo-nos de um dos tipos de mitos definidos por Raoul Girardet foi a da conspiração comunista, que trabalharemos no capítulo três.

Sendo a principal voz dentro da esfera pública, os jornalistas se consolidavam como “intelectuais” e cabe aqui nos debruçarmos brevemente sobre a formação da “*intelligentsia*” brasileira nos anos 1930, grupo do qual os profissionais de imprensa fizeram e fazem parte.

## **1.2. O que é um intelectual? Uma abordagem dos jornalistas como parte da *Intelligentsia* brasileira nos anos 30**

As idéias de cunho autoritário, ao dominar o cenário ideológico brasileiro dos anos 1930, não foram vistas como uma novidade uma vez que já estavam na órbita intelectual da década anterior. Entre os intelectuais, havia o diagnóstico da necessidade de se constituir uma nação brasileira e, para que isso pudesse ocorrer, estava destinado ao Estado um papel tutelar sobre o restante da população. O Estado entregava esta missão de guia aos seus intelectuais orgânicos, numa acepção gramsciana. E cabe neste momento fazer aqui uma discussão sobre o que esta pesquisa entende sobre este polissêmico conceito *intelligentsia* e o meio a qual faz parte.

Para Gramsci, todos os homens podem ser vistos como intelectuais, no sentido que todos exercem, em maior ou menor intensidade, uma atividade que envolve o pensar, mas nem todos são efetivamente intelectuais, no sentido de cumprir a função básica desta classe na sociedade, que é da construção de uma hegemonia, uma cultura<sup>64</sup>. Este conceito é bastante amplo e nossa opção foi de, a partir dele, colocar filtros que pudessem estreitar tal noção. Assim, nossa visão de intelectual, além da referência básica gramsciana, pode ser complementada pela perspectiva do historiador Jean Sirinelli<sup>65</sup>, que vê no intelectual um mediador de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política onde o jornalista, o escritor, o professor secundário, bem como aqueles que adquirem o status de intelectual menos pela sua erudição, e mais pelo seu engajamento.

Outra distinção de Gramsci, feita dentro do mundo da *intelligentsia* e que consideramos útil em nossa pesquisa, é entre os “intelectuais orgânicos” e os “intelectuais tradicionais”. A primeira acepção é a de “intelectual tradicional”, que, envolto em sua

---

<sup>64</sup> Cf. Gramsci, 1978.

<sup>65</sup> Cf. Sirinelli, 2001.

atividade meramente cerebral, se vê desligado da luta cultural, o que não quer dizer, necessariamente, que está em uma postura neutra. Contudo, ao não propor organizar a cultura de uma classe, pode ser vistos à sombra do poder. A segunda acepção que destacamos é de “intelectual orgânico”. Para Gramsci, este grupo está ligado diretamente a um aparelho de hegemonia<sup>66</sup> de uma determinada estrutura ou instituição, cuja função essencial é a de organizar e desenvolve a cultura popular. No caso brasileiro, esses intelectuais dos anos 1930 também cumprem uma outra característica: a de construir uma hegemonia – ou consolidar – para as classes dominantes, seja no campo político ou econômico, como veremos, por exemplo, na participação dos jornalistas na consolidação do autoritarismo. Vista como elo fundamental entre as massas e o empresariado, faz-se necessário para *intelligentsia* se aproximar da classe que ele representa, não sendo necessário que ele tenha tido origem na mesma. Não obstante só por essas breves conceituações podemos já definir que os intelectuais brasileiros dos anos 1930, em especial os jornalistas, são “intelectuais orgânicos”, pois o próprio Gramsci ratifica esta visão ao dizer que na “América do Sul e na América Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais”<sup>67</sup>.

É interessante notar que para Gramsci, a formação educacional não é condição *sine qua non* na constituição do “intelectual orgânico”, na sua capacidade de eloquência, mas sim a sua capacidade de ser um “persuasor permanente”, i.e., seu poder de imiscuir-se ativamente na organização da vida prática da sociedade. Desta forma, entendemos que os jornalistas dos anos 1930 eram “intelectuais orgânicos” menos pela sua capacidade técnica, como eruditos, do que pelo seu papel de representante social, que, como “espelho da sociedade”, se vê refletindo e sendo reflexo das demandas da classe de seu público leitor. Norberto Bobbio define o intelectual como “alguém que não faz as coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas idéias”<sup>68</sup>. Já Gramsci vê no intelectual não somente um erudito, mas, em última análise, um líder político-cultural.

Entendendo que a classe intelectual não é um grupo social autônomo e independente, mas faz parte de um grupo social enquanto categoria especializada é importante destacarmos que a *intelligentsia* objetiva dar homogeneidade e consciência ao grupo social a qual faz parte. Destarte, podemos ver a imprensa como aparelho fundamental da sociedade civil,

---

<sup>66</sup> Aqui entendemos que o aparelho de hegemonia não se refere apenas à classe dominante que exerce a hegemonia, mas às camadas subalternas que almejam conquistá-la, relacionando-se à luta de classes.

<sup>67</sup> Gramsci, 1978. p. 21

<sup>68</sup> Bobbio, 1997.

compreendida aqui como o conjunto de organismos chamados de privados, em contraste com outro grande plano que é o Estado, ou, nas palavras de Gramsci, a sociedade política, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico<sup>69</sup>. Sociedade civil e sociedade política diferenciam-se pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Juntos, formam o Estado em sentido amplo: "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção" <sup>70</sup>

Mas quais seriam as funções destes “analistas do simbólico” que são os “intelectuais orgânicos”? Continuando no viés gramsciano, o intelectual pode ser um “comissário” do grupo social dominante, elaborando a execução do plano de produção estabelecido pela sociedade política. Assim, além de organizar uma cultura e consolidar uma hegemonia, o papel da *intelligentsia* é tornar orgânica uma ideologia, ditando uma determinada visão de mundo. Por fim, são os intelectuais os executores das funções de hegemonia social e do governo político, que podem aqui ser colocadas sob dois pontos: a) a de construção de um consenso, que é formado, sobretudo, “do prestígio que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção.” <sup>71</sup>; b) os “intelectuais orgânicos” também exercem a função de dar aparato legitimador à coerção estatal necessária para a disciplina dos grupos sociais que não consentem, nem de forma ativa, isto é espontaneamente, nem de forma passiva.

No Brasil da década 1930, o governo de Vargas desempenhou funções mais complexas em relação à sociedade, almejando a modernização do país. Isso se deu a partir da criação – ou reformulação – de diversos aparelhos burocráticos e a atuação vinculada ao Estado da intelectualidade. As funções tutelares conferidas aos intelectuais, sobretudo na difusão de conhecimentos e noções elementares às massas populares, consideradas "amorfais" e "indiferenciadas", eram impreteríveis nesse momento, tornando-se “fundamental o papel dos intelectuais dos veículos de difusão, isto é, a imprensa” <sup>72</sup>. Isso acarretou uma transformação na participação política do país, pois o crescimento do aparelho de Estado tornou dispensáveis os tradicionais canais de expressão da sociedade civil, tais como os partidos políticos e as associações, ao mesmo tempo em que multiplicou o número de

---

<sup>69</sup>Cf. Gramsci, 1978. p.10

<sup>70</sup> Gramsci, 1978, p. 11

<sup>71</sup> Gramsci, 1978. p. 11

<sup>72</sup> Barbosa, 2007, p. 105

agências, conselhos e autarquias, que, centralizando as demandas sociais, colaboraram decisivamente para a criação de um Estado “burocrático-autoritário”.<sup>73</sup>

Nesse novo modelo de Estado, que é influenciado pelo processo de industrialização e urbanização que o país está sofrendo, é visível o exponencial crescimento da importância da imprensa, o que faz pensarmos o jornalista deste período como um intelectual do tipo “urbano” que, para Gramsci, aparecem juntamente com a indústria, articulando a massa instrumental ao empresariado industrial. Cabe aqui dizer que, tanto na República Velha quanto no governo Vargas, a fonte para a formação dos intelectuais está, segundo Sergio Miceli<sup>74</sup>, na tradição bacharelesca, sobretudo nas escolas de Direito, confirmando a premissa de que “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”<sup>75</sup>. Até 1937, a profissão de jornalista não havia sido regulamentada, logo o universo dos jornalistas era um caleidoscópio de profissionais de outras categorias, como escritores, eclesiásticos e, obviamente, juristas, como, por exemplo, o célebre Assis Chateaubriand, dono da principal cadeia de imprensa, os Diários Associados.

A década de 1930 pode ser observada como o momento áureo de crise dos valores liberais e, neste mesmo processo, também o da ascensão das idéias e valores autoritários no mundo ocidental. No Brasil, essa inserção do autoritarismo se deu a partir de transformações, de cima para baixo, de viés prussiano, ou, como nos informa Lucia Lippi Oliveira, uma “modernização conservadora”, que tem como elemento essencial o crescimento da sociedade política, isto é, a hipertrofia do Estado, sobretudo do Executivo. Entendendo a perspectiva do “Estado Ampliado”<sup>76</sup>, segundo Gramsci, devemos analisar os meios que possibilitaram a chefia não somente intelectual, mas também moral de uma classe sobre toda a sociedade, consolidando a sua hegemonia, i.e, a produção do consenso, e isto abre um leque de análise de diversos grupos, por isso, optamos por restringir pelo meio dos intelectuais, mais especificamente o grupo dos jornalistas. Destarte, interessante aqui é ver que a maioria destes intelectuais orgânicos, embora se auto proclamem representantes do povo, estão desligadas sistematicamente das massas, mas, como forma de sobrevivência, estão articulados com o Estado<sup>77</sup>. Possuem, assim, uma imagem idealizada das “massas populares”, a quem desejam

---

<sup>73</sup> A definição de Estado “burocrático-autoritário” no Brasil dos anos 1930 é da historiadora Sonia Regina de Mendonça, em seu *livro* “Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento”. Cf. Mendonça, 1986.

<sup>74</sup> Cf. Miceli, 2001. p. 115

<sup>75</sup> Gramsci, 1978. p. 9

<sup>76</sup> A conceito gramsciano de “Estado Ampliado” implica em dizer que o Estado não se compreende somente no aparelho jurídico de comando e repressão, mas também na “sociedade civil” e seu aparelho de hegemonia, graças ao qual um grupo social pode conquistar a direção de toda a sociedade

<sup>77</sup> Cf. Oliveira. 1982. p. 505-526

transformar. Os jornalistas, como um dos segmentos mais influentes da *intelligentsia* brasileira, possuem uma tradição de busca de raízes culturais - no qual o nacionalismo e o regionalismo se destacam – na procura de soluções para um país “atrasado” e “dependente” que se encontrava nos anos 1930. Diferentemente da polarização ideológica dos jornais, característica da República Velha, deu lugar a certa homogeneização dos periódicos durante os anos 1930, explicado tanto pelo jogo de interesses entre Estados e jornalistas, tanto quanto pelo viés da ideologia, como já foi anteriormente discutido.

Em relação ao aspecto ideológico, devemos sublinhar a importância do movimento modernista como grande catalisador dos intelectuais que advogam a formatação autoritária, como nos informa Lucia Oliveira: “Figuras egressas do modernismo [...] foram desembocar numa corrente comum que se insere no projeto de construção do Estado nacional”. Como intelectuais frutos da industrialização, os jornalistas beberam nas principais idéias que circulava nos núcleos urbanos, e as idéias modernistas – ou futuristas, como eram chamadas na época – estavam presentes desde os anos 10, segundo Ângela de Castro Gomes<sup>78</sup>. E são essas idéias que, propondo uma transformação no Brasil, dão as matrizes intelectuais para grandes movimentos de reforma dos anos 1920 e 1930, tais como os movimentos tenentistas, a Revolução de 30, a Revolução de 32, a criação da Ação Integralista Brasileira, entre outros.

Entendendo que “as idéias não circulam elas mesmas pelas ruas; elas estão sendo portadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados.”<sup>79</sup>, é interessante tentar situar o “lugar social” dos intelectuais, e aqui iremos optar pelos que estão no Rio de Janeiro dos anos 20 e 30, Capital Federal do país e, junto com São Paulo, um dos expoentes do modernismo. De acordo com Ângela de Castro Gomes, desde finais do século XIX havia dois grupos essenciais neste mundo intelectual, basicamente o grupo da Academia Brasileira de Letras e o “grupo Boêmio” que tinha na Rua do Ouvidor e depois na Avenida Central sua artéria nodal<sup>80</sup>. A partir dos anos 20, o movimento católico sob liderança de Dom Sebastião Leme e tendo a participação de figuras ilustres, como o crítico literário Tristão de Athayde, se juntou às outras correntes, consolidando os espaços possíveis que os intelectuais podiam orbitar. Entretanto, não eram espaços estanques e sem relação entre si, pois era possível, e até comum, que um mesmo grupo de intelectuais estivesse na ABL, mas, igualmente, vinculados ao grupo boêmio e serem membros do movimento católico. A esse respeito, o modernismo

---

<sup>78</sup> Cf. Gomes, 1993.

<sup>79</sup> Gomes, 1993. p. 62

<sup>80</sup> É importante sublinhar que nesta análise sobre a intelectualidade carioca, a autora não contempla espaço para os intelectuais comunistas, presentes na Capital da República e que, em 1922, fundariam o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

constituiu-se, num primeiro momento, um ponto de aglutinação destes grupos, a despeito de, num momento posterior, ter se cindido em vários outros “modernismos”. O mundo boêmio era desta forma, o mesmo que abastece a Academia Brasileira de Letras, e assim não era raro ver que

“humoristas, poetas, e romancistas deslocavam-se por confeitarias, livrarias e redações de jornais formando grupos que podiam reunir nomes de grandes prestígios – como Olavo Bilac e Coelho Neto – até nomes de jovens principalmente e recém-chegados como o próprio Madeira de Freitas e Mendes Fradique”<sup>81</sup>

A já citada ação pedagógica organizada pelo Estado se realizaria, sobretudo, através dos periódicos impressos, onde os jornalistas passariam a desempenhar a função de intelectuais a orientar o povo, política e intelectualmente. A busca do consenso envolve tocar nas paixões da sociedade e, com base nisso, devemos destacar a importância do discurso anticomunista para a consolidação das idéias autoritárias, vistas menos como uma mera e pura hipertrofia estatal, mas, sobretudo, como forma de armar o Executivo contra o “*perigo vermelho*” que se encontrava presente no Brasil após os movimentos sediciosos de novembro de 1935, conhecida pejorativamente como “Intentona Comunista”<sup>82</sup>. Sobretudo, quando observamos o quanto ela foi utilizada por Vargas como o lugar de operacionalização da linguagem e da ideologia autoritárias. Outrossim, não podemos omitir o aspecto coercitivo do governo para obter o domínio da imprensa, ou seja, a censura. Todavia, embora houvesse essa dimensão repressora sobre a imprensa entre 1935 a 1937, ela só vai se tornar um efetivo aparelho de controle a partir do Estado Novo.

As próximas páginas se propõem desta forma, a fazer um estudo de caso: analisaremos um dos principais periódicos dos anos 1930 da imprensa carioca: *O Jornal*, líder dos Diários Associados, conglomerado midiático de um dos principais intelectuais orgânicos deste período, Assis Chateaubriand. Iremos traçar brevemente sua história com as inovações tecnológicas de final dos anos 1920 e 1930 e as suas complexas relações com o Estado varguista.

---

<sup>81</sup> Gomes, 1993, p. 65

### 1.3. O Jornal e Assis Chateaubriand

Uma imprensa em processo de modernização: essa era a tônica dos jornais entre 1920 e 1930. E um dos eventos fundamentais da fundação do que se convencionou chamar de “imprensa burguesa”<sup>83</sup>, iniciou-se no dia 30 de outubro de 1924: o primeiro dia em que *O Jornal* amanheceu sob a direção daquele que viria a ser conhecido como o “Barão da Imprensa”: Assis Chateaubriand. O matutino se tornaria o precursor de um dos maiores conglomerados de imprensa já vista na história brasileira, os Diários Associados<sup>84</sup>, inaugurando assim uma das principais inovações jornalísticas dos anos vinte e trinta: a criação de grandes grupos de mídia. Mas não foi só essa a colaboração trazida por Chateaubriand e *O Jornal* à imprensa brasileira. Assim, as relações entre *O Jornal*, Chateaubriand, Estado e sociedade nos anos 20 e 30 serão nosso principal interesse neste momento.

*O Jornal* possui uma história anterior a 1924, quando fora comprado por Chateaubriand. Fundado em 17 de julho de 1919<sup>85</sup>, por Renato Toledo Lopes e um grupo de jornalistas dissidentes do *Jornal do Comércio*, após sérias divergências nunca bem explicadas com o secretário de redação deste periódico, Felix Pacheco. Assim, por trás do seu simplório nome, do que poderia se inferir falta de criatividade, na verdade se revelava uma verdadeira provocação dos seus donos ao seu antigo periódico, que era costumeiramente chamado entre leitores e jornalistas apenas como *O Jornal*, tamanha sua força e prestígio.

Contudo, existe certa divergência sobre a quem realmente pertencia *O Jornal*. Entre os poucos especialistas sobre *O Jornal* e os “Diários Associados”, há um primeiro grupo<sup>86</sup> que considera que Renato Toledo sempre foi seu real proprietário direto. No entanto, há um segundo grupo<sup>87</sup> que matiza o poder e o controle de Toledo sobre o periódico, uma vez que se acredita ele, na verdade, seria “testa-de-ferro” de um grupo constituído por Pandiá Calógeras, Arrojado Lisboa e Pires do Rio, que se valiam do periódico para defender seus interesses na construção de uma empresa siderúrgica. Ao perceberem que tal causa já estava vencida, não tiveram mais interesse em permanecer cobrindo os altos custos do diário, repassando-o

---

<sup>83</sup> Cf. Sodré, 1998.

<sup>84</sup> Nos anos 60 e 70, segundo Mario Barata, os Diários Associados possuíam mais de 30 jornais impressos, 25 estações de rádio, 18 emissoras de televisão, o que, no total, abrangesse uma área de cobertura de mais de 21 estados e territórios por todo o país. Isso sem contar que também possuíam uma editora de livros, revistas, a Agência de Notícia Meridional e uma outra de publicidade, “formando imponente conjunto de meios de comunicação de massas e formação de opinião pública, sem par na América Latina, raro no mundo e sem equivalente em outro plano da empresa privada e organizações industriais do país” Cf. Barata, p. 58

<sup>85</sup> *O Jornal* durou 55 anos, sendo extinto em 1974.

<sup>86</sup> Cf. Carneiro, 1999.

<sup>87</sup> Cf. Leal, 2001 e Barata 1971

inteiramente a Toledo. Este, e aí os especialistas concordam, por mais que tenha tentado manter sozinho *O Jornal*, não o conseguira por conta dos altos custos, e assim, ao receber uma oferta razoável de Chateaubriand, repassou-lhe a propriedade do matutino.

Assis Chateaubriand, aos 32 anos, conseguira adquirir o primeiro, e por muito tempo principal, elemento daquilo que viria se tornar o império jornalístico dos Diários Associados. As bandeiras ideológicas levantadas por este conglomerado, bem como seus complexos posicionamentos políticos podem, ser compreendidos quando analisamos a trajetória histórica e o pensamento do “Barão de Imprensa” até aquele momento.

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, nascido em 1892 na cidade de Umbuzeiro, na Paraíba, era filho de Francisco Chateaubriand, que tinha sido chefe de polícia, inspetor de Alfândega, e magistrado na capital paraibana, e Carmem Godim Bandeira de Mello. Não obstante quando do seu nascimento já contassem com poucos recursos, seus pais descendiam de uma tradicional família de senhores de engenho do Nordeste. Isso é interessante uma vez que provindo de frações da tradicional oligarquia agrária, possuidoras do domínio econômico e político no Brasil antes de 1930, Chateaubriand por muitas vezes, contestaria a sua hegemonia nessas dimensões em prol das transformações de cunho industrializante e urbanístico que se processavam a partir do final dos anos 20<sup>88</sup>.

Como já assinalamos anteriormente, o jornalismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX não requeria formação própria e, a despeito do prestígio e *status*, era encarado como uma atividade-meio, uma complementação no orçamento de profissionais de outras áreas ou como forma de custeio para jovens estudantes que tinham talento com as palavras. Nesse contexto, o jovem Chateaubriand, com 14 anos, tem sua primeira experiência em uma redação de jornal no periódico *O Pernambuco*, como forma de custear seus estudos. Ingresso, dois anos depois na Faculdade de Direito em Recife, continuaria trabalhando paralelamente no periódico, onde se tornaria editor-chefe logo após sua formatura, em finais de 1913<sup>89</sup>.

Mesmo sendo aprovado para se tornar professor universitário na mesma faculdade, em 1915, Chateaubriand optaria por se transferir para a capital federal, onde passaria a advogar para grandes grupos internacionais, como a Itabira Ore Co e a Rio Light, onde estabelece estreito contato com o polêmico Percival Farquhar<sup>90</sup>. A partir daí, Chateaubriand começaria a estabelecer sua rede de contatos políticos, da qual sobressaía, primeiramente, a ligação com

---

<sup>88</sup> Cf. Wanderley, 2005.

<sup>89</sup> Cf. Leal, 2001. p. 2864

<sup>90</sup> Percival Farquhar foi um empresário estadunidense cuja atuação em terras brasileiras é alvo de discussões sobre seus interesses de exploração na rede ferroviária brasileira. O fato é que ele foi um dos maiores investidores privados nas primeiras décadas no país.

grupos privados internacionais que passa a defender como advogado. Embora nesse primeiro momento, se dedicasse ao Direito, Chateaubriand não deixaria de participar na imprensa carioca, colaborando com o *Correio da Manhã* desde 1917, onde podem ser destacados os artigos escritos na defesa da entrada da empresa automobilística Ford no norte do país e as impressões sobre sua viagem a Europa, feita em 1920. Meses depois de assumir a direção de *O Jornal*, Chateaubriand é convidado a atuar como consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, aproximando-se ainda mais do poder, embora esse excesso de afazeres o tornavam, nos primeiros anos de *O Jornal*, um “diretor-fantasma”<sup>91</sup>. Mas, embora distante, exigia que suas concepções jornalísticas e ideológicas fossem cumpridas. Chateaubriand se preocupava também não apenas em fazer contatos nos segmentos econômicos e políticos, mas também se aproximar junto aos grupos militares, como os tenentistas, contrários, como ele, ao governo de Bernardes. E, visando ao apoio da Igreja Católica, encontrara-se com o Cardeal Dom Sebastião Leme e lhe diz que “*O Jornal* sempre estaria ao lado do catolicismo”<sup>92</sup>

Essa breve trajetória histórica de Assis Chateaubriand serve-nos para entender como essa rede, colaborou para a cristalização da visão ideológica que é percebida no dono dos Diários Associados após os anos 20. Para José Nilo Tavares<sup>93</sup>, eram quatro os pilares que sustentavam a percepção ideológica de Chateaubriand. O primeiro e o segundo pilares eram a sua “crença no poder civilizatório do capital internacional em relação ao Brasil” e a “defesa da iniciativa privada e a repulsa a qualquer forma de estatização da economia”<sup>94</sup>, o que é compreensível se temos em mente a atuação não somente política, mas também jurídica junto a grandes grupos privados dos EUA, palco principal do liberalismo político e econômico. Esse contexto também explica a terceira base do pensamento de Chateaubriand, onde havia a descrença no “potencial da burguesia brasileira – particularmente industrial – no que se refere à possibilidade de efetivar o desenvolvimento nacional”<sup>95</sup>, o que um dos principais especialistas dos Diários Associados, o jornalista Glauco Carneiro, acredita ser uma injustiça, já que Chateaubriand, ao criticar as idéias rasteiras e as preocupações individualistas, e, assim, a pouca ambição dos burgueses nacionais, não punha em dúvida a capacidade de o país crescer através do grupo burguês, apenas duvidava “que pudesse fazê-lo sem recorrer à experiência e a participação internacional”<sup>96</sup>. Por fim, Chateaubriand tinha como

---

<sup>91</sup> Cf. Barata, 1971.

<sup>92</sup> Carneiro, 1999, p. 91

<sup>93</sup> Cf. Tavares, 1971.

<sup>94</sup> Carneiro, 1999, p. 201

<sup>95</sup> Carneiro, 1999, p. 201

<sup>96</sup> Carneiro, 1999, p. 201

pensamento-chave na sua visão ideológica a aversão ao comunismo e ao socialismo, que considerava “símbolos da barbárie e degradação”. O que é notório em nossa pesquisa, e que também é um elemento na argumentação, e que, como veremos mais à frente, a aproximação de Chateaubriand e Getúlio contra o “*perigo vermelho*” foi menos por motivações de interesse e mais por questões ideológicas propriamente ditas.

A aproximação de grupos norte-americanos não pesou apenas em seu posicionamento ideológico, mas também na sua concepção jornalística. Embora tenha em Rui Barbosa, Carlos de Laet, Alcindo Guanabara e Eduardo Salmonte importantes referências na sua formação jornalística, nenhuma delas é maior que a do magnata estadunidense William Randolph Hearst. Seu conglomerado jornalístico, a Hearst Corporation, em seu momento de apogeu, na primeira metade do século XX, contava com 28 jornais, 18 revistas, cadeias de rádio e uma produtora de cinema, sendo até hoje um dos principais impérios jornalísticos nos EUA <sup>97</sup>. Inserido neste império estava o diário que inspiraria o formato encontrado em *O Jornal: o The New York Journal*. Contudo, esta não fora a única inspiração, outros como o *Nacional Broadcasting* e o *Columbia Broadcasting* serviram de exemplos para a formatação do matutino carioca, bem como, posteriormente, para todo os Diários Associados.

William Hearst tinha sugerido uma receita de como um bom jornalista deveria exercer sua profissão, e qual, segundo Carneiro, Chateaubriand seguia ortodoxamente: um jornalista pode exercer sua profissão de forma “estática”, aguardando as notícias para assim produzir, ou de forma mais interativa, “em movimento”, procurando ou mesmo provocando os fatos. Mas, para Hearst, o bom jornalista era aquele que, para obter as notícias, “participa diretamente dos fatos capazes de criá-las” <sup>98</sup>, isto é, “em ação”. Desta forma, além de Chateaubriand dar muita importância à reportagem *in loco*, outra maneira de estar “em ação” era com a criação de grandes campanhas empreendidas por *O Jornal*, que tinha por objetivo mobilizar a população sobre alguns temas relevantes da atualidade, sejam econômicos, sociais, ou mesmo políticos. Essas campanhas eram assaz eficazes na geração de notícias, e acompanhou toda a trajetória de Assis Chateaubriand, que até o ano de sua morte, em 1968, tinha empenhado 187 campanhas de cunho nacional, não somente no matutino carioca, mas utilizando-se de toda a sua rede. Assim, Chateaubriand, ao seguir a receita de Hearst, escolhia seguir a mesma vereda jornalística do magnata norte-americano, caracterizada, sobretudo,

---

<sup>97</sup> Essas informações foram retiradas do próprio site da Hearst Corporation (<http://www.hearstcorp.com/pdf/timeline.pdf?MORE=%23>). Vale, a título de curiosidade, informar que William Hearst foi um dos precursores da chamada “imprensa marrom” e foi na sua vida que Orson Welles se inspirou para rodar o filme “Cidadão Kane”.

<sup>98</sup> Carneiro, 1999, p. 113

pelo polemismo e pela irreverência, a “do homem de controvérsia, a que ele mesmo uma vez se referiu e de quando em quando com excelentes pitadas de *humour* nos artigos.”<sup>99</sup>

Polêmico, desta forma Chateaubriand mudaria a conduta e o posicionamento político de seu matutino carioca. Nestes primeiros cinco anos de existência, *O Jornal*, exceto quando promoveu campanha para a construção de uma empresa siderúrgica, em finais de 1919, era um jornal, segundo Austregésilo de Athayde<sup>100</sup>, de posições políticas “moderadas e oficiais”, defendendo plataformas governistas como o liberalismo, as oligarquias cafeeiras, entre outros. Nota-se, assim, a primeira grande mudança empreendida por Chateaubriand ao assumir o periódico: entre 1924 e 1930, *O Jornal* passara a ser um jornal com fortes tendências oposicionistas, especialmente ao governo de Artur Bernardes.

Contrário ao governo autoritário deste presidente, Chateaubriand apóia todos os movimentos contra o presidente mineiro. Isso o aproxima do grupo tenentista, louvando os seus atos de 1922 a 1924, cobrindo com tintas exageradas a Coluna Prestes. Para isso, chegou a enviar seus correspondentes Rafael Correa de Oliveira, Azevedo Amaral e Luiz Amaral para entrevistar os comandantes da “coluna invicta”. Sua campanha não se limitava a noticiar apenas a marcha dos rebeldes: além de contratar um comentarista especialista na marcha, o general Nestor Sezefredo dos Passos, Chateaubriand “chegou a abrir uma subscrição pública para arrecadar recursos destinados aos integrantes da marcha, que foram entregues por Oswaldo Chateaubriand a Prestes e Miguel Costa”<sup>101</sup>. Esta aproximação entre Chateaubriand e os tenentistas teve alguns reveses, entre os quais o principal foi que o presidente em exercício de *O Jornal*, o político e jurista Eptácio Pessoa, afastou do cargo, por não concordar em continuar promovendo o grupo tenentista, uma vez que a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, um dos marcos fundadores do tenentismo, tinha ocorrido durante sua gestão quando presidente, em 1922. Interessante notar que este apreço e colaboração com os militares e, em especial, com seu principal líder, *Luiz Carlos Prestes*, quase dez anos depois se mostraria uma grande ironia, sendo o dono de *O Jornal* um dos mais vorazes opositores contra o próprio, negando seu passado na Coluna. Como veremos nos próximos capítulos, um dos homens que ajudou a cristalizar a imagem de Prestes como “Cavaleiro da Esperança” o transformaria em “Cavaleiro do Apocalipse”, após os eventos de 1935.

Mas as transformações não foram apenas no caráter ideológico-político do matutino, mas também no que concerne à estrutura interna e estética do jornal. O grande desejo do

---

<sup>99</sup> Barata, 1971, p.75

<sup>100</sup> Cf. Leal, 2001. p. 2864

<sup>101</sup> Carneiro, 1999. p. 103

“Barão da Imprensa” era dar ao seu matutino um “estilo cosmopolita”, com inovações que estavam inseridas no contexto de modernização do jornalismo brasileiro em bases empresariais, emergindo entre os anos 20 e 30, como já discutimos anteriormente neste capítulo.

Embasada no modelo “seco” do jornalismo norte-americano, *O Jornal* iniciaria uma inovação editorial que, aos poucos, foi sendo adotada por outras empresas de comunicação, consolidando um lento processo de transposição do modelo baseado no “beletrismo” europeu pelo já dito modelo noticioso americano. Uma dessas inovações foi a diminuição dos longos artigos que ocupavam boa parte do periódico em prol do recrudescimento das reportagens. Aos poucos, os artigos foram sendo empurrados para o interior do jornal, em uma área específica, nos anos 1930, essa área gravitaria entre as páginas 3, 4 e 5, e a capa se tornaria um espaço privilegiado para as grandes reportagens que, em geral, eram diagramadas para terminar apenas dentro do jornal, sendo assim o primórdio das “cabeças”, ou *leads*, isto é, as chamadas da capa que provocam o leitor a obter o jornal para ter acesso completo as informações, que estão em seu interior.

Mas os artigos não foram excluídos do periódico, pelo contrário. Se já não gozava da primazia que gozava até o início dos anos 20, agora ocupam uma área do matutino marcado pelos textos de grandes autores da época. Assim, vários autores de diversas tendências, tais como Monteiro Lobato, Milton Campos, Lauro Sodré, Austregésilo de Athayde são alguns nomes importantes que passaram a integrar o elenco dos articulistas de *O Jornal*. Além disso, foram adquirido artigos escritos para o *New York American Syndicate* e o *New York Journal*, marcando o tão desejado cosmopolitismo estabelecido por Assis Chateaubriand.<sup>102</sup> Ao enviar Azevedo Amaral para trabalhar como correspondente inglês, o periódico incentivava os jornais concorrentes terem seus próprios correspondentes internacionais, além da compra de notícias pelas agências internacionais de notícias, como a Havas, a Reuters e a United Press, a qual assinava a maior parte das notícias internacionais publicadas pelo matutino carioca.

No plano artístico, o matutino remodelou em vários momentos a paginação gráfica, as técnicas de ilustração e o colunismo de artes plásticas<sup>103</sup>. Através da aquisição, em 1925, da moderna “Hoe”, uma rotativa capaz de imprimir 72 mil exemplares/hora, o periódico aumentava sua capacidade produtiva. No mesmo ano, o jornal passa a usar constantemente o processo de rotogravura a cores, processo importado das oficinas de Buenos Aires, melhorando a sua apresentação gráfica. Assim, edições especiais do Centenário de D. Pedro

---

<sup>102</sup> Cf. Carneiro, 1999. p.96

<sup>103</sup> Barata, 1971. p. 48

II, em dezembro 1925, do bicentenário da introdução do café no Brasil, publicada em 1927, entre outras, ficaram marcadas pela sua beleza e qualidade.

Podemos deferir, então, que este é um período próspero para a formação da futura rede dos Diários Associados, com o crescimento das transformações técnicas, a aquisição de maquinário cada vez mais moderno e de grandes nomes para integrar a sua equipe de jornalistas. Entretanto, uma questão nos aparece neste momento era como a despeito das precariedades econômicas que os diários ainda enfrentavam, Chateaubriand conseguia não somente manter equilibradas as despesas de seus empreendimentos, mas também adquirir outras propriedades comunicacionais? Basicamente, a resposta se resume a dois elementos: a habilidade de Chateaubriand em conseguir apoios econômicos para suas “aventuras” e, sobretudo, o incentivo da prática da publicidade nos jornais.

Considerava Chateaubriand a imprensa brasileira atrasada – e pobre – porque havia relações escassas, para não dizer raras, entre as empresas comerciais e/ou industriais e os jornais, e, assim, não se tinha “o habito de anunciar, dando-lhe, assim, melhores condições de sustentar e melhorar seu produto”<sup>104</sup>. Não obstante, como já foi discutido<sup>105</sup>, embora a primeira agência de publicidade, a Eclética, datasse de 1913, as relações entre jornalistas e anunciantes só viria a tomar corpo a partir dos anos 20 e muito desse estreitamento de laços, deve-se a relação de Chateaubriand com os recursos publicitários, novamente influenciado pelo modelo jornalístico norte-americano.

Um fato ilustra bem a confiança de Chateaubriand na publicidade. Quando da fundação de *O Jornal*, o dono dos Associados entregou a presidência do periódico ao ex-presidente Epitácio Pessoa. Este, por sua vez, ficara espantado com a quantidade de contratação – e de manutenção - de tantos nomes de fama, e perguntando como seu amigo “Chatô” iria arranjar recursos para pagá-los foi respondido por um tranqüilo Chateaubriand que “o senhor está colocando o carro adiante dos bois. Um princípio básico do capitalismo diz que primeiro a pessoa trabalha, e só depois recebe. Vamos deixá-los trabalhar em paz, depois a gente se vê como pagá-los”<sup>106</sup>. Na verdade, o dono do matutino já sabia de onde viriam os recursos, e não seria do lucro obtido pelas vendas dos periódicos, mas sim do incremento da publicidade, pois eram eles, e não os leitores, que “pagavam as notícias”. Outra modificação era a forma como esses anúncios se apresentariam que agora era responsabilidade dos gráficos dos jornais, melhorando substancialmente a disposição do texto e das ilustrações.

---

<sup>104</sup> Carneiro, 1999. p. 92

<sup>105</sup> Ver página 3 deste capítulo.

<sup>106</sup> Moraes. 1994, p. 92

Assim, em menos de um ano após sua reinauguração, *O Jornal*, com todas as suas inovações técnicas, remodelação da paginação gráfica, apresentando agora uma diagramação entre 18 a 24 páginas, divididas em dois cadernos, aumentara sua circulação em 100%. No mesmo período, houve um crescimento de 90% nos anúncios publicitários em seu jornal<sup>107</sup>. E isso criou uma receita excepcional para o matutino, já que Chateaubriand tinha implantado um expediente comercial que passaria a ser comum anos depois, que era a venda antecipada dos contratos de publicidade, isto é, “o anunciante antecipava o pagamento total dos anúncios que seriam publicados mensalmente, trimestralmente e semestralmente e anualmente”.<sup>108</sup> Este expediente fora vital para que Chateaubriand saldasse as diversas dívidas que possuía por conta de seu gosto pela aventura de adquirir outros periódicos, mesmo que isso fosse economicamente inviável. Destarte, a formação do conglomerado dos “Associados” deu-se, para Carneiro, muito pela postura não empresarial de Chateaubriand, que, tendo no máximo uma receita empatada com a despesa, e ele próprio levando uma vida pessoal bem modesta, visava na construção do seu “império” menos o lucro, e mais uma visão de “passar o Brasil a limpo”.<sup>109</sup> Mas, para Mario Barata, havia uma visão menos romântica das intenções de Chateaubriand na constituição dos “Associados”, que se baseavam, para ele, na “formação de um império econômico em estruturas de um supercapitalismo, por um lado, e nos resultados e possibilidades de integração nacional que ele permite, por outro.”<sup>110</sup>

Quando da compra de *O Jornal*, Chateaubriand decretou um programa diferente do que era costumeiro nos periódicos brasileiros, que em geral estavam vinculados a grandes famílias, como os Mesquitas e os Marinhos, e assim eram meros porta-vozes dos seus interesses pessoais. O editorial implantado buscava promover

“a integração do Brasil pela comunicação – educando e informando pela palavra escrita; expondo e debatendo pelo papel impresso, e depois pelos novos meios que surgiram, sob uma inspiração básica de grandeza espiritual e material, as principais questões brasileiras necessitadas de despertar, formando uma consciência nacional uniforme, totalizadora, no interesse do avanço de nossa civilização”<sup>111</sup>

Portanto, nos primeiros anos de *O Jornal* já estavam germinadas as bandeiras que seriam defendidas em toda a história dos Diários Associados. Essa política editorial pode ser definida como “uma série de normas, às vezes não escritas – que valem como uma carta de

---

<sup>107</sup> Cf. Carneiro, 1999. p. 98

<sup>108</sup> Carneiro, 1999. p. 104

<sup>109</sup> Cf. Carneiro, 1999 e Barata 1971.

<sup>110</sup> Barata, 1971. p. 49

<sup>111</sup> Carneiro, 1999, p. 97

princípios para reger a óptica e a divulgação realizada pelos jornalistas da empresa, fixando seu posicionamento na comunidade" <sup>112</sup>. Estavam pautadas em dois grandes temas. O primeiro era o “ideal de império”, ou seja, os *Diários* deveriam corresponder exatamente àquilo que é geograficamente o Brasil: um império, no sentido de grande, forte e poderoso, e para isso, é necessário empreender no país “formidáveis investimentos de tesouros espirituais, de energias anímicas.” <sup>113</sup>. O segundo estandarte levantado pelo conglomerado era o “programa associado”, sobre o qual as palavras de Chateaubriand são esclarecedoras:

“Nosso programa, que é fazer órgãos de doutrina e de informação, não comporta direita nem esquerda. Estamos no céu e na terra para servir à unidade brasileira. Somos todos militantes dessa idéia. (...) Nossos jornais não se limitam a serem os refletores, senão os guias e moderadores do sentimento ambiente das multidões, contribuindo para a formação da consciência pública e assumindo o papel de construtores do espírito (...). Estamos longe de sermos um empreendimento de timbre exclusivamente capitalista. Não almejamos o lucro, e não cultuamos a propriedade como um totem sagrado (...). Nossa cadeia de informação é um sistema fortificado, a fim de baluartar a unidade brasileira (...) Somos um pequeno exército nacional, à paisana, penetrado da consciência de nossos deveres e da santidade de nossas tarefas, fiel à divisa de nossa bandeira que é o serviço da integridade nacional”<sup>114</sup>

Assim, não é de estranhar que o vertiginoso crescimento do carioca *O Jornal*, que agora contava com um “irmão”, o periódico paulista *Diário da Noite*, adquirido em 1925, aumentaria o prestígio de Chateaubriand nos círculos do poder da primeira República. Contudo a vocação oposicionista do jornalista paraibano o faria se aproximar do gaúcho Getúlio Vargas, que tinha sido apresentado a ele pelo também nordestino Lindolpho Collor em 1927. O rápido e intenso entrosamento entre essas duas figuras se deu, em parte pela admiração mútua que já nutriam um pelo outro, em parte pelos “vários pontos convergentes em relação aos caminhos do Brasil” <sup>115</sup>, já que, para o próprio Chateaubriand, Vargas nesse momento estava longe de ser “o xenófobo nacionalista” que o caracterizaria na década seguinte<sup>116</sup>. Também contaram interesses pessoais de cada um: Getúlio sabia que, uma vez tendo o apoio de Chateaubriand, teria ao seu lado a colaboração de um importante canal de imprensa, o que seria útil para suas pretensões políticas futuras. Já para Chateaubriand, ter a simpatia do político rio-grandense o ajudaria a expandir sua rede em terras sulistas.

---

<sup>112</sup> Cf. Bahia, 1990.

<sup>113</sup> Carneiro, 1999, p 111

<sup>114</sup> Carneiro, 1999, p. 112

<sup>115</sup> Carneiro, 1999, p. 119

<sup>116</sup> Chateaubriand dizia que “foi o jacobinismo militar que o transformou em xenófobo, em seguida à jornada subversiva de outubro de 1930. Antes, ele não o era, nem nunca fora” In. Carneiro, 1999, p. 121.

Começava publicamente aí o controverso e complexo relacionamento entre essas duas personalidades da história política brasileira.

Chateaubriand, a partir de 1929 se tornou o redator oficial da Aliança Liberal, a agremiação dissidente do grupo oligárquico paulista, quando exigiu, em artigo de *O Jornal*, que “outros estados tinham direito à cadeira do Catete”<sup>117</sup>. Seguindo aquela cartilha do bom jornalista, que está sempre em ação, redigiu juntamente com Collor o manifesto inaugural da Aliança Liberal. Assim, as visitas de Getúlio no prédio do matutino carioca, na Rua Buenos Aires nº 152, passaram a ser cada vez mais freqüentes. Getúlio também foi o principal fiador na compra da revista “O Cruzeiro”, ainda em 1927, e do “Diário de Notícias”, do Rio Grande do Sul.

Mesmo com a derrota de Vargas para o paulista Júlio Prestes no pleito deste mesmo ano, nem Vargas nem Chateaubriand e muito menos *O Jornal* desanimaram na empreitada de retirar as oligarquias paulistas do poder. Por isso, depois do amplo destaque do matutino à revolta de Princesa, em fevereiro de 1930, contra o presidente estadual João Pessoa, ligado a AL e, sobretudo, ao assassinato do mesmo em julho, foi relatada de forma detalhada e exagerada pelo periódico, que acusou formalmente o governo pela sua morte, os artigos que pregavam a necessidade de uma atitude insurrecional foram freqüentes. Contudo, no golpe de 3 de outubro de 1930, que destituiu o presidente Washington Luis, Chateaubriand tenha sido o último a saber, justamente pelo medo de Oswaldo Aranha, principal articulador do golpe de que a ânsia de Chateaubriand, dada a sua empolgação com aquele momento revolucionário, pudesse vaziar alguma informação com o objetivo de dar algum “furo” de reportagem, e assim atrapalhar os planos golpistas<sup>118</sup>. Ainda assim, o evento tivera participação decisiva de *O Jornal*, não só na cobertura da marcha insurrecional, mas também no incitamento das massas populares.

---

<sup>117</sup> *O Jornal*, 15/01/1929

<sup>118</sup> Dando um murro na mesa e gritando, “Cachorros! Os cachorros da Aliança me enganaram! A revolução vai rebentar amanhã à tarde em Porto Alegre! E eu aqui arriscando a minha pele e na hora 'H' me deixo de fora”, foi como reagiu Chateaubriand ao receber a notícia - às 22 horas do dia 2 de outubro no Hotel Glória - sobre o golpe marcado para o dia seguinte. E isso só ocorreu por acaso, já que o informante, o líder do governo federal da Câmara, deputado João Cardoso de Almeida, acreditava que o jornalista paraibano já estivesse a par dos planos e comentou. A partir daí começa a epopéia – mais uma - de Chateaubriand para chegar a Porto Alegre, início da marcha golpista, que Glauco Carneiro retrata muito bem em seu livro, com direito a viagens de monomotor em condições desfavoráveis e a ameaças de Chateaubriand ao piloto que se recusava a viajar em tais condições, o jornalista percorrendo de Florianópolis a Rio Grande do Sul a carro e cavalo, disfarçado de padre para não ser pego pelas forças legalistas que tinham mandato seu de prisão, e a confusão, por parte de grupos revolucionários, dele com um espião do governo que quase o executou, entre outras peripécias. Para saber mais de tal epopéia, contada em tons novelescos, ver Carneiro, 1999, pp. 140 - 145

Destarte, os primeiros momentos após a revolução que colocou Vargas no poder foram de bom relacionamento entre ambas as partes, não obstante o jornalista publicasse artigos em *O jornal*, o órgão líder da sua rede de comunicação criticando, de forma moderada, alguns dos caminhos tomados pelos revolucionários.

O ano de 1931 chegava e, com ele, *O Jornal* passava por mais um processo de modernização, não apenas com a remodelação de paginação, mas com a aquisição de um prédio de oito andares na Rua 13 de Maio, no centro do Rio, que também servia como o quartel-general de onde o “Barão da Imprensa” comandava a sua rede. No mesmo ano, Chateaubriand se enveredava em mais um empreendimento: a constituição da primeira agência de notícias do país, a Meridional, que só veio a ter uma concorrente nacional em 1966<sup>119</sup>. A Meridional viria, destarte, se juntar ao seletivo grupo de cinco empresas similares que existiam em todo o mundo, e que eram amplamente utilizadas pelos jornais brasileiros: as européias Havas – a primeira deste segmento no mundo, fundada em 1835 -, Reuters e Wolff, e as americanas Associated Press e a United Press.

Mas o que era para ser um ano memorável para a história da rede de Chateaubriand também foi o início da primeira grande crise entre o jornalista e Getúlio Vargas, o que quase culminou no desaparecimento dos “Associados”. Embora o fortalecimento da ala tenentista em detrimento da ala liberal fosse algo que já incomodasse Chateaubriand nos primeiros tempos, a primeira divergência séria entre o paraibano e o governo provisório apareceu no início de 1931, quando foi estabelecido um Tribunal Especial para julgar os opositores da revolução, acusados de “crimes qualificados”. Era visível para Chateaubriand que isso era um exagero vindo da ala tenentista, e que tal Tribunal poderia atingir alguns grupos colaboradores para a formação da sua rede. Doravante, os tenentes, que na década anterior eram exaltados por Chateaubriand, agora eram a “influência maléfica” no governo, responsáveis pelos erros do novo regime, principalmente “aqueles que haviam abraçado o comunismo, acompanhando a opção de Luiz Carlos Prestes”<sup>120</sup>, indicando aí uma das suas bases ideológicas, já observada, do anticomunismo.

A partir do momento que Vargas escolhera um dos tenentes mais radicais para ser o seu interventor em São Paulo, o capitão João Alberto Luiz de Barros, começou uma campanha de Chateaubriand no porta-voz da rede, *O Jornal*, para o imediato retorno à normalidade legal no país, entendendo este ser a tarefa do “ditador” a rápida convocação da Assembléia Constituinte. Chateaubriand estava, portanto, vinculado ao grupo formado por

---

<sup>119</sup> Cf. Carneiro, 1999, p. 157

<sup>120</sup> Carneiro, 1999, p. 150

alguns políticos como Lindolfo Collor e Raul Pilla<sup>121</sup>, que já em 1931 temiam o estabelecimento de uma ditadura, dados os amplos poderes que acompanhavam o presidente gaúcho há quase dois anos e o tom do discurso tenentista de continuidade, e exigiam a reconstitucionalização do país. Ilustra bem este posicionamento de Chateaubriand, a favor do retorno constitucional uma pesquisa nas ruas encomendada pelos seus periódicos cariocas, *O Jornal* e *O Diário da Noite*, sob o mote “Qual o tipo ideal para ocupar a Presidência da República?”, que foi amplamente divulgada. Contudo seus leitores não puderam saber o seu resultado, por proibição direta do chefe de polícia Batista Luzardo.

A atuação de Chateaubriand na Revolução Constitucionalista de 1932 não foi direta, participando como “correio”, contudo, “sua verdadeira contribuição aos rebeldes paulistas tinha sido colocar os Associados escancaradamente a serviço da insurreição tramada em São Paulo”<sup>122</sup>, tornando o *Diário da Noite* de São Paulo o “diário” oficial dos oficiais revoltosos. Vargas não teve alternativa além de colocar toda rede dos “Associados” sob censura, prender Assis Chateaubriand em sua casa na Avenida Atlântica – para logo depois ser solto – e empastelar *O Jornal*, publicando em seu lugar uma folha governista intitulada *A Nação*. Com os constitucionalistas derrotados, Assis Chateaubriand seria posto em exílio, no qual, teoricamente, teria ido para o Japão, contudo, alguns autores afirmam que ele apenas ficou no interior do Brasil, para que, na primeira oportunidade, pudesse voltar à cena política brasileira e reaver os seus periódicos.

Depois de mais de um ano em silêncio, Chateaubriand reapareceria efetivamente em final de 1933 em meio à instalação da tão desejada Assembléia Constituinte. O Governo Provisório de Vargas já passava por uma fase de intenso desgaste e focos de insatisfação e oposição recrudesciam na sociedade, forçando-o a fazer concessões a algumas demandas em prol de sua manutenção no poder. Isso talvez explique o convite que Vargas fizera a Chateaubriand, em início de 1933, para um encontro no Palácio do Catete. Os dois velhos companheiros da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 voltavam a estar frente a frente para uma conversa marcada pela ironia e o cinismo.

“A conversa foi risonha e mutuamente revestida de cinismo florentino, como Assis agradecendo ‘ao ditador’, o oferecimento de ‘gentis férias nipônicas, impolidamente recusadas’, e Getúlio aludindo ‘às dificuldades encontradas para comprar as dívidas’ dos Associados.”<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> Carlos Leal ao se referir a este grupo que pregava a reconstitucionalização coloca também Batista Luzardo, o que é improvável posto que este fosse, até 1932, chefe de polícia da capital federal e, como já foi citado, fora ele quem vetara a divulgação da pesquisa popular que provocava Getúlio Vargas. Cf. Leal, 2001, p. 2863

<sup>122</sup> Cf. Morais, 1994.

<sup>123</sup> Carneiro, 1999, p. 169.

Depois da troca de cortesias, Vargas diria a Chateaubriand a real intenção do convite: reconhecendo o jornalista pernambucano “invencível”, não obstante a gama de inimigos que ele passara a ter como consequência, o chefe do governo provisório faria um aceno de paz, dizendo que os "Associados" faziam falta ao governo. Mas a trégua teria seus limites de liberdade e Chateaubriand teria que concordar em ceder, o que ele negou num primeiro momento. Mas a oferta ainda estava de pé, e as conversas com seu ex-sogro Zózimo Barrozo do Amaral, que, governista, serviu de elo entre Chateaubriand e o Getúlio, fizeram com que o jornalista paraibano reconhecesse que, naquele momento, certas transigências políticas se faziam necessárias para a retomada de sua influência. Assim, sob a direção de Zózimo, Chateaubriand conseguiu reaver seu querido e sempre líder dos "Diários", *O Jornal*. Com a sua rede comunicacional de volta às mãos, o jornalista pernambucano empreendeu estratégia na linha editorial de seus jornais que visavam a correr o menor risco possível frente ao governo e não enfrentar de peito aberto seus inimigos. Doravante, "identificar alguns pontos de vistas comuns com o governo, priorizar os assuntos de jornais e revistas e voltar os olhos para novas áreas da comunicação" <sup>124</sup> eram algumas das estratégias percebidas em *O Jornal*, estendendo-se a toda a rede dos “Associados” até o final dos anos 1930.

Fazer concessões resignadas à linha governista não significava, todavia, que Chateaubriand não concordasse ideologicamente com as atitudes e os posicionamentos políticos de Getúlio Vargas. Assim, a hostil campanha contra o crescimento da Aliança Nacional Libertadora, e, sobretudo aos levantes de novembro de 1935, não consistiriam em uma imposição varguista ao jornalista paraibano, um ônus, mas sim um posicionamento ideológico consciente de Chateaubriand, que já tinha de muito tempo esta postura de adversário dos comunistas. Tendo como visão que seus periódicos serviam como instrumentos “úteis de cooperação com as forças construtoras na solução dos problemas nacionais e no desenvolvimento geral do país” <sup>125</sup>, e entendendo, como já citamos que o socialismo e o comunismo eram forças de degradação da nação, avançamos a hipótese de que o discurso anticomunista adotado em seu jornal nos dois anos entre as insurreições de novembro de 1935 e o golpe estadonovista de 1937 era mais do que uma forma de Chateaubriand se reaproximar do poder, o que realmente aconteceu, mas também como maneira de colaborar no desenvolvimento do país e na consolidação de uma identidade

---

<sup>124</sup> Carneiro, 1999, p. 172

<sup>125</sup> Carneiro, 1999, p. 172

nacional vinculada aos interesses hegemônicos, o que implica também reconhecer seus inimigos vitais.<sup>126</sup>

Mas as antigas rusgas entre Chateaubriand e Vargas se tinham arrefecido, não desapareceram. A partir de fins de 1936, quando o “*perigo vermelho*” começava a sair – momentaneamente – das páginas dos jornais, e a sucessão presidencial, que estava prevista para ocorrer no início de 1938, passava a se tornar o principal tema das colunas políticas e dos artigos, *O Jornal* apoiara a candidatura de Armando de Sales Oliveira. Interventor em São Paulo desde 1933, foi eleito em 1935 como governador paulista, Sales também fora diretor-chefe de *O Estado de S. Paulo* (OESP), jornal presidido pelo seu cunhado, Julio de Mesquita Filho. Homem de grande influência e gestor respeitado, supunha-se, sobretudo nos círculos paulistas, que ele seria o vencedor natural do pleito de 1938, o que não pode ser comprovado pela falta de pesquisas de opinião da época e, sobretudo, porque a eleição não se realizou. Assim, as relações entre *O Jornal* e o *OESP* eram de profundo respeito e admiração, sendo que, por diversas vezes, citavam matérias uma da outra e se auto-proclamavam como “coirmãos”. Assim, Chateaubriand voltava a se afastar da linha sugerida por Vargas, que, em teoria, apoiava a candidatura de José Américo de Almeida.

Contudo, Chateaubriand, e por extensão *O Jornal*, tinha aprendido a lição de 1932, e tomou a tática de não radicalizar sua oposição, como fizera outrora. Logo, se já começava a publicar textos criticando o governo, estes eram feitos de forma moderada, descontínua, e na sua maioria eram críticas à política econômica. No âmbito político, salvo quando o assunto era o anticomunismo, no que havia um exagero nas tintas, o matutino carioca, em meados de 1937, começava a mostrar um certo desinteresse, sobretudo após de maio, quando os envolvidos com os levantes de 1935 foram julgados e suas sentenças decretadas. E quando veio o golpe estadonovista de 10 de novembro, após toda a repercussão da instituição de uma nova Constituição, o líder dos “Associados” e seu principal articulista enveredavam pelo caminho do silêncio. Neste momento autoritário, cabia aos jornais tomar um dos dois caminhos possíveis para não serem censurados e/ou empastelados pelas forças governistas: ou apoiar entusiasticamente os feitos do “Pai da Nação” e do Estado Novo, ou se calar, direcionando seu olhar para outras demandas. Foi esta a postura de *O Jornal*, bem como de Chateaubriand, que, diversificando seus empreendimentos econômicos, como a pecuária, se afastava gradativamente do jornal.

---

<sup>126</sup> Analisaremos mais detalhadamente este alinhamento anticomunista de “O Jornal” e de Chateaubriand nos capítulos subseqüentes, visto que este é um dos objetivos centrais de nossa pesquisa.

Tendo a concepção de que o jornalismo, mais que noticiar e debater, era uma forma de influir, Chateaubriand percebia que mais nada podia fazer. Saía de cena o resignado “Barão da Imprensa” que, embora pudesse ter alguma simpatia pelos movimentos fascistas<sup>127</sup>, era um liberal assumido e, assim como toda a imprensa porta-voz dos grupos defensores do liberalismo, não tinha percebido que, ao combater o comunismo e apoiar o reforço do aparelho do Executivo, estava preparando terreno para o “eclipse autoritário”<sup>128</sup>

O liberalismo que Chateaubriand tanto defendia era, assim como o catolicismo e o nacionalismo, como as matrizes não somente do discurso, mas também das ações anticomunistas que recrudesceram nos anos 1930, especialmente depois do ano de 1935, marcado pela criação, pelo crescimento exponencial e pelo fechamento de uma das principais vozes opositoras ao regime Vargas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), e também pelos levantes sediciosos de novembro, no Nordeste e no Rio de Janeiro. Analisar estes eventos e relacioná-los às matrizes do anticomunismo brasileiro é o nosso principal objetivo no capítulo a seguir.

---

<sup>127</sup> Isso é assinalado por alguns autores, como Leal e Carneiro, contudo, no atual estágio de análise das fontes, não percebemos alguma simpatia de Chateaubriand nem do próprio *O Jornal* ao movimento fascista, que era enquadrado como uma doutrina extremista assim como o comunismo.

<sup>128</sup> Cf. Capelato, 1999.

## **Capítulo II**

### **1935: O ANO DA EFERVESCÊNCIA DO ANTICOMUNISMO**

#### **2.1. Em busca de uma definição**

Se uma coisa Karl Marx advertira, com muita propriedade, em seu Manifesto era que o comunismo se tornaria um espectro a rondar a sociedade, sobretudo no século XX. Igualmente, Marx já alertara para o fato de alguns setores oposicionistas do Estado serem tachados “com a alcunha infamante de comunistas?”<sup>129</sup>. Ou seja, o que o fundador do marxismo previa era a possibilidade de que o crescimento do comunismo viesse acompanhado do recrudescimento de um temor dos setores mais conservadores frente a este sistema, tentando contê-lo a qualquer custo. Em uma palavra, surgia o que chamamos de “anticomunismo”.

Os trabalhos sobre o anticomunismo no Brasil nos anos 30 são escassos e pontuais. E não obstante nos ajudem a compreender o fenômeno da rejeição militante ao comunismo no país, boa parte dessas explicações acabam por entrar pelo terreno movediço e polêmico das intenções bolcheviques por trás dos eventos de 1935. Deixam em segundo plano as representações anticomunistas e as suas utilizações no fortalecimento da ideologia autoritária que culminaria na implantação do Estado Novo em 1937. Curiosamente, na análise sobre o anticomunismo, percebemos que tal escassez também é percebida nas produções historiográficas internacionais. Para Serge Bernstein e Jean-Jacques Rioux, existe uma razoável produção quanto ao antimilitarismo, o anticlericalismo e até sobre o antifascismo, mas o mesmo não é percebido quanto ao anticomunismo. As razões para tal carência podem ser encontradas tanto no caráter difuso e variado de suas fontes, por ser um tema inconveniente e incômodo, bem como pelo fato de poucos grupos se admitirem como anticomunistas, mesmo quando sua prática era explícita.<sup>130</sup>

Numa definição lexical, anticomunismo pode ser entendido como “oposição à ideologia e aos objetivos comunistas”<sup>131</sup>, e seus militantes seriam “os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”<sup>132</sup>. Segundo Rodrigo Motta, podemos dizer que o sentimento anticomunista surgiu como reação natural após a Revolução

---

<sup>129</sup> Marx, 2001. p. 65

<sup>130</sup> Cf. Becker e Bernstein, 1987. p. 17

<sup>131</sup> Bonet, 1986. p.34

<sup>132</sup> Bernstein e Becker, 1987, p. 10

de Outubro de 1917, quando a tomada do poder pelos bolcheviques passou de uma promessa abstrata para uma realidade factível na cena mundial, tornando-se uma alternativa em relação aos regimes tradicionais. Desta forma, não devemos ver o anticomunismo apenas numa perspectiva simples de oposição aos princípios bolcheviques, procurando entendê-lo como um movimento bem mais complexo.

Além da vitória do movimento revolucionário soviético, a crise da sociedade liberal em fins da década de 1920 dava legitimidade ao entusiasmo dos comunistas, propalando seus ideais. A partir daí, a recusa ao comunismo, entendido aqui como “comunismo marxista”<sup>133</sup>, dada a polissemia do termo, deixou de ser um sentimento “espontâneo” de insegurança e converteu-se em movimento para limitar a escalada revolucionária, embora não fosse caracterizado pela coesão dos seus grupos participantes,. Nas palavras de Rodrigo Motta, “a força do comunismo, a expansão e o crescimento dos partidos e dos ideais comunistas engendraram o anticomunismo”<sup>134</sup>

O comunismo, desta forma, ficava marcado pela intensidade de sentimento dos seus adeptos e seus opositores. Aos que advogavam tal ideologia, o bolchevismo era uma forma de revolução libertadora e humanitária. Eles viam o anticomunismo como uma ideologia negativa, oriunda de uma burguesia em plena crise. Luciano Bonet, ao discutir a questão de como o anticomunismo era percebido pelos comunistas, cita a forma exemplar de Palmiro Togliatti, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, que dizia que o anticomunismo significava “dividir categoricamente a humanidade em dois campos e considerar [...] o dos comunistas... como campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana”<sup>135</sup>

Já os que temiam a “ameaça vermelha”, viam no comunismo o instrumento para a “destruição da boa sociedade, da implantação do caos social e do terror político”<sup>136</sup>; em suma, como a desgraça total.

Embora esse discurso possa ser identificado como um discurso da direita política, o anticomunismo não é um fenômeno estritamente limitado a essa ala. Certos valores pautados na social-democracia também podem ser encontrados na ideologia anticomunista

O fenômeno anticomunista pode ser dividido em duas categorias: sua ideologia e suas práticas.

---

<sup>133</sup> O comunismo tem toda uma história, desde a república de Platão até a Revolução Francesa, mas o que é principalmente atacado nos textos anticomunistas é o “comunismo marxista”. Cf. Silva, 2001, p. 24-25

<sup>134</sup> Motta, 2000, p. 42

<sup>135</sup> Bonet, 1986. p. 34

<sup>136</sup> Motta, 2000, p. 42

Entende-se a ideologia em uma perspectiva que a vê, entre outras utilizações, como meio de legitimação das relações de dominação. Não apenas para criar, manter tais relações, mas também para contestá-las. Logo, tentamos retirar parte do aspecto negativo do conceito, procurando entendê-la segundo a formulação feita pelo filósofo político Martin Selinger, que a vê como “conjuntos de idéias pelas quais os homens [sic] postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação política, qualquer que seja o objetivo dessa ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social”<sup>137</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, ao olharmos para essa sociedade, além das condições materiais, é necessário tentar apreender o conjunto de idéias, valores e crenças compartilhadas pelos membros dos grupos sociais em questão. Tais idéias se relacionam diretamente à forma como esses grupos vêem, pensam e atuam em sociedade às suas práticas culturais, portanto: é o que aqui chamaremos de ideologia. As ideologias serão entendidas num duplo sentido: ao mesmo tempo em que dão sentido ao mundo e criam uma identidade para os grupos sociais, esses conjuntos de representações tentam naturalizar as histórias particulares desses grupos e orientar suas trajetórias numa determinada direção; elas organizam e deformam a “realidade” social simultaneamente. Desta forma, o conceito “ideologia” não fica circunscrito às forças hegemônicas, podendo também ser observada nos grupos contra-hegemônicos.

No caso da ideologia anticomunista, por sua vez, ela teve a função de reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes, no caso os grupos conservadores amedrontados pelo aumento no raio de influência do comunismo, estabelecendo e sustentando “relações sistematicamente assimétricas de poder”<sup>138</sup>. A função da ideologia anticomunista para a legitimação das forças dominantes passava por algumas estratégias tais como a promoção de crenças e valores e a naturalização e universalização dessas mesmas crenças, de modo a torná-las óbvias e inevitáveis, como o cristianismo e o nacionalismo. Mas, sobretudo, o ato de difamar as idéias que possam desafiar-lo, e/ou excluindo formas opostas de pensamento e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo<sup>139</sup>. Nesse caso, a idéia rival dos grupos dominantes era o comunismo, e para legitimar a sua ojeriza a este sistema, pintava-se com tintas fortes e com boa dose de exagero o mal que o bolchevismo poderia causar se não extirpado da sociedade. De acordo com a historiadora Carla Luciana Silva, o

---

<sup>137</sup> Selinger, Martin. *Ideology and Politics*, London, 1976, p. 11 apud: Eagleton, 1991 p. 20

<sup>138</sup> Thompson, 1995, p. 90

<sup>139</sup> Cf. Eagleton, 1991, p. 19

anticomunismo “serviria então para a manutenção do Estado estabelecido representante das camadas detentoras do poder político e econômico, mas referenciados por alguma tradição marxista”<sup>140</sup>

Ou seja, no aspecto ideológico, o anticomunismo deve ser apreendido como “um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui um discurso e um imaginário próprio”<sup>141</sup> Todavia, o anticomunismo tem a sua dimensão enquanto prática, no sentido de movimento político que mobiliza a ação e a militância de grupos organizados. É neste viés de compreensão que podemos ver a recusa “sendo utilizado com muita eficácia na luta contra as tendências revolucionárias”<sup>142</sup>, aglutinando certos setores conservadores, muitas vezes bem diferentes em sua natureza, em prol do combate contra o “*perigo vermelho*”. A certeza de que não era possível a aliança com os grupos ou países comunistas, exceto em possíveis momentos táticos, como em guerras, fazia com que os setores anticomunistas agissem de duas maneiras: além do óbvio confronto agressivo, poderia existir a possibilidade de grupos anticomunistas agirem de acordo com os pressupostos de uma coexistência pacífica, que, se mostra certa tolerância, revela, igualmente, uma “incompatibilidade radical com o campo oposto”<sup>143</sup>. O “inimigo” não está reduzido aos quadros de membros dos partidos comunistas, mas a qualquer pessoa que destoasse do discurso proferido pelas forças dominantes e que pudesse ser enquadrada como influenciada pelo marxismo. Inscrito nessa perspectiva, alargava-se o rol dos suspeitos de propagar a “ameaça comunista” para incluir qualquer pessoa ou grupo opositor do Estado, e seu combate legitimava e fortalecia a ação governamental.

O anticomunismo nos países democráticos de fraca oposição comunista tem a função de colaborar na integração sociopolítica e na justificação do sistema vigente. No entanto, nos estados onde a presença do comunismo é intensa e constitui uma alternativa factível, no sentido de ser “elemento de constante dialética e de controle de gestão do poder”<sup>144</sup>, uma política anticomunista agressiva só seria admitida em face de fortes dilaceramentos sociais. Isso, pois há o respeito às regras da democracia dentro da sociedade civil, obrigando que haja justificativas plausíveis e concretas para o confronto com a posição comunista. Dessa forma é que consideramos que o anticomunismo brasileiro toma uma postura mais radical, a ponto de

---

<sup>140</sup> Silva, 2001, p. 26

<sup>141</sup> Motta, 2000, p. 42. Analisaremos mais profundidade o discurso e a ideologia anticomunista, sobretudo no Brasil, nos próximos capítulos.

<sup>142</sup> Motta, 2000, p. 42

<sup>143</sup> Bonet, 1986, p. 35

<sup>144</sup> Bonet, 1986. p. 35

ser elemento legitimador junto à sociedade do Estado Novo em 1937, a partir, sobretudo, da criação da Aliança Nacional Libertadora e das insurreições de novembro de 1935. Isto porque concordamos com a perspectiva de que o anticomunismo já estava presente na sociedade brasileira desde as repercussões da revolução de outubro de 1917. Entretanto, discordamos da idéia que relativiza a importância dos eventos de 1935 para a radicalização do discurso anticomunista, percebendo-os como “apenas um dos fatores de um processo que vinha se desenrolando há pelo menos duas décadas”<sup>145</sup>, pois eles foram exatamente os elementos de dilaceramento social que possibilitaram a ação repressiva do Estado contra os grupos comunistas (e mesmo os que não o eram, mas cometeram o erro de se oporem ao governo).

A análise do anticomunismo até agora se deu de forma conceitual, porém, se o entendemos como um fenômeno complexo, sendo ao mesmo tempo ideológico e político, ele é “explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países e das diversas origens ideais e políticas em que se inspirara”<sup>146</sup>.

## **2.2. A Situação na Europa nos anos 1930**

Em nossa análise a respeito do anticomunismo brasileiro dos anos 30, sobretudo da “primeira grande onda anticomunista”, de 1935 a 1937, faz-se necessário entendê-lo como um acontecimento que não foi unicamente brasileiro, mas sim de natureza internacional. Por isso, cabe aqui uma breve discussão dos seus principais elementos, a despeito das dificuldades bibliográficas específica sobre o tema.

Entre os estudiosos é quase senso comum que a principal influência do antibolchevismo brasileiro entre os anos 1920 e 1930 foi a Europa, fundamentalmente a França. Neste país, esse sentimento de estranhamento ao marxismo vinha logo após a Revolução Russa de 1917, vista sob os piores auspícios, como, por exemplo, o de traição e anarquia. O quadro retratado era o pior possível: os horrores da guerra, a destruição violenta da ordem estabelecida e a ruína da economia russa eram algumas das conseqüências “nefastas” da implantação do comunismo. A recusa ao comunismo na opinião pública francesa alcançava em 1919 níveis elevadíssimos: 90% do eleitorado rejeitavam tal sistema. E esse repúdio não era movimento unicamente da direita: partidos de condutas socialistas mostraram fortes reservas para com a revolução em curso.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> Silva, 2001. p. 50

<sup>146</sup> Motta, 2000, p. 42

<sup>147</sup> Bernstein e Becker, 1987, p. 18

Os anos 1930 trouxeram consigo uma mudança substancial no contexto político, sobretudo após a crise de 1929-1933. Eric Hobsbawm observa que esse período entreguerras foi marcado pelo colapso das instituições liberais. Ao decréscimo dos Estados influenciados pelo liberalismo, havia um recrudescimento daqueles que adotavam políticas mais intervencionistas, como o estado de bem-estar social, o comunismo e o fascismo. Quanto a este último, o historiador inglês aponta que era o principal adversário das instituições democráticas. Isto porque, primeiramente, a política stalinista dos anos 1930 não podia e nem queria uma revolução mundial e, em segundo lugar e como consequência, nenhum governo denominado liberal-democrático foi derrubado pela esquerda socialista nesse período.<sup>148</sup> Concordamos em parte com essa perspectiva, todavia, entendemos que o medo da esquerda era tão forte quanto o do ascendente fascismo. No entanto, a sua rápida expansão fez com que alguns países europeus se aliassem estrategicamente ou recuassem o fervor das suas críticas aos partidos comunistas, principais opositores dos fascistas. Não que deixassem de vê-los, como nos anos 20, como inimigos mortais, mas por antever uma possível guerra germano-soviética, que fizesse os dois lados se destruírem<sup>149</sup>.

O próprio Komintern reconhecia, no início dos anos 30, que não era mais a social-democracia a sua principal adversária, mas sim o nazismo. Durante o VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1935, o secretário-geral da Internacional Comunista, Georgi Dimitrov<sup>150</sup>, dividia o campo capitalista em duas categorias: Estados imperialistas adeptos da guerra e Estados imperialistas “pacíficos”. Enquanto esses últimos desejavam manter o *status quo* por vias não conflituosas, traumatizados pelos horrores da Primeira Grande Guerra, os primeiros buscavam expandir-se e se consolidar por vias mais agressivas. O fascismo era a personificação da primeira perspectiva e era visto não mais como “a forma mais reacionária, mais chauvinista, mais agressiva, da ditadura do capital financeiro”, e sim como “um adversário de periculosidade diferente da dos outros”<sup>151</sup>.

Nas conferências nacionais de cada partido comunista na Europa, a resolução predominante era a formação de alianças antifascistas. Para isso ser possível, tal aliança deveria abranger não somente “o centro e a esquerda, mas qualquer pessoa, tendência, organização ou Estado que, por qualquer razão, estivessem dispostos a resistir ao fascismo e

---

<sup>148</sup> Cf. Hobsbawm, 1995.

<sup>149</sup> Cf. Hobsbawm, 1995.

<sup>150</sup> Gueórgui Mikhailov Dimitrov foi um estadista búlgaro, secretário-geral da Internacional Comunista entre 1934 e 1943.

<sup>151</sup> Hobsbawm, 1989, p. 133

às potências fascistas”<sup>152</sup>. Desta forma, as frentes populares tendiam a tornar-se “frentes nacionais”, em combate as frentes anticomunistas. Para Eric Hobsbawm, a formação destas frentes antifascistas dava início à Guerra Mundial que eclodiria em 1939, aproveitando a popularidade que a URSS ganhara ao criticar e se opor abertamente à Alemanha nazista, diferentemente da postura hesitante do Ocidente<sup>153</sup>.

Nestas condições, o anticomunismo não poderia continuar sob as mesmas formas da década anterior. Com o descrédito da ideologia liberal nos anos 1930, o catolicismo e o nacionalismo passavam a se tornar os principais baluartes do anticomunismo europeu. A sua recusa “instintiva” ao comunismo passava agora à necessidade de convencer a sociedade dos “perigos reais” do bolchevismo. E para isto acrescentavam um anticomunismo “instrumental”, em que se explicavam didaticamente os pontos divergentes em relação ao marxismo, tanto ideológicos quanto de atuação prática dentro da democracia ocidental. Criavam-se ou consolidavam-se vocábulos que passavam a ser utilizado sistematicamente como antônimos do comunismo, tais como “democracia”, “liberdade”, “patriotismo”, “cristianismo”; e tantos outros que eram utilizados como sinônimos, como “tirania”, “barbárie”, “satanismo”, “fanatismo”, para citar apenas os que mais se destacavam nesta miríade lexical.

A formação deste “anticomunismo instrumental” fora assim bastante útil na luta contra o avanço das frentes populares, ligando indelevelmente ao comunismo internacional.<sup>154</sup> O avanço do discurso anticomunista católico ganhou grande impulso com a Guerra Civil Espanhola, em 1936. O crescimento das forças comunistas e de seu conflito com as forças apoiadas belicamente pelo nazi-fascismo se dava agora em um país de secular tradição católica, e, assim, legitimava o medo e o combate ao bolchevismo, não mais visto como uma ameaça abstrata e distanciada dos confins do leste europeu, e sim como uma realidade próxima e concreta.

Podemos sublinhar brevemente algumas características do anticomunismo europeu, que inspirou largamente os grupos antibolcheviques brasileiros. Só que essa influência exógena não pode ser confundida como mimetismo puro e simples, já que o anticomunismo tupiniquim desenvolvia uma dinâmica própria, principalmente a partir da “grande onda anticomunista” que se iniciou com a criação – e fechamento – da Aliança Nacional

---

<sup>152</sup> Hobsbawm, 1989, p. 269

<sup>153</sup> Cf. Hobsbawm, 1995.

<sup>154</sup> Cf. Becker e Bernstein, 1987. p.19

Libertadora e os levantes de novembro de 1935, alcunhados pejorativamente de “Intentona Comunista”.

Para compreendermos o fenômeno do anticomunismo no Brasil, principalmente em seu momento de maior furor, entre 1935 a 1937, optamos por nos deter nos dois eventos catalisadores para esta “primeira grande onda anticomunista”: a trajetória histórica da Aliança Nacional Libertadora e as insurreições de novembro de 1935. Tais movimentos foram fundamentais para o desencadeamento de uma série de imagens e matrizes discursivas que seriam largamente utilizadas nos anos seguintes.

### **2.3 – O fenômeno anticomunista brasileiro**

O anticomunismo do Brasil não se iniciou em 1935, ele já vinha desde a repercussão da Revolução Russa de 1917. A proposta era, e continuaria sendo entre 1935-1937, promover o medo de um possível ataque soviético ao Brasil — mas, é claro, em tons mais brandos. Basicamente, até 1930, tal discurso se propunha apenas a pintar com tintas fortes um quadro de miséria e desespero da Moscou comunista, criando alguns estereótipos que no pós-1935 serão revisitados de forma mais sistemática. A partir de 1930, com a vaga revolucionária varguista e a adesão do famoso capitão Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, ao marxismo e seu exílio na Argentina – e posteriormente sua partida para a União Soviética –, criou-se o temor de que as forças bolcheviques se aproveitassem de tal conjuntura e invadissem o Brasil, aumentando razoavelmente o tom do discurso anticomunista. Assim, embora ainda em tons pastéis, entre 1930 e 1935, intensificou-se no interior de alguns grupos sociais a percepção de que era necessária uma ofensiva anticomunista em defesa da ordem. Todavia, o Estado pouco se posicionava a respeito e a imprensa apenas continuava a denunciar, de forma irregular, o “quadro perverso” que os países comunistas apresentavam. A fragilidade do Partido Comunista Brasileiro nessa época se refletia na fraca atuação dos comunistas nacionais, o que impossibilitava qualquer denúncia mais séria da imprensa contra eles.

A mudança nos tons do anticomunismo vem com a postura do Estado – e da grande imprensa – quando do surgimento e crescimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). A agremiação foi oficialmente fundada em março de 1935 e correspondia a uma necessidade política: dar forma organizada à decepção das massas com o regime que sucedeu a Primeira República, mas que não encontravam partidos políticos para se mobilizar. A agitação política

era mantida, assim, por ações individuais ou de grupos, das formas as mais desconstruídas possíveis. Inserindo a ANL no contexto político, podemos nos referir à tomada de poder por Getúlio Vargas com a Revolução de 1930, que deu início a um período de quase sete anos de grande ebulição política, com conflitos, alianças e tentativas de golpes, que só arrefeceria com a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937.

Com a anulação da Constituição de 1891, o novo regime inaugurava uma fase de aperfeiçoamento do arbítrio do Estado. Isso é percebido, sobretudo, com a declaração da Constituição provisória, que atribuía “poderes discricionários que combinavam funções executivas e legislativas na pessoa do presidente até que uma Assembléia Constituinte deliberasse sobre a reorganização do país”<sup>155</sup>. Internamente, os partidos políticos na Primeira República se resumiam aos “pê-erres”, e quase não havia oposição, tornando em um “quadro pobre” a política brasileira, como afirma Nelson Werneck Sodré. Com a Revolução de 1930, mesmo com a dissolução das agremiações, os de cunho regional permaneceram absolutos, sem se incomodar com o surgimento de novas organizações de caráter oposicionista, como os *Libertários*, no Rio Grande do Sul, e os *Democráticos*, em São Paulo. Estes novos partidos agiam como pontes de integração entre as forças oligárquicas e elementos do Tenentismo e, portanto, tinham fraca repercussão política.

Contudo, grupos pró-constituente não esperaram muito tempo para reivindicar uma aceleração no processo de formação de uma nova constituição e, por sua vez, do retorno ao Estado de Direito. A Carta Constitucional era vista por esses grupos – formados por oligarquias dissidentes e setores médios urbanos – como uma panacéia para os males da nação. Após a radicalização dessas reivindicações, com a Revolta Constitucionalista de 1932, o governo cedeu em fixar a data da Assembléia Constituinte, o que impôs a necessidade do reagrupamento e a redefinição das forças políticas que ascenderam em 1930. Para a historiadora Anita Leocádia Prestes, a grande habilidade de Getúlio Vargas nesse período foi a de “aparecer diante da nação como um *mero mediador* de um suposto conflito entre as oligarquias, desejosas de uma volta ao passado”<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> Pinheiro, 1991, p. 269. Para este autor, o período entre 1931 a 1937 pode ser analisado sob outra perspectiva. Ao invés da posição clássica de dividir o primeiro Governo Vargas em “Governo Provisório” (1931-1934), “Governo Constitucional” (1934-1937) e o Estado de exceção, com a ditadura estadonovista (1937-1945), ele propõe percebê-lo como uma “Uma ditadura entre 1930 a 1934, passando por um período de menos de um ano de Estado de Direito, e sendo retomada a ditadura em 1937”. Nossa pesquisa não pretende entrar no mérito dessa discussão, adotando, desta forma, a periodização tradicional.

<sup>156</sup> Prestes, 1997, p. 28

Essa habilidade também pode ser percebida nos resultados da Assembléia Constituinte, promulgada em Julho de 1934. Apesar do caráter liberal-democrático<sup>157</sup> da Carta Magna, estreitando os poderes do chefe do Executivo, os seus efeitos mostraram-se úteis à política getulista. Primeiramente porque os trabalhos da Constituinte visavam, em seus princípios básicos, a construção de um “presidencialismo autocrático”<sup>158</sup>. Contudo, como nos informa Paulo Sergio Pinheiro, nos momentos finais da promulgação da Constituição, “o governo promulgou uma quantidade extraordinária de decretos-leis que o Parlamento, por razões práticas ou políticas, não revogou”<sup>159</sup>, o que abriu brechas para uma maior atuação e interferência do Executivo<sup>160</sup>.

Um elemento que vem somar a este processo, foi o fato de que o reforço do esquema governamental tornou, em última instância, pacífico o jogo político. Isso ocorreu através da consolidação, na Câmara Federal, de uma ampla frente comum formada pelas forças situacionistas. A construção de tal “Maioria Parlamentar”, como ficou conhecida, se deu inicialmente com as eleições de 14 de Outubro de 1934, quando um grande número de ex-interventores passaram a ser eleitos como governadores, ratificando a consolidação dos novos grupos dirigentes emersos no pós-30. Por exemplo, em São Paulo, havia a consolidação do Partido Constitucionalista. Já em Minas, a coligação liderada por Benedito Valadares superou o grupo encabeçado por Artur Bernardes, que fazia oposição ao governo getulista. Da mesma forma, na Bahia, Juraci Magalhães, aliado de Vargas, venceu seu concorrente, J.J. Seabra. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, “Flores da Cunha não consegue a maioria esmagadora, o que o obriga a fazer acordos com a Frente Única”<sup>161</sup>. A consolidação desta Maioria Parlamentar não impediu a formação de grupos de oposição dentro da Câmara Federal, designada “Minoria Parlamentar” e caracterizada pela alta combatividade de seus principais membros, com destaque para João Neves da Fontoura e Otávio Mangabeira. Não obstante a sua escassa representatividade e seus conflitos com a Maioria, pode-se observar que o governo temia sua atuação, e procurava se conciliar com ela, visando ao seu silenciamento.

O retorno à normalidade institucional propiciou, igualmente, o estímulo à participação e ao fortalecimento do movimento social. Assim, podemos acompanhar uma radicalização de vozes opositoras dentro da sociedade. Isso era decorrente de um certo desgaste do governo

---

<sup>157</sup> Cf. Pandolfi, 2003

<sup>158</sup> Pinheiro, 1991, p. 271

<sup>159</sup> Pinheiro, 1991, p. 271

<sup>160</sup> Vale aqui lembrar que, mesmo Getúlio Vargas conseguindo essas vantagens políticas no último minuto, não escondeu o seu descontentamento, tendo dito, em uma conversa particular, que seria “o primeiro revisor da Constituição”, o que de fato aconteceu no ano seguinte.

<sup>161</sup> Carone, 1982, p. 369

Vargas, que, para tais descontentes, depois de quatro anos, não tinha realizado nenhuma alteração substancial do país. O clima de insatisfação poderia ser observado nos próprios trabalhos da Assembléia Constituinte. Um grupo de militares esboçou um plano para depor e instaurar um governo comandado por uma junta de generais, o que ficou apenas no campo teórico. Importante mesmo foi à votação final da Constituição e a eleição indireta do Presidente da República. Dos 220 deputados, 30% (65 deputados) votaram contra a aprovação, o que, embora possa parecer uma porcentagem não muito grande, revelava um “clima de insatisfação reinante no país”<sup>162</sup>. Esse descontentamento, somado com um contexto internacional, cuja tônica era de polarização opondo fascismo e comunismo, resultaria na formação ou na revitalização de agremiações, tanto à esquerda quanto à direita do processo político. Falamos aqui no crescimento da Ação Integralista Brasileira, do revigoramento do Partido Comunista do Brasil e da criação da Aliança Nacional Libertadora.

Num país dominado pelos “pê-erres”, os partidos de abrangência nacional se resumiam ao então Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Quanto aos outros, os que mais se destacavam nesse início dos anos de 1930 eram de caráter regional, demonstrando a força dos interesses locais, o que dificultava os desejos de organizar agremiações que ultrapassassem as fronteiras dos estados.

A Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932 e dirigida pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, era, em linhas gerais, uma agremiação não-partidária altamente influenciada pelo fascismo italiano, o que a fazia possuir uma estrutura organizacional paramilitar<sup>163</sup>. Desta forma, sua base ideológica era formada pelo nacionalismo e pelo moralismo, atraindo, assim, simpatias da Igreja Católica e de grupos militares. Os “camisas-verdes” ou, pejorativamente, “galinhas verdes” — como eram conhecidos pelo seu uniforme, combatiam a democracia dos partidos políticos em favor de uma sociedade totalitária<sup>164</sup> e de início dariam sustentação ao governo getulista, sobretudo por conta da ojeriza em comum aos comunistas.

Na década de 1930, como forma de arrefecer o crescente domínio intelectual dentro de seus quadros, o PCB, por uma orientação do VI Congresso da Internacional Comunista a todos os partidos bolcheviques no mundo, adotou uma linha de proletarização. A situação veio a se reverter a partir do ano de 1934. Foi este o ano em que começaram a se articular frentes

---

<sup>162</sup> Pandolfi, 2003, p. 28

<sup>163</sup> Cf. Maio e Cytrynowicz, 2003.

<sup>164</sup> Segundo Carla Luciana Silva, “o totalitarismo integralista era dado pela sua doutrina “integral”, que buscava o “homem total” em uma sociedade completamente coesa (...)”. SILVA, 2001, p. 105. O totalitarismo integralista, desta maneira, se manifesta na medida em que realiza uma interpretação que procura criar um regime baseado em uma visão integral-totalitária de mundo, ou seja, apoiada na soma equilibrada das concepções materiais e espirituais de mundo.

antifascistas e antiimperialistas no seio da sociedade brasileira, refletindo o processo em curso na Europa, no auge das campanhas antifascistas. A preocupação com a expansão do fascismo, não só no contexto externo, mas também com o crescimento da AIB, foi o catalisador de uma união entre as esquerdas brasileiras, deixando para trás certas divergências que tinham entre si. Desta forma, “movidos pela ojeriza a um inimigo comum, os socialistas moderados, anarquistas e trotskistas aceraram-se do PCB, que ocupava naquele momento o papel de principal força esquerdista.”<sup>165</sup>

Logo, o ano de 1934 foi marcado pelo retorno de uma “onda” de protestos. A própria imprensa, polarizada com o governo, afirmava que existia na sociedade uma certa desilusão com os resultados da revolução de 1930. Todavia, havia o desejo de manutenção da ordem, “mostrando-se contrária a qualquer movimento revolucionário”<sup>166</sup>.

Em agosto desse ano, houve o “I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista e o Fascismo”, realizado no Rio de Janeiro, e em 22 de setembro de 1934, liderado por tenentes de esquerda, foi fundado o Comitê Jurídico Popular de Investigação, também de caráter oposicionista. A repressão policial a esses movimentos foi de tamanha brutalidade e violência que fez com que tais articulações tivessem vida efêmera. Não obstante, o confronto com os integralistas causou uma maior aproximação entre os membros dessas novas frentes, ou seja, socialistas, comunistas e “tenentes” de esquerda.

Mas o clima de intranqüilidade também era decorrente das condições do país, com o aumento do custo de vida e da inflação. Isso originou as reivindicações das classes operárias e médias que, entre abril e dezembro de 1934, organizaram várias greves nas principais cidades do país, exigindo melhores condições de trabalho e leis que as protegessem<sup>167</sup>. No Exército, o clima também não era dos melhores: o atendimento às reclamações por reajuste para esta categoria era protelado pelo governo, o que gerou um recrudescimento nos atos de insubordinação que já ocorriam desde o início da década. O receio de que este clima de descontentamento viesse a perturbar a ordem fez com que a oficialidade do Exército, aliando-se com os setores governistas, passasse a defender a idéia de uma circunscrição dos direitos constitucionais conquistados com a Carta de 14 de julho de 1934. Assim, em finais desse ano, plantavam-se as primeiras sementes daquilo que viria a se tornar o grande instrumento para o reforço da engenharia política getulista entre 1935 e 1937: a Lei de Segurança Nacional (LSN). Portanto, a constante instabilidade da sociedade, alegadamente causada pela

---

<sup>165</sup> Motta, 2002, p. 180

<sup>166</sup> Prestes, 1997, p. 32

<sup>167</sup> Cf. Carone, 1989, 331

radicalização dos “extremistas”<sup>168</sup>, foi o pretexto dado pelo Ministro da Guerra, o General Góes Monteiro, para que a LSN fosse criada a fim de defender a ordem. Discutida na Câmara entre janeiro e abril de 1935, os dispositivos da LSN foram promulgados em quatro de abril do mesmo ano. “Aparentemente a Lei de Segurança Nacional se dirigia aos camisas verdes. Na realidade, o que se visava eram as ameaças de mobilização à esquerda”<sup>169</sup>.

### **2.3.1 A Aliança Nacional Libertadora**

Simultaneamente ao processo de elaboração destas emendas, era formada, no Rio de Janeiro, aquilo que viria se tornar a Aliança Nacional Libertadora. E os historiadores são quase unânimes em afirmar que a criação da ANL pode ser explicada por dois elementos: o primeiro, a canalização de setores sociais insatisfeitos que não queriam polarizar com a AIB; o segundo, a reação à chamada “lei monstro”, como ficaria conhecida a Lei de Segurança Nacional, considerada por Anita Prestes o “acontecimento-monstro” que precipitou a criação desta agremiação não-partidária.<sup>170</sup>

Apesar de fundada oficialmente em março de 1935, vemos os primórdios da ANL já em janeiro do mesmo ano, quando se iniciaram as discussões sobre a promulgação da Lei de Segurança Nacional. Alzira Alves de Abreu descreve assim o momento:

“O deputado Abguar Bastos leu um manifesto na Câmara e em seguida os organizadores do movimento declararam em entrevista que a ANL não era um partido político e sim ‘um amplo movimento popular nascido da necessidade em que se acham os brasileiros de emancipar-se economicamente do jugo estrangeiro e de libertar-se da lei Monstro que ia em votação no parlamento’<sup>171</sup>

Mas a ANL só viria a tomar forma a partir do lançamento de seu Manifesto Programa Nacional Libertador, em fevereiro, onde foi exposto o escopo de suas idéias, assinado por uma Comissão Provisória que tinha entre seus membros Herculino Cascardo, Roberto Henrique Sisson e Francisco Mangabeira. Nomes estes que também estariam quando do ato público de inauguração da Aliança Nacional Libertadora, realizado no Teatro João Caetano, em 30 de Março de 1935.

---

<sup>168</sup> Como lembra Rodrigo Motta, o termo “extremista” poderia designar, dependendo do contexto, tanto o comunismo quanto o fascismo (ou integralismo), embora, após os levantes de 1935, fosse mais usado para se referir ao primeiro. Cf. Motta, 2002.

<sup>169</sup> Pinheiro, 1991, p. 271

<sup>170</sup> Cf. Prestes, 1997.

<sup>171</sup> Abreu, 2001.

E aí surgem as controvérsias sobre a participação do PCB na fundação da ANL. Para a cientista política Dulce Pandolfi, embora reconheça que uma das principais forças desta frente fossem os comunistas — além dos tenentistas —, havia o medo de ocorrer outro “*trade-off*”, ou seja, a abertura para outros setores sociais que não os operários, dificultando a entrada nesta classe. Desta forma, a historiadora afirma que “num primeiro momento houve até um descaso do PCB pela ANL. O partido não desistia da luta armada e criticava as *inclinações direitistas* do movimento que poderiam, à semelhança do que ocorrera com o Bloco Operário Camponês (BOC), influenciar negativamente o partido”<sup>172</sup> Curioso, já que, segundo Lacerda, no dia do lançamento do manifesto, houve uma ação previamente orquestrada para que “espontaneamente” se aclamasse Prestes como presidente da Aliança. Difícil crer que tal seria feito à revelia da direção do PCB, ou que esta não desse alguma importância à ANL. Somente o rápido crescimento da frente aliancista, como veremos, fez com que o PCB a contemplasse como um bom instrumento para a tomada do poder. Já para historiadora Anita Leocádia Prestes, embora não se saiba exatamente de quem partiu a iniciativa da formação da ANL, esta nascera no bojo de um crescente movimento da consolidação de frentes únicas populares, exatamente como recomendava a direção da Internacional Comunista em 1934, na reunião de preparação para o VII Congresso, que ocorreria em julho-agosto de 1935. Assim, “as informações de que se dispõe e, principalmente, os textos dos pronunciamentos feitos não deixam lugar a dúvida: a influência das teses defendidas pelo PCB é inquestionável”<sup>173</sup>. Ainda que a Aliança não fosse uma organização comunista, que cumpriria secretamente as ordens da Internacional Comunista (IC), ela fora criada sob a influência das teses da Internacional Comunista. Seu programa, baseado no “antifascismo”, “anti-imperialismo” e “antifeudalismo”, não tinha a ver com o “liberalismo radical” dos tenentes, tampouco com o projeto autoritário, centralizador e corporativo de Getúlio Vargas e Góes Monteiro, a historiadora afirma que o programa da ANL era “quase uma cópia dos documentos do PCB”<sup>174</sup>.

Nossa posição é de não entrar na polêmica sobre o caráter inicial da ANL, mas perceber a ingerência efetiva do Partido Comunista do Brasil na condução das atividades desta agremiação. Esta influência se deu de forma ideológica e depois política. Mesmo com o PCB estando dividido, existia uma certa estrutura e organização internacional, sendo natural

---

<sup>172</sup> Pandolfi, 1995, p. 115. No original, as passagens em itálico estão em aspas.

<sup>173</sup> Prestes, 1997, p. 68

<sup>174</sup> Prestes, 1997, p. 68

que “o partido tente orientar e participar da ANL”<sup>175</sup>. Como veremos adiante, esta influência só se verificou realmente após a radicalização da frente, em julho de 1935. Antes disso, é visível que a ANL pretendia ser uma frente ampla, pois “acolhia a todos os descontentes, todos os decepcionados”<sup>176</sup>. Logo, encontramos nas suas fileiras militares tenentistas, comunistas e não comunistas, liberais, democratas, socialistas, trotskistas e esquerdistas de outras correntes. Assim, a Aliança era um espaço aberto a qualquer um que estivesse decepcionado com o Governo Vargas e temeroso quanto à expansão fascista.

A composição dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora é bem ilustrativa quanto a esse respeito. Dos seis principais organizadores, três eram oficiais de uma ala mais exaltada do tenentismo. O presidente da ANL, Herculino Cascardo, era comandante da Marinha de Guerra, tinha sido interventor federal no Nordeste e era um dos organizadores do Clube 3 de Outubro. Roberto Henrique Sisson, também oficial da Marinha, tinha ligação com o PCB. E o vice-presidente da agremiação era o capitão do Exército Amorety Osório, tendo também ligações com a ala tenentista de Prestes. Os outros três fundadores eram originários das classes médias: o jornalista Benjamim Soares Cabello, membro do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, que tinha em suas bases a defesa do parlamentarismo e o federalismo; o médico Manoel Venâncio Campos da Paz, e o advogado Francisco Mangabeira, secretário-geral da ANL e ligado à União da Juventude Socialista. Depreende-se daqui o ecletismo dos membros fundadores e que, embora houvesse um ou outro membro ligado ao PCB, se fôssemos escolher um grupo que preponderasse entre os fundadores, este seria o dos tenentistas militares. Além disso, existia uma certa falta de clareza quanto aos meios de conquista de seus objetivos. Apesar da falta de unanimidade, a tendência entre os dirigentes da ANL era levar adiante seu programa dentro da ordem legal, posição essa “desde início criticada pelos comunistas”<sup>177</sup>. Há uma afirmação feita por um dos líderes do PCB, Lauro Reginaldo Rocha, conhecido como “Bangu”, que explicita bem a visão dos comunistas sobre a via para a revolução: “Nunca surgiu em nossas fileiras, nessa época, qualquer ilusão ou veleidade no que concerne à conquista do poder por vias pacíficas ou eleitorais. Alguém que preconizasse a tomada de poder pelas massas populares por outro caminho que não fosse pela luta armada cairia no ridículo”<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> Carone, 1982, p. 256

<sup>176</sup> Sodré, 1986, p.68

<sup>177</sup> Prestes, 1997, p. 107

<sup>178</sup> Pandolfi, 1997, p. 113

Dessa forma, no ato solene de inauguração da ANL, o porta-voz do comício, o então jovem estudante Carlos Lacerda, aclamou Luis Carlos Prestes como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora. Se a idéia de aclamar Prestes “fora apenas garantir para a ANL o prestígio do nome do general da coluna, mesmo sem contar com a sua atuação na organização, uma vez que Prestes estava fora do país”<sup>179</sup>, não se pode afirmar, contudo, que as conseqüências dessa aclamação não foram importantíssimas para o rumo da ANL, pois Prestes, sendo um homem de ação, “não emprestaria seu nome sem juntar a isso uma ativa participação na direção do movimento”<sup>180</sup>. Diante de uma agremiação que reunia as insatisfações de parcelas da sociedade civil, o nome de Luiz Carlos Prestes ressurgia no cenário brasileiro como a “única esperança de uma solução efetiva para os problemas brasileiros”<sup>181</sup>. Seu nome e liderança fizeram com que a imagem do “Cavaleiro da Esperança”, criada na época da “Coluna Invicta” na década anterior, fosse um ponto de aglutinação dos grupos que compunham a ANL, emprestando, assim, carisma e prestígio a esta frente<sup>182</sup>. Proclamado Presidente de Honra pela ANL, Prestes enviou uma carta de adesão, onde concordava com seu caráter de massa, antiimperialista e revolucionário. Desejava lutar junto com os que “não estão vendidos ao imperialismo”, na luta pela libertação do país das garras do imperialismo, se defendendo contra a “barbárie fascista” e tentando superar o “regime feudal em que vegetamos”<sup>183</sup>.

A caracterização de que o Brasil era um país ainda feudal vinha das análises tanto do PCB quanto da IC no final da década de 20. Segundo eles, o país, era “economicamente dominado pelo imperialismo e de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas camponesas.”<sup>184</sup> Então, para o pensamento do PCB, isto poderia ser caracterizado como um país do tipo semicolonial, e a forma de revolução era a “democrático-burguesa”, mais tarde chamada de “agrário-imperialista”. Prestes comungava desta idéia e, na mesma carta de adesão, dizia que a função da ANL seria a de catalisar e organizar as massas, mormente os camponeses e operários, e assim, “chegar rapidamente a ser uma grande organização popular-nacional-revolucionária, capaz de

---

<sup>179</sup> Vianna, 2003, p. 81

<sup>180</sup> Vianna, 2003, p. 81

<sup>181</sup> Prestes, 1997, p. 72

<sup>182</sup> A historiadora Anita Leocádia Prestes afirma que, no período de legalidade da ANL, o nome de Prestes sempre esteve associado à sua legenda, fato este comprovado pela leitura de jornais da época. Cf. Prestes, 1997.

<sup>183</sup> Cf. Carone, 1982, p. 264

<sup>184</sup> Prestes, 1997, p. 43

sustentar a luta de massas pela instalação de um governo popular-nacional-revolucionário em todo o Brasil”<sup>185</sup>

Desde 1931 fora do país, após não apoiar o processo revolucionário de 1930, Luiz Carlos Prestes voltara ao Brasil em abril de 1935 e, mesmo permanecendo na clandestinidade, começaria a atuar diretamente na ANL, acrescentando ou modificando algumas de suas reivindicações.

Os principais pontos que norteavam a ANL, quando da sua inauguração em março, poderiam ser resumidos em cinco tópicos: 1) suspensão definitiva do pagamento das dívidas externas do Brasil, consideradas “dívidas imperialistas”; 2) nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas; 3) proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, com entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam; 4) gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro; 5) constituição de um governo popular<sup>186</sup> “orientado exclusivamente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderia participar qualquer pessoa”<sup>187</sup>. Com adesão de Prestes e sua atuação na agremiação, alguns novos itens propostos foram inseridos e divulgados em abril de 1935. Dentre eles, destacava-se o atendimento das leis trabalhistas, como o seguro social, o aumento salarial, a jornada de trabalho de 8 horas, o salário mínimo, a liberdade religiosa acompanhada da separação entre Estado e Igreja, e “a estreita união com as alianças libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes oprimidas do mundo”<sup>188</sup>.

Para a historiadora Eliana Dutra, a base ideológica da ANL baseava-se em idéias-imagens da busca por uma boa sociedade. Contudo, para isso era necessário mostrar um cenário calamitoso da realidade que, se não combatida, gerava a expectativa de um futuro incerto e dramático. Ou seja, a formação de *idéias-imagens* de um presente em crise causado pelo mal constituído pelo “imperialismo, pelo fascismo e pelo latifúndio, artesãos de um presente abominável, descrito assim num panfleto da ANL”<sup>189</sup>. Desta forma, na mesma medida que pode ser verificada nestes panfletos e documentos da ANL uma descrição do cotidiano dos trabalhadores baseada em termos como “sujo”, “fétido”, “faminto” e “promiscuo”, eram apontados os “verdadeiros” responsáveis por tal obscuro quadro. O “capitalismo” era entendido como a causa de todos os males do presente, e o “imperialismo”

---

<sup>185</sup> Cf. Carone, 1982, p. 264

<sup>186</sup> Cf. Dulles, 1977 e Carone, 1982.

<sup>187</sup> Abreu, 2001.

<sup>188</sup> Abreu, 2001.

<sup>189</sup> Dutra, 1997, p. 92

era designado como símbolo de escravidão, miséria, opressão e humilhação<sup>190</sup>. Igualmente, os perigos do avanço das forças fascistas na Europa são apresentados como uma realidade tangível, capaz de ocorrer em terras brasileiras, sobretudo com a expansão dos integralistas, considerados pela ANL como a “peste negra” com o objetivo de e “tingir com cores dramáticas o quadro do presente”<sup>191</sup>. Havia, desta forma, uma necessidade de liquidar, segundo a ideologia da ANL, o inimigo externo caracterizado pelo imperialismo e o fascismo, bem como o inimigo interno simbolizado, sobretudo, pelo integralismo, os latifundiários e o governo Vargas. O papel de Luiz Carlos Prestes, ou sua missão, consistia em ajudar um outro futuro a emergir.

Este cenário perverso retratado pelos discursos nos documentos da Aliança Nacional Libertadora foi assaz importante para a cooptação de milhares de militantes. O que atraía essas massas para a ANL, vista como lugar de operacionalização da revolução antiimperialista, antifeudal e antifascista, convergindo no estabelecimento de um governo nacional-popular, é resumido por Eliana Dutra nestes termos:

“Essa ligação pelo sofrimento, essa igualdade na vivência do desamparo e na exposição ao perigo, essa percepção de um destino compartilhado, se predispõem, por um lado, à comunidade de destino, por outro, fortalecem o sentimento de incerteza quanto ao dia de amanhã e favorecem a indicação e a aceitação de caminhos de libertação da crise, dos seus efeitos e da descrença generalizada<sup>192</sup>”

Além do Rio, São Paulo, sob a liderança de Caio Prado Jr., e Rio Grande do Sul, com Agildo Barata, foram os grandes centros de concentração desta frente, que, entre abril e junho de 1935 tinha uma estimativa de 70 a 100 mil, nos mais de 1600 núcleos espalhados por todo o país. Só na capital federal, calculavam-se mais de 50 mil inscritos. A expansão não se deu apenas no caráter quantitativo, mas também na sua área de influência: inspirou a criação de diversas organizações, como a Liga de Defesa da Cultura Popular, o Clube da Cultura Moderna e a União Feminina do Brasil, e também a criação de jornais que fizeram a divulgação do programa e das atividades da ANL, como *A Nação*, *A Pátria e A Manhã*, no Rio de Janeiro, e *A Platéia*, em São Paulo.

É importante lembrar, como aponta Paulo Sérgio Pinheiro, que a atuação da Aliança Nacional Libertadora era diversificada, diferenciando-se de região para região. Assim, na capital federal, a tônica de seus discursos e panfletos era a defesa das liberdades civis; já os

---

<sup>190</sup> Cf. Dutra, 1997, p. 95

<sup>191</sup> Dutra, 1997, p. 95

<sup>192</sup> Dutra, 1997, p. 97

núcleos em São Paulo davam ênfase às condições de trabalho dos operários e advogavam a instauração do salário mínimo para os trabalhadores rurais, enquanto que, no Nordeste, “a ANL atacava a corrupção governamental e a exploração do trabalho rural”<sup>193</sup>. A principal inovação da frente aliancista era a campanha política, promovendo grandes manifestações, comícios e marchas, atraindo a população para a participação cívica, levando-a para as ruas.

Assustado com o sucesso da ANL, que em três meses organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, o governo, em reação, aprovou a Lei de Segurança Nacional e “tentava identificar a ANL com o PCB, para isolá-la e combatê-la com maior eficácia”<sup>194</sup>. O medo da invasão bolchevique serve de pretexto para o ataque à ANL. O anteprojeto da Lei de Segurança Nacional espelhava o medo dos grupos dominantes com a mobilização popular. Isto foi visto nas limitações de toda sorte que o anteprojeto impunha, como a proibição de agremiações de qualquer natureza que visassem à subversão, pela ameaça ou violência, da ordem política, bem como de mudanças na Constituição por meios violentos, como, por exemplo, a de forma vigente de governo. Tal identificação da ANL com o “comunismo internacional” era necessária ao governo para legitimar sua repressão, baseada, sobretudo, no discurso anticomunista. Comandada pelo chefe de polícia, o capitão Filinto Müller, a polícia da capital federal intensificou sua perseguição aos considerados “subversivos”, não se restringindo apenas aos comunistas, mas incluindo os aliancistas e antifascistas. Ela reprimia com violência as greves e invadia as sedes da imprensa oposicionista. Como forma de reação, tanto a ANL quanto o PCB intensificaram os discursos e os panfletos, explicando que a “ANL não era uma organização comunista e que o PCB não preparava golpes nem participava de quarteladas”<sup>195</sup>.

A situação na sociedade brasileira ficava cada dia mais conturbada. Mesmo com a repressão violenta, as greves aumentavam tanto em tamanho quanto em intensidade, com uma maior organização sindical, levando a crer que “que o povo responderia prontamente a um chamado insurrecional”<sup>196</sup>. Nas forças armadas, o descontentamento era geral, principalmente com o reajuste de soldo que o governo concedeu no ano de 1935, considerado por muitos deles inexpressivo para a classe militar. Enquanto isso, o sucesso da ANL rompia com as fronteiras das principais cidades, chegando mesmo a organizar uma caravana liderada por

---

<sup>193</sup> Pinheiro, 1991, p. 273

<sup>194</sup> Vianna, 2003, p.82

<sup>195</sup> Prestes, 1997, p. 112

<sup>196</sup> Vianna, 2003, p. 82

chefes tenentistas, percorrendo, com o entusiasmo da população, o Norte e Nordeste brasileiro.

O Governo, além da Lei de Segurança Nacional, utilizou-se de outras formas para arrefecer o prestígio popular da ANL. Como já foi dito, Vargas tentou identificar a ANL com o PCB, como se fossem a mesma coisa, mas com nomes diferentes. O principal exemplo desta tentativa de identificação foi o uso da imprensa para provocar o movimento. A edição do jornal *O Globo* de 26 de junho de 1935 anuncia a descoberta de um plano subversivo vindo direto de Moscou para a implantação de um regime soviético no Brasil. Sob o título, em letras garrafais de “SOVIETS NO BRASIL! O Governo está de posse de um plano, vindo da Rússia, visando implantar o comunismo entre nós. Moscou legislando para o Brasil”, o jornal dizia: O “plano” seria parte de uma “revolução vermelha”, a ser desencadeada simultaneamente no Brasil, Uruguai e Argentina. O “plano” aconselhava que o primeiro período da revolução devesse ter “duração muito rápida e violenta”, e não faltavam os ingredientes dos assassinos premeditados. O “plano” recomendava: FUZILAMENTOS – A tropa que se revoltar agirá assim: FUZILAMENTO DOS OFICIAIS NÃO COMUNISTAS, de preferência NAS PORTAS DE SUAS CASAS OU MESMO INVADINDO-LHES OS DOMICÍLIOS <sup>197</sup>

Excluído: ¶

Ao mesmo tempo em que a imprensa publicava os detalhes sórdidos dos factóides, o governo, com o apoio dos integralistas, espalhava panfletos informando os planos assassinos dos comunistas. Diziam, entre outras coisas, que os comunistas teriam conseguido o apoio de Lampião à sua causa. Aproveitando o momento, Vargas iniciou uma série de prisões de líderes sindicais, militares democratas, comunistas, e, é claro, aliancistas.

Para combater os grandes comícios populares, um dos sinais da vitalidade da Aliança Nacional Libertadora, o governo procurou confiná-los em recintos fechados, a fim de limitar o número de aliancistas presentes. E o auge da ANL, o evento que tinha como objetivo comemorar o 13º aniversário da primeira revolta tenentista, ocorreu justamente dentro da sua própria sede, herdada das instalações do Clube Três de Outubro. Isso só ocorreu porque a polícia proibiu a sua realização no local original: o Estádio Brasil. O evento acabou por iniciar a ofensiva contra o governo constitucional. Isto porque, nessa comemoração, Carlos Lacerda leria o discurso-manifesto de Luiz Carlos Prestes, que afirmava que a ANL daria prosseguimento à luta de 1922, sendo, assim, legítima herdeira de Siqueira Campos, Joaquim Távora, Hansen de Melo e outros<sup>198</sup>. Acrescentando às suas reivindicações demandas tradicionais da Internacional Comunista em relação aos países semicoloniais, no qual se enquadrava países tais como o Brasil e a China. Entre essas reivindicações, algumas, como analisamos, já estava no programa da ANL desde abril, como o não pagamento, nem mesmo

<sup>197</sup> Vianna, 2003. P. 83

<sup>198</sup> Abreu, 2001.

de reconhecimento, da dívida externa, denúncia dos tratados comerciais com o imperialismo, entre outras reclamações. Por fim, depois de dizer que as massas deveriam se preparar para “o momento do assalto”, o presidente de honra da ANL termina seu discurso com as palavras de ordem, “Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à ANL”<sup>199</sup>.

A última frase deste manifesto mostrava a radicalização da frente aliancista dentro do jogo político. Mas não revelava uma novidade, pois a Internacional Comunista (IC) já possuía o desejo de que isso ocorresse na ANL desde abril de 1935. Para a historiadora Anita Leocádia Prestes, a adoção do lema “Todo poder à ANL” pode esclarecer dois aspectos. Primeiramente, ao contrário das análises que procuram ver um possível “dedo de Moscou” na implantação de um regime comunista em terras brasileiras, a “orientação da IC para os comunistas brasileiros era mais ampla e abrangente do que a posição inicial do PCB, de luta pelo ‘poder soviético’”<sup>200</sup> Por sua vez, em segundo lugar, a adoção de tal diretiva revela que havia realmente influência da Internacional Comunista na ANL, por intermédio tanto de Prestes quanto do Partido Comunista do Brasil. Essa influência pode ser encontrada nos acontecimentos de novembro de 1935. Em última análise, podemos matizar a ingerência de Moscou na ANL, pois se o manifesto de 5 de julho, por um lado, “revelava a influência da IC na política adotada pelo PCB e pela ANL, por outro expressava a radicalização que vinha ocorrendo no país”<sup>201</sup>

Não é preciso muito para perceber que esta radicalização da ANL era o pretexto que faltava ao governo federal para acionar a Lei de Segurança Nacional contra esta frente, colocando-a na ilegalidade seis dias depois, em 11 de julho. Viria concomitantemente a reação opressiva, uma série de “esclarecimentos” divulgados pelo governo. Além das longas entrevistas de Filinto Muller aos jornais, explicando os motivos do fechamento da agremiação, eram divulgados uma série de supostos “planos comunistas” encontrados nas instalações da Aliança Nacional Libertadora. A imprensa, por sua vez, foi amplamente favorável ao fechamento da ANL. *O Globo*, de Irineu Marinho, ao divulgar as tais notas e ao condenar a ANL, prevenindo seus leitores quanto a uma possível “ameaça comunista”, propôs ao presidente da agremiação fechada, Herculino Cascardo, desafiar o redator da matéria para um duelo à moda antiga — que nunca aconteceu, pois Cascardo seria punido pelo Ministério

---

<sup>199</sup> Abreu, 2001.

<sup>200</sup> Prestes, 1997, p. 112

<sup>201</sup> Prestes, 1997, p. 112

da Marinha, sendo transferido imediatamente para um posto remoto em Santa Catarina<sup>202</sup>. Assis Chateaubriand, em sua coluna intitulada “Golpe Certo”, publicada nos *Diários Associados*, demonstrava simpatia e até apreço pela ação do governo<sup>203</sup>.

A repressão não era somente pelo medo do comunismo, mas também pelo crescimento de uma frente popular como a ANL, o que era assustador para os setores conservadores. A idéia de que o PCB estivesse por trás da frente antifascista, principalmente com a entrada de Carlos Prestes na agremiação, usando-a como fachada, foi utilizado a fins de exagerar o tom anticomunista, retratando a ANL como um “mero apêndice do PCB, e omitindo o papel dos militares de orientação ideológica diversa”<sup>204</sup>, com o objetivo de uma maior aprovação popular dos atos de força do governo. Contudo, ao mesmo tempo em que algumas fileiras mais moderadas saíam da ANL, um outro grupo, mais exaltado, permaneceria fiel à frente aliancista, relutando em aceitar a derrota imposta pelo governo. No dia 17 de julho, o até então presidente Herculino Cascardo entrava com um Mandado de Segurança em favor da ANL. Subseqüentemente, Filinto Muller enviou documentos com supostos planos de uma possível revolta comunista valendo-se da ANL. Alguns exemplos do conteúdo deste documento são que

“a tropa que se revoltar, agirá assim: fuzilamento dos oficiais não comunistas, de preferência na porta de suas casas ou mesmo invadindo-lhes os domicílios. Tropas especiais, em caminhões com metralhadoras, amedrontarão a população, obrigando a recolher a domicílio, entocando a burguesia”<sup>205</sup>.

O Procurador-Geral da União, Carlos Maximiliano, simplesmente desconsiderou o recurso de Cascardo, afirmando que aquilo se tratava de sofismas baseados em pseudo-documentos. Por sua vez, quanto aos documentos de Filinto Muller, o Procurador deu-lhes grande repercussão, afirmando que havia “transladado um horror”, e se valendo deles para indeferir o Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal, em agosto<sup>206</sup>. A Minoria Parlamentar também tentou combater os atos de arbitrariedade, com seus principais líderes, Abguar Bastos, João Neves da Fontoura, atacando o governo federal. Podemos citar também o pedido de comparecimento a uma sessão secreta na Câmara do Ministro da Justiça, para que fossem esclarecidos os motivos do fechamento da ANL, e fossem ouvidos, dessa forma, os elementos de prova que se diziam em poder do governo, de que a ANL tinha ligações com a

---

<sup>202</sup> Cf. Dulles, 1977, p.157

<sup>203</sup> Cf. Motta, 2002, p.183

<sup>204</sup> Motta, 2002, p. 183

<sup>205</sup> Carone, 1982, p. 261

<sup>206</sup> Cf. Carone, 1982, p. 261

III Internacional ou adotava o credo comunista<sup>207</sup>. O pedido foi, tal como o Mandado de Segurança para a legalidade da ANL, indeferido, como era de se esperar.

Com a transferência de H. Cascardo para Santa Catarina, seu vice-presidente, o então deputado Otávio da Silveira, passaria a presidir a ANL e articulava alguma forma de reação. Em São Paulo, houve um protesto liderado por Caio Prado Júnior e Miguel Costa. No Rio, tentou-se fazer um protesto semelhante, mas a polícia impediu, agindo violentamente. Uma vez na ilegalidade, alguns setores que ainda permaneciam na ANL trabalhavam clandestinamente, fazendo boletins de propagandas e ataques ao governo e ao integralismo. Outros participantes da ANL fundaram a Frente Popular pela Liberdade, no Rio de Janeiro, e também a Frente Parlamentar pelas Liberdades Populares, fundada pelos então deputados Café Filho e Domingo Velasco, que contaria com a adesão de mais de 20 deputados e do Senador Abel Chermont. Outro braço da ANL, com o apoio do PCB, liderado por Prestes e pelo Secretário-Geral do partido, Antonio Maciel Bonfim, conhecido por “Miranda”, declarava que havia no Brasil uma situação revolucionária, pois as condições eram favoráveis e, portanto, a revolução não podia ser adiada.

Podemos considerar, portanto, que a radicalização e fechamento da ANL fizeram com que a ala radical preponderasse nas suas fileiras. Esta ala, *grosso modo*, era formada por comunistas mais preparados para a luta clandestina e também pela ala golpista, de tradição tenentista<sup>208</sup>. Desta forma, a “perspectiva de tomada do poder através da insurreição pareceu se tornar mais viável ou até mesmo irreversível”<sup>209</sup>. Logo, os meses entre julho a novembro de 1935 seriam dedicados à preparação do processo revolucionário que estava por vir.

Nesta radicalização, crescia a influência do PCB dentro de uma ANL ilegalizada, e, por extensão, a importância do papel de Luiz Carlos Prestes dentro da agremiação comunista. Todavia, por mais que tivesse adotado o marxismo e estivesse na URSS há aproximadamente quatro anos, seu ingresso no partido bolchevique, tanto o soviético, quanto o brasileiro, não se deu de forma tranqüila. Edgard Carone nos informa que, na época em que Prestes pretendeu entrar no PCUS, foi impedido pela política de Stalin de suspender as inscrições por tempo indeterminado. No PCB, o pedido de adesão de Prestes já tinha sido rejeitado, em janeiro de 1934, por sua origem “pequeno-burguesa”, e só foi aceita porque o dirigente da IC, Dmitry Manuilsky, teve que intervir diretamente junto ao partido.

---

<sup>207</sup> Cf. Carone, 1982

<sup>208</sup> Cf. Carone, 1982.

<sup>209</sup> Pandolfi, 1995, p. 112

Luís Carlos Prestes, juntamente com Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, secretário-geral do PCB, eram os principais articuladores dos planos revolucionários. A idéia central era fazer um movimento mais amplo, que não se circunscrevesse às quarteladas tenentistas da década anterior. Em seu bojo, o principal seria a ligação entre a sociedade civil, com greves operárias, e setores militares, que tinham razoáveis parcelas de descontentes com o alto comando e com o governo federal.

Embora, como veremos mais adiante, os dirigentes do PCB tivessem exagerado na dose de otimismo sobre a situação revolucionária no país, a proposta de utilizar elementos civis e militares para a revolução tinha o seu porquê. O ano de 1935 seria marcado por intensas agitações militares, mas também por uma efervescência nos setores da sociedade civil. Entre outubro e novembro deste ano, recrudescia o clima de insatisfação no Exército pela adoção da enérgica política de redução dos efetivos militares. Enquanto isso, no Nordeste, ferroviários da Great Western comandavam um movimento grevista, agitando os meios operários por todo o país. Segundo a historiadora Anita Leocádia Prestes, não era

De se admirar, pois, que os comunistas, convencidos de que a “desagregação do país” marchava a passos rápidos, a passos agigantados, e apostando no exército como instrumento capaz de desencadear a insurreição popular, decidissem acelerar os preparativos para o seu início.<sup>210</sup>

Um ponto importante a considerar é que o princípio de luta armada, que norteava as idéias de uma ala radical da direção do PCB, não era, de forma alguma, unânime. Historiadores que abordaram esta temática, como Dulce Pandolfi e Paulo Sérgio Pinheiro, dividem o PCB entre aqueles que defendiam a luta armada e os outros militantes importantes na estrutura partidária que discordavam prontamente de tal idéia. E existiam ainda outros membros que simplesmente desconheciam desse “segredo” da revolução. Afinal, dentro do partido, havia dois grandes “segredos”: a relação do partido com os militares brasileiros e a ajuda financeira recebida da União Soviética<sup>211</sup>.

Se pudermos afirmar que a radicalização da ANL, partindo para uma postura agressiva, foi fruto da influência clara do PCB, a idéia de que a luta armada e os levantes de 1935 foram motivados pela vontade de Moscou deve ser matizada. Refutamos a idéia de que a IC nada sabia sobre a idéia dos levantes, entendendo que, dentro do contexto político da IC naquele momento, é bem improvável que esta não viesse, a saber os passos de suas filiais, afinal, “Nada é completamente autônomo no movimento comunista internacional: nem as

---

<sup>210</sup> Prestes, 1997, p. 133

<sup>211</sup> Pandolfi, 1995, p. 116

seções nacionais desejam tal autonomia, nem o centro coordenador da revolução a tolera”<sup>212</sup>. Contudo, a despeito disso, podemos observar que os maiores interessados e agitadores para que se deflagrasse um movimento revolucionário no país eram os próprios comunistas brasileiros. Apoiamos nossa afirmação em duas chaves explicativas:

A primeira é algo que aconteceu no ano de 1934. Com o adiamento em cima da hora do VII Congresso da Internacional, originalmente previsto para novembro desse ano e deixado para julho e agosto de 1935, muito líderes acabaram indo para Moscou, a maioria, representantes dos PC's da América Latina. Para a viagem não ser em vão, a Internacional organizou a “Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe”. Neste evento se decidiu pelo apoio a uma possível tentativa insurrecional no Brasil, sobretudo pelos informes extremamente animadores dados pelo secretário-geral do PCB, Miranda. O ex-secretário-geral Bangu que também estava presente nesta reunião, embora não considere errado o excesso de otimismo no discurso de Miranda, concorda que houve, sim, um certo exagero. Em depoimento dado na década de 80 a Dulce Pandolfi, ele nos informa que

“Talvez tenha havido um excesso de otimismo de nossa parte: criticou-se depois o Miranda, porque ele disse que 80% do Exército brasileiro era [*sic*] revolucionário. A proporção era exagerada, mas o certo é que nós partíamos de um princípio real, concreto, que nas Forças Armadas no Brasil tinha um passado de lutas e revoluções que ninguém podia apagar na história (...) Mas não quer dizer que nós não tivéssemos tido a visão da necessidade de ganhar a massa camponesa, essa imensa massa de trabalhadores do campo. Isso foi discutido lá e chamado atenção dos líderes da IC para esse fato: nós éramos fracos com referência à nossa ligação com a massa camponesa (...) não resta dúvida de que houve baluartismo. Mas, de um modo geral, eu continuo dizendo que nosso pensamento foi correto”<sup>213</sup>

A tática recomendada pelos partidos comunistas latino-americanos era formar frentes populares. Assim, após esses encontros, ficaram acertados o retorno de Prestes e a ajuda da Internacional ao movimento revolucionário, mas de forma cautelosa, limitando-se o usual auxílio financeiro e o envio de membros para auxiliar Prestes na organização dos levantes<sup>214</sup>. Olga Benário, oriunda da Alemanha trabalharia como segurança pessoal de Prestes; Arthur Ernst, ou Harry Berger, veio de Xangai para prestar auxílio pessoal; vindo de Buenos Aires, Rodolfo e Carmen Ghioldi tinham a missão inicial de fazer com que a filiação de Prestes ao PCB fosse aceita; cuidando das finanças do movimento, Alphonsine e Leon-Julles Vallée vinham da Bélgica; Érika e Franz Paul Gruber, alemães, vinham dos EUA. Mais tarde, provar-se-ia que estes dois últimos eram espões.

---

<sup>212</sup> Cf. Pinheiro, 1991, p. 295

<sup>213</sup> Pandolfi, p. 113

<sup>214</sup> Cf. Pandolfi, 1995, p. 114

A segunda chave de explicação é que, durante outubro e novembro de 1935, o PCB, como um todo, observando o clima de insatisfação que pairava na sociedade civil brasileira, que, como se viu, era superestimado, considerou ser aquele o momento propício para a deflagração da revolução. Isso pode ser entendido com o envio de vários telegramas da IC sul-americana à capital soviética, que tinha em si um só tema: a autorização para uma insurreição militar que, desencadeada pelo Exército e tendo apoio das massas populares, tinha tudo para lograr êxito. A resposta da IC foi a mais vaga e objetiva possível: “A questão da ação geral, decidam vocês mesmos quando julgarem necessário. Procurem garantir o apoio à ação do exército pelo movimento operário e camponês. Tomem todas as medidas contra a prisão de Prestes”<sup>215</sup>. Dado o recado, a direção do PCB, com a presença de Prestes, reuniu-se entre 21 a 23 de novembro de 1935 e decidiu que a revolução, que seria de caráter nacional e com apoio das massas, deveria ocorrer, bastando apenas esperar o momento oportuno. E seria responsabilidade do Comitê Central informar aos outros comitês regionais a hora certa para isso. Segundo Arthur Ewert, era previsto que ela ocorresse em dezembro de 1935, no mais tardar nos primeiros meses de 1936. Contudo, como analisaremos nas próximas páginas, eventos fortuitos no Nordeste fizeram com que o PCB precipitasse sua ação, comprometendo seus resultados, embora não consideramos que esse fosse o único fator para o fracasso das insurreições.<sup>216</sup>

Desta forma, nossa posição aqui é perceber a movimentação revolucionária após o fechamento da ANL como fruto de uma tomada de decisão do “PCB conjuntamente com o Secretariado Sul-Americano da IC; o que restara da ANL, confinada na ilegalidade, encontrava-se sob a direção dos comunistas”<sup>217</sup>, desconsiderando, assim, as “ordens de Moscou”. Entretanto, nossa intenção na próxima seção é, além de apresentar os levantes em Natal, Pernambuco e Rio de Janeiro, comprovar nossa hipótese de que, embora desconexas e com plataformas diferentes do PCB, não podemos considerar inapropriadas as interpretações que vêm esses movimentos como uma tentativa de “Revolução Comunista”.

---

<sup>215</sup> Prestes, 1997, p. 137

<sup>216</sup> Pandolfi, 1995, p. 118

<sup>217</sup> Prestes, 1997. p. 137

### **2.3.2 – As insurreições de novembro de 1935**

A relevância da análise dos levantes de novembro de 1935, para este trabalho, é que a partir da reação desencadeada por essas insurreições pode se compreender algumas das principais bases do discurso anticomunista. Assim, é visível de e as insurreições estão inscritas em um contexto social marcado por incertezas e instabilidade, com a crescente irrupção de greves operárias de caráter político, protestos militares e a radicalização da ANL. Não obstante já circulassem pelas manchetes dos jornais, a partir de setembro de 1935, houve um crescimento dos boatos de uma factível infiltração de agentes comunistas vindos da União Soviética, da presença de Luiz Carlos Prestes no Brasil (como sabemos, ele já estava em solo brasileiro desde abril do mesmo ano), e boatos sobre uma possível insurreição de caráter comunista.

A idéia de levantes não era descartada pelo PCB e pela IC, muito pelo contrário. A despeito de ter existido certa dose de exagero com a hipótese de uma interferência direta do "dedo de Moscou" nos levantes no Brasil, também é verdade que o preparo para o movimento insurrecional se dera desde os últimos meses de 1934, com o Congresso Sul-Americano, realizado na capital soviética. Na análise dos comunistas sobre a situação revolucionária que emergia no país, o Nordeste aparecia como o principal palco para uma possível insurreição. Isto porque, segundo esta avaliação inicial, as classes operárias e militares nessa região estavam amadurecidas o suficiente, o que seria excelente para deflagrar um movimento que se espalhasse por todo o país. Um dos exemplos para esta avaliação foi à greve dos ferroviários da Great Western, que, iniciando em Pernambuco, se espalhou por todo o Nordeste e serviu de modelo para tantas outras greves pelo resto do país naquele momento.<sup>218</sup>

#### **A. Natal**

O clima político no Rio Grande do Norte à época dos levantes não era dos melhores. Havia no estado problemas agudos que só viriam a recrudescer após 1933, com a eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse momento, inicia-se uma luta pelo poder local, polarizada pelo então governador Mário Câmara e por Raul Fernandes, que teria como ápice as eleições estaduais de outubro de 1934, quando o segundo fora eleito governador. Como forma de legitimação ou de demonstração do seu poder, Fernandes passou a tomar algumas medidas que visavam a diminuir algumas das ações feitas pelo seu antecessor. Desta forma,

---

<sup>218</sup> Carone, 1991, p. 219

“Entre 1934 e 1935, o novo governador demite centenas de funcionários públicos nomeados por Mário Câmara, paralisa obras públicas – o que provoca grandes ondas de desemprego - e exonerou 420 membros da Guarda Civil, sem, no entanto, desarmá-los”<sup>219</sup>. Tais atos, dentro de uma sociedade politizada como a do Rio Grande do Norte, eram os elementos certos para a instalação de um clima de insatisfação, sobretudo a dissolução da Guarda Civil, pois, com ela, haveria a baixa obrigatória de serviço para os sargentos, deixando sem emprego pessoas que haviam feito opção pela carreira militar e não tinham mais idade para encontrar outro trabalho ou que só em determinadas condições poderiam permanecer nas fileiras.

Todavia, o foco militar mais radical não estava dentro dos quadros da Guarda Civil, embora eles estivessem insatisfeitos e com armas em mãos, mas sim no 21º Batalhão de Caçadores. Este batalhão era formado, grosso modo, por militares transferidos de João Pessoa após uma malograda tentativa de sublevação em 1931, e, pelo próprio histórico, se constituía como a principal célula bolchevista militar em Natal. Além disso, as condições precárias em que se encontravam, já que o batalhão, segundo eles, "jazia num pardieiro velho sem higiene, nem conforto", o descontentamento com seu comandante, o enérgico coronel Pinto Soares, e a solidariedade aos companheiros da Guarda Civil transformavam este batalhão em um verdadeiro barril de pólvora, pronto a se sublevar a qualquer momento. E explodiu, no dia 23 de novembro de 1935, um sábado, a partir das 19h30min. As versões dos fatos são variadas e difusas em seus detalhes, por isso optamos por sublinhar as características mais gerais, que procuram nos fazer compreender as questões sobre a direção do programa e da participação comunista na insurreição.

Segundo Edgard Carone, o principal dirigente militar do 21º B.C., o cabo Giocondo Alves Dias, procurou o Comitê Revolucionário do PCB no dia 23 e insistiu na tese de que aquele deveria ser o dia da revolução, impreterivelmente. Como a maior parte dos oficiais estava do lado do governo, sublevar-se num sábado, quando a maioria destes oficiais estava fora do quartel, permitiria uma ocupação rápida do Batalhão. A isto se somava o fator surpresa do levante, primordial para uma ação deste tipo. Dias acreditava também que parcelas da população tenderiam a se aliar com os militares contra um governo desgastado que, no dia anterior tinha dissolvido o comício da Liga Pró-Liberdades Populares valendo-se da violência policial. O quadro lhe era favorável, contudo, a direção política do PCB se mostrou cautelosa, propondo adiar a decisão sobre a revolta para ouvir a direção do partido em Recife. Giocondo, numa atitude impulsiva, acabou mobilizando os quadros para a

---

<sup>219</sup> Carone, 1991, p. 221

sublevação, em desobediência às ordens do Comitê Revolucionário, que, sabendo que ele era "quem controlava o trabalho entre militares no quartel", acabou cedendo e pegando em armas, mesmo inicialmente contrário a esta decisão.

Como previa o líder militar, realmente o ataque surpresa e a ausência de oficiais foram decisivos para a rápida e fácil ocupação do 21º Batalhão. Enquanto o quartel se rebelava, civis recebiam fardas, armas e formavam grupos com os militares revoltosos, saindo do quartel e espalhando a rebelião por toda a cidade. As tropas civis e militares se dividiram em dois pólos de ataque: de um lado, o quartel da Polícia Militar, a Casa de Detenção e o Esquadrão da Cavalaria; de outro, o Teatro Carlos Gomes, onde a cúpula do governo do estado participava de uma cerimônia de formatura. Ao saber do levante, a confusão e a correria imperaram entre eles, levando o chefe de polícia cair numa armadilha, sendo preso no quartel depois que foi averiguar o que estava ocorrendo. O baixo número de mortes, sobretudo do lado revoltoso, levou à impressão de que a revolução estava vitoriosa.

No dia seguinte, organizou-se uma Junta Revolucionária, chamada também de Governo Popular Revolucionário, e o escolhido para ser o presidente foi João Lopes, assessor do Comitê Central do PCB. "Santa" ou "Maranhão", como Lopes era conhecido, tinha chegado ao final de junho a Natal para ajudar nos preparativos insurrecionais. Este dado é valioso para o entendimento de que, embora, como veremos, o levante tivesse origem em um grupo militar, e o programa do novo governo fosse baseado nas propostas da ANL, não podemos desconsiderar o seu caráter comunista, não no aspecto ideológico, mas no aspecto da direção. Os comunistas só foram assumir abertamente a direção da revolta na noite do dia 24, quando ficaram informados dos levantes no Recife. Para Marly Vianna, eles "ficaram certos [de] que a revolução nacional libertadora começava em todo o país"<sup>220</sup>.

Estabelecida Junta Revolucionária, o próximo passo foi a distribuição de um volante com o programa de governo, cuja tônica era a defesa do lema "Pão, Terra e Liberdade". E não obstante a 'vitória' estivesse atribuída à imagem de Luiz Carlos Prestes e ao "socialismo sobre a decantada liberal-democracia dos políticos profissionais"<sup>221</sup>, o volante negava que Governo Popular Revolucionário fosse apenas uma máscara do PCB. Suas propostas baseavam-se no fato de que

“Ao mesmo tempo ele será um ‘Governo Nacional Revolucionário’, porque frente ao imperialismo e aos seus agentes esse governo será profundamente revolucionário, não reconhecendo nem dívidas, nem tratados, nem acordos, nada em suma de tudo o que significa a vergonhosa entrega do Brasil aos capitalistas estrangeiros. Frente ao

---

<sup>220</sup> Vianna, 2003, p. 89

<sup>221</sup> Cf. Carone, 1991. P. 225

imperialismo o Governo Nacional Revolucionário será, realmente, nacional e revolucionário. Por sua vez, não será liquidada a 'propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais', pois, para 'implantar a democracia e liquidar o feudalismo e a escravidão' é preciso, também, proteger o trabalhador urbano das forças produtivas."<sup>222</sup>

Suas primeiras medidas, além da ocupação do palácio governamental e da dissolução da Assembléia Constituinte, visavam à manutenção da ordem, com pedidos a população que evitassem saques e assaltos. Tudo em vão. Mesmo com os insistentes pedidos, a sede da AIB fora invadida, o Banco do Brasil foi assaltado e houve inúmeros saques a lojas. A falta de organização foi, portanto, a tônica deste levante potiguar. Para o povo, a rebelião foi mais uma festa do que um movimento conscientemente revolucionário, como pode se observar no testemunho abaixo, de João Lopes:

"lançamos um programa: bonde barato, pão barato. Demos pão ao povo. Tiramos 10 mil manifestos e falamos pelos alto-falantes, chamando o povo para se unir. Que nós queríamos pão, terra e liberdade. [...] Mas o povo não queria trabalhar, só queria gritar: 'Viva Prestes!' 'Viva Prestes!' 'Prestes era a menina dos olhos de lá.'"<sup>223</sup>

A força revolucionária se estendeu pelo interior, onde encontrou resistência muito forte, organizada pelo fazendeiro e político Dinarte Mariz, e apoiada pelo governador da Paraíba, que o ajudou enviando tropas para combater os rebeldes. Com isto, o governo federal iniciou um processo lento e gradual de reação. A derrota em Serra do Doutor, no interior do Estado, entre 26 a 27 de novembro, fez com que o pânico fosse tomando conta das forças revolucionárias. Quatro dias depois da eclosão do movimento, ao mesmo tempo em que a polícia controlava e ocupava a cidade, as milícias lideradas por Mariz entravam em Natal. O retorno governamental permitiu a intensificação da caça aos revolucionários. Com exceção de João Lopes e João Praxedes, um sapateiro que fizera parte da direção da Junta Revolucionária e conseguiu fugir e viver 50 anos na clandestinidade, todos os membros do Comitê foram presos.

Interessante perceber que para alguns setores sociais, assim como na insurreição do Rio de Janeiro, em 27 de novembro, só após alguns dias foi que o levante em Natal passou a ser visto como uma sublevação orquestradamente organizada pelo PCB e Moscou. Até aquele dia o governo local via seus inimigos políticos como as cabeças do levante. Contudo, isso não foi de forma unânime, pois nosso jornal analisado, desde o primeiro dia da repercussão ela já caracterizava como um movimento comunista.<sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> Carone, 1991, p. 226

<sup>223</sup> Vianna, 2003, p. 91

<sup>224</sup> Cf. *O Jornal*, 26/11/1935

## **B. Recife**

Não muito distante de Natal, em Recife, o clima de agitação também estava presente. Conflitos sociais davam a entender que havia realmente ali uma situação revolucionária pronta a emergir. Podemos apontar como principais manifestações as que ocorreram em agosto de 1935, em que vários eventos, com maciça presença da população, ocorreram na capital pernambucana com o intuito de propalar o programa da ANL e da sua luta contra o imperialismo e o fascismo. Fora isso, não podemos esquecer que a greve da Rede Ferroviária do Nordeste, ligada à Great Western, ocorre nesta região, e a despeito de ser duramente reprimida pela polícia pernambucana, encontra apoio e solidariedade de parcelas da população e de segmentos militares, inclusive de outros estados, como o 21º Batalhão de Cavalaria de Natal.

No Recife estava instalada a direção comunista regional do Nordeste, ou o Secretariado do Nordeste, que via nesse clima de agitação operária e militar a consolidação de uma situação revolucionária, a oportunidade ideal para a promoção de um levante. Assim, ficou em prontidão à espera de um possível aviso de sublevação vindo do Comitê Central do Rio de Janeiro. Contudo, às 22h do dia 23, poucas horas após a sublevação em Natal, foi enviado ao chefe do Estado-Maior da 7ª Região Militar um telegrama informando sobre a situação na capital potiguar. Telegrama esse prontamente interceptado e enviado para o sargento Gregório Bezerra, um dos principais articuladores do PCB no estado. Após o Comitê Militar Revolucionário de o Nordeste ter sido prontamente avisado por Bezerra, acreditou-se que era o momento de se rebelarem também. Depois de divergências no tocante ao dia da rebelião, o Secretariado do Nordeste conseguiu impor sua vontade e se rebelar no domingo, dia 24 de novembro, às 9h da manhã.

O plano dos revoltosos consistia em, primeiramente, se apossar da cidade e depois enviar tropas para Fortaleza e Natal, a fim de ajudar os insurretos de lá. A partir daí, num projeto de expansão do levante por todo o Nordeste, seriam enviadas tropas para Maceió e Aracajú. O plano consistia também em outras frentes, como greves gerais no porto de Recife e na Estrada de Ferro Great Western. Seu manifesto, publicado junto com a sublevação, em muito se parecia com o de Natal: dava como sua grande inspiradora a Aliança Nacional Libertadora e Luiz Carlos Prestes como estando à frente do levante, e pretendia ser um "movimento nacional libertador". De acordo com o depoimento da maioria dos presos o

levante era em prol de um “governo popular, nacional e revolucionário, e por um governo em que o proletariado não sofresse mais os vexames impostos pelo capitalismo” ou, ainda, “por pão, terra e liberdade”.

Embora autores, tais como Marly Vianna e Nelson Werneck Sodré, tenham afirmado que a tomada do quartel do 29<sup>o</sup> Batalhão de Cavalaria foi a parte mais fácil do levante, o exame minucioso da historiografia a respeito demonstra que foi justamente nesse momento que o levante começou a degingolar. Houve uma certa resistência de tropas legalistas no Pavilhão de Administra o durante mais de 20 horas. Isso impediu que as tropas insurretas pudessem seguir tranquilamente para a ocupa o da cidade. Mais grave foi que, durante esse período, os oficiais entraram em contato com o quartel-general do Recife, avisando do movimento. Isto reduziu a níveis baixíssimos o fator surpresa, que foi justamente o que havia favorecido o sucesso inicial da sedic o potiguar<sup>225</sup>. Vale lembrar que o movimento no Recife contou com a adesão de alguns poucos oficiais, o que já era considerado um avanço, já que em Natal não havia nenhum oficial ao lado dos rebeldes.

Uma vez tomado o quartel, os revoltosos começaram a distribuir armas a curiosos que foram ver o que ocorria, certos de que o povo ia aderir em massa   insurreic o, o que, de fato, não aconteceu. Essa falta de apoio das massas não aconteceu por falta de solicita o dos revoltosos: o sargento Gregório Bezerra soube pelo PCB que o levante contaria com o apoio de portuários, operários e estivadores. Assim, passou a noite do dia 24 tentando mobilizar as praças do Centro de Preparac o de Oficiais da Reserva (CPOR), conseguindo algumas adesões em v o, pois, no final, ninguém compareceu.

A adesão desses grupos era a última esperança para o movimento, pois, já na tarde de domingo, as tropas legalistas encurralavam os rebeldes no quartel e a outra frente de rebelião, comandada pelo tenente Lamartine e pelo capitão Ot clio no Largo da Paz, havia sido derrotada. Sem apoio, o movimento foi completamente derrotado na segunda-feira seguinte, dia 25, quando, sob o pânico de um ataque aéreo, os insurretos retiraram-se do Largo da Paz e do quartel do 29<sup>o</sup>, entregando-se pela tarde. Já no dia 27, sob uma austera repressão, todos os chefes rebeldes já se encontravam presos. O final do movimento em Recife, assim, também foi acompanhado de uma rea o violenta (de quem?) aos presos. Segundo dados informados por Edgard Carone, mais de 30 mil pessoas foram arroladas no processo, desde revolucionários a simples suspeitos. O que torna mais cruel essa rea o contra-revolucionária

---

<sup>225</sup> Vale lembrar que o 29<sup>o</sup> BC ficava a vários quil metros do quartel-general do Recife, o que permitiu que as autoridades conseguissem, a tempo, se organizar contra as tropas rebeldes, ocupando pontes, o porto e as esta es ferroviárias. Cf. Carone, 1991, p. 231.

é que a prisão foi "acompanhada de fuzilamentos e torturas, que atingem grande número dos líderes no movimento"<sup>226</sup>.

Ao refletir sobre uma historiografia que afirma que também não houve um caráter comunista no Recife, podemos concluir que, se em Natal o caráter do movimento foi direcionado, sobretudo, pelos militares, tendo os comunistas tomado a frente num momento posterior, não concordando de imediato com a deflagração do ato, no Recife o levante foi promovido pelo Secretariado do Nordeste juntamente com militares do 29º, que eram, em sua maioria, comunistas. O que não houve, nem no Recife e, como veremos, nem no Rio, foi uma adesão popular em larga escala, e os poucos que aderiram não entendiam o que ocorria.

### **C. Rio de Janeiro**

Getúlio Vargas, sabendo dos levantes em Natal e em Recife, determinou o envio das Forças Armadas para o Nordeste, ao mesmo tempo em que colocava todas as unidades militares da capital em extrema prontidão e prendia, com a ajuda incondicional dos integralistas, líderes da oposição democrática. O general Eurico Gaspar Dutra, em depoimento, afirmara que, desde a madrugada de 24 de novembro, as tropas da 1ª Região Militar estavam em alerta, mantendo efetiva vigilância em face de uma factível sublevação.

Enquanto isso, no Rio, o desconhecimento do que acontecia no Nordeste pelo PCB e pelo grupo da Internacional Comunista era visível, o que é explicável pela precária comunicação<sup>227</sup>. Isso pode ser visto no fato de que, em 23 de novembro, quando se iniciou o movimento em Natal, "terminava no Rio um encontro da direção nacional do PCB com representantes das direções estaduais - inclusive do Rio Grande do Norte. E ninguém sabia nem suspeitava das rebeliões."<sup>228</sup>. A partir do momento em que se tiveram notícias pela imprensa dos movimentos, ou seja, apenas em 25 de novembro, somente Luís Carlos Prestes defendia o levante no Rio, ao contrário de todos os seus companheiros, que acreditavam que qualquer sublevação naquele momento seria precipitada e fadada ao fracasso, e pouco fizeram das notícias que agora apareciam. Estes acreditavam que o momento oportuno para um levante sedicioso seria entre meados de dezembro de 1935 e fevereiro do ano seguinte. Entretanto, Prestes pensava ser necessário não abandonar os companheiros do Nordeste, mesmo sem saber qual era o caráter daqueles movimentos.

---

<sup>226</sup> Carone, 1991, p. 232

<sup>227</sup> Segundo nossa pesquisa, a primeira vez que foi veiculada a notícia dos levantes em Natal e Recife foi na segunda-feira de 25 de novembro, isto é, dois dias após a deflagração do movimento insurrecional.

<sup>228</sup> Vianna, 2003, p. 94

Mesmo sem saber ao certo o que se passava, Prestes convocou uma reunião de cúpula com os dirigentes do PCB em Copacabana, onde estava hospedado. O secretário-geral do PCB, Miranda, foi radicalmente contra a rebelião, obtendo o apoio dos assessores da IC, Ghioldi e Harry Berger. Sozinho, Prestes lançou mão de todo seu carisma e influência para convencê-los: um dos seus principais argumentos foi que seria uma iniquidade abandonar os companheiros do Nordeste, isto é, ou ele acreditava que o levante de Natal era de caráter comunista, ou, o que é mais provável, os "companheiros" a que ele se referia eram os militares que se rebelavam no Rio Grande do Norte. Cruzar os braços, naquele momento, significaria entregar-se de mãos atadas ao governo, que, depois do choque provocado pelos acontecimentos no Nordeste, "teria todas as condições para reagir não só naquele estado, mas em todos onde houvesse suspeita de conspiração armada"<sup>229</sup>. Só que o principal argumento para obter o apoio de Miranda, Ghioldi e Berger foi que o movimento que se formava no Rio já contava com o apoio militar, sobretudo o da Marinha de Guerra. Tendo o esperado apoio da cúpula, e contando com o entusiasmo dos militares comunistas, Prestes e o PCB tiveram 48 horas para organizar todo um movimento revolucionário: o dia marcado era a quarta feira, 27 de novembro.

Nessa organização feita às pressas, os militares eram, para Prestes, a base fundamental do movimento. Os civis seriam meros coadjuvantes e só dariam o apoio aos militares depois que estes saíssem vitoriosos dos quartéis. Já o PCB, até pela sua postura ideológica, tentou alguma mobilização civil, sobretudo operária. Cento e quarenta pessoas era o total de militantes que o partido tinha reunido nas denominadas "brigadas civis", que iam desde membros da Juventude Comunista a operários da Light, passando por estivadores, marinheiros, motoristas e militantes do bairro de Bento Ribeiro. No quartel do 3º Regimento de Infantaria, que ficava na Praia Vermelha, local da rebelião, o contingente de partidários do PCB era de apenas 12 homens, sendo que, destes, dois eram oficiais, um era cabo, e o restante soldados rasos. E a célula da ANL no mesmo regimento era composta de 30 militares e mais alguns simpatizantes, que poderiam pegar em armas. Só havia dois oficiais militantes do PCB, os tenentes Leivas Otero e o capitão Agildo Barata, que cumpria sua prisão no 3º RI. O fato de Agildo Barata estar preso também foi outro empecilho no movimento insurrecional, simplesmente pelo fato de não estar familiarizado nem com o pessoal nem com as dependências do 3º RI<sup>230</sup>. Somado à escassez de pessoas no movimento, outro problema: o PCB não possuía armas, sendo obrigado a fabricar bombas artesanais e granadas de mão às

---

<sup>229</sup> Carone, 1991, p. 232

<sup>230</sup> Cf. Carone, 1991, p. 236

vésperas do movimento.

Sob a ordem de Prestes, foi determinado que “o 3º Regimento Popular Revolucionário deverá levantar-se às duas horas da madrugada de 26 para 27 do corrente e, a partir das três horas, iniciar a execução das missões constantes no plano anexo por mim rubricado”<sup>231</sup>. Os militares do 3º RI ficaram entusiasmados e ninguém duvidava da vitória. Por causa dos levantes do Nordeste, e o estado de sítio promulgado dois dias antes, a prontidão era rigorosa e, evidentemente, não havia ninguém dormindo. Os problemas começaram já na entrega deste bilhete de Prestes. O estafeta escolhido para entregar as mensagens às localidades preparadas a se sublevarem, ao chegar no 3º RI, informara ao responsável político dali que não teria condições de entregar a tempo os bilhetes às outras guarnições militares, e, “desta maneira, estas ordens nas mãos dos oficiais revoltosos do 3º RI, não sendo entregues aos seus destinatários”<sup>232</sup>

O plano era que, após a dominação do regimento da Praia Vermelha, os revoltosos se dividissem em três grupos. Um marcharia rumo ao palácio da Guanabara; outro, em direção do palácio do Catete, e um último dominaria o quartel-general do Exército. Além disso, a partir do sucesso deste levante, os revolucionários entrariam em contato com Trifino Correa, que comandaria, então, a revolução em Minas Gerais.<sup>233</sup>

A tomada do quartel não foi nada fácil, pois os revoltosos encontraram grande resistência da companhia de metralhadoras. Esse imprevisto foi fundamental para a derrota do movimento, pois quando conseguiram, enfim, dominar o quartel, já estavam encurralados pelas forças do governo. E a única saída possível para os revoltosos seria o mar, já que o 3º RI estava localizado entre os dois morros da Praia Vermelha, tendo a Baía da Guanabara aos fundos. Além disso, acontecia uma série de decepções e frustrações, dando início ao fim do movimento: fora as brigadas civis, que foram um fracasso pela falta de adesão dos militantes na hora decisiva, a Marinha, que Prestes afirmara estar do lado dos revoltosos, não aderiu ao levante, impedindo qualquer fuga eficaz pelo mar. Já a Escola de Aviação Militar (EAM), localizada no Campo dos Afonsos, tinha um número considerável de comunistas nos seus quadros. Contudo, o levante na Vila Militar, o único que acompanhava o do 3º RI, não lograria êxito, sobretudo porque o Comando do 1º Regimento de Aviação já estava avisado do que poderia acontecer ali. O tenente-coronel Eduardo Gomes, responsável pelo EAM,

---

<sup>231</sup> Vianna, 2003, p. 97

<sup>232</sup> Carone, 1991, p. 235

<sup>233</sup> Cf. Carone, 1991, p. 234

declarara que mandara “acordar o pessoal que pernoitava no Regimento”, uma vez que estava prevenido de que havia ameaças de um movimento comunista na cidade.<sup>234</sup>

Contudo, ao se rebelar, o movimento na Praia Vermelha já tinha começado o que fez com que esse levante perdesse, de acordo com Marly Vianna, o “fator surpresa”, e mesmo conseguindo a duras penas ter o controle da EAM, esse sucesso foi fugaz, pois, já ao amanhecer, as tropas legalistas já tinham controle sobre a Escola. Nesse momento, os revoltosos enviam um apelo ao General Dutra, que comandava a reação legalista, em que diziam: “Concitemos prezado companheiro salve o Brasil ser entregue mãos estrangeiras por Getúlio. Esperamos do chefe da 1ª RM, união ponto de vista, capaz livrar nossa Pátria garras Getúlio”<sup>235</sup>. O pedido, assinado por Barata e Álvaro de Souza em nome de Luis Carlos Prestes, foi em vão, pois Dutra nem se deu ao trabalho de respondê-lo. Isolados, o revoltosos do 3º RI não tinham muitas esperanças, só faltando um último avanço das tropas legalistas para se renderem, que aconteceu quando, um pouco antes do meio-dia, o quartel começou a ser bombardeado. A rendição veio em seguida. A rebelião não chegou há durar 24 horas e se resumiu aos elementos militares nos seus quartéis.

A partir dessa análise dos levantes de novembro de 1935, podemos concluir que tais acontecimentos não deixaram dúvidas de que as ações estiveram sob o comando dos comunistas. Fica evidente que o conteúdo programático estava ligado diretamente à ANL, bem como a maior parte de seus participantes. Ao mesmo tempo, também concordamos em considerar que o levante em Natal aconteceu por motivos alheios ao planejamento do PCB. Contudo, “é inquestionável o papel dirigente assumido pelos comunistas nos três episódios: as ações foram decididas, planejadas e executadas pelos homens do Partido Comunista.”<sup>236</sup> No caso de uma vitória das forças revoltosas, o governo seria assumido pelo principal representante do PCB, Luís Carlos Prestes, ligado diretamente ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Assim, concluímos da mesma forma que o historiador Rodrigo Motta, que o objetivo final das insurreições “seria implantar o socialismo no país, ainda que se tornasse necessário estabelecer políticas transitórias e concessões a eventuais aliados moderados.” Desta forma, não consideramos inapropriado qualificar a “Revolução de 1935” como comunista.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Pinheiro, 1991, p. 304

<sup>235</sup> Carone, 1991, p. 235

<sup>236</sup> Motta, 2002, p. 188

<sup>237</sup> Cf. Motta, 2002.

Também podemos inferir que, em 1935, a aprovação da Lei de Segurança Nacional e a repressão desencadeada contra a ANL e os levantes de novembro foram decisivos para a engenharia política getulista, legitimando o enrijecimento estatal. Isso equivale a dizer que, pouco tempo depois da Carta Constitucional de 1934, que diminuía o raio de ação do Estado, o governo getulista passou novamente a ampliar-se, constituindo-se como força hegemônica na condução dos destinos da sociedade civil brasileira.

Mas como se deu a participação da imprensa no combate ao “perigo bolchevique” e quais os expedientes utilizados por ela são assuntos para o próximo capítulo.

## Capítulo III

### O Jornal contra o Vírus Vermelho

#### 3.1 - Os levantes de 1935 e criação de uma “legenda negra”

Para o leitor que lesse a primeira página de O Jornal na terça-feira do dia 26 de novembro teria uma surpresa, pois veria estampado em letras garrafais: “Graves acontecimentos, de caráter extremista, em Natal e Recife. Decretado o Estado de sítio para todo o território nacional”. Os levantes do fim de semana e as enérgicas medidas de reação tomadas pelo governo ocupavam quase toda a primeira página do diário. Embora alguns jornais analisados, como O Estado de S. Paulo e o carioca A Noite<sup>238</sup>, tivessem adotado a posição de enquadrar os levantes como “extremistas”, um adjetivo que ia além do caráter comunista ou fascista, o líder dos Diários Associados, não perdera tempo: de forma agressiva, denominava as rebeliões de Natal e Recife - em 23 e 24 de novembro de 1935, respectivamente - como comunistas, dando como certa a liderança de Luís Carlos Prestes e relembrando que o início de tal ato subversivo foi na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em abril de 1935. As rebeliões subversivas no nordeste ainda nem tinha perdido seu vigor na imprensa quando na chuvosa quarta-feira do dia 27 eclodia o levante no Rio de Janeiro. Não obstante tenha sido, dentre os três levantes, o de menor força, não durando mais de doze horas e ficando restrito a apenas quarteladas na Praia Vermelha e no Campo dos Afonsos, a insurreição carioca foi a mais representativa, em termos de repercussão, fazendo a imprensa, por muitas vezes, como veremos mais a frente, esquecerem o que houve em Natal e no Recife.

Logo, foi partir desse instante que se radicalizou o panfletarismo do “*perigo vermelho*” na grande imprensa carioca, que se alinhando ao lado do Estado na legitimação de suas medidas repressivas, defendendo a declaração do Estado de Sítio em todo o país, colaborou a construir as bases para a consolidação do autoritarismo governamental que resultaria no Estado Novo. Embora o termo “autoritarismo” seja designado, assim como os termos “totalitarismo” e “ditadura”, como contraposição a práticas de ordem democrática, nos valem aqui da concepção de Norberto Bobbio, que o entende para referir a regimes

---

<sup>238</sup> Esses jornais foram analisados em nossa monografia de Graduação, intitulada “*O Perigo Vermelho: As insurreições de 1935 vistas pelos jornais O Estado de S. Paulo e A Noite.*”, defendida na primavera de 2005 pela Universidade Gama Filho.

“que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas”<sup>239</sup>

Desta forma, o autoritarismo se insere numa ideologia que “nega de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico”.<sup>240</sup> Esta “ideologia autoritária brasileira” – ou, como prefere Ricardo Silva<sup>241</sup>, “ideologia do Estado Autoritário” - não se encontrava agora do lado de fora do aparato de Estado, como na Primeira República, mas dentro do aparelho governamental, bem como em setores sociais, outrora excluídos do jogo político. Assim, a legitimação do fortalecimento do Estado era a sua função chave do discurso autoritário, que passaria, desta forma a ser uma das matrizes constitutivas do discurso anticomunista na imprensa, como observaremos, de forma pormenorizada, mais adiante.

Contudo, mais do que legitimar as ações repressivas, apreendemos da análise de nossas fontes que o seu discurso fora fundamental na formação dos alicerces de uma ideologia anticomunista. Como já foi discutido no capítulo anterior, o conceito de ideologia é aqui compreendido como um conjunto de idéias e crenças com o fim de postular, explicar e/ou justificar certas ações, com o objetivo de manter ou contestar a ordem social vigente. A ideologia anticomunista funcionou como canal de reprodução da ordem social dos setores dominantes da sociedade que objetivavam combater qualquer influência comunista no Brasil. Isso seja por interesse de barganhar com o Estado, seja por medo real de um possível aumento da presença comunista, sobretudo depois da trajetória meteórica da ANL. Uma consideração importante deve ser feita: uma das características de tal campanha antibolchevique era a sua heterogeneidade: assim, o anticomunismo é composto por grupos políticos e projetos diversos, e, como mais a frente veremos, ele não foi uma “invenção”, um mero pretexto, mas, antes, um sentimento pautado em convicções ideológicas, embora sua intensificação tenha sido largamente utilizada para fins escusos.

Fazendo uma análise de conteúdo das principais colunas políticas no jornal pesquisado, observamos que o discurso anticomunista se baseava em dois grandes temas. A primeira era da própria repercussão da Intentona, em retratar os levantes e os detalhes sórdidos dos insurgentes. Já a segunda matriz gravita ao redor da necessidade do contra-ataque: a necessidade da aprovação das emendas a Lei de Segurança Nacional, a decretação

---

<sup>239</sup> Bobbio, 1986, p. 94-95

<sup>240</sup> Bobbio, 1986, p. 94-95

<sup>241</sup> Cf. Silva, 2004.

ao Estado de Sítio e, sobretudo, ao aumento do poder do Executivo. Bem como com os ataques aos grupos oposicionistas, que acreditavam ser desnecessário todo esse reforço governamental.

Desta maneira, uma das principais estratégias – se não a principal- adotada para a legitimação das forças dominantes era criar um quadro sombrio e apavorante do comunismo, e, desta forma, enfraquecer a sua penetração dentro da sociedade. Isso foi feito de forma constante e eficaz ao longo dos dois anos estudados, sob várias formas. E nesse primeiro momento da campanha anticomunista, um dos principais objetivos fora transformar tal evento a um “mácula sangrenta”, ligando, indelevelmente, a violência a doutrina comunista. Isso foi trabalhado de forma exaustiva e com tintas fortes pela imprensa, a ponto de se tornar um marco para o anticomunismo: dos levantes de novembro, sobretudo da sua repercussão, estabeleceu não somente caracteres ideológicos que perduram até hoje, como, por exemplo, a visão “senso comum” do comunista russo como alguém frio, calculista e desumanizado, mas também, do “estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática.”<sup>242</sup>

Como dissemos, no dia 26 de novembro, na primeira vez que os levantes foram noticiados, o nosso matutino já adotara a posição que levaria coerentemente nessa “onda anticomunista”: os levantes eram de caráter exclusivamente comunista, comandados pelo ex-Cavaleiro da Esperança, Luis Carlos Prestes e que se embrião se encontrava na Aliança Nacional Libertadora. Mas o jornal de Chateaubriand, coerente com a postura governista, a identificava como um disfarce para a ação do PCB, uma vez que a maioria dos seus participantes eram desse partido e a presidência estava nas mãos de Luis Carlos Prestes. As matérias da capa também objetivavam tranqüilizar a população, mostrando a paz de espírito que se encontrava a capital federal, mesmo depois dos levantes nordestinos e a implantação do Estado de Sítio no dia anterior. Ao mesmo tempo em que aproximava a opinião pública da posição governista. Destarte, se noticiava na primeira página que os leitores

“perceberam as medidas de precaução e não fora o amplo noticiário da imprensa vespertina, a opinião nacional recebeu plenamente confiada na força do governo a notícia da irrupção do surto revolucionário. Nesta capital, mal se perceberam as medidas de precaução e não fora o amplo noticiário da imprensa vespertina”<sup>243</sup>

Entretanto, a paz de espírito que “reinava” no Rio de Janeiro dera lugar aos levantes no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e a Escola de Aviação, no Campo dos

---

<sup>242</sup> Motta, 2002, p. 4

<sup>243</sup> *O Jornal*, 26/11/1935

Afonso. De menor intensidade em relação as insurreições de Natal e Recife, o movimento carioca foi visivelmente o que teve maior repercussão. Como motivos para esta afirmação podemos apontar, primeiramente, pelo fato de ocorrer na capital federal, centro do poder executivo. Segundo, como a equipe de reportagem de O Jornal se encontrava já no Rio e o seu público leitor era majoritariamente da capital, as informações chegavam a um fluxo muito mais rápido e assim saciavam a sede de informações que angustiavam os cidadãos cariocas. Tanto foi que nos últimos dias de novembro, o periódico que, durante a semana, vinha com dezoito páginas, chegava com vinte a vinte e quatro páginas, deixando as primeiras exclusivamente para o detalhamento dos combates aqui vistos. A necessidade de apresentar novidades sobre os pormenores dos levantes levavam ao jornal publicar informações que por vezes eram desconhecidas e até equivocadas, sobretudo quando se referia ao número de mortos: a cada edição, o número de mortos se modificava, chegando até o número de centenas de oficiais, quando, na verdade, entre oficiais legalistas e insurgentes, a cifra foi de 29 mortos<sup>244</sup>.

Acreditamos que a onipresença das notícias sobre os levantes na imprensa, e as respectivas ameaças de que a ordem social poderia sofrer um colapso caso o governo não agisse energeticamente, influíram consideravelmente na opinião pública. Seu medo maior era menos da possibilidade de sucesso ou não da insurreição, mas o que poderia vir, o seu potencial de causar um estrago maior. Um dos recursos utilizados pelos jornalistas durante os primeiros meses após os levantes era enfatizar que a opinião pública estava a favor dos atos do governo, apoiando a todo transe as atitudes de Vargas e rejeitava de forma cabal tanto os atos de novembro, quanto a doutrina marxista. Assim, podemos observar a opinião pública sob duas modalidades. A primeira nos é apresentada por Jürgen Habermas<sup>245</sup> que vê a opinião pública como principal canal de expressão da esfera pública. Esta é, antes de tudo, um espaço onde a sociedade civil, separada do poder público, garante o atendimento e a reivindicação dos seus interesses nas esferas de atuação do Estado. E a imprensa é assim, para Habermas, o símbolo máximo da esfera pública, sendo, junto de publicação impressa, os principais meios que permitiram e permitem a participação da sociedade nessa esfera pública. Posto desta forma, a opinião pública é a opinião que utiliza os órgãos da esfera pública para se expressar, i.e., é o público que expressa sua opinião crítica através da esfera pública. Os principais órgãos utilizados para essa tarefa são os meios de comunicação, onde se sobressai a imprensa.

---

<sup>244</sup> Cf. Carone, 1982.

<sup>245</sup> Cf. Habermas, 1984.

Só que a opinião pública não é uma, podendo ser dividida, ao menos, em duas categorias. Jean Jacques Becker<sup>246</sup> nos apresenta dois tipos de opinião pública, na qual a primeira, e mais conhecida, é do tipo estático, pautada na tradição, no hábito, inscrita no tempo longo, que é o que hoje em dia temos a respeito tanto dos levantes de 1935 ou do comunismo no Brasil. Já a segunda concepção, que nos interessa mais diretamente, busca-se numa opinião pública dinâmica, que se inscreve no tempo curto, como a reação da opinião diante a uma acontecimento, exatamente o que encontramos nas páginas de O Jornal a respeito das sedições de 1935.<sup>247</sup>

Colocado dessa forma, O Jornal engendrava uma opinião pública, sobretudo se fazendo como porta-voz desta, opinando de forma taxativa os levantes, adjetivando de forma pejorativa os insurgentes e mesmo exaltando as forças oficiais, dando a entender que esta posição era a posição da opinião pública. Logo, ao retratar a insurreição carioca, apresentava um quadro nefasto dos combates, das ações “cruéis” dos capitães Agildo Barata, líder do movimento no 3º RI, e Sócrates Gonçalves da Silva, que liderou a revolta na Escola de Aviação. Um fato que era constantemente repetido, pelo seu apelo emocional, era como se deu o início da revolta. Segundo o matutino, Agildo Barata e seus comparsas, começaram a insurreição as duas da manhã do dia 27, afim de que, encontrando oficiais legalistas em situação inferior, pois estavam dormindo, assassinaram covardemente com intuito de eliminar alguns “inimigos”. Como já estudamos no capítulo anterior, realmente o levante começou as 2 horas da manhã do dia 27, contudo dificilmente algum oficial foi morto dormindo, já que estavam todos em prontidão, por ordem do Gal. Eurico Gaspar Dutra, que, tendo notícias dos levantes no Nordeste, desconfiava de que o mesmo pudesse acontecer na capital federal.

Luiz Carlos Prestes, segundo o matutino, teria fracassado na sua intentona carioca por querer instituir uma insurreição do tipo “onda”, começando pelas quarteladas militares e, num efeito dominó atingir vários outros setores da sociedade. Graças ao povo, que não aderiu aos apelos no último momento, o chefe vermelho não conseguiu aplicar a técnica que consistia, segundo O Jornal, precisamente em

“agir, inicialmente por meio de comoções isoladas, suscitando greves espalhadas e parciais durante um certo tempo, até chegar a uma greve geral e dentro dela a rebelião militar. Essa técnica, que ele própria denominava de “movimento por ondas”, visava enfraquecer o governo e fatigar o espírito público”<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> Becker, 2001.

<sup>247</sup> Cf. Becker, 2001. p.190

<sup>248</sup> O Jornal, 1/12/1935

Interessante é que ao mesmo tempo em que se colocava Prestes como o grande responsável não somente pelos levantes, mas também pela infiltração das idéias comunistas, um painel de exaltação ao Presidente Vargas começava a ser também a ser construído e largamente difundido ao longo do mês de dezembro. A nossa análise observa que as matérias sempre mostravam um Vargas a frente das operações, atuante, que não se escondia dentro de seu gabinete. No dia 28 de novembro, um dia após os levantes, encontramos uma ampla matéria na primeira página, intitulada “O presidente Getúlio Vargas nas frentes de operações”, mostrava todo o esforço do “Pai da Nação” – como era retratado em grande parte das reportagens - em ir pessoalmente dar apoio na Escola de Aviação e no 3º Regimento de Infantaria. Assim, logo na primeira página, em seu canto esquerdo superior, o líder dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, se pronunciava, em sua coluna diária, onde exaltava a figura do presidente e mostravam como os levantes do dia anterior tiveram um efeito ao contrário do que desejavam seus líderes, fortalecendo, não apenas as instituições democráticas brasileiras, como a própria figura de Getúlio Vargas:

“Os acontecimentos revolucionários desta capital vieram novamente testemunhar, além da solidez das instituições democráticas no Brasil, as virtudes da serenidade, coragem e nobreza do primeiro magistrado da república aumentou ontem o seu prestígio moral diante dos contemporâneos e firmou novo direito ao reconhecimento da posteridade.

‘desde que teve conhecimento e que os oficiais comunistas haviam rebelado parte do 3º RI da praia vermelha e da Escola de aviação Militar, o presidente passou a agir com rapidez e energia não somente através de ordens dadas do Guanabara, mas também pelo magnetismo da sua presença no teatro da luta, correndo os mesmos riscos dos soldados que defendiam a honra e a dignidade do povo brasileiro empenhadas no combate pronto aos insurretos.

‘A jornada de ontem serviu assim para consagrar mais uma vez, as qualidade de animo do presidente.<sup>249</sup>

A coluna exaltava também a postura do povo, a opinião pública, informando que todos coesamente aprovaram a postura do Executivo nesses quatro dias que o Brasil perdia sua paz de espírito. Desta forma, o povo “guiado pelos seus instintos profundos e inalteráveis, prestigiou a ação governamental, mantendo-se tranqüilo e seguro de que os motivos da rebeldia jamais poderiam prevalecer sobre o princípio da autoridade.”<sup>250</sup> O jornal de Chateaubriand começava, deste modo, a engendrar o mito do Salvador, como apresentado por Raoul Girardet, que se corporificaria na imagem do presidente da República. O uso de recurso

---

<sup>249</sup> *O Jornal*, 28/11/1935

<sup>250</sup> *O Jornal*, 28/11/1935

mitológico foi uma constante no matutino, sobretudo em 1936, onde três grandes mitos podem ser apreendidos: além do já referido Salvador, havia também o da Conspiração Comunista e a do “Cavaleiro da (des) Esperança”, Luiz Carlos Prestes. Mais a frente trabalharemos mais pormenorizadamente sobre cada um destes mitos.

Outro discurso de autoridade que era largamente utilizada para provar ao mais cético de que O Jornal priorizava somente a informar a “verdade” ao seu público, logrando por sua objetividade, era o amplo espaço dedicado a publicar os comunicados oficiais do governo, na sua maioria, proferidos da Chefatura de Polícia, cujo líder era o Filinto Muller, desafeto confesso de Luis Carlos Prestes, que o expulsara da Coluna Prestes por suspeita de corrupção. A concepção de “verdade” de O Jornal estava no que era proferido pelo governo, seus discursos e comunicados oficiais. Logo, o líder dos Diários Associados reproduzira a entrevista coletiva que Muller dera no dia três de dezembro, em que relatava minuciosamente do movimento extremista, que a partir de agora passara a ser sinônimo para comunismo para a maioria da grande imprensa, embora, como já citamos O Jornal nunca tivera dúvidas.

Nessa entrevista, o chefe de polícia referendou todas as suspeitas que o periódico já tinha noticiado. Ou seja, além de confirmar o caráter bolchevique da ANL, e a ingerência da III internacional nesta agremiação, identificando que “A ANL era ainda uma vez e sempre Moscou”, Filinto Muller denunciava todas as ligas, frentes e comitês que surgiam nesse período, afirmando que “não passavam, na essência, de mistificação da idéia bolchevista e do programa marxista de envolvimento do Brasil na tela moscovita”<sup>251</sup>. Por fim, acusava Luís Carlos Prestes de trazer uma “doutrina exótica ao espírito brasileiro”, e informava, na tentativa de espalhar a preocupação com o *perigo vermelho*, de que as táticas de “contaminação” do vírus bolchevique não se faziam apenas pela via da violência. Um exemplo citado pelo Chefe de Polícia é acusação de professores que, nas palavras de Muller, “em vez de ensinar economia, política, finanças, o direito civil aos estudantes, dão-lhes aulas de puro marxismo”<sup>252</sup>.

Esse tema fora revisitado por várias vezes ao longo de dezembro, sobretudo nas colunas políticas sob a rubrica de Assis Chateaubriand, que denunciava a invasão da doutrina marxista nas cadeiras de direito. No artigo “A Lição eslava”, de 19 de Dezembro, Chateaubriand, numa metáfora com o corpo humana, alertava que o Brasil estava sob uma epidemia, cuja toxinas propagadoras eram os agentes comunistas, que se apoderando do principais órgãos do organismo social brasileiro “conquistam as partes mais combativas da

---

<sup>251</sup> O Jornal, 03/12/1935

<sup>252</sup> O Jornal, 03/12/1935

sociedade, aliciam os elementos de energia de nosso povo, viando o entorpecimento dos meios de resistência de toda a nação.” . A ação dos comunistas seria pela palavra, pela persuasão, e pelo medo, e desta forma, o Estado tinha sido negligente em não perceber que um dos principais campos de ação na propagação do “vírus comunista” eram as classes estudantis. No mesmo editorial, ele conta o caso de uma turma de formandos em Direito – carreira que ele também tinha se diplomado -, em que ele percebera que tinha simpatia pelas idéias marxista. Chateaubriand mostrava sua ojeriza ao comunismo, revelando a necessidade de combater proficuamente a invasão da ideologia marxista, que já estava destruindo os estudante, e criando uma “geração destruidora”, composta de pessoas cegas de espírito, antipatrióticas e atéias.

“Convidado para parafinar jovens doutores , verifiquei que de trezentos e poucos diplomandos, nada menos de 2/3 se achavam envenenados por idéias, que são ácidos e dissolventes da alma brasileira. Esses duzentos diplomando tinham os olhos voltados para Moscou, como as das estepes russas pudessem acaso emergir o clarão de idealismo e de espiritualidade, que deve redimir a humanidade contemporânea da religião condenável de hedonismo econômico e do mais baixo materialismo histórico. Era duzentos cegos de espírito. Eles pertenciam a uma ‘geração destruidoras’ a essa mesma geração que Moscou semeia no mundo inteiro, a fim de cavar o túmulo das nações inexperientes e facilmente seduzidas pelo figurino político alheio.”<sup>253</sup>

Pierre Nora comenta em “o retorno do fato” <sup>254</sup>, a questão de que nas sociedades midiáticas, os meios de comunicação continuamente escolhem acontecimentos que ditam os ritmos da narrativa da história contemporânea. O fundamento deste comportamento refere-se ao que Nora chama de “acontecimento monstruoso”, no nosso caso, as insurreições de novembro. São os momentos eleitos por essa mídia como formadores, desde já, da história. Eles definem o curso da história no imaginário popular e, numa lógica que brota da necessidade da venda, sua tendência é produzir continuamente o novo e destacar o que é excepcional. Eis um ponto muito interessante, pois abre possibilidades para se explorar o sensacionalismo e a relação entre notícia e verdade.

Dentro desta perspectiva do sensacionalismo, percebe-se que a “intentona” tornou-se um produto rentável para o jornal, e, logo, havia a necessidade de alimentar por outros meios, que não apenas a repercussão dos levantes ou as medidas repressivas, o “*perigo vermelho*” nas páginas de O Jornal. Assim, o matutino, se valeu também de factóides, boatos especulativos, mas que por mais curiosos ou mesmo absurdo que pudessem ser, ocupavam boa parte de suas páginas e colocava o tema na pauta do dia. Dentre os factóides que podemos constatar em O

---

<sup>253</sup> O Jornal, 19/12/1935

<sup>254</sup> Nora, Pierre. 1978. pp.179-193

Jornal, destacamos aqui o da presença do príncipe casa imperial russa aqui no Brasil e a caçada ao esconderijo de Luis Carlos Prestes.

O primeiro foi noticiado inicialmente no dia 4 de dezembro e ganhou grande repercussão, caindo no desaparecimento tão repentinamente quanto o seu aparecimento. Dizendo que o príncipe da extinta casa imperial, o russo Igor Dolgoruki fora encontrado no porto de Santos, o jornal o identificava como um revolucionário comunista, que viera ao Brasil para assumir o cargo de lugar-tenente de Luís Carlos Prestes e assim “poder organizar postos de comando e dirigir as atividades comunistas no Brasil.”<sup>255</sup>. Mesmo afirmando que as autoridades tinham correspondência que justificam tal denúncia, um hábito do matutino para legitimar as ações da polícia, é no mínimo duvidoso que o príncipe da antiga casa real imperial russa, que, em 1917, fora destronada pela Revolução Russa, tenha se polarizado com as mesmas forças quase vinte anos depois. Era até mais coerente dizer que se havia um grupo desejoso do fim do comunismo e o restabelecimento da antiga ordem era a própria casa real da Rússia, da qual o príncipe Igor era o seu representante. Nunca se confirmou a presença de tal príncipe e o assunto, embora explosivo num primeiro momento, perdeu vigor e simplesmente foi abandonado.<sup>256</sup>

A procura ao paradeiro de Luís Carlos Prestes também fora recorrentemente utilizado pelo O Jornal. Aliás, até março de 1936 esse tema se viu presente, terminando na própria prisão do “pequeno Cesar enigmático”, denominação de Chateaubriand ao antigo Cavaleiro da Esperança. Discussões sobre há quanto tempo Prestes já estaria no Brasil, qual seria a sua rota – o consenso é de que ele viria a partir da Argentina sob o nome de Roberto Castro – , os seus vários esconderijos eram visitados pelos repórteres em busca de algum vestígio, e entrevistas com testemunhas que afirmavam ter hospedado o chefe vermelho são encontrados largamente nas páginas de nosso matutino. O curioso é que a cada semana o mentor das insurreições no Rio de Janeiro estava em algum canto do país: São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina e até Alagoas são algumas especulações, mal sabendo que Prestes se encontrava no Rio de Janeiro desde o seu retorno, em abril de 1935, residindo boa parte desse tempo em Copacabana, e se transferindo para a Rua Honório, no Méier, a partir de janeiro de 1936. Aos poucos, os boatos sobre onde Prestes se encontravam foram perdendo força e já se tornou senso comum no jornal de que ele já estava na capital federal.

---

<sup>255</sup> O Jornal, 04/12/1935

<sup>256</sup> Em *A Noite* do dia 5/12/35, uma pequena nota foi colocada informando que a família Bologoruki realmente existia, que fazia parte da 3ª Internacional mas que “não há, no entretanto, notícia de algum descendente desta família com o pronome Igor”.

A partir da segunda semana de dezembro, extrair mais detalhes sobre a Intentona Comunista se tornou um árduo trabalho, que, embora não tenha desaparecido, foi gradativamente perdendo terreno para o outro grande tema utilizado por O Jornal na construção do discurso anticomunista, que foi a publicação artigos e notícias para legitimar a ideologia autoritária, justificando as ações repressivas do Estado. E isso deveria, na visão da opinião pública, começar pela aprovação das emendas a constituição e a LSN bem como no ataque as minorias parlamentares que questionavam o exagero das ações repressivas do Estado na sociedade civil.

Se nos discursos de O Jornal, os feitos do ‘Chefe da Nação’, Getúlio Vargas eram vistos com bons olhos, por sua vez olhavam com profunda desconfiança para o grupo oposicionista dentro Congresso. Essa “minoría parlamentar”, também chamada “Oposições Coligadas”, que era liderada, essencialmente, pelo deputado e ex-presidente - Arthur Bernardes, os deputados João Neves da Fontoura, Borges de Medeiros e Virgílio de Mello Franco e o senador José Augusto. Estes eram acusados de se utilizarem de “um recurso parlamentar de oposição sistemática” para impedir o avanço da instrumentalização do Estado contra o “mal eslavo”. As divergências entre maioria e minoria já começaram logo após os levantes de Natal e Recife, quando o presidente solicitou ao Legislativo a autorização para o Estado de Sítio em todo o país por sessenta dias. A minoria parlamentar por mais que comungasse da necessidade do pedido de Estado de Sítio, considerava mais prudente e que este se limitaria aos estados conflagrados por trinta dias. Os editoriais de Assis Chateaubriand, geograficamente instalados na parte superior da página 2 e as colunas políticas, que ficavam localizadas sempre na página 4 do vespertino, passaram a atacar violentamente a oposição. Tal minoria que, como o jornal apontava, tinha defendido a ANL e anteriormente tinha se erguido contra a Lei de Segurança Nacional.

No editorial de 26 de novembro, intitulado “Feitiço contra Feiticeiro”, Assis Chateaubriand lembrava que o “sub-líder” da oposição, o senador potiguar José Augusto, considerava o fechamento da Aliança Libertadora “um embuste, de uma mistificação do Sr. Getúlio Vargas para simular o mais inexistente ou pelo menos o mais remoto dos perigos”<sup>257</sup>. O jornal assim fazia uma análise que levava a concluir que se o governo não conseguiu maiores recursos para se armar contra o comunismo, foi por causa de uma minoria que considerava o comunismo um movimento exótico que “sem raízes nacionais, e do qual a sagacidade do Sr. Getúlio Vargas se estava servindo para meter em medo a burguesia e assim

---

<sup>257</sup> O Jornal, 26/11/1935

intimidar os partidos da coligação da minoria na faina parlamentar”<sup>258</sup>.E concluía pedindo a união entre maioria e minoria, afirmando que enquanto impasses parlamentares continuassem acontecendo, maior a possibilidade de novos levantes comunistas acontecerem.

Durante o processo de redação das emendas a Lei de Segurança Nacional e a Constituição, que foi o primeiro reforço dos poderes do executivo, driblando as limitações constitucionais da Carta Magna de 1934, a minoria questionava o excesso de energia dessas medidas. Diante desse impasse, que prolongava as reuniões da Câmara noite adentro,e, deste modo, atrasavam a sua aplicação imediata, O Jornal, denominando-se “espelho da sociedade”, recrudescia os seus ataques, chegando as raias de suspeitarem as ligações da oposição com os comunistas e/ou aliancistas. No artigo “Reincidência no Erro”, publicado em 5 de dezembro, o líder dos Diários Associados, afirmava categoricamente que “a minoria parlamentar está procedendo, nas graves conjunturas em que nos encontramos, sem medir suas responsabilidades diante do regime”<sup>259</sup>. No mesmo artigo, acusando-os de estarem “fora da realidade”, fala o periódico que

‘As suas atitudes convencem o espírito público da falta de sinceridade dos seus propósitos e deixam supor , não sem fundamento , que, para chegar aos seus fins políticos, não tropida em desligar-se moralmente da nação, a fim de formar entre os seus mais implacáveis inimigos<sup>260</sup>.

Acusação mais séria é vista na mesma coluna três dias depois. Sob o título de “Bloco Suspeito”, o artigo refere-se ao bloco parlamentar que procuravam defender as liberdades públicas nesse processo de enrijecimento estatal. Ligando os deputados que ingressaram em tal grupo à tendências esquerdistas, questiona-se a necessidade da criação da mesma, já que a maioria logra justamente a liberdade de todos os cidadãos nesse período de “guerra” contra a doutrina marxista. E a partir do depoimento dado pelo Deputado Barros Cassal, da maioria, denunciam a influencia de Luis Carlos Prestes na corrente oposicionista. A essa altura, a imagem de Luis Carlos Prestes ainda estava viva nos jornais como o principal responsável dos levantes sediciosos de fins de novembro, logo qualquer grupo ou pessoa que se polarizasse ou tivesse o mínimo contacto com ele já era passível de suspeita, mormente em relação suas posições com o “credo vermelho”. Dizia a coluna assim que:

‘Luís Carlos Prestes tentou realizar um entendimento com a corrente oposicionista, alegando que resolvera mudar de rumo e desejava apenas implantar no Brasil um governo socialista.

---

<sup>258</sup> O Jornal, 26/11/1935

<sup>259</sup> O Jornal, 05/12/1935

<sup>260</sup> O Jornal, 05/12/1935

‘O deputado Cassal deu conhecimento ao líder da minoria, Sr. João Neves da Fontoura, da “dermaché” de que fora objeto, não tendo o ilustre dirigente do grupo oposicionista, como era, aliás de esperar, tomado qualquer interesse pela proposta cavilosa.’<sup>261</sup>

Alertava o final do artigo, então, a armadilha que Prestes, manipulado por Moscou, estava colocando para tomar o poder que consiste “na aliança com os grupos liberais-democráticos, sobretudo os de colaboração nacionalista, numa fingida colaboração para a defesa das liberdades públicas contra o fascismo (...). Clamava, ao final, por uma posição mais clara do bloco oposicionista referente ao apoio a Nação, já se encontrava em um ”momento em que a nação precisa saber exatamente quais são os elementos com que ela conta para a sustentação do regime.”<sup>262</sup>

O discurso do jornal afirmava que se viviam mais do que um mero momento de conturbação política no Brasil. O país estava às voltas de uma “Guerra externa” contra o comunismo e para essa luta era necessário se armar, e isso só seria possível com as medidas de exceção que Executivo solicitava. Mas não se tratava de uma imposição de Vargas acatada passivamente pelo parlamento: as emendas a constituição e a Lei de Segurança Nacional eram vivamente advogadas pela maioria e por setores da sociedade civil, sobretudo a imprensa. Essas medidas levam, em última análise, a um aumento da interferência do Estado, um alargamento do seu poder que tinha sido cerceado com a Constituição, de caráter liberal, de 1934. Mas uma das características centrais da Grande Imprensa<sup>263</sup> estava explicitamente vinculada a grupos liberais, podendo ser considerados porta-vozes de tais setores.

Surge então uma questão, aparentemente contraditória: Por que tais grupos liberais, e, por extensão, seus jornais, que tinham conseguido uma vitória política e até educacional com a promulgação da Constituição de 1934, de caráter claramente individualista-liberal, não somente aceitaram como aplaudiram e exigiram uma intervenção do Estado, e o recrudescimento do seu poder, a partir de novembro de 1935? Não seria uma prova de que tal liberalismo, em verdade, nunca passou de uma ilusão abstrata de alguns grupos, com as diversas contradições dos liberais para com a legitimação dessa ideologia, como, e vamos focar mais esse elemento, a intervenção do Estado, constantemente solicitada? Pretendemos aqui mostrar um segundo viés de interpretação: que a contradição se dissipa uma

---

<sup>261</sup> O Jornal, 08/12/1935

<sup>262</sup> O Jornal, 08/12/1935

<sup>263</sup> Como já analisamos no capítulo 1, Grande imprensa é aqui entendido da forma, como o grupo de jornais com maior circulação e de maior influência perante a opinião pública.

vez que entendemos que o liberalismo a moda brasileira tem as suas especificidades, e que tal discurso estava coerente com as suas idéias.

Nossa principal referência nessa perspectiva alternativa é a historiadora Maria Helena Capelato, que em sua tese de doutorado, logo publicada como livro, “Os Arazos do Liberalismo”, analisou justamente esses setores liberais, e a imprensa liberal, no período que vai de 1920 a 1945. O Ponto de partida para uma resposta ao nosso questionamento reside na relativização do discurso liberal desses grupos pós-promulgação da carta constituinte. Ela mostra que os sucessos obtidos com a Constituição de 1934, na qual predominava o conceito individualista-liberal, impediram esses grupos de ver que outro “eclipse” estava por vir. A concepção de tais setores para com o Estado não se diferenciava muito do liberalismo ortodoxo, já que o via como “protetor dos direitos do indivíduo, e negavam a possibilidade de que a ordem se colocasse acima desses direitos.”<sup>264</sup>. Todavia, e aí está para Capelato a especificidade brasileira, para eles, o organismo político brasileiro ainda não tinha chegado a sua maturidade, logo precisava da ajuda do Estado.

Destarte, esses liberais encabeçados, sobretudo pelo grupo de O Estado de São Paulo (OESP) e pelo grupo dos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand, enxergavam nos levantes de 1935 uma possibilidade de ameaça de morte para o corpo social e, “diante desse perigo, os liberais não hesitaram em exigir a repressão das ‘erupções revolucionárias’”<sup>265</sup>. Eles viam o avanço de uma possível radicalização política como uma ameaça às conquistas que tinham a tão pouco tempo conseguido. Assim, a LSN era vista como legítima defesa contra o que eles diziam serem “criminosos”: matá-los, expulsá-los do país ou mesmo prendê-los era um direito justo e legal: para uma sociedade enferma, o médico seria o Estado. Diante deste cenário, vários editoriais na imprensa discutem duas categorias de liberalismo: “O liberalismo absoluto”, ligado a imaginação, a uma prática abstrata que, por não levar em consideração a realidade nacional era considerado nocivo ao corpo social. De outro lado, o “liberalismo relativo, que atendendo as especificidades nacionais, vê antes de tudo a “saúde” da sociedade, mesmo que para isso tenha que ceder em alguns pontos de seu projeto. Conclui-se, então, que não há ambivalência nessa postura da imprensa liberal, posto que a liberdade não é, de acordo com a ideologia liberal, para todos. A liberdade só diz a respeito à “comunidade dos humanos”, o que pode ser lido como os indivíduos proprietários. Para os que estão a margem de tal setor ou é considerado uma ameaça para os mesmos, “a repressão é

---

<sup>264</sup> Capelato, 1989, p. 204

<sup>265</sup> Capelato, 1989, p. 205

considerada legítima”<sup>266</sup> Porém, não perceberam a aproximação de um novo eclipse autoritário, que supunham ter desaparecido dos céus do país.

A discussão em torno da aprovação das emendas repressivas já tinha começado com a bem sucedida campanha para a decretação do Estado de Sítio – embora este só valesse por 30 dias e não 60 como a maioria desejava -, mas ele vai começar a ser usada sistematicamente pelos meios de comunicação em todo mês de dezembro. No primeiro dia desse mês, enquanto as matérias centrais discutiam acerca da reunião da cúpula ministerial, onde o presidente, o ministro da marinha, justiça, o presidente do Supremo Tribunal Militar, e o procurador geral da República, entre outros, discutiam a respeito das medidas de repressão ao extremismo, um inflamado artigo da coluna da página 4 requeria poderes amplos no combate ao comunismo. “Ao afirmar que não haveria quem poderia negar os “meios rápidos e eficientes” instrumentos para defender a nação,”, acreditavam que seria um crime deixar o governo desarmado e para isso apelavam em um artigo carregado de emoção, com topos de tragédia:

“Seria um crime deixar o governo desamparado às mãos de inimigos sequiosos de poder e de sangue que não medem as conseqüências dos seus atos que não escolhem as armas do combate e são capazes, como se verificou nesta capital, de assassinar camaradas que repousam confiantes ao seu lado , para atingir aos seus escopos acelerados.”<sup>267</sup>

Afirmavam também O Jornal que não dar plenos poderes ao executivo era uma “prova de fraqueza” , entregando-se “inermes aos elementos estrangeiros”, que lançaria a nação ao caos, a anarquia e repetiriam no Brasil o “espetáculo de desagregação que a China oferece ao universo.”

As propostas que resultaram da reunião da cúpula consistiam na melhoria das condições de vida, visando a aquietar o descontentamento social, e além da estruturação de mecanismos judiciais para a repressão aos revolucionários, a medida de contrapropaganda: a criação de um órgão que cuidaria da propagação anticomunista, e que deu vulto a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Tais medidas, a exceção da primeira, foram amplamente engendradas já no final de 1935, sendo consolidadas ao longo de 1936. Porém, tais medidas, para a sociedade civil não eram suficientes. A própria Lei de Segurança Nacional, aprovada em Abril de 1935, já não era vista como satisfatória. Mais outras três emendas constitucionais foram solicitadas pelo Executivo e receberam franco apoio da imprensa, que valeu de suas páginas para pressionar a suas aprovações. A primeira era a

---

<sup>266</sup> Capelato, 1989, p. 207

<sup>267</sup> O Jornal, 01/12/1935

equiparação do Estado de Sítio a Estado de Guerra, o que reforçava ainda mais os poderes do Presidente, podendo assim, suspender as prerrogativas parlamentares, foi aprovada e aplicada já em Março de 1936. A segunda referia-se a expulsão de elementos das Forças Armadas considerados ameaças subversivas. A terceira, e última, era a exoneração dos cargos públicos aos funcionários públicos civis que estivessem envolvidos com grupos subversivos.

Tanto que, na imprensa, a exigência de uma alteração mais rigorosa da LSN tomou conta dos editoriais jornalísticos de finais de 1935. No dia 5 de dezembro, o editorial da página 4 comentava que “Se a Lei de Segurança Nacional é fraca na defesa das instituições, devemos fortalecê-la a nunca deixá-la tal como se encontra, inapta para atingir aos objetivos que a inspiraram”<sup>268</sup> Já Assis Chateaubriand, em sua coluna do dia 8 de dezembro, colocava mais elemento do aumento de poder do Executivo: a equiparação do Estado de Sítio a Estado de Guerra. Dizia o Barão da Imprensa então que o Brasil passa um momento de grave perigo, onde o comunismo, se não atacado, pode “ensanguentar” a todos que exclama: “É armar o executivo da lei especial necessária a decretação do estado de guerra, toda vez que o Brasil tiver de enfrentar madrugadas fulvas como a de 26 de novembro”<sup>269</sup>

Um dia antes das emendas terem sido aprovados no Senado e promulgadas imediatamente, no dia 17 de dezembro, O Jornal publicava um artigo onde, além de elogiar os atos do “Sentinela da Nação”, o Sr. Getúlio Vargas, mostrava um quadro bem favorável das discussões parlamentares. Depois de tanto atacar, a minoria não esboçava mais nenhuma resistência as propostas da maioria parlamentar. E fora graças a “A rapidez e a energia da ação governamental” é que a sociedade brasileira estava livre do vírus bolchevique”. Temporariamente. Mesmo com o aparato governamental reforçado, isso não era suficiente para extirpar o “*perigo vermelho*” das terras tupiniquins. Publicava o editorial, sob o título de “Grande Dever”, do mesmo dia 17:

“Mas a repressão do ato criminoso não basta. Precisamos a segurança de que não se repetirá e que não mais ofereceremos ao mundo o espetáculo degradante desses motins de quartéis, para servir a causas infensas ao espírito, ás tradições e a índole do povo brasileiro. Necessitamos de ação preventiva, de leis rigorosas, de recursos enérgicos , de que o governo possa lançar mão, quando seja preciso , a fim de arrancar aos comunistas os meios materiais do ataque é a própria pátria.”<sup>270</sup>

Chateaubriand, no artigo já analisado aqui, “A lição Eslava”, do dia 19, concluindo que o Brasil tinha se tornado um campo de “uma infecção verdadeiramente septicemia”, e

---

<sup>268</sup> O Jornal, 05/12/1935

<sup>269</sup> O Jornal, 08/12/1935

<sup>270</sup> O Jornal, 17/12/1935

informava que todas aqueles atos repressivos ainda não eram suficientes para o controle do “vírus bolchevique”, devendo a sociedade compreender desde já que:

“que não basta a função de reprimir e de castigar. Não basta promulgar leis, que ponham obstáculos às atividades destruidoras de organizadoras comunistas, compostas de nacionais ou de estrangeiros . Não basta reforçar o sistema de defesa do Estado e criar, em face dos agrupamentos destinados a atacá-los e a neutralizá-les em parte a ação.”<sup>271</sup>

Para o líder dos Diários Associados, o estado deveria ir mais longe, entrando de vez no terreno da luta direta, já que a “luta era contra um inimigo externo, soldadamente entrincheirado em nossa própria casa, salvaguardando pelas nossas leis e até por nossas famílias.”. E novamente apela para a construção imagética que se construiu sobre o comunismo: “Ou o atacamos , com as armas de que dispomos, ou cairemos todos, vitimados pela sua campanha de ódio , de terror e de sangue”

No dia 22 de dezembro encontramos a última referência relativa as medidas repressivas, justamente no dia onde se repercutia a autorização a renovação do Estado de Sítio, agora equiparado a Estado Guerra. Criticando aqueles que acreditavam que não existia mais a possibilidade de um novo assalto comunista, o editorial afirmava que o Chefe de Polícia tinha documentação considerável que mostrava os planos de uma nova insurreição. Apontava, sem discutir profundamente a tentativa de revolução na cidade de Mossoró, para prova que o “*perigo vermelho*” ainda É que o perigo ainda persiste, e “as ameaças não cessaram e os inimigos do Brasil continuam trabalhando na sombra”<sup>272</sup> Destarte, O Estado de Sítio equiparado ao ‘estado de guerra’ , era considerado um dos vários mecanismo que o governo deveria possuir para vencer essa “guerra”, mas não o único. A contrapropaganda em todas as esferas da sociedade civil passava a ser então a tônica do discurso anticomunista, sobretudo a partir de 1936.

Mas o anticomunismo, assim como a sociedade brasileira, dava uma pausa para celebrar as festas de fim de ano, aguardando um ano de 1936 que o tempo mostraria que seria de amplo combate ao “*perigo vermelho*”.

---

<sup>271</sup> O Jornal, 19/12/1935

<sup>272</sup> O Jornal, 22/12/1935

### **3.2 1936 e a Escalada Repressiva**

A partir da análise de *O Jornal*, esta pesquisa observa que desde o ano de 1936 foi o principal ano do combate ao comunismo nesse matutino, não somente nas repercussões e legitimações dos atos repressivos do governo getulista, objeto de nossa atenção nesse capítulo, mas como também nas formulações e consolidações dos mitos políticos – como o do *perigo vermelho* e do *Salvador* - que foram imprescindíveis na cristalização da ideologia anticomunista na opinião pública brasileira. Nosso objetivo neste capítulo é assim, analisar como se deu tal cobertura da contra-ofensiva do governo getulista aos comunistas. No entanto, nossa análise se fará aqui com base nos principais momentos do anticomunismo, não se prendendo a discorrer detalhadamente sobre todos os artigos e editoriais que se referiam ao tema, visto que seria um trabalho hercúleo, extensivo e, sobretudo, pelo fato que chegaríamos as mesmas conclusões que encontramos agora.

Assim, o que se vê a partir deste momento foi o início da consolidação da ideologia autoritária no Brasil, valendo-se da xenofobia anticomunista, que não era uma mera invenção. Uma campanha de repressão política rigorosíssima, só experimentada nos mais altos momentos ditatoriais: os critérios de prisão aos “subversivos” tornaram-se todos os mais elásticos, observando a prisão de esquerdistas e desafetos políticos que nada comungavam com os comunistas. As celas das prisões e do Navio Pedro I, que se transformou em prisão política encontravam-se até vagabundos e delinquentes comuns, identificados como comunistas.

Assim, logo no segundo dia do ano, o clima de final de ano dava lugar a repressão nas principais páginas do líder dos Diários Associados, que publicava o editorial em que repercutia a ação repressiva de expulsar das cátedras os professores e eliminar os postos e as patentes dos oficiais supostamente envolvidos nos levantes de 1935. O título “Justa punição” deixava bem claro o posicionamento do artigo sobre tal medida, aplaudindo o castigo imposto a estes dois grupos, mais severa e diferente que as punições aos políticos envolvidos na rebelião. *O Jornal*, assim, elogiava a modificação na constituição que possibilitava a perda de patentes e cátedras, pois equipará-los aos políticos, seria atenuar o “caráter bárbaro” de seu ato, e, assim, “concorrer para que no futuro se repetissem idênticos homicídios e os espetáculos de desolação exangue de que fomos testemunhas nesta cidade”<sup>273</sup> O expediente de legitimar e informar as prisões de professores, militares e funcionários públicos tornou-se

---

<sup>273</sup> *O Jornal*, 02/01/1936

uma constante no periódico, sempre lançando mão de clichê de que tais atos eram recebidos com aplausos pela opinião pública nacional.<sup>274</sup>

Alem de repercutir as cassações de militares e professor, era necessário para mostrar a força e a energia do governo no combate a “extremismo eslavo” noticiar com tintas fortes as prisões dos “cabeças” das insurreições de 1935. E o mês de janeiro foi propício para tal postura, com a prisão de Harry Berger, codinome do alemão Arthur Ernst Ewert e do secretário-geral do PCB, Antonio Maciel Bonfim, o “*Miranda*”. O “russo Berger”, como era denominado pelo matutino, fora preso junto com sua esposa, Elise Ewert, que o jornal denominava Machla Lenazucki, no dia 6 de janeiro, na Rua Paulo Redfern, nº 33, em Ipanema<sup>275</sup>. Na edição do dia seguinte, o periódico dava ampla repercussão ao caso, até se valendo da utilização de fotos, em que Elise e Harry foram pegos sob um ângulo que davam um ar de ameaça, com semblantes fechados, rígidos. O casal alemão, naturalizado norte-americanos, tinha como objetivo, segundo *O Jornal*, de servirem de intermediários “entre o chefe vermelho Luiz Carlos Prestes e os comunistas desta capital, pertencentes as altas camadas sociais.”. Destarte, o matutino dava amplo espaço para os pormenores da sua prisão, desde o início das investigações da polícia, a denúncia do local de seu esconderijo, até o momento da prisão, que fora feita com muita resistência, com relatos de Berger tentando agredir policiais, que se utilizaram de armas para não “se deixaram dominar pelo homem dotado de extraordinária robustez e resistência física e de incrível audácia”<sup>276</sup>. Além disso, Harry Berger teria pedido para que sua esposa queimasse alguns documentos, o que não chegou a ser feito, já que a polícia conseguiu evitar tal ato, dando voz de prisão a Elise, “que apesar de ser uma jovem insinuante, era ela tão insolente como seu companheiro”<sup>277</sup>. A intenção da polícia, segundo o matutino, era fazer uma prisão o mais discreta possível e que, no sigilo, pudesse resultar a revelação dos planos traçados contra o Brasil, e “por aí poder polícia desenvolver ação mais ampla e eficiente, com a detenção de inúmeras pessoas ainda impunes por falta de provas”<sup>278</sup>.

Dez dias depois, era publicado, em letras garrafais, que tinha sido “preso o secretário do partido comunista do Brasil”, Adalberto Fernandes, um dos inúmeros pseudônimos a

---

<sup>274</sup> Vale lembrar o nosso entendimento do conceito de “opinião pública”, que é entendido como a opinião que utiliza os órgãos da esfera pública para se expressar, ou seja, é o público que expressa sua opinião crítica através da esfera pública. Destarte, a imprensa é o principal canal na tarefa de formação da opinião pública Cf. Habermas, 1984.

<sup>275</sup> *O Jornal* informava que a rua em questão ficava em Copacabana.

<sup>276</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>277</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>278</sup> *O Jornal*, 07/01/193

Antônio Maciel Bonfim, secretário-geral do Partido Comunista do Brasil naquele momento. Tinha sido preso o edifício “Appartement Villela”, na Avenida Paulo de Frontin. O cerco policial ao edifício começara na noite anterior, e só foi concluído, com a invasão ao apartamento de Bonfim, as 10 da manhã do dia seguinte. Valendo de todas as formas para criar uma imagem corrupta e sorrateira de “Miranda”, o jornal publicara de que tinha entrado, junto com a polícia, um funcionário da light para ver se havia “gato” na luz. Da mesma forma que Harry Berger, “Miranda” era retratado por fotografia, junto com sua esposa, Elza Fernandes, com expressão séria e fria, imagem tipificada para os agentes comunistas. Os documentos apreendidos pela autoridades policiais levavam a conclusão estreita entre o secretário do PCB, Harry Berger e Luiz Carlos Prestes.

Este último, por sinal, só fora preso em 5 de março do mesmo ano, graças a delação de Alan Baron, também implicado como um dos estrangeiros a ajudar nas insurreições de 1935. Preso em sua residência na Rua Honório, no Cachambi<sup>279</sup>, Prestes não ofereceu resistência, o que fora registrado como um traço de sua falta de coragem. *O Jornal* reservou páginas e páginas para, assim como fizera com Harry Berger, noticiar todos os pormenores da operação policial, bem como fazer uma biografia “subversiva” do ex- “Cavaleiro da Esperança”. Ao final de todo a epopéia criada da detenção de Prestes, *O Jornal* concluía que desvaneciam as “últimas esperanças acariciadas pelos agitadores extremistas de convulsionar o país, lançando-o mais uma vez numa aventura revolucionária.”<sup>280</sup> Segundo Edgard Carone, completou-se uma ofensiva antiparlamentar, iniciada com o esmagamento da ANL, com, além da prisão dos envolvidos com as insurreições do ano anterior, o controle da maioria dos sindicatos, a dissolução definitiva da Aliança Nacional Libertadora, a censura e o empastelamento a certos jornais, como *O Radical* e o *Jornal da Manhã*, por tomarem uma postura de crítica aos atos enérgicos do governo, e, sobretudo, a prisão de parlamentares, alguns deles, apenas desafetos do governo mas não envolvidos com o comunismo<sup>281</sup>. Tais prisões só foram possíveis após março de 1936, com a renovação do Estado de Sítio por mais 90 dias, agora equiparado a Estado de Guerra, que suspendia, temporariamente, as imunidades dos parlamentares. Dentre as prisões que mais se destacam, está a detenção dos deputados João Mangabeira, Domingos Velasco, Otávio da Silveira, um dos fundadores da ANL e que assumira a posição de presidente desta agremiação com a transferência de Hercolino

---

<sup>279</sup> A Rua Honório na época era considerada pertencente ao bairro operário do Méier, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

<sup>280</sup> *O Jornal*, 06/03/1936. No próximo capítulo, detalharemos como se procedeu a repercussão da prisão de Prestes em *O Jornal*.

<sup>281</sup> Cf. Carone, 1976, p. 347

Cascardo<sup>282</sup>, Abguar Bastos e o senador Abel Chermont, este último, defensor das liberdades públicas e que, sendo advogado de formação, oferecera-se para defender Harry Berger<sup>283</sup>. A polícia começou a desconfiar desses congressistas a ponto de pedir sua prisão ao observar que usavam a tribuna da Câmara e do Senado para apontar para “as violências e a situação de calamidade resultante da ação de Vicente Ráo, Filinto Muller, Getúlio, Góes Monteiro e outros”<sup>284</sup>

A primeira vez que *O Jornal* analisou a prisão dos parlamentares foi no dia 29 de Março, quando Assis Chateaubriand via tal ato com bons olhos, e tirava dos ombros do presidente da República qualquer suspeita de se utilizar da máquina repressiva para prender opositores. Para Chateaubriand, a prisão dos parlamentares, sendo que somente dois eram da bancada de oposição era um “um testemunho da capacidade de isenção do presidente da República”<sup>285</sup>. O fato de a Justiça ter deixado em liberdade alguns vorazes críticos de Vargas, como Artur Bernardes, Flores da Cunha e outros, era a prova, segundo o jornal, da imparcialidade do governo. Justificava o periódico que era a defesa do regime que norteava a prisão dos políticos:

“A policia não esta prendendo deputados e senadores porque sejam antipáticos ao governo (...) Pode a policia demonstrar a todo tempo que o fundamento da sua atitude, na reclusão dos parlamentares, é o de defesa do regime. Só perderam a liberdade os que contra a ordem conspiraram”<sup>286</sup>

Para o dono dos Diários Associados, mesmo o comunismo sendo uma doutrina estrangeira e fora da realidade brasileira, ela penetrou nas mentes e corações de alguns brasileiros, tornando-os os principais assaltantes do “nosso velho edifício político e social”. E pregando a violência e a barbárie para transformar o Estado, os agentes comunistas, dos quais fazem parte os parlamentares, ainda permaneciam decididos a destruir as instituições democráticas mesmo após o malgrado dos levantes de novembro. Assim, deveriam ser presos e combatidos, pois se não estariam por aí, “envenenando a nossa mocidade de um messianismo suspeito, por que todo ele fora dos nossos velhos quadros nacionais”<sup>287</sup> Os cinco mandatários políticos, segundo *O Jornal*, aproveitaram-se das “regalias das imunidades inerentes ao mandato, decidiram colocar-se ao serviço dos agentes moscovitas”<sup>288</sup>

---

<sup>282</sup> Ver. Capítulo 2.

<sup>283</sup> Cf. Levine, 1970, p. 199

<sup>284</sup> Carone, 1978, p. 347

<sup>285</sup> *O Jornal*, 29/03/1936

<sup>286</sup> <sup>286</sup> *O Jornal*, 29/03/1936

<sup>287</sup> *O Jornal*, 29/03/1936

<sup>288</sup> *O Jornal*, 09/05/1936

Intitulado “Dever Cumprido”, o editorial de Assis Chateaubriand em final de março legitimava, e não seria a última vez, a prorrogação do Estado de Sítio, equiparado a Estado de Guerra no Brasil. Dilatar as novas medidas de exceção, segundo o matutino, era a resposta eficaz e correta do governo de responder a “tentativa de inquisição do Estado Comunista”<sup>289</sup> e a transformação a Estado de Guerra era uma consequência natural na defesa das instituições, uma vez que os quatros meses de sítio foram improfícuos “como instrumento susceptível de assegurar a ordem e a paz publicas, na sua plenitude”. Chateaubriand já radicalizava e chamava os deputados presos de “deputados soviéticos”, cúmplices de Berger e Prestes, e já alertava que só aquelas prisões não seriam suficientes o bastante, pois os agentes comunistas eram ardilosos e já estavam conspirando para “substituir os que tombaram sob o guante da autoridade e pretende-se de que esses cúmplices macabros de Berger andem por aí impunes, protegidos pela inviolabilidade do mandato.”<sup>290</sup> É certo que as prisões causaram uma certa comoção por parte de alguns segmentos da sociedade e, sobretudo, dos outros congressistas, que até exigiram explicações sobre as prisões ao chefe de polícia, sob pena de revogar tais detenções. No entanto, em uma reunião extraordinária da Comissão de Inquérito do Senado, ocorrida entre 26 a 30 de março, o ministro da justiça, Vicente Rao e o chefe da polícia, Filinto Muller, persuadem os parlamentares da validade da medida repressiva e, a partir de cartas encontradas com Luiz Carlos Prestes, da ligação desses deputados com a “intentona”.<sup>291</sup> Já pelo *O Jornal*, ao comentar sobre tal comoção, entendia que “supor que é possível destroçar comunistas, respeitando imunidades de deputados soviéticos, equivale a pensar seja lícito vencer uma ventania, de que se despegaram os postigos”<sup>292</sup> Deste modo, a defesa contra o “perigo da anarquia” dependeria do espírito de sacrifício dos cidadãos. Logo, o padrão de sentimento da população brasileira seria agora, a “abdicação das garantias individuais, das franquias cívicas, no punho onipotente do Estado. A lei suprema será, daqui por diante, a vontade soberana deste.”<sup>293</sup>

Estabelecia-se, então, um sentimento de profunda desconfiança do governo – e de *O Jornal* – com as minorias coligadas, já que sua atitude de enfrentar e combater as ações repressivas do governo getulista frente a “doutrina malsã”, poderia ser fruto da infiltração de agentes moscovitas em suas fileiras. Havia a insistência em nosso periódico estudado de que “as dissensões entre os grupos republicanos representam o maior estímulo aos extremismos”

---

<sup>289</sup> *O Jornal*, 31/03/1936

<sup>290</sup> *O Jornal*, 31/03/1936

<sup>291</sup> Cf. Carone, 1978, pp. 347-348

<sup>292</sup> *O Jornal*, 31/03/1936

<sup>293</sup> *O Jornal*, 31/03/1936

<sup>294</sup>Na coluna política da página 4 do dia 09 de maio, o título “Má escolha” era justamente a atitude da minoria parlamentar em indicar ao Comissão de Segurança o nome do deputado de Domingo Velasco, um dos cinco parlamentares presos, como representante nas comissões permanentes. O artigo, assim, ataca a minoria e considera de mau gosto para a hora que o Brasil passava a indicação de um comunista, que era um dos elementos mais exaltados da ANL e questiona a postura dúbia das oposições coligadas, que, afirma, por um lado, não ser “de nenhum modo solidária com as ideologias subversivas” e que estaria disposta a “cooperar com o governo em todas as medidas destinadas a amparar as instituições contra os manejos dos seus inimigos”. Mas, por outro, o editorial pergunta-se como “explicar a deliberação de prestigiar um deputado que se encontra preso, justamente por se ter complicado numa conjura contra a sociedade e o Estado?” <sup>295</sup> Considerava o jornal, portanto, ser tal indicação uma provocação que causara “péssima impressão no espírito público”. Ao contrário de vezes que questionavam a prisão do deputado Domingo Velasco, como seus colegas parlamentares detidos no presídio de Frei Caneca, o matutino afirmara que fora preso justamente, uma vez que se encontravam na Chefatura de Polícia provas irrecusáveis da “participação de todos eles na preparação do novo movimento revolucionário” <sup>296</sup>. Lançava-se assim, novamente a denúncia de um novo complô comunista, o que chamamos de mito do *perigo vermelho*, que estava prestes a explodir se não combatido.<sup>297</sup>

Outro assunto que era considerado perigoso para *O Jornal* naquele período era toda e qualquer discussão sobre o processo de sucessão presidencial, que aconteceria em início de 1938. O tema, durante a escalada repressiva de 1936, era visto com maus olhos pelo periódico, desde a primeira que observamos estar presente em *O Jornal*, em 28 de Janeiro de 1936. Neste dia fora publicado um editorial de Assis Chateaubriand sob nome de “Debate inoportuno”, que ao retratar as “angústias” que o país passava depois das insurreições de novembro, e como isso serviu para que, naquele momento, o país estivesse coeso, afirmara que “Agitar, nesta hora, a sucessão do Sr. Getúlio Vargas, ou agir politicamente, com o pensamento em um acontecimento que só daqui a ano e meio nos deverá apaixonar, equivale a promover obra de desagregação comunista” <sup>298</sup>. Adiar as discussões sucessórias seria um ato de maturidade da sociedade e das minorias, visando à estabilidade e segurança. Um mês depois, em 28 de fevereiro, Assis Chateaubriand voltava ao mesmo tema, de forma mais

---

<sup>294</sup> *O Jornal*, 26/04/1936

<sup>295</sup> *O Jornal*, 09/05/1936

<sup>296</sup> *Idem*.

<sup>297</sup> Discutiremos mais profundamente sobre as características deste mito político no próximo capítulo.

<sup>298</sup> *O Jornal*, 28/01/1936

enfática e relacionando a discussão eleitoral a interesses dos conspiradores russos. O “debate prematuro” para o jornalista paraibano era uma forma de os comunistas desviarem a atenção das autoridades e da opinião pública, criando uma “oportunidade propícia para recomençar as suas maquinações contra o regime”, e que, muitos parlamentares estariam servindo para tal fim, incentivando o debate da criação das chapas para a sucessão presidente da República. Logo, discutir a sucessão naquele momento, que, como veremos, foi até março de 1937, era cometer o “despautério de debilitar as correntes democráticas numa aventura de que o próprio regime poderá sofrer conseqüências talvez irremediáveis”<sup>299</sup> O jornal voltou a tal tema diversas outras vezes durante o ano de 1936, sempre que havia algum burburinho no congresso ou na sociedade sobre algum lançamento de candidatura ou como se procederiam as eleições de 1938. E *O Jornal* batia na mesma tecla de considerar o tema, naquele momento, uma “antecipação perigosa”<sup>300</sup> da minoria parlamentar que, incauta, não via o mal que estava arquitetando para as instituições democráticas brasileiras.

A presença de elementos subversivos nas cadeiras parlamentares e a prisão dos políticos envolvidos de ter simpatias com o bolchevismo foi, para nossa análise, o grande mote para a justificação da prorrogação do Estado de Guerra em final de junho de 1936. Na batalha contra o “inimigo inexorável”, “astuto e insinuoso”, o governo getulista não poderia abrir a guarda e permitir, naquele momento, o retorno a normalidade constitucional, o que equivaleria, a permitir que o “*perigo vermelho*” atacasse novamente, com grande chances de êxito na destruição da democracia brasileira. Para *O Jornal*, era uma hora delicada, onde “uma clara definição de atitude permitirá saber com que se serve cada qual em face da guerra declarada pelo poder soviético russo ao povo e ao estado brasileiro”. Feita esse alerta, era necessário saber quem estava com o governo e quem estava contra ele, e isso requereria, entre outras coisas, a necessidade de tomar cuidado com os comunistas que se disfarçam e não propagam aos quatro cantos que são marxistas, numa citação direta aos políticos que estariam envolvidos nas maquinações de novembro de 1935 e agora aqueles que criticavam a prisão de seus colegas parlamentares. O objetivo com o Estado de Guerra era para *O Jornal*, agora, proteger o Brasil contra os mandatários do povo que tinham “nexos de solidariedade com o comunismo” e o matutino rebatia as críticas sobre a manutenção das detenções dos cinco parlamentares, noticiando que a polícia encontrava provas cabais de seu envolvimento, não obstante tais provas não foram divulgadas.

---

<sup>299</sup> *O Jornal*, 28/02/1936

<sup>300</sup> *O Jornal*, 07/08/1936

Atacava também o periódico a qualquer político que interviesse no processo de denúncia, como foi no caso do Deputado Arthur Santos, que pediu visto do parecer do parlamentar Adalberto Álvares, que tinha autorizado o processo quanto aos “deputados comunistas”, que “se conluiaram com elementos da III internacional”. A minoria estava, segundo o periódico, cometendo um gesto de insensatez que estarrecia a opinião pública, e fazendo facção contra a população, colocando interesses particulares acima dos “deveres da nação” e perdendo a autoridade perante a nação. “Falta de autoridade” era justamente o título do artigo de 07 de julho de 1936 em que a minoria, em prol de seus colegas, ignora todo sangue derramado em solo brasileiro pelos comunistas. Isto pois fora contra a formulação da Lei de Segurança Nacional, feita “apenas”, para o governo “melhor acautelar-se contra as maquinações comunistas”<sup>301</sup>. Não suficiente, fazia pilhéria a comunismo no Brasil e até culpa por centena de soldados terem sido sacrificados pelos assaltantes “moscovitas”. O medo era mobilizar negativamente o espírito público, abrindo espaço para novos assaltos dos comunistas, e dessa forma, o jornal concluía, em 03 de julho:

“Já mostramos que, estando em causa a segurança nacional, todo trabalho para converter a ação repressiva do governo em um motivo de divergência entre o governo e a sociedade é antipatriótico e perigoso [...] aqueles que decidem os rumos da nação, ao contrário da minoria, sabem colocar os deveres da nação acima dos dissídios e dos interesses particulares”<sup>302</sup>

Assim, a prisão dos políticos e permanência do Estado de Guerra eram apoiados pela maioria parlamentar e aplaudida pela nação, estando o governo getulista “acima das paixões e dos preconceitos”, e profetizava que a “História pronunciará o seu veredicto impiedoso” aqueles com pensamentos egoístas e mesquinhos e aqueles que mantinham “a honra, a unidade e a própria existência do Brasil”<sup>303</sup>

Além disso, foram criadas duas novas instituições, que, subordinadas ao governo, reforçaram a campanha anticomunista. A criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em Setembro de 1936, era a solução de uma desconfiança comum a todos os anticomunistas: a ação da justiça comum. Mais de 4000 pessoas foram condenadas nos de existência deste Tribunal, que teve sua extinção somente em 1945. Já a segunda instituição, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo<sup>304305</sup>, além de repressiva, criou uma séria tensão dentro do próprio Estado, a partir do momento que, hiper valorizada, exigiu o acatamento obrigatório

---

<sup>301</sup> *O Jornal*, 07/07/1936

<sup>302</sup> *O Jornal*, 03/07/1936

<sup>303</sup> *O Jornal*, 07/07/1936

<sup>304</sup> *O Jornal*, 01/07/1936

<sup>305</sup> Tal comissão era composta pelo Deputado Adalberto Correa, General Coelho Neto e o Almirante Paes Leme.

a suas solicitações e indicou pessoas próximas ao círculo Palaciana, como o Prefeito do Rio, Pedro Ernesto o, e o irmão do influente governador da Bahia, Juarez Magalhães.

A contrapropaganda vermelha, ao longo deste ano, foi um dos pilares do discurso anticomunista. Para os jornalistas, que eram, ao mesmo tempo, influenciados e influentes na sociedade e com o Estado, não bastava somente reprimir as forças comunistas, mas fazia necessário expeli-lo dos espíritos Assis Chateaubriand considerava, em 4 de abril de 1936, que não bastava apenas punir, e tampouco era suficiente afastar do serviço público, do magistério, das cátedras todos aqueles que tiveram participação no sangrento evento de novembro de 1935. Era dever do poder público não permitir a campanha comunista, sendo necessária empreender uma verdadeira jornada educativa de “velhos, moços, mulheres e crianças” e o objetivo de tal jornada estava em esclarecer o público comunista, e consistindo na “formação, no Brasil, de uma mentalidade de todo impermeável a extravagância como o marxismo.”<sup>306</sup>, tornaria o “organismo social mais vigoroso. E estando o Ministro da Educação a frente de tal empreendimento, formaria no país uma verdadeira barreira intransponível aos extremismos, valendo de dois setores fundamentais para sua eficácia: imprensa e Igreja. A principal ação do Estado nessa contrapropaganda fora a criação do Departamento Nacional de Propaganda, e o investimento do mais novo veículo de comunicação, o rádio: “Através do livro, do folheto, da revista, do rádio, do jornal, da predica, do púlpito, cumpre ao poder publico mostrar ao trabalhador manual como ao intelectual deste país o que é o cativo do operário na Rússia Soviética.”<sup>307</sup>

No mês em que o Estado de Guerra era prorrogado por mais 90 dias, em Setembro de 1936, *O Jornal* começou a se preocupar em revelar um outro extremismo tão perigoso quanto o vermelho: o verde do fascismo, aqui no Brasil representado pela Ação Integralista Brasileira (ABI). A partir em diante, o matutino falava em extremismo no plural, e a preocupação não se circunscrevia as ações comunistas. As tentativas de assalto integralista na Bahia e outros planos, como a divulgação de uma lista de personalidades a ser assassinado, como o governador Juracy Magalhães destes eram indícios, para o periódico, do caráter subversivo e estrangeiro do integralismo.<sup>308</sup> Condenava assim as “contrafacções de Plínio Salgado”, bem como informava que o povo brasileiro “ama suas instituições tradicionais”, e considerando que sua liberdade cívica eram sagradas, estaria ele “disposto a conservá-la a despeito de

---

<sup>306</sup> *O Jornal*, 04/04/1936

<sup>307</sup> *O Jornal*, 04/04/1936

<sup>308</sup> Cf. *O Jornal*, 10/09/1936

tudo”<sup>309</sup> Questionava o fato do governo ter “dois pesos e duas medidas para com os extremismos”, o que poderia acarretar em “consequências nefastas ao regime”, e por isso, dava ampla repercussão em 12 de dezembro o fechamento dos núcleos da ação integralista, “único partido extremista que funcionava livremente, depois da repressão a ANL”<sup>310</sup>. A Câmara agia, nesse momento, com acerto e patriotismo, mantendo-se a salvo do fascismo que tinha, para o matutino os objetivos de “extinguir as instituições democráticas do país, o regime representativo, a periodicidade dos mandatos, a liberdade de imprensa, da palavra e de reunião dos demais princípios característicos do nosso sistema de governo”<sup>311</sup>

Logo, a prorrogação de Estado de Guerra no final de 1936 obedecia ao dever de contra-atacar os “extremismos” na salvaguarda das instituições democráticas.<sup>312</sup> Aprovado a permanência do estado de exceção por 154 votos a favor contra 43, findava-se o ano legislativo e, com ele, o período mais radical do discurso e das ações anticomunistas. A imprensa empreendeu sua campanha visando cristalizar uma mentalidade anticomunista na sociedade civil. Sua principal estratégia era a da repetição: mantendo o “perigo comunista” na pauta do dia, fixava a mensagem desejada nas mentes e nos corações dos leitores. Não era tarefa fácil: os temas se repetiam, cada vez menos conseguia novos enfoques. Qualquer expulsão de estrangeiros, ou células extremistas já era exarcebadamente pintada com cores fortes pelos jornais, sobretudo nas colunas políticas.

### **3.3. 1937: A Cilada**

Mas o inevitável veio a partir de final de 1936 e no início de 1937: o arrefecimento do anticomunismo. Um ano após os levantes, a possibilidade de outra ofensiva comunista começava a ser duvidada na imprensa. Talvez, de acordo com Rodrigo Motta, essa diminuição da ansiedade ocorreu “devido à percepção do sucesso alcançado: conseguiu-se consolidar na mentalidade popular uma imagem execrável dos comunistas e o Estado fora aparelhado para reprimir qualquer tentativa subversiva.”<sup>313</sup>

Tanto foi assim que percebemos um arrefecimento sobre temas relacionados ao

---

<sup>309</sup> *O Jornal*, 11/09/1936

<sup>310</sup> *O Jornal*, 12/12/1936

<sup>311</sup> *O Jornal*, 12/12/1936 – Não iremos aprofundar nossa análise sobre como se deu o discurso antiintegralista no periódico, por se tratar de uma pesquisa a parte, devido ao seu grande volume de artigos. Mas vale aqui a tentativa de observar que o extremismo, a partir do final de 1936, passou a ser tanto comunismo como o integralismo, não obstante o primeiro ter ainda muito força e repercussão na sociedade civil e na opinião pública.

<sup>312</sup> Cf. 15/12/1936

<sup>313</sup> Motta: 2002, p.214

comunismo ou seu combate nos editoriais políticos de *O Jornal*, entre Janeiro a Fevereiro de 1937. Basicamente o principal assunto relacionado ao antibolchevismo tratado nesse momento foi a relação dos políticos com o comunismo e o caso da prisão e julgamento do prefeito do Distrito Federal, o Sr. Pedro Aleixo.

O que servia de matéria-prima para a discussão do envolvimento de parlamentares com o marxismo, na época confundido como sinônimo de comunismo, eram as denúncias do deputado Adalberto Corrêa, um dos líderes da Comissão contra o Comunismo, extinta no ano anterior, segundo *O Jornal*, por sua “ineficiência”. Mas o referido deputado continuara seu trabalho de pesquisa de “pessoas envolvidas ou simpatizantes do credo soviético”. E a denúncia lançada no dia 16 de janeiro (e publicada no matutino no dia seguinte) era da “simpatia” do Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães e do envolvimento do deputado João Alberto, ex-chefe de polícia, com Luis Carlos Prestes às vésperas da criação da ANL, em que ele supostamente diria ao líder comunista de que era a hora certa do seu retorno, uma vez que o governo estaria caindo de podre.<sup>314</sup> Dizia Adalberto Corrêa, após lançada a denúncia, que era necessária medidas repressivas ainda maiores, uma vez que “por muito menos oficiais perderam patentes e professores cátedras”<sup>315</sup> Denúncias de deputados envolvidos com atos subversivos não era exclusividade do ex-membro da Comissão de Repressão ao Comunismo: no dia 29 de Janeiro o matutino informava a denúncia, considerada “muito grave” de que o deputado Paulo Martes estaria tomando favor de uma companhia estrangeira contra o projeto de promover o cultivo de trigo no país, algo considerado tão antipatriótico quanto se insurgir a favor do bolchevismo<sup>316</sup>. No entanto, ao contrário do que se pode se supor, *O Jornal* desconfiava de tais denúncias e as consideravam perigosas para a sociedade civil. Ao adotar medidas muito severas contra civis e militares hipoteticamente envolvidos com o comunismo internacional, e ao mesmo tempo, adotar uma medida tolerante contra parlamentares igualmente envolvidos, o periódico temia que isso pudesse gerar no “espírito público a impressão pouco confortadora da maneira porque foi conduzida a campanha repressiva”<sup>317</sup>. Isto é, a repressão como forma de ganho político para a maioria. Acusava Adalberto Corrêa de denunciar de “ser um homem de duas caras”, o Sr. Agamenon Magalhães, “sem ter provas cabais”<sup>318</sup>, e, em nome do decoro do parlamento, desejava que “encerrasse essa fase de

---

<sup>314</sup> Cf. *O Jornal*, 17/01/1937

<sup>315</sup> *O Jornal*, 17/01/1937

<sup>316</sup> A utilização de um discurso nacionalista foi uma das matrizes do discurso anticomunista, como veremos no próximo capítulo.

<sup>317</sup> *O Jornal*, 17/01/1937

<sup>318</sup> *O Jornal*, 29/01/1937

denúncias inseguras, esse gênero que, neste momento, preocupa a câmara dos deputados”<sup>319</sup>

O caso Pedro Ernesto, que toma conta dos jornais ao longo de 1937, tivera início em 1936, e elimina uma possível impressão de que *O Jornal* aplaudiria todas as prisões ou denúncias contra parlamentares. As repercussão das primeiras denúncias ao prefeito do Distrito Federal, as investigações, sua prisão, e o desfecho favorável a ele quase circundam todo este período de surto anticomunista. A epopéia de Pedro Ernesto Baptista no matutino começara na capa de *O Jornal* do dia 04 de abril de 1936, com o anúncio de sua prisão, feita no dia anterior, não obstante a divulgação no dia 12 de janeiro da denúncia contra seu possível envolvimento com os cabeças da insurreição de novembro de 1935. Assim, tal providência fora tomada, segundo o informe, depois de acurada diligências em “virtude dos quais resultaram indícios veementes da culpabilidade do Dr. Ernesto na preparação dos movimentos subversivos que abalaram o país ultimamente”<sup>320</sup> No entanto, *O Jornal* só se posicionaria a respeito de tal prisão dois meses depois, onde, no editorial da página 4, publicava o interesse da opinião pública sobre os debates relativos a situação do ex-prefeito. E o periódico sustentaria a posição, que se mantivera até o ano seguinte, da absolvição de Pedro Ernesto. Mesmo em face de o deputado Adalberto Correia insistir na tese de que o prefeito detido teve cumplicidade na intentona, surge uma prova cabal de sua inocência, que seria a carta escrita pelo médico Eliezer Magalhães, na qual confessava que era provedor de do dinheiro entregue aos conspiradores comunistas, e que para revestir o movimento de prestígio, dizia aos seus correligionários que Pedro Ernesto estaria de pleno acordo com o golpe vermelho e que era do governador carioca que recebia os fundos destinados a sustentar a sua causa. Deste modo, para *O Jornal*, a não ser que “haja outros documentos que ainda não apareceram de publico, as cartas a que nos referimos destroem as afirmativas e simples indícios em que se apóia a acusação formulada contra o primeiro mandatário do Distrito Federal”<sup>321</sup>

Mesmo assim, o caso ficava sob investigação e Pedro Ernesto Baptista, preso, só voltaria ser atenção de *O Jornal* em 1937, quando foram ouvidos os depoimentos das testemunhas arroladas no caso, que, “idôneas”, daria a certeza da inocência do prefeito. Durante as investigações, fora revelado que o réu teria denunciado uma possível trama comunista ao governo getulista, o que tiraria da insurreição “todo o elemento surpresa do levante, o que é fundamental para o [seu] sucesso”<sup>322</sup>, tornando-o aliado das forças

---

<sup>319</sup> *O Jornal*, 17/01/1937

<sup>320</sup> *O Jornal*, 04/04/1936

<sup>321</sup> *O Jornal*, 28/06/1936

<sup>322</sup> *O Jornal*, 07/01/1937

legalistas, e não das forças “subversivas”: Tal afirmação seria a “prova irrefragável do governador não pactuado com a conjura soviética e não era parte dos planos tremendos elaborados por Luiz Carlos Prestes e toda sua gente de confiança”<sup>323</sup>. A ligação do nome de Pedro Ernesto com os implicados nos levantes seria uma tática do comunismo para enervar o “espírito público”. Essa tática, do embuste, era caracterizada como a prática da mentira e do engodo, que constituía, para o matutino, em um dos principais elementos da propaganda revolucionária do comunismo. Exigia ao governo, em nome da opinião pública, que a justiça permanecesse implacável contra os verdadeiros envolvidos nos levantes que “ensanguentaram o país”, traindo o país e se vendendo ao estrangeiro. Mas exigia, outrossim, alto nível de equidade, esperando que “os inocentes e os perseguidos, e as vítimas da confusão da primeira hora sejam postos em liberdade ou absolvidos”<sup>324</sup>. Percebe-se, desta forma, dentro do discurso do jornal uma tendência a legitimar o desaperto da repressão. Além da equidade quanto aos inocentes presos, o jornal também não via com bons olhos neste momento um possível aumento da União, sob desconfiança de suprimir a “chave dos regimes federativos”<sup>325</sup>, que é a autonomia dos estados. A intervenção no Rio de Janeiro em março de 1937, era considerada pelo periódico como inoportuna, realizada por “pessoas mesquinhas, de interesses facciosas”<sup>326</sup>, e cogitava a idéia de a maquina repressiva empreendida desde 1935 estivesse sendo utilizada para fins particulares e não para o combate ao comunismo. Pedro Ernesto seria, assim, vítima dessa má utilização de tal instrumento de coerção. Até setembro de 1937, quando do julgamento do ex-prefeito, *O Jornal* se posicionava publicamente a favor de Pedro Ernesto, retratando-o como um inocente que caiu na armadilha de seus inimigos políticos, e que não era possível levantar uma palavra de acusação contra ele, uma “alma profundamente cristã que jamais pensou, nem por uma sombra em qualquer transformação política ou social em nosso país”<sup>327</sup>.

Logo, absolvição do Sr. Pedro Ernesto pelo Supremo Tribunal Militar, em 13 de setembro de 1937, fora amplamente aplaudida pelo matutino na edição do dia subsequente. A inocência concedida por unanimidade foi, para o jornal, a prova de que “não lhe cabia [Pedro Ernesto] culpa na preparação ou na deflagração de novembro de 1935”<sup>328</sup> e que a culpar de

---

<sup>323</sup> *O Jornal*, 07/01/1937

<sup>324</sup> *O Jornal*, 07/01/1937

<sup>325</sup> Cf. *O Jornal*, 17/03/1937

<sup>326</sup> *O Jornal*, 17/03/1937

<sup>327</sup> *O Jornal*, 07/09/1937 No mês seguinte, em 13 de outubro, Pedro Ernesto fora novamente preso, sendo libertado novamente 3 meses depois. Após isso, se afastara por definitivo da vida política, falecendo em 1942. Cf. Abreu, 2001.

<sup>328</sup> *O Jornal*, 14/09/1937

colocar o seu nome foi graças a “insídia de alguns companheiros e das maquinações dos seus adversários”<sup>329</sup> A absolvição de Sr. Ernesto também estava inserida em um momento sociopolítico brasileiro caracterizado pelo retorno da normalidade constitucional, em meados de 1937. José Carlos de Macedo Soares, o então Ministro da Justiça, ordenara a soltura dos presos políticos sem culpa formada em Junho de 1937; o Supremo Tribunal Militar, em Setembro, acolhe alguns recursos e anula, ou reduz, penas do Tribunal Superior Nacional, como na absolvição de Pedro Ernesto.

Mas esse retorno democrático começara, na verdade, com as críticas a uma possível renovação do estado de exceção. Embora conseguisse renovar o Estado de Guerra em março de 1937, isso não impediu do governo getulista sofrer inúmeros ataques da posição durante o acalorado processo de discussão do pedido do Executivo. Os ataques da oposição não eram, em si, uma novidade, mas o não posicionamento de *O Jornal* frente ao desejo de prorrogação era inédito. Ao mesmo tempo, o matutino também abria maior espaço para a fala das oposições coligadas, publicando os discursos de Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura, entre outros que criticavam a falta de provas concretas para a justificação do pedido. Somente em 11 de março, quando fora concedido a prorrogação do Estado de Guerra por mais 90 dias e um Otávio Mangabeira resignado expressava o seu desejo de ser a última vez que discute o estado de exceção no Brasil, *O Jornal* polarizava-se para o lado do governo. No editorial da página 4, intitulado “Defesa do Brasil”, o seu articulista apresentava o fundamento da permanência de focos comunistas mesmo a despeito da ação repressiva, observando-se, “de vez em quando, novas manifestações de que os inimigos da democracia continuam alertas nas suas tramas contra o regime”<sup>330</sup>. Lançando-se de dados incertos e vagos, o articulista noticia que a descobertas de células comunistas em plena ação e de um atentado ao palácio do Catete, “cuja origem não se pode discutir”<sup>331</sup>, muito embora não tenha dito maiores detalhes sobre o tal evento nos dias posteriores. Defendia o governo, afirmando que o período de arbítrio não subira a cabeça, deixando a censura de existir e não tendo dentro da prisão do Navio Pedro I ou do presídio de Frei Caneca “uma pessoa presa por não ser comunista ou ter participação nos levantes”<sup>332</sup>. Contradizia, deste modo, o seu próprio discurso de equidade pronunciado em janeiro, com a liberdade dos inocentes presos na “confusão da primeira hora”<sup>333</sup> Concluía o artigo então que se tratava apenas de um reforço de autoridade para o Brasil:

---

<sup>329</sup> *O Jornal*, 14/09/1937

<sup>330</sup> *O Jornal*, 11/03/1937

<sup>331</sup> *O Jornal*, 11/03/1937

<sup>332</sup> *O Jornal*, 11/03/1937

<sup>333</sup> Cf. *O Jornal*, 07/01/1937

“O testemunho dos estrangeiros que aqui vivem, a plena tranqüilidade da cena nacional e o ambiente livre para a que a imprensa aprecia as questões que não afetam ao regime provam que [o Estado de Guerra] se trata de uma medida de emergência e destinada a garantir o Estado contra novos golpes”<sup>334</sup>

Após esse momento, esfria gradativamente a necessidade de se criar uma imagem execrável do comunismo ou justificar qualquer atitude presidencial. Os meses de abril e maio de 1937 fazem brevíssimas citações sobre um possível “perigo moscovita” ou de aplauso as atitudes varguistas, ocorrendo, na grande parte das vezes, dentro de textos com outros temas, como a sucessão. A corrida presidencial de 1938, que fora duramente criticada na primeira fase da ofensiva anticomunista, agora ocupava as atenções, o que levava certos setores políticos ao desejo da normalidade institucional para viabilização das campanhas. O debate para a prorrogação do Estado de Guerra em junho era noticiado, sendo considerado naquele momento como parte de “dispositivos excepcionais desnecessários”. *O Jornal*, que a despeito da sua demora, emprestou apoio a manutenção do estado de arbítrio em março, agora também compartilhava da opinião do retorno imediato a normalidade constitucional, mesmo que contradissesse – novamente – suas posições proferidas na justificação do Estado de Guerra em março:

“Quase dois anos são passados desde a revolta comunista. O trabalho de repressão se exerceu com energia e eficácia. Não surgiram outros focos graves de agitação vermelha, não se verificaram surtos novos, as massas operárias permaneceram integradas ao seu labor tranqüilo e produtivo, indiferente as vozes tentadoras e as promessas [...] dos agitadores perigosos. A consciência cristã e conservadora saíram do embate revigorado e mais alerta, pois que, agora está hígido o regime capaz de enfrentar as “infecções” do extermínio e esquerda e da direita”<sup>335</sup>

O Governo, assim, percebendo a pouca receptividade a mais uma renovação do Estado de Guerra, preferiu nem solicitar. Realizava também medidas complementares para o regresso constitucional, com a extinção da censura prévia, a transformação do Tribunal de Segurança em órgão como a Justiça Militar, e a liberação irrestrita da campanha sucessória<sup>336</sup>. *O Jornal* repercutia tais fatos como ações empreendidas voluntariamente pelo governo, desejoso do “retorno da órbita constitucional”. O que restara fazer, a partir daquele momento, no combate ao extremismo e das defesas das instituições democráticas dependia pouco da ação repressiva da política<sup>337</sup>. Com a decretação definitiva da não prorrogação, em final de junho, o matutino elogiava a atitude como se procedeu tal extinção do estado de arbítrio, com o impedimento de um “jubileu” que perdoasse todos os envolvidos nos assaltos

---

<sup>334</sup> *O Jornal*, 11/03/1937

<sup>335</sup> *O Jornal*, 13/06/1937

<sup>336</sup> Cf. *O Jornal*, 10/06/1937; 11/06/1937 e 12/06/1937

<sup>337</sup> Cf. *O Jornal*, 13/06/1937

de 1935. No entanto, o governo estava empreendendo uma política de esvaziar as prisões e corrigir os excessos cometidos, louva o fim dos “longos 18 meses de arbítrio”, uma vez que “se o regime sempre precisasse de um estado de exceção para preservar-se com êxito, próximo estaria de sua ruína”<sup>338</sup> Para *O Jornal*, lembrando-se de algo que tinha esquecido por igual 18 meses, a legislação brasileira possuía recursos coercitivos e punitivos, dos quais “o governo deverá impor aos extremista o devido respeito às instituições”<sup>339</sup>

Muito embora grupos mais radicais, como a Igreja, militares e os integralistas, criticassem duramente tal esfriamento, o anticomunismo estava em suspenso, perdera vigor, mas não tinha desaparecido. E a mobilização anticomunista dos militares, integralistas e católicos, com o apoio discreto do Estado, crescia entre agosto e setembro de 1937. Como já dito, as mudanças liberalizantes de meados deste ano não agradara em nada tais grupos, que começaram uma série de ataques a grupos e pessoas que viabilizavam tal liberalização. As acusações giravam em cima de alguns temas centrais, tais como a possibilidade um novo ataque, em proporções maiores, já que o Estado “baixara a guarda”, e as várias formas de mostrar o cenário tenebroso que o país sofreria com essas atitudes impensadas e fora de tempo. Ao prestar homenagens aos combatentes mortos na sublevação de 1935, criando ambientes de celebração, verdadeiros espaços reservados para a lembrança, como a marcha civil de setembro de 1937, pretendia-se lembrar os acontecimentos de 1935 e reavivar todo o temor ao bolchevismo que a sociedade sentia naquele período.

### 3.3.1 - O “retorno do *perigo vermelho*”: do Plano Cohen ao Estado Novo

Interesse? Ideologia? O fato que é tal ofensiva surtiu efeito. Começaram a pipocar nos jornais, em setembro e durante o mês de outubro, notícias de possíveis ataques dos comunistas, o que podemos inferir que foram acolhidas pela opinião popular, já que, o tema se tornou corriqueiro ao longo deste mês. Aos poucos, as manchetes como “Plano terrorista do comunismo internacional para ser posto em execução no Brasil”, passaram a dar lugar para elucubrações mais complexas, apresentando evidências, mesmo que forjadas. É nesse contexto que se insere o “Plano Cohen”, e é a partir dele que se inicia um terceiro momento deste discurso anticomunista. No dia 30 de setembro, *O Jornal* publicava “um novo plano terrorista contra o Brasil”, em que informava a movimentação dos oficiais superiores das forças armadas, com repetidas conferências, o que fizera o espírito público suspeitar que se

---

<sup>338</sup> *O Jornal*, 01/07/1937

<sup>339</sup> *O Jornal*, 01/07/1937

passava “algo mais do que a simples intensificação de um processo de imunização das fileiras subversivas”<sup>340</sup>. Revelava então a existência de um dossiê de alta gravidade, em que constava “um plano terrorista, traçado pela III internacional, para ser executado no Brasil”. O conteúdo do plano podia ser resumido desde depredações e incêndios, até os desrespeitos a honra e aos sentimentos da nação e, inclusive, da “mulher brasileira”.

O governo, sem perder tempo, agiu conforme o figurino: declarando-se protetora da boa ordem social, solicitou ao Congresso o retorno ao quadro institucional de Estado de Guerra. Ao perceber que não contava com a esmagadora maioria, que via com certa desconfiança tal plano comunista, e desejava entrar no período eleitoral, o governo deu um golpe de mestre: argumentava que era justamente para garantir as campanhas eleitorais e a própria eleição que o governo se armava com o Estado de Guerra, já que o plano comunista visava a sua destruição. *O Jornal*, num primeiro momento se postou cautelosa contra o Estado de Guerra, colocando a simples exibição de documentos de instruções do Komitern não bastaria para o pedido do Estado de Guerra. E, receosa, afirmava que sua instituição poderia ferir “profundamente a posição internacional do Brasil”<sup>341</sup>. Ademais, o periódico sustentava que a Lei de Segurança Nacional dispunha de dispositivos suficientes para a condenação dos culpados e concluía justamente de que pudesse se criar um espírito de insegurança para a sucessão presidencial. A nação, então, temeria que “a providência externa que se tenciona pedir ao poder Legislativo não resulte para o regime um mal irremediável”<sup>342</sup>.

Interessante é observar que o matutino se auto-intitulava uma das mais “enérgicas trincheiras que o comunismo tem encontrado no Brasil”. Deste modo, ela se vê autorizada a criticar o pedido de Estado de Guerra sem possuir interesses escusos por detrás, já que “a tradição conservadora desta folha não pode assim ser objeto de dúvidas”<sup>343</sup>. Imbuída de autoridade, ela adverte ao governo das dos perigos suspensões das franquias constitucionais, não obstante confie na ação dos ministros da Guerra e da Marinha para não permitir que o retorno do estado de arbítrio “não se converta em um instrumento de secretas intenções que, se realizadas ,arrastariam o Brasil aos mais tristes dias de sua História”<sup>344</sup>.

Tudo caminhava para um posicionamento contrário de *O Jornal* ao pedido de Estado de Guerra do Executivo, acompanhando a tendência desconfiada de parcelas da sociedade civil. No entanto, no dia 15 de outubro, a postura do matutino se modifica radicalmente.

---

<sup>340</sup> *O Jornal*, 30/09/1937

<sup>341</sup> *O Jornal*, 01/10/1937

<sup>342</sup> *O Jornal*, 01/10/1937

<sup>343</sup> *O Jornal*, 02/10/1937

<sup>344</sup> *O Jornal*, 02/10/1937

Curiosamente, é quando o “Barão da Imprensa”, Assis Chateaubriand, se manifesta diretamente sobre tal questão. Em seu editorial, reconhece todo o esforço do Ministro da Justiça para que se pudessem realizar as eleições em janeiro de 1938. E dentro da sua postura anticomunista, qualquer ato de força era justificável para repreender as forças bolcheviques: “Estado de Sítio, Estado de Guerra, tudo é defensável para o comunismo. Porque o Comunismo não é nem pode ser a democracia. As instituições populares não tem inimigos mais atroz nem mais constante”<sup>345</sup> Logo, o estado de exceção estaria sendo estabelecido não para os setores governistas e todo resto da sociedade civil, mas especificamente contra o “adversário da democracia”. Logo, Chateaubriand concluía que o Ministro da Justiça não teria segundas intenções com o Estado de Guerra, “tanto é que está fazendo de tudo para o pleito de 1938”<sup>346</sup>

A partir daí, *O Jornal* voltava a velha postura de apoiar todas as medidas governistas, crescendo numericamente as matérias de repressão, dos castigos, os pormenores dos planos subversivos e entendendo que a decretação do Estado de Guerra nada tinha a ver com o debate sucessório, apenas defendendo o regime brasileiro em seus “pontos cardeais”, pois que “seu objetivo explícito é a proteção do regime contra as maquinações do Komitern e dos seus agentes no Brasil”<sup>347</sup>

A decretação do Estado de Guerra deu origem, portanto, a retorno da adormecida onda anticomunista, marcada pela intensificação da repressão, da censura e da propaganda. O Governo, agora armado novamente e sob o argumento, aqui muito mais por interesse que por ideologia, do anticomunismo, empreendeu uma série de realizações visando a centralização do seu poder. O processo de execução do Estado de Guerra estava muito bem avançado, com a designação de militares para as juntas executoras do estado de arbítrio em três Estados.

Sua principal ação continuou sendo no campo da comunicação, com o investimento ainda maior no aparato referente a esse setor. O DNP é ampliado, possuindo uma sessão só relativo a propaganda anticomunista. O Ministério da Educação designou uma comissão para arquitetar um cordão sanitário que evitasse a influência das ideologias exóticas às crianças e assim, preservando as instituições de ensino. Não seriam só as crianças da família que seriam vacinadas contra o “mal moscovita”: seus pais, trabalhadores, receberiam tratamento semelhante, com a proposta de uma repartição do Ministério do Trabalho, onde o ministro Agamenon Magalhães já tinha articulado tal contrapropaganda com os empresários. Logo,

---

<sup>345</sup> *O Jornal*, 15/10/1937

<sup>346</sup> *O Jornal*, 15/10/1937

<sup>347</sup> *O Jornal*, 17/10/1935

livros, boletins, cartazes e outras publicações seriam produzidos e divulgados nas fabricas.

No dia 31 de outubro, o editorial aplaudia a criação de uma organização intitulada Defesa Social Brasileira, que tinha como fim garantir os “princípios que assenta a sociedade em nosso país, contra as deturpações causadas pela infiltração comunista”<sup>348</sup>. Sendo uma instituição que emanava da sociedade civil, era vista com muito bons olhos pelo matutino, como forma a colaborar a vigilância das instituições junto com o Estado, que por mais que tentasse, não “conseguiria alcançar todos os mandados da propaganda anticomunista”. O matutino passava a então relembrar os atos de novembro de 1935, e entendia que o plano subversivo “encontrado” em setembro, tomava um caráter de agressão externa ao Brasil, bem como já fora falado nos primeiros meses após as insurreições. Aprova, enfim, o retorno da repressão policial, mas não colimaria o objetivo de extinção total da propaganda total bolchevista se não tivesse o auxílio da própria nação: “precisamos dar no combate ao bolchevismo uma expressão de repulsa nacional, intensa e contínua”<sup>349</sup>

Isso criou os atalhos certos para a consolidação do projeto autoritário: o golpe do Estado Novo. Com a intervenção no governo de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, e o silêncio dos governadores adversários a Vargas, o governo aplicou o golpe, que já estava em discussão desde meados de 1937. O fechamento do Congresso Nacional e a declaração, em cadeia nacional de rádio, do estabelecimento de um novo regime e de uma nova constituição foram recebidos de duas formas possíveis: silêncio, daqueles que percebiam que nada se passava de um grande engodo, mas não tinham forças, e aqueles que aplaudiam entusiasticamente, muitos, alegres de forma sincera, entendiam que somente assim o Brasil estava livre dos comunistas. Outros setores anticomunistas foram pegos de surpresa: não acreditavam que a marcha dos acontecimentos pudesse levar a radicalização política: esse é o caso de uma boa parcela dos jornais e jornalistas.

Em 11 de novembro, um dia após o proclamação da nova constituição, o matutino publicava na sua capa a matéria intitulada “Texto da Nova Constituição ontem promulgada pelo governo”, onde dava amplos detalhes sobre as novas leis, mas não se encontrava mais análises sobre este processo nos editoriais. Estes, inclusive o de Chateaubriand, por sinal, se voltaram para assuntos econômicos, tais como as matérias-primas estrangeiras<sup>350</sup>, o confisco cambial e a questão do ouro dos exportadores nacionais<sup>351</sup> ou mesmo a incipiente expansão

---

<sup>348</sup> *O Jornal*, 31/10/1937

<sup>349</sup> *O Jornal*, 31/10/1937

<sup>350</sup> Cf. *O Jornal*, 11/11/1937

<sup>351</sup> Cf. *O Jornal*, 12/11/1937

industrial.<sup>352</sup> Algumas semanas depois, voltaram os assuntos políticos, mas relacionados a crise na Europa, a Guerra Civil Espanhola, o avanço de Hitler, Mussolini e o medo de uma nova Guerra Mundial. Nada mais de “*perigo vermelho*”, Prestes, Berger, Intentona, aplausos a Vargas. Após dois anos de intensa mobilização anticomunista, *O Jornal* voltava a sua rotina: sua campanha de extirpação do comunismo no país, mesmo que sob o preço do estabelecimento de uma ditadura, tinha sido alcançado. Fechava-se a fase da “Primeira Grande Onda Anticomunista”, cujo *O Jornal* fora um dos seus mais intensos baluartes.

As redações voltavam, agora, sua programação normal. Ou não.

---

<sup>352</sup> Cf. *O Jornal*, 11/11/1937

## Capítulo IV

### Fabricando o *Perigo Vermelho*

Se nosso objetivo no capítulo anterior foi analisar como se deu a repercussão dos levantes de 1935 e dos atos repressivos do governo, legitimando-os, nossa atenção agora se volta para o processo de constituição do mito do “*perigo vermelho*” em *O Jornal*. Tal construção fora bastante eficaz no sentido de catalisar e levar o público leitor do matutino a ver com bons olhos as ações contra os “lunáticos de Moscou” capitaneados pelo ex-“Cavaleiro da Esperança” e agora “Cavaleiro do Apocalipse”, Luiz Carlos Prestes, empreendidas pelo “Pai da Nação”, o Sr. Getúlio Vargas. A frase anterior utiliza-se dos três tipos principais de mitos políticos em destaque em nossa pesquisa. O mito da conspiração, percebida nas representações acerca dos comunistas e da doutrina comunista; a representação de Luiz Carlos Prestes enquanto “Cavaleiro da Lua”, desconstruindo o mito de “Cavaleiro da Esperança”; e, por fim, a formulação mitológica do herói nacional, o Salvador, corporificado nas representações de Getúlio Vargas. Há outros tipos de mitos políticos sendo formulados nesse período, contudo, para os fins práticos do estudo o fenômeno anticomunista, acreditamos que os três modelos satisfazem nossa proposta.

No entanto, antes de aprofundarmos nossa discussão acerca do conceito de mito e como apreendemos os três mitos políticos supracitados na leitura de *O Jornal*, temos a certeza que estes só poderão ser completamente entendidos se vistos como frutos das bases de fundamentação do anticomunismo brasileiro. Ou seja, há matrizes que norteiam a formulação das representações e do discurso de repulsa ao comunismo, bem como legitima suas práticas. E, seguindo a indicação feita por Rodrigo Motta, encontramos três matrizes basilares para o anticomunismo brasileiro: o cristianismo, com ênfase no catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo<sup>353</sup>.

É importante perceber que tais matrizes não se constituem em grupo homogêneo, podendo possuir ideologias opostas e, em certas conjunturas, até serem arquiinimigas. Todavia, contra um inimigo comum, o comunismo baseado na experiência soviética na filosofia marxista, tais grupos se uniram a ponto de esquecer, mesmo que temporariamente, suas desavenças. O anticomunismo também não está intrinsecamente ligado a uma tendência política, podendo-se encontrar grupos antibolcheviques das mais variadas cores: esquerdistas,

---

<sup>353</sup> Cf. Motta, 2002, p. 15

liberais, conservadores e reacionários. No entanto, na especificidade brasileira, o “anticomunismo foi representado, majoritariamente, pelo pensamento conservador e reacionário”<sup>354</sup>. Em última instância, equivale a dizer que o anticomunismo de esquerda foi pouco influente, nesse momento, no Brasil.

#### **4.1 – O Jornal e as matrizes do anticomunismo**

##### **A. A Matriz Cristã/Católica**

A Igreja Católica é reconhecidamente uma das principais instituições, se não a maior, não-estatais voltadas para o combate aos comunistas ao longo do século XX<sup>355</sup>. Durante os anos 1930, ela empreendeu uma ampla campanha, de caráter global, afim de “revelar” as “atrocidades” cometidas pelo comunismo internacional. Dentro desse contexto, tal campanha desembocaria com maior vigor no Brasil, sobretudo, após a “novembrizada de 1935”, não obstante seu combate ao comunismo já datar desde meados do século XIX e o recrudescimento de seus temores e da “disposição anticomunista” de depois de Outubro de 1917.

Entendendo o comunismo como fruto das transformações de uma modernidade que herdava os erros da Renascença, e vendo-se como uma instituição obviamente “vítima da perseguição dos adversários de Deus”<sup>356</sup>, o catolicismo enxergava no comunismo um inimigo mais recente, mas nem por isso menos perigoso. Afinal, o bolchevismo era visto como uma ideologia em completa oposição à Igreja, que, se sentindo ameaçada, observava no combate direto a única alternativa possível para a salvaguarda de seus princípios. Assim era possível estabelecer um cenário de combate dos princípios cristãos, caracterizado por uma percepção maniqueísta da realidade. Para Rodrigo Motta, “o desafio comunista tinha origem na eterna luta entre bem e mal e na ação do grande tentador, Satanás”<sup>357</sup>. De um lado, comunistas convertidos ao materialismo ateu desejavam “aniquilar a *verdadeira* Igreja e a ordem social espelhada em seus ensinamentos”<sup>358</sup>. De outro, católicos que defendiam ardorosamente os ensinamentos de Cristo, pautados na paz e harmonia entre as classes. Criavam-se binômios de

---

<sup>354</sup> Motta, 2002. P. 15.

<sup>355</sup> Cf. Motta, 2002, p. 18

<sup>356</sup> Motta, 2002, p. 18

<sup>357</sup> Motta, 2002, p. 19

<sup>358</sup> Motta, 2002, p. 19 – No original, o itálico está entre aspas.

oposição para identificar comunismo e catolicismo: Bem/Mal; Cristo/Anticristo; Roma/Moscou.

Na “coluna do centro”, principal palco para a manifestação da matriz católica em *O Jornal*, do dia 6 de março de 1936, o articulista Novelli Junior, ao refutar a idéia de que “Cristo era o maior dos comunistas”, apresenta as distâncias entre o cristianismo e o comunismo, elaborando o principal texto que revela a matriz católica presente no periódico estudado. Para ele, correlacionar a doutrina pregada por Cristo e a dos comunistas é um ato de ignorância, revelando que estes nada sabem nem do Evangelho tampouco do marxismo. Ou então tal correlação é uma atitude de má-fé, visando a “idoneidade e excelência do credo vermelho”, o que, para ele, não constituía uma novidade, já que se sabem “os meios condenáveis de que lançam mão os crentes do comunismo”<sup>359</sup>. Segundo Novelli Junior há, segundo as pregações dos comunistas, uma “inexistente semelhança” entre o horror do materialismo pregado por eles e o abandono das coisas terrenas pregado pelo cristianismo, o que faria com que ambas as doutrinas tivessem o mesmo objetivo: a igualdade. No entanto, querendo afastar qualquer relação comunismo-cristianismo, diz o articulista que a vida religiosa se dirige para um fim elevado, o alcance do “Bem Supremo” (no caso, Deus), o que não geraria conflitos entre os homens acerca de bens e poder. Já o comunismo, que “em hipótese nenhuma conseguiria este ambiente igualitário”<sup>360</sup>, visaria dissimuladamente à posse dos bens materiais e do poder. Ou seja, entre o comunismo e o cristianismo haveria uma grande diferença: “De Cristo ao comunismo vai a distância do Céu à terra, do bem ao mal, do divino ao humano, do perfeito ao imperfeito.”<sup>361</sup> No editorial do dia 7 de janeiro de 1936, observamos um texto inflamado informando as “verdadeiras intenções” dos comunistas para com a religião católica. Noticiava que uma das formas de despistamento e ludíbrio adotadas no programa dos comunistas para a “bolchevização do mundo” era a de fazer crer que o “governo comunista não perseguiria a religião católica”. No entanto, dizia o editorial que a promessa era apenas uma burla e “tinha por objetivos conciliar o espírito católico das nossas populações com os ímpios ideais do comunismo moscovita”<sup>362</sup>. Feito este aviso, o artigo “revela” os crimes hediondos que aconteceriam caso Luiz Carlos Prestes e seus correligionários tomassem conta da República, tais como o incêndio das igrejas, o assassinato de sacerdotes, a violação dos conventos, entre outros.

---

<sup>359</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>360</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>361</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>362</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

Para *O Jornal*, o comunismo, entendendo a religião como uma espécie de ópio, não a tolerava “sob qualquer das suas manifestações, seitas ou cultos” e aconselhava a “erradicação brutal do espírito do povo”<sup>363</sup>. Pela lógica do matutino, os comunistas agrediam a idéia de Deus e para esse intento praticavam os “mais tremendos atentados contra aqueles que a representavam, fossem católicos, ortodoxos, judeus e os maometanos”<sup>364</sup>. O periódico informava um fato grotesco ocorrido na Rússia e que foi dado como de responsabilidade dos comunistas. Numa noite de Natal, num templo em Leningrado, bolchevistas reuniram-se e fizeram um “bacanal de estilo das pornéas do Baixo Império” a fim de exprimir o seu desprezo pelos cultos religiosos. A notícia não foi passada adiante e não temos como averiguar o grau de veracidade dessa notícia, no entanto, o fato da realização de um bacanal dentro de um templo religioso, em pleno Natal, é de causar repulsa a qualquer leitor cristão.

O editorial ainda acusava Luiz Carlos Prestes de, sabendo de quanto povo brasileiro era apegado à religião católica e aos princípios morais do cristianismo, se valer do engodo de não hostilizar o clero, no pronunciamento do programa da ANL, o que para *O Jornal* era um “puro recurso da tática vermelha, especialmente preconizada para as nações do tipo do Brasil, no ultimo Congresso do Comitern”<sup>365</sup> E então a matriz católica era utilizada não apenas para ajudar a entender, mas também como catalisador de ações anticomunistas, já que os indivíduos católicos que tiverem o mínimo e fé e de patriotismo não podem cruzar os braços e ficarem indiferentes às ações comunistas, visto que a indiferença é, para *O Jornal*, “uma espécie de cumplicidade e concorrer para aumentar a audácia dos inimigos de Deus da pátria”<sup>366</sup> O Cristianismo é visto como a pedra angular da manutenção da sociedade e da família, e, portanto, o ateísmo pregado pelos comunistas visava, por simples dedução, a destruição destas instituições.

Depreende-se, deste modo, que o principal temor para a matriz cristã não era tanto a capacidade de conquista do comunismo frente às classes trabalhadoras; o que o tornava um inimigo mortal e absoluto era a questão de o comunismo questionar fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo, nas palavras de Motta,

“[n]ão se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral”<sup>367</sup>.

---

<sup>363</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>364</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>365</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>366</sup> *O Jornal*, 12/05/1936

<sup>367</sup> Motta, 2002, p. 20

Assim, o duelo entre comunismo e catolicismo se travou dentro de uma arena ideológica, e a matriz católica baseou seu discurso em torno de críticas à filosofia comunista, que se opunha aos postulados básicos do catolicismo, começar pela premissa básica comunista da negação da existência de Deus e a confissão do materialismo ateu.

Paulo de Damasco, em seu artigo “A igreja em face do fascismo e do comunismo”, publicado em *O Jornal* em seis de abril de 1937, fazia a defesa do catolicismo frente às acusações de ligações estreitas da Igreja com o fascismo. Afirmava ele que a igreja, uma vez que seguia os princípios de Cristo, estava acima dos interesses partidários, já que sua ação se dava “fora do mundo”, mesmo estando ela “dentro do mundo”. Ao contrário das tendências extremistas — integralismo e comunismo — que se valiam da violência, da injustiça e do ódio para consolidarem seu poder e seus interesses expansionistas, a Igreja Católica tinha por finalidade a busca “da justiça perfeita, da paz completa e da santificação de vida, de salvação das almas e realização plena do reino de Deus sobre a terra na boa vontade dos homens”<sup>368</sup>. Ou seja, era falsa, segundo ele, a idéia comunista de humanização e solidariedade com o fim das classes, uma vez que suas atitudes se caracterizavam pela “barbárie”, enquanto a Igreja, esta sim, realmente se preocupava frente às “dores do mundo” e ao “sofrimento da humanidade”, sendo o catolicismo o verdadeiro “partido” dos católicos. Paulo de Damasco encerra seu artigo reafirmando o poderio da Igreja Católica, que sempre foi e sempre será a mesma através dos tempos, “malgrado a tenacidade de todas as forças secretas que se têm conjugado na vã porfia de desmoralizar-lhe a raça, de desvirtuar-lhe os propósitos [...] de aniquilá-la para sempre”<sup>369</sup>.

No já referido editorial de 7 de Janeiro de 1936, Novelli Junior apresentava os motivos pelos quais era profundamente “errônea e falsa afirmativa da identidade de ideologia do comunismo e do cristianismo”<sup>370</sup>. Motivos esses que coadunam com as idéias apresentadas acima. A idéia marxista de abolição das classes sociais pela adoção da propriedade comum dos meios de produção e distribuição significava, para o articulista, a negação do direito de propriedade, sendo um “roubo por parte do Estado dos bens particulares”, e pretendia inutilmente chegar à utopia do desaparecimento das diferenças sociais. Seria, em última instância, para Novelli, “a modificação radical do arcabouço da coletividade humana”<sup>371</sup>.

---

<sup>368</sup> *O Jornal*, 06/04/1937

<sup>369</sup> *O Jornal*, 06/04/1937

<sup>370</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>371</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

Ao propor a luta de classes violenta, o comunismo ia de encontro ao postulado católico de amor e caridade cristã baseado na harmonia entre as classes. Em última análise, “o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários”<sup>372</sup> Para *O Jornal*, o método da revolução social, escolhido pelos comunistas, e que implantaria a técnica da ditadura do proletariado, nada se parecia com os ensinamentos de Cristo. Primeiramente porque Jesus Cristo, o “divino profeta”, ao pregar a caridade, a concórdia, o amor, a paz e o respeito às autoridades, era, ele próprio, “contra toda a subversão da ordem social, contra o predomínio de uma classe em detrimento de outra, contra o despotismo, contra a violência”<sup>373</sup>. Ao contrário dos ensinamentos do mestre judeu, o mestre vermelho ensinara a utilizar toda sorte de “assassínio, a depredação, o roubo, o crime como armas para ascensão ao poder.”<sup>374</sup> E, quando chegasse finalmente à conquista do Estado, ele promoveria a ditadura do proletariado, com a negação da liberdade e o despotismo de uma classe. Assim, ao contrário de um Cristo que “divinizou” o sofrimento, “transformou o opróbrio em virtude, santificou o trabalho e respeitou as autoridades temos os “profetas do extremismo”, como Marx, Lênin, Stalin, Trotsky, que pregam a revolução social” Puro engodo das massas, segundo *O Jornal*, pois, nunca tendo pregado a subversão social e mesmo assim tendo morrido na cruz, a vinda de Jesus à Terra, “fundando sua Religião de base exclusivamente espiritual, e mercando uma nova era na vida dos povos, é o maior desmentido à afirmativa do materialismo histórico”.<sup>375</sup>

Entendemos que tal discurso produzido pela Igreja não ficou circunscrito às quatro paredes dos templos, amplificando seu discurso até as massas populares, o que torna sua força ainda mais retumbante, já que a população brasileira nos anos 1930 era majoritariamente católica. No entanto, a análise de como outros grupos cristãos, como, por exemplo, os protestantes e os espíritas, se posicionaram frente à “ameaça comunista” são deveras escassos. Todavia, observamos tais análises com bons olhos, já que boas pesquisas valendo-se desse assunto só viriam a contribuir para o melhor entendimento desta matriz cristã, indo além de uma análise apenas baseada no catolicismo.

---

<sup>372</sup> Motta, 2002, p. 20

<sup>373</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>374</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

<sup>375</sup> *O Jornal*, 07/01/1936

## B. Matriz Liberal

Outra fonte de onde se derivaram muitas representações anticomunistas, além do catolicismo, foi o liberalismo, que, respeitando sua polissemia, é compreendido aqui numa acepção geral, englobando “duas facetas principais, o liberalismo político e o liberalismo econômico”<sup>376</sup>. Ou seja, aquilo que Norberto Bobbio compreende como “liberismo”.<sup>377</sup>

Mas o que constituía o cerne das críticas do liberalismo ao comunismo? Basicamente o fato de a doutrina marxista refutar dois postulados basilares da doutrina liberal, um de caráter político e outro, econômico: 1) a asfixia da liberdade e a prática dos países comunistas quanto ao autoritarismo político; 2) a destruição da propriedade privada. Mas a forma e a intensidade que tais elementos eram utilizados na formulação da matriz liberal variaram de acordo com o lugar e a conjuntura histórica.

Deve-se ter em mente quanto ao primeiro ponto a complexa relação entre os termos “liberalismo” e “democracia”, uma vez que, para o discurso liberal dos anos 1930, tais termos estavam intrinsecamente imbricados. Desta forma, na fala dos liberais, fazia-se a apresentação dos estados comunistas como a “antítese da liberdade e da democracia”<sup>378</sup>. Isso implica dizer que liberalismo e democracia seriam elementos indissociavelmente ligados, caracterizando assim a proposta da liberal-democracia.

No entanto, o anticomunismo liberal nos anos 1930 não se caracterizou pela sua coerência. Isto porque a proposta da liberal-democracia do século XX lograva encontrar um viés que unisse essas duas doutrinas, que até meados do século XIX chegaram a ser ideologias até conflitantes entre si.<sup>379</sup> Sendo assim, a liberal democracia “incorpora a defesa da liberdade, mas vai além dos objetivos restritos do liberalismo original, uma vez que sua pretensão é abranger na cidadania ativa toda a população”<sup>380</sup>. Mas o que encontramos dentro da matriz liberal nesse período é a larga utilização de uma retórica pouco interessada nas práticas democráticas e que enfatizava a luta contra o intervencionismo estatal e [relegava] para segundo plano a questão da participação política<sup>381</sup>, apelando para o uso de clichês para atacar a “ditadura soviética”, mas sem aprofundar sua análise para a realidade brasileira, em pleno processo de “modernização autoritária” que culminaria no Estado Novo. Deste modo, uma das características do discurso liberal foi o uso de contrastes com a realidade brasileira,

---

<sup>376</sup> Motta, 2002, p. 17

<sup>377</sup> Cf. Bobbio, 1988 Apud. Motta, 2002, p.17

<sup>378</sup> Motta, 2002, p. 38

<sup>379</sup> Cf. Remond, 1976

<sup>380</sup> Motta, 2002, p. 38

<sup>381</sup> Motta, 2002, p. 39

em que “vituperava contra a falta de liberdade no regime comunista como se estivéssemos aqui em idílio republicano”<sup>382</sup> Não obstante o Brasil do quarto decênio do século XX estivesse acompanhando um processo de crescimento de fórmulas autoritárias como forma de superar a crise dos valores liberais e democráticos, havia vozes isoladas defendendo a “democracia”, mesmo sem muita coerência. *O Jornal* e o seu dono, Assis Chateaubriand, eram uma dessas vozes.

*O Jornal*, por exemplo, no dia 15 de janeiro de 1936 exemplificava bem a idéia exposta acima, afirmando que se a sociedade brasileira pretende organizar um “mundo demoníaco, de sangue, de crimes abomináveis, de terror sistematizado, não temos necessidade senão de nos dirigir a Moscou e pedir-lhe para que a copiemos e apliquemos á democracia brasileira”<sup>383</sup>. No entanto, o periódico duvida que haja alguém no Brasil que, sendo realmente fiel aos princípios liberais e democráticos, pretenda organizar tal modelo de Estado soviético: “Haverá, entretanto, algum louco que acredite que após o 13 de maio de 1888 exista na Terra de Santa Cruz quem aspire a restaurar a escravidão nas nossas plagas?”<sup>384</sup>.

Contudo, a índole liberal dos políticos brasileiros era colocada à prova pelo periódico, sobretudo a dos partidários da oposição parlamentar. Para o jornal, o pensamento mesquinho destes últimos, abalizando suas decisões visando a questões pessoais e não ao bem da sociedade como um todo, era um fator de desequilíbrio social e que poderia dar brechas para novas incursões “dos cavaleiros de Moscou” a fim de aniquilar as intuições da liberal-democracia brasileira. Isto era enfatizado em um número razoável de editoriais analisados entre 1935 a 1937. No dia 26 de abril de 1936, *O Jornal* expõe de forma direta tal preocupação:

“Se todos são republicanos liberais, e se a democracia liberal corre perigo, não serão republicanos sinceros os que, por questões de antipatia pessoal, se Recusarem a prestar concurso à preservação das liberdades públicas, encarnadas no regime que adotamos. No instinto de resistência do velho individualismo do político brasileiro, não estaria porventura o melhor estímulo para a luta das forças do liberalismo contra a revolução social da extrema-esquerda e contra os histerismos da extrema-direita?”<sup>385</sup>

No que tange à outra dimensão da matriz liberal, que foi a defesa da propriedade, basicamente o principal argumento foi que, sendo a propriedade um direito individual inalienável, negá-lo ou mesmo destruí-lo seria romper e suprimir uma das liberdades mais fundamentais dos cidadãos. O texto de Novelli Junior, “Cristo e o Comunismo”, já trabalhado

---

<sup>382</sup> Motta, 2002, p. 38

<sup>383</sup> *O Jornal*, 15/01/1936

<sup>384</sup> *O Jornal*, 15/01/1936

<sup>385</sup> *O Jornal*, 26/04/1936

quando nos referimos à matriz cristã, é também um texto fundamental para o entendimento da matriz liberal no tocante à propriedade privada. Nele, o autor também se utiliza do ataque ao fim da propriedade privada pregado pelos bolcheviques. Diz ele que a negação do direito de propriedade é “roubo por parte do Estado dos bens particulares [...] É a luta desenfreada contra o capital, endeusando o trabalho. É a modificação radical do arcabouço da coletividade humana”<sup>386</sup>.

No entanto, não estamos nos referindo aqui, como sublinha Rodrigo Motta, a grupos liberais que aceitavam acriticamente o capitalismo, mas sim a segmentos que poderiam até criticar o modelo capitalista, mas o dissociavam do direito da propriedade privada. Não é à toa que, na história do anticomunismo brasileiro, “manifestações em defesa da propriedade foram mais comuns que as profissões de fé do capitalismo”<sup>387</sup>

O anticomunismo de viés liberal, portanto, embora importante para a construção de imagens que colaboravam para construir o “*perigo vermelho*” e para a fundamentação doutrinária do antibolchevismo, não se caracterizou pelo seu rigor, sua consistência e sua coerência em seus argumentos.<sup>388</sup>

### C. Matriz Nacionalista

Por fim, a última matriz de onde emergem as representações e o discurso anticomunistas é o nacionalismo, que, diante da multiplicidade de significados do termo, vai ser entendida aqui como aquela que tem “origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão”<sup>389</sup>. O nacionalismo, doravante, é profundamente inspirado pelo corporativismo, que considerava a nação como um “conjunto orgânico” e a observava como um elemento que sobrepuja todo e qualquer conflito na sociedade. Deste modo, há no cerne desta matriz a ênfase na defesa da ordem e da centralização, como forma de atacar as forças centrífugas da desordem, o que equivale a entender que eles viam o Estado como um “objeto sagrado”<sup>390</sup>. Vale entender, finalmente, que esta concepção de nação una e indivisa que percebemos no discurso nacionalista dos anos 1930 não é algo originalmente brasileiro, mas que revela “ressonâncias

---

<sup>386</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>387</sup> Motta, 2002, p. 41

<sup>388</sup> Cf. Motta, 2002, p. 42

<sup>389</sup> Motta, 2002, p. 29

<sup>390</sup> Cf. Motta, 2002.

evidentes do corporativismo em voga na Europa naquele momento”<sup>391</sup>. Ou seja, da mesma forma que o anticomunismo brasileiro, a matriz nacionalista é profundamente inspirada nos ideais corporativistas e centralizadores que ganhavam terreno no campo internacional, sobretudo após a crise da ideologia liberal no final dos anos 1920.

Vendo desta maneira, qual foi à contribuição da matriz nacionalista ao discurso anticomunista brasileiro, isto é, quais eram as principais críticas aos vermelhos?

Primeiramente, nesse ponto de vista, os defensores do marxismo pregariam a divisão, com a oposição de grupos sociais, liquidando a idéia nacionalista da integração do Estado como requisito fundamental para o bom andamento do país. Seria o comunista, então, o agente principal de tal “confusão”, e, portanto, deveria ser repellido, tanto por meio de ações repressivas quanto no campo discursivo, criando-se adjetivos que o isolassem da sociedade, como “inimigo”, “estrangeiro”, “traidor” ou um simples “o outro”, que despedaçava a unidade do corpo nacional, que levaria à morte.<sup>392</sup> Tornava-se o comunista o “pesadelo” das representações conservadoras, à medida que representava o “fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação”<sup>393</sup>. Toda sorte de medidas coercitivas empreendidas pelas autoridades policiais contra os comunistas era aplaudida e, mais, recomendada, já que a ameaça à integridade nacional dava contornos de gravidade ao problema, deixando de ser uma questão de defesa comezinha dos interesses particulares, e sim a salvaguarda do Brasil como um todo. Era preciso, nas palavras do matutino, não contemporizar com “pseudos” que “tomaram partido contra a sua pátria, filiando-se a um agrupamento político que obedece a ordens emanadas do estrangeiro e, cumprindo-as, assumiu a responsabilidade do assassinio de mais de uma centena de irmãos”<sup>394</sup>

*O Jornal*, que consideramos ser coerente com tal matriz, não somente exaltava a nacionalidade como exigia maiores rigores quanto à repressão e a união do país frente ao “perigo vermelho”. No editorial de Chateaubriand do dia 1º de março de 1936, o dono do Diários Associados observa que o embate entre a democracia brasileira e a tirania soviética estava se dando de forma desigual, uma vez que a ação repressiva contra comunistas se desenrolava “em um campo da batalha integralmente fragmentado”. Ou seja, ao passo que o inimigo atacava de forma articulada, a sociedade se defendia através das ações dos Estados brasileiros, que estavam desarticulados entre si. E só a união entre os estados, com a união

---

<sup>391</sup> Motta, 2002, p. 30

<sup>392</sup> Cf. Motta, 2002, p. 30

<sup>393</sup> Motta, 2002, p. 34

<sup>394</sup> *O Jornal*, 16/04/1936

entre as polícias, para além de todas as divergências de cunho partidário, poderia salvar o Brasil naquele momento, ou toda luta contra o bolchevismo seria falha. Chateaubriand desfere um prognóstico não muito animador caso tal condição permanecesse:

“Ou o interesse nacional, superiormente considerado, entra em jogo, e não existem soberanias internas quando se trata de salvar o Brasil, com a sua ordem jurídica, com o seu patrimônio de cultura e de civilização, ou ficaremos aqui discutido dois e três anos se o capitão Filinto Müller pode ou não obrar no Estado do Rio ou no Ceará, enquanto Moscou vai apertando o cerco dos seus agentes contra a cidadela do nosso trabalho.”<sup>395</sup>

Não teriam os comunistas à noção real de patriotismo e lealdade a sua nação, abraçando, assim, a bandeira do internacionalismo baseada na fraternidade universal, que seria um verdadeiro engodo, já que a defesa de um internacionalismo comunista seria o mesmo que abraçar o nacionalismo russo, defendendo a “pátria Rússia”, reconhecida como objeto sagrado para os bolchevistas. Para a matriz nacionalista, patriotas seriam aqueles que respeitassem as instituições democráticas, amassem o sistema republicano e obedecessem aos representantes escolhidos pelo povo, ou, nas palavras de Rodrigo Motta, “A defesa da nação e a unidade nacional deveriam estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional”<sup>396</sup> Segundo *O Jornal*, o operariado nacional era bom e ordeiro e não deveria ser confundido, em hipótese nenhuma, com elementos de perturbação empenhados em “dissolver as instituições brasileiras enfeudar-nos a um regime repellido pela consciência do país.”<sup>397</sup> E o motivo, continuava o matutino, para os chefes comunistas não terem conseguido influenciar a massa trabalhadora, conseguindo levar alguns poucos (gatos)pingados a adotarem a doutrina marxista, foi pelo fato do bom senso das massas, que era a melhor defesa do país “contra as explorações vermelhas”. Apesar da defesa e propagação do nacionalismo no próprio discurso dos comunistas, denunciando as “atrocidades” do imperialismo e desejosos de fortalecer o Estado nacional, tal postura era ridicularizada e atacada. Isto porque tal nacionalismo seria falso, já que todo comunista seria, como já dissemos acima, um nacionalista russo e “uma vez que chegasse ao poder, deixaria cair a máscara e sua submissão aos interesses da URRS prevaleceria”<sup>398</sup>. A esse respeito, Chateaubriand negava qualquer possibilidade de que os comunistas, os “inspiradores ocultos desse canibalismo organizado em seita política” fossem brasileiros<sup>399</sup>, ou se encontrassem ao serviço de uma causa brasileira. Para o jornalista, Luiz Carlos Prestes estaria desejoso de

---

<sup>395</sup> *O Jornal*, 01/03/1936

<sup>396</sup> Motta, 2002, p. 31

<sup>397</sup> *O Jornal*, 24/05/1936

<sup>398</sup> Motta, 2002, p. 32

<sup>399</sup> *O Jornal*, 29/11/1935

desencadear não bem uma guerra civil, mas promover a destruição da pátria, e caberia apenas aos membros da nação a sua salvaguarda, ou seja, “ou o abatemos, com todas as forças da nossa vontade de viver, ou ele terá feito do Brasil uma miserável colônia da tirania vermelha, ímpia e execranda dos tártaros e mongóis dos Soviets”.<sup>400</sup>

Sob o título propício de “questão antibrasileira”, o editorial da página 4 de 14 de abril de 1936 analisa o fato de que o estudioso da vida brasileira afirma, quase que unanimemente, que uma das características da brasilidade é a “ausência de questões raciais e religiosas”, sendo o caso do “preto”, incorporado a vida nacional, o flagrante mais vívido dessa “igualdade de direitos perante a lei”, ao contrário de outras áreas da América, cujo relação entre o negro e o branco ainda chocavam naquele período. Desta forma, qualquer tipo de doutrina que pregue a repulsa ao outro, seja o burguês do comunista, seja o judeu do fascismo, não encontram terreno propício para se desenvolverem no Brasil. O comunismo e o fascismo em terras brasileiras seriam resultado de uma campanha de macaqueação, de um “mesquinho espírito de imitação”, e *O Jornal*, utilizando-se do recurso de falar em nome da “opinião publica nacional”, conclui que tais doutrinas jamais encontrariam lugar para sua fertilização dentro de um povo que tem acolhido, “no curso da sua história, as raças vindas de todos os recantos do mundo, para transformá-las no caudal do seu sangue, aproveitando-as em benefício do engrandecimento do país”. Assis Chateaubriand, coerente com a postura de “fazer a notícia”, ao invés de apenas esperar por ela na sala de redação, foi até a Bahia no início de janeiro de 1936 e de lá enviou um telégrafo onde noticiava sobre o clima sociopolítico do povo baiano. Para ele, os levantes de 1935 (falta alguma coisa nesta frase) quanto à factível invasão comunista no Brasil tiveram “o mínimo de reação”, uma vez que “para a coletividade baiana, o marxismo constitui um fenômenos especificamente russo”<sup>401</sup>, sem o menor nexo de ligação com a realidade brasileira, e no caso, baiana.

Logo, a vinculação de indivíduos da sociedade brasileira à URSS e seu discurso internacionalista eram duas das coisas cabalmente repelidas e dadas como inaceitáveis para a matriz nacionalista. Era inadmissível também como indivíduos de uma nação democrática, como o Brasil, se vendiam “em troca do Ouro de Moscou”. Logo, os comunistas eram verdadeiros “traidores” do Brasil, que, renegando toda sua brasilidade tornava-se elementos estrangeiros, estranhos ao seu próprio país. Deixaram para trás todo caráter, alma e o sentimento brasileiros para advogar por uma causa muito distante e exótica à realidade concreta de seu país de origem. Assis Chateaubriand, no texto “O Exército perante a Nação”,

---

<sup>400</sup> *O Jornal*, 29/11/1935

<sup>401</sup> *O Jornal*, 08/01/1936

de 11 de abril de 1936, testifica a concepção de ver os comunistas como estrangeiros, ao afirmar que eles se excluíram da sociedade da qual eram membros a partir do momento em que se mostraram antibrasileiros, se revelando “como inimigos da própria pátria, recebendo de estrangeiros ordens para massacrar a flor do nosso corpo de oficiais, e trucidando-os”<sup>402</sup>. Antes brasileiros, os comunistas agora eram “russos vermelhos”, não porque o Estado lhes impôs tal situação, mas por vontade própria, ou, como provoca Chateaubriand, “o que é mais certo, por privação de inteligência”. Deveriam, portanto, ser detidos antes que fizessem um estrago maior ao Brasil, já que “se eles tivessem sucesso em seus intentos traidores, o destino do Brasil seria tenebroso, entregue aos desígnios do império russo”<sup>403</sup>.

Patriotismo e fé cristã eram indispensáveis para a constituição de um bom cidadão brasileiro, na visão de *O Jornal*, e, desta forma, era intolerável qualquer tipo de indiferença ou omissão dos membros da sociedade nessa hora em que o Estado reunia forças para extirpar de suas fronteiras uma doutrina estranha à realidade nacional. Isto, pois uma vez que tal passividade era sinal de cumplicidade, concorria, por extensão, para “aumentar a audácia dos inimigos de Deus e da pátria”<sup>404</sup>.

As insurreições de novembro de 1935 seriam a prova concreta do mal que eles poderiam realizar, com a visão de que se tratava, naquela tentativa de golpe, de uma agressão externa do país. Assis Chateaubriand, no editorial de 29 de novembro de 1935, afirmava pela primeira vez que o Brasil estava em guerra, ao dizer que a declaração de guerra foi mandada pela III Internacional com os levantes do Nordeste e do Rio de Janeiro. Portanto, “estamos em guerra externa contra uma potência estrangeira, que jurou destruir os padrões éticos e jurídicos da nossa civilização centenária”<sup>405</sup>. “Estamos diante de uma sedição convulsiva, que ataca a ordem social vigente nos seus fundamentos, o regime na sua base e o país nos seus elementos de tradição e de história”, afirmava *O Jornal* quanto à gravidade não somente das insurreições, já controladas, mas de algo pior que estaria por vir, caso a nação não estivesse armada. E quanto àquele, sobretudo das minorias coligadas, que acreditavam que o governo estava exagerando na repressão, confundindo, “maquiavelicamente” insurreições populares com levantes comunistas, o periódico é enfático: “Iludem-se os que pretendem enxergar no fenômeno do comunismo aqui uma insurreição popular. Não há paixão nem aspirações de massas nesse delírio de alguns milhares de indivíduos que se dispuseram a *enxergar*

---

<sup>402</sup> *O Jornal*, 11/04/1936

<sup>403</sup> Motta, 2002, p. 31

<sup>404</sup> *O Jornal*, 12/05/1936

<sup>405</sup> *O Jornal*, 29/11/1935

*vermelho*”<sup>406</sup>, que o Brasil deveria se armar para combater não somente os homens que entraram em terras brasileiras para impor o “credo comunista”, mas a própria Rússia Soviética – embora nossa pesquisa não tenha encontrado nenhuma medida do governo getulista de repúdio ou de declaração de guerra direta à URSS. O ano de 1935 ficara gravado na memória brasileira como o da “traição” e da “vergonha” de elementos militares comunistas, e tendo a data de 27 de novembro, dia do levante do Rio de Janeiro, como marco histórico, entrando para o calendário cívico das Forças Armadas.

Pode afirmar que muitos dos anticomunistas realmente criam na possibilidade de erosão do Brasil com o “*perigo vermelho*”. No entanto, também devemos perceber a inegável conveniência do aumento dos temores nacionalistas a fim de que prevalecesse a campanha de combate ao comunismo.

#### **4.2 – “mitos políticos” na cristalização da ideologia anticomunista**

Os dois anos subseqüentes aos acontecimentos de 1935 foram marcados pelo aumento na repressão aos comunistas e à própria ideologia comunista. De um lado, o Estado agia de forma implacável contra envolvidos nos levantes, perseguindo-os, aprisionando-os e se utilizando dos novos dispositivos legais para acelerar o processo de condenação. Todavia, a legitimação de tais atos repressivos junto à sociedade civil e à opinião pública era tão importante para o Estado varguista quanto as ações punitivas em si. A imprensa escrita se tornava, ainda mais, uma engrenagem fundamental dentro da engenharia política brasileira entre 1935 e 1937, pois cabia a ela a função não somente de noticiar as ações do governo, mas criar dentro da opinião pública um sentimento de real temor de uma possível invasão bolchevique. E os expedientes utilizados para tal fim foram os mais diversos, variando de periódico para periódico<sup>407</sup>.

Como já dissemos, ao analisar especificamente as colunas e editoriais de *O Jornal*, nossa pesquisa apreendeu que, dentro da miríade de formas de colocar o “*perigo vermelho*” na pauta do dia, sete “temas-chave”<sup>408</sup> se sobressaem. Além do próprio tema da repressão, com a repercussão, a análise legitimadora ou mesmo a petição de maior rigor das ações punitivas, encontramos outros seis temas-chaves, divididos em duas modalidades: constelações

---

<sup>406</sup> *O Jornal*, 29/03/1936

<sup>407</sup> Cf. Molinari, 1995 e Capelato, 1989.

<sup>408</sup> Aqui vamos entender “tema-chave” como uma proposição geradora, isto é, temas que permitem ser desdobrados em outros “sub-temas” vinculados à proposição original, abrindo o leque de opções para o discurso anticomunista.

mitológicas e matrizes. As constelações mitológicas, i.e., o corpo constitutivo dos mitos políticos modernos, segundo Raoul Girardet<sup>409</sup>, aparecem no matutino sob três modelos: a da conspiração comunista; a da desconstrução do mito do “Cavaleiro da Esperança”, Luis Carlos Prestes; e, dentro da perspectiva maniqueísta de bem e mal, a construção do mito do Salvador que extirpa o mal de dentro da sociedade e a levaria rumo a uma “Idade de Ouro”<sup>410</sup>, e aqui é encarnado na pessoa do presidente Getúlio Vargas. Por outro lado, além de criar – ou recriar – modelos mitológicos para explicar aquele momento de fratura social, *O Jornal* também se valeu de reafirmar certas matrizes constitutivas consideradas basilares e fundamentais na formação da identidade brasileira e que estavam a perigo com o avanço da ideologia marxista. Referimo-nos à matriz cristã, basicamente pautada pelos princípios do catolicismo, a matriz liberal, que mesmo estando em cheque após a crise no final dos anos 1920, era ainda advogada por muitos teóricos e intelectuais, como, por exemplo, o próprio dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand. E, por fim, havia ainda a matriz nacionalista, que lograva a constituição de uma identidade tipicamente brasileira, distante de qualquer estrangeirismo alheio aos nossos costumes. O bolchevismo, soviético, ateu e antiliberal, constituía, deste modo, uma ameaça para essas grandes matrizes constitutivas.

Nas próximas páginas, pretendemos seguir, primeiramente, uma estrutura sincrônica sobre o anticomunismo nas páginas de *O Jornal* entre 1936 a 1937, com a análise dos principais temas – os mitos e as matrizes - que são utilizados pelo matutino. Sendo assim, qual seria a essência de um mito? Quais seus elementos constitutivos? Qual a função social do mito? Há momentos específicos em que o mito surge com maior incidência? Essas são questões que vão nortear nossa conceituação de mito, e para esse exercício de análise, iremos realizar uma leitura de dois dos maiores teóricos sobre mitologias. O primeiro é o lingüista e semiólogo francês Roland Barthes e sua obra *Mitologias*, que data do final dos anos 1950. O segundo é Raoul Girardet, que no final dos anos 1980 lançou o ensaio *Mitos e mitologias políticas*.

Escrito no período entre 1954 e 1956, *Mitologias*<sup>411</sup> tem como idéia principal a de que o mito, na verdade, é uma fala, ou seja, um modo de significação. Assim, sendo o mito uma forma, não se definindo pela mensagem, mas pela maneira que é constituído, o autor afirma que não há limites substanciais para a construção mitológica, podendo todo e qualquer tema transformar-se em mito, seja no cinema, na literatura ou na poesia. A própria construção do

---

<sup>409</sup> Cf. Girardet, 1987.

<sup>410</sup> A Idade de Ouro, segundo Girardet, também é um dos mitos políticos modernos, mas que, embora tenha ligações estreitas com o mito da Conspiração e do Salvador, não é nosso foco nessa pesquisa.

<sup>411</sup> Cf. Barthes, 1978.

livro nos dá a dimensão dessa miríade de possibilidades mitológicas: as dezenas de artigos que formam a primeira parte do livro mostram que os mitos podem estar em todas as partes, desde as franjas dos romanos em *Julio César*, nos brinquedos infantis, na luta - livre, no *strip-tease* e até mesmo nas batatas-fritas e nos vinhos, como mitos da nacionalidade francesa. Mas é a segunda parte deste livro que nos interessa neste momento, onde Barthes esboça uma análise mais teórica dos mitos.

Desta forma, a mitologia só pode ser analisada, para nosso autor, segundo uma ciência formal específica, que estuda as “idéias-em-forma”: a semiologia. Mas, para Barthes, a mitologia é um sistema semiológico secundário, “já que ele existe a partir de uma cadeia semiológica que existe antes dele”<sup>412</sup>. Não obstante compreenda o mito como um discurso, que não se define pelo seu objeto, o mito é mais bem apreendido se visto como uma construção histórica, isto é, fundamentado dentro de uma conjuntura específica da história e não surgida da natureza. Ao contrário de outros autores, como Mircea Eliade<sup>413</sup>, que pensa o mito como algo que se situa fora do domínio da história, Barthes acredita ser o mito uma forma histórica e por isso mesmo sujeito a ser suprimido por ela. Entretanto, até hoje, a história, por mais que tenha tentado, não conseguiu lograr êxito em tal empreendimento — se é que houve realmente um esforço para tal. Contudo, por mais que não tenha conseguido extirpar completamente os mitos, é importante notar que a flexibilidade conceitual das construções mitológicas faz com que estes, ao longo do tempo se reconstituam, alterem-se e, também, desfaçam-se.

Mas esta metamorfose à qual o mito é suscetível não significa que ele seja, em si mesmo, uma afirmação falsa. Tampouco procura ele esconder a verdade, pois, para Barthes, a “relação que une o conceito do mito ao sentido é essencialmente uma relação de deformação”<sup>414</sup>. Destarte, o mito nem é uma mentira, nem uma confissão da pura verdade, ele é um desvio, uma inflexão que objetiva a naturalização da história.

Como dissemos, para Barthes, tudo pode caracterizar um mito, inclusive um episódio de cunho político. E essas imbricações do mito com a dimensão política podem nos sugerir uma melhor compreensão das representações sobre o episódio dos levantes de novembro de 1935. É para pensar analiticamente o mito político que trazemos para essa discussão o historiador Raoul Girardet, que, com *Mitos e Mitologias Políticas*<sup>415</sup>, de 1987, busca apreendê-lo

---

<sup>412</sup> Barthes, 1978. p. 136

<sup>413</sup> Cf. Eliade, 1963..

<sup>414</sup> Barthes, 1978. p. 143

<sup>415</sup> Girardet, 1987.

valendo-se de um arcabouço teórico interdisciplinar, perpassando a própria História, a Sociologia, a Literatura e, sobretudo, a Antropologia.

Embora circunscreva seu campo de análise a fenômenos europeus, mormente os franceses, o trabalho de Girardet traz boas contribuições à análise de fenômenos para além do Velho Mundo. Segundo ele, os últimos dois séculos podem ser caracterizados como períodos de grandes transformações e perturbações políticas que, assim, formam um caldo de cultura propício para a efervescência mitológica. Para ele, a definição de mito político é de uma “*é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real.*”<sup>416</sup>, e, logo, distancia-se da proposição barthesiana de ver o mito como uma mera inflexão.

As discordâncias com Barthes não se resumem a apenas isto. Nosso autor vai além da posição de Barthes em considerar o mito como forma: para mais que uma mensagem, o mito político é uma forma de resposta: “*fenômenos de desequilíbrios sociais, a tensões no interior de estruturas sociais, como telas sobre as quais o grupo projeta suas angustias coletivas, seus desequilíbrios do ser*”<sup>417</sup>. Portanto, o nascimento do mito político pode ser situado no momento em que um traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico. O mito, em vista disso, tem na sua constituição todo um sistema próprio de crenças coerente e completo.

Não obstante afirme que haja uma miríade de “constelações mitológicas” presentes na sociedade atual, Girardet vai dar maior atenção aos que ele considera os quatro grandes modelos: o da “Conspiração”; o do “Salvador”; o da “Idade de Ouro”; e o da “Unidade”. Estes modelos mitológicos têm em comum o fato de, mais ou menos diretamente, serem encontrados nas grandes construções de doutrinais do século XX e, a despeito de serem analisados separadamente, cada um solidamente estruturado, têm como característica a fluidez e a imprecisão de seus contornos, uma vez que por muito tempo estes quatro tipos se cotejam, imbricam-se, interpenetram-se e confundem-se. Assim, a polimorfia também é um dos elementos constituintes das mitologias políticas. Segundo as palavras de Raoul Girardet:

“Do mesmo modo que o mito religioso, o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se veiculada por mitos aparentemente os mais diversos; é preciso igualmente entender que um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações”<sup>418</sup>

Contudo, o nosso autor concorda com Barthes ao ver o mito enquanto construção circunscrita em um contexto histórico. O mito político aparece, assim, do ponto de vista da observação sociológica, como tão determinante quanto determinado: saído da realidade social,

---

<sup>416</sup> Girardet. 1987. p. 13

<sup>417</sup> Girardet, 1987. P. 180

<sup>418</sup> Girardet, 1987. p. 15

é igualmente criador de realidade social. Sendo ele possuidor de uma função explicativa, a atividade mítica busca satisfazer as inquietações sociais oriundas de perturbações políticas. Mas outra função tão importante quanto essa é a da reestruturação mental que as mitologias se propõem sanar. Em última análise, o mito político é uma espécie de “revelador” de algumas das crises mais profundas e mais constantes, próprias de certo tipo de cultura e de civilização. Ao passo que Barthes coloca uma divisão entre mitos que são de essência, de “esquerda” e de “direita”, Girardet afirma que as constelações mitológicas podem aparecer dependendo da conjuntura história que ladeia e do grupo que se apropria delas, dos pontos mais longínquos do horizonte político, e sua fluidez permite que ele se transforme na próxima vez que ele seja revisitado pela sociedade.

Feitas essas breves considerações sobre a constituição do mito, valendo-nos dos vieses de Roland Barthes e de Raoul Girardet, com seus devidos distanciamentos e aproximações, o que faremos a seguir é nos apropriar de alguns elementos de que estes teóricos lançam mão e analisar a produção da mitologia do complô anticomunista nas colunas políticas de *O Jornal*.

#### **4.2.1 O “perigo vermelho”: O Mito da Conspiração Comunista**

Entendendo que os levantes sediciosos de 1935 foram fundamentais para a consolidação do mito de um *perigo vermelho* em terras tupiniquins, precisamos compreender que a construção mitológica do complô, segundo Raoul Girardet, pode ser interpretada como uma forma de resposta a uma ameaça ao corpo social, independentemente do efetivo raio de realidade que tal ameaça possua. Logo, a mitologia da conspiração preencheu uma função de chave explicativa, trazendo inteligibilidade ao incompreensível. Mas, para o autor, o mito político do complô deve ser compreendido além do plano da fábula, desligado da realidade. Este tem como matéria-prima a densidade histórica, pois

,”com efeito, não há nenhuma, ou quase nenhuma, de suas manifestações ou de suas expressões que não possa ser relacionada mais ou menos diretamente com dados factuais relativamente precisos, facilmente verificáveis em todo caso e concretamente apreensíveis”<sup>419</sup>

É preciso entender que o Brasil nos anos 1930, em consonância com o contexto internacional do início do século XX, estava marcado por uma conjuntura de crises e desilusões, sobretudo a partir da crítica ao liberalismo, com ataques ao conceito de indivíduo e de natureza humana igualitária. Neste sentido, para a historiadora Lucia Lippi, “O apelo a

---

<sup>419</sup> Girardet, 1987. P. 51

representações mitológicas, em oposição ao saber científico tomado como verdade, encontrava terreno fértil para a sua propagação”<sup>420</sup>. Mas o mito só tem apelo eficaz dentro de uma sociedade de massas. Descortina-se, igualmente, um momento propício para a consolidação de uma “cultura de massa”, entendendo esta como uma construção imaginária de homens e mulheres comuns, passivos, amorfos, em suma, em estado de dormência<sup>421</sup>. Embora seja elementar que uma sociedade de massas não seja uma invenção dos anos 1930, é consenso entre os historiadores que ela se consolidou nessa época, justamente por esse contexto de crítica ao liberalismo e de simpatia com às ideologias que viam no “indivíduo coletivo” o progresso da sociedade, tais como os totalitarismos fascistas e comunistas e as ideologias autoritárias presentes em Portugal de Salazar, na Argentina de Perón e, sobretudo, no autoritarismo varguista do Estado Novo.

Girardet continua sua análise do mito da conspiração percebendo três grandes narrativas que surgem no século XIX e que, tendo entre si estruturas idênticas, contribuem para a constituição de um repertório privilegiado de temas, de imagens e de referências, que são retomados por outros textos em outros tempos: a conspiração Jesuítica, Judaica e Maçônica. O conjunto mitológico em comum entre eles pode ser contemplado igualmente em outras construções mitológicas da conspiração mais específicas ao longo do século XX. Entre elas, nossa pesquisa insere a conspiração comunista, o *perigo vermelho*, que, a despeito de suas especificidades, também possui um núcleo comum observado nas três matrizes do discurso anticomunista, que já foram analisadas anteriormente.

Qual seria, então, o núcleo comum da narrativa da conspiração? Longe de esgotar o tema e todas as suas características, podemos elencar aqui os traços mais visíveis de tal constelação mitológica.

A primeira característica dos mitos de complô é o *segredo*. O complô se faz em surdina, longe dos olhos e dos ouvidos da sociedade. Os cúmplices estão ligados pelos votos de silêncio, as cerimônias ocorrem nos lugares menos esperados, sob uma ritualização característica. Logo, toda narrativa da conspiração logrou apontar os segredos da organização, e, ao mostrá-los, preparar o seu leitor contra o mal que objetivava, sobretudo, a dissolução moral e a desagregação social, buscando “retomar o sonho eterno da edificação de um império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade.”<sup>422</sup>

---

<sup>420</sup> Oliveira, 1982, p. 14

<sup>421</sup> Cf. Carey, 1991, p. 23

<sup>422</sup> Girardet, 1987. P. 36

Outra característica essencial da mitologia conspirativa é a organização hierárquica, o rigor de sua compatimentação interna. E aí o mito do *perigo vermelho* ganha ainda mais força dentro da sociedade brasileira nos anos 1930. Isso, pois, além do rigor do Partido Comunista Brasileiro, com a liderança de Luis Carlos Prestes, existe dentro desse mito a idéia de que “por trás da fachada de um primeiro poder nominal, oficialmente estabelecido, outro se dissimule, mais secreto ainda, mais inacessível e mais absoluto”.<sup>423</sup>

A última estratégia dos homens do complô é a influência corruptora dos seus atos, como o aviltamento dos costumes, a desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais. Destarte, dentro do mito conspirativo, o lugar simbólico que os conspiradores encarnam é o subterrâneo, ou algum equivalente, como o esgoto, o porão etc. Os cúmplices da conspiração são em geral retratados como pessoas que, embora participantes da organização, são na verdade ignorantes dos seus mistérios, obedecendo passivamente às suas ordens. Os meios para alcançar os seus objetivos são todos considerados legítimos: são desta forma, portanto sua identidade, sua individualidade, seus valores, e sua nacionalidade. Dentro desse espectro, podemos dizer que os membros da organização conspirativa podem ser interpretados dentro da definição, já discutida, de “massa”. Da mesma forma que os mitos têm uma efervescência na produção em conjunturas históricas em que há o crescimento de uma sociedade de massa.

Sob o pesado título de “Tártaros e Monges”, o “barão” da imprensa, Assis Chateaubriand, começava, em 29 de novembro, a usar suas tintas para “desvendar” o “perigo moscovita” iminente, expondo as concepções de *O Jornal* sobre o caráter dos “fanáticos” comunistas em contraste com o da civilização brasileira.

Começando de forma categórica, Chateaubriand conclama o leitor contra a ideologia bolchevique, se valendo de um expediente comum: o uso largo de adjetivos.

*‘Digamos não ao comunismo russo que ameaça subvertemente a liberdade e a civilização do Brasil. Estamos diante de um crime contra a ordem. O anarquismo eslavo não tem o direito de prevalecer contra ela. A internacional russa está impondo aos marxistas indígenas o seu espírito das trevas, as lavras negras da sua índole negativista, os seus métodos selvagens, as suas fórmulas assassinas. É a ‘bête humaine’ querendo a todo transe transformar o caráter doce e compassivo de uma nação civilizada nessa bivaque de curdos ferozes que são os soviets asiáticos. Possuí o Brasil uma formação moral preciosa, herdada do tronco ibérico donde descendemos. Das situações mais delicadas aos problemas políticos mais difíceis, logramos sair até hoje sem haver manchado a nossa história dos delitos covardes, que têm feito a Rússia contemporânea recuar às épocas mais primitivas da sua existência’*<sup>424</sup>

---

<sup>423</sup> Girardet, 1987. p. 35

<sup>424</sup> O Jornal, 29/11/1935

Chateaubriand continua seu artigo, mostrando o que caracterizaria a essência social brasileira: “uma ordem que se inspira nos mandamentos da Lei de Cristo”. Desta forma, ficava visível que se procurava colocar o comunismo não apenas como um modelo exótico, mas como um modelo que tem como essência o próprio anticristianismo, se utilizando da matriz católica para enriquecer o mito da conspiração. Além disso, o texto afirma que a “nossa regra é a velha ordem romana”, no sentido de ordem, disciplina, em oposição a um modelo bolchevique marcado pelo caos. Há o contraste entre, por um lado, os homens “cruéis” e “sem escrúpulos” do comunismo, que, abraçando o “credo vermelho”, abdicaram de sua nacionalidade, de seus valores morais, como o cristianismo e a família, tornando-se “zumbis sanguinários”; por outro, lado, há o brasileiro, valente, que tem Deus, a pátria e a família acima de qualquer interesse pessoal. Muitas das vezes, o discurso encarnava o tipo ideal brasileiro na figura de Getulio Vargas ou dos combatentes mortos durante os levantes. Tal contraste pode ser resumido nas palavras de Chateaubriand:

*“Que ideologia bárbara é essa que nos chega da Rússia tentando abrir caminho pela porta do crime? A propaganda, o debate das idéias, a paixão da doutrina, o entusiasmo dos princípios já não serão, então, armas da convicção, que é preciso ir direto ao assassino para afirmar a justiça do nosso credo político? (...)*

*‘Não. Tanta perversidade, tão frio desprezo pela vida humana, tanta aridez de sensibilidade, tamanha vocação para a efusão do sangue inocente nunca foram reações do caráter brasileiro. É um erro capital supor que os inspiradores ocultos desse canibalismo organizado em seita política sejam brasileiros ou se encontrem ao serviço de uma causa brasileira.’<sup>425</sup>*

Logo no segundo dia de 1936, Assis Chateaubriand, em sua coluna, que no dia estava intitulada como “Nova Escravidão”, fazia seus comentários acerca da fala presidencial proferida no dia anterior, cujo tema central era a apresentação das particularidades dos que ele chamou de “arquitetos do caos”. Ratificando “a notável oração presidencial”, diz Chateaubriand que encontrara no bolchevismo o espírito de Mefisto, a encarnação do mal, que seria, assim o “espírito que afirma tudo que destrói a ação, e dissolve a vida e cria na terra as províncias do nada”<sup>426</sup>. Desta forma, a ordem bolchevista seria baseada na violência e só na violência, e o autor conclui utilizando um expediente que seria largamente utilizado nos meses posteriores e que analisaremos mais à frente: fazer com que a cultura soviética fosse o oposto da cultura brasileira. Citando Vargas, Chateaubriand informava que o comunismo encontra-se em “permanente contraste com a índole, com a tradição, com o grão de cultura política da nossa terra e da nossa gente”<sup>427</sup>.

---

<sup>425</sup> Idem

<sup>426</sup> *O Jornal*, 02/01/1936

<sup>427</sup> *O Jornal*, 02/01/1936

A ideologia comunista, para *O Jornal*, também podia se disfarçar sob as fantasias mais humanitárias, e, dessa forma, seduzir os espíritos primários, sobretudo os jovens. Esse comunismo de propaganda mostrava-se “fraternal, impregnado de sensibilidade, valorizador das virtudes do homem. Vem para libertar o indivíduo das grilhetas do capitalismo”. Logo, era necessário apresentar o quadro de opressão que acontecia no “imenso teatro da Eurásia que é a Rússia”, para que se percebesse a verdade por detrás de tão sedutora ideologia. Ao fazer isso, as mentes mais incautas veriam que os soviéticos estavam “escravizados a uma filosofia materialista puramente destrutiva dos valores morais e espirituais à sombra dos quais nascemos e nos educamos”<sup>428</sup>. Tal preocupação com o jovens era marca constante nos textos de Assis Chateaubriand que tinham como tema a contrapropaganda comunista. Esta era indispensável, já que os jovens brasileiros não conseguiam perceber as desgraças do marxismo internacional, tanto na Rússia soviética quanto no próprio Brasil, onde uma possível invasão comunista deixara o plano do abstrato para o do factível. Dizia Chateaubriand em 8 de setembro que a “ANL iludia os corações juvenis, as índoles primárias, que não estão vendo os Estados asiáticos que estão sendo submetidos ao regime da escravidão. Ou a esposa de Lênin, degredada às estepes da Sibéria desde 1930”<sup>429</sup>. Ou seja, recuava temporalmente a ameaça comunista para aumentar o seu poder de ação sobre a sociedade civil brasileira.

No ano após os levantes de 1935, era comum observar nos jornais textos bastante adjetivados contra o comunismo e marcados pela polarização ditadura/democracia, com o comunismo no papel de grande baluarte do primeiro pólo. Para *O Jornal*, regimes como o fascismo e o comunismo nasciam da violência e sacrificava a liberdade individual, eliminando a opinião pública e outras formas de debates, justamente o contrário do que eles afirmavam ocorrer na sociedade brasileira. Desta forma, eram regimes que deificavam seres de carne e osso<sup>430</sup>.

Esses seres antipatrióticos, os “apóstolos do credo vermelho”, não se satisfaziam, segundo o matutino, apenas em destruir e levar a escravidão para as terras soviéticas, mas se caracterizavam pelo seu desejo expansionista. Na coluna política do dia 30 de outubro de 1936, afirmava que “quem conhece a história do bolchevismo sabe que seus apóstolos não limitam jamais as suas maléficas atividades às fronteiras de suas terras. Querem passar adiante a flâmula da destruição de acordo com os ensinamentos internacionalistas de suas

---

<sup>428</sup> *O Jornal*, 04/04/1936

<sup>429</sup> *O Jornal*, 08/09/1936

<sup>430</sup> *O Jornal*, 22/10/1936

manches”<sup>431</sup>. A ambição expansionista passava a ser, para os comunistas, uma verdadeira “obsessão”, e tornava-se parte fundamental da doutrina comunista apresentada por *O Jornal*. Desta forma, na coluna política do dia 4 de agosto de 1936, exclamava que tal ideologia, “esse maldito veneno destilado nos alambiques infernais de Moscou”, tinha a capacidade de penetrar nos “cérebros dos indivíduos mais equilibrados, transformando-os em seres verdadeiramente dignos de piedade”, desvairados que julgavam poder converter o universo em um “vastíssimo Butantã social”<sup>432</sup>. Entendia o comunismo como “mau, injusto e desumano”, a ponto de ver que na fronteira entre humanidade e animalidade, o comunismo caminhava rumo a ultrapassar do primeiro para o segundo.<sup>433</sup>

Um artigo exemplar mostrando a visão de *O Jornal* sobre a doutrina comunista pode ser encontrado na Coluna do Meio do dia 3 de dezembro de 1936, localizada na página 4 do matutino. Esta página era caracterizada pelas matérias e colunas políticas referentes à situação brasileira. Geralmente eram dispostas duas colunas nas laterais, que cumpriam o papel hoje exercido pelo Editorial, a Coluna do Assis Chateaubriand, que ocupava a parte superior central, e na parte inferior central, a chamada Coluna do Meio. Esta não tinha autor fixo, sendo assim um rodízio de artigos publicados por toda a rede dos *Diários Associados* e que abrigava grandes nomes como Tristão de Athayde, Monteiro Lobato, Hélio Vianna, e Paulo de Damasco, que discutiam acerca de vários temas na sociedade, desde a resenha de um novo livro de Sérgio Buarque de Holanda, ou uma questão de saúde, ou, e mais interessante, quando se punham a discutir sobre relações políticas e o anticomunismo.

Assim, na referida Coluna do Meio de 3 de Dezembro, Paulo de Damasco apresentava ao leitor, em seu artigo “Comunismo Doutrinal e Comunismo Sentimental”, os dois tipos possíveis de comunismo, segundo ele, mas igualmente perigosos. Para o articulista, o referido “Comunismo-Doutrina” seria a doutrina dos “doutores do partido [...] e vem dos gabinetes de estudos, através de arrojadas teorias do determinismo, do materialismo histórico, do ateísmo científico”<sup>434</sup>. Desta forma, para ele, os advogados dessa doutrina estavam amparados por um idealismo falso e “pelo absurdo da realidade abstrata”. Todavia, para Paulo de Damasco, mais perigoso que este Comunismo doutrinário, seria o comunismo que brota “espontaneamente” das massas exploradas, fruto do egoísmo do homem moderno, ou seja, o “Comunismo-Sentimento”, que seria o “Comunismo sentido em toda a sua plenitude reivindicadora, (à?) luz

---

<sup>431</sup> *O Jornal*, 30/10/1936

<sup>432</sup> *O Jornal*, 07/08/1936

<sup>433</sup> Cf *O Jornal*, 07/04/1936

<sup>434</sup> *O Jornal*, 03/12/1936

mediana dos fatos pela grande massa de trabalhadora, as quais se dão o nome genérico de proletários”<sup>435</sup>. Mas, ao invés de defender essas massas, Damasco as acusa de serem co-participantes de tal exploração, já que não buscam as causas profundas e verticais da sua realidade social, sendo que só lhes interessam “os efeitos imediatos da vida miserável das esfoliações que de fato vivem.”<sup>436</sup> Diz ainda que, para essa gente que constitui a massa do comunismo sentimental, falta um freio espiritual contra seus algozes, motivo pelo qual pode tornar ainda mais perigosas as suas manifestações reivindicatórias.

O temor maior para nosso articulista era que essa violenta explosão oriunda do comunismo sentimental, gerada pelas massas, fosse canalizada pelo comunismo doutrinal para seus fins, isto é, “livrar o proletário da exploração capitalista para subjugá-lo a uma tirania muito mais cruel”. E ele ilustra isso da forma mais elementar possível: pela comparação com a Rússia Soviética, onde, para ele, o comunismo-sentimento dera base para que o doutrinário, ao cercear as liberdades e os direitos dos indivíduos, reduzisse “o homem, a criatura racional, à desgraçada condição de máquina falsamente a serviço da coletividade”<sup>437</sup>. Conclui seu artigo, assim, considerando o comunismo sentimental muito mais perigoso, pois, se valendo do *topos* nacionalista e cristão, ele prepara para um regime político, social e econômico “absolutamente sem Deus” e retira da mão do povo o evangelho e a democracia, criando, como na Rússia, uma “mentalidade popular irreligiosa e primitiva”, o que poderia acontecer em terras brasileiras caso o bolchevismo se propalasse. Quanto a isso, clamava Paulo de Damasco:

Urge, pois, a restauração dos evangelhos na sociedade, penetrando a consciência dos homens, para que apliquem entre si a lei da caridade e do amor, obedecendo aos eternos princípios da moral e da justiça, estabelecendo, assim, uma nova ordem social cristã no mundo, pelo triunfo do cristianismo, quando não haverá mais lugar para as razões do comunismo doutrinal, tampouco as violências do comunismo sentimental.<sup>438</sup>

Para a linha editorial de *O Jornal*, não havia a menor dúvida quanto à orientação e influência do “dedo de Moscou” nos levantes de novembro de 1935, que não se limitava a um apoio apenas moral — o dinheiro, as idéias, os chefes, os planos táticos, tudo provinha das “estepes eslavas”. Valendo-se dessa proposição, o dono dos *Diários Associados* caracterizava o Comunismo como “um movimento subversivo da idéia do Estado nacional”, que, sendo produto do imperialismo de Stalin, tinha a função de “submeter toda a independência nos

---

<sup>435</sup> *O Jornal*, 03/12/1936

<sup>436</sup> *O Jornal*, 03/12/1936

<sup>437</sup> *Idem*

<sup>438</sup> *O Jornal*, 03/12/1936

Estados por onde se infiltra à influência dos Komitern moscovitas”<sup>439</sup>. Para a coluna política do dia 4 de abril, as insurreições no Nordeste e no Rio de Janeiro foram completamente arquitetadas por Harry Berger – que, pela leitura dos exemplares do nosso jornal, tinha um papel até maior que o próprio Prestes - e Victor Baron, que visariam a um objetivo claro, o de “arruinar toda trindade brasileira: Deus, pátria e família”, para colocar, em seu lugar, um falso reino de abundância e prosperidade, que os bons cidadãos brasileiros deveriam temer.<sup>440</sup>

No dia seguinte, insistia a coluna política em revelar a tenacidade dos partidários bolcheviques, que, para o matutino, ainda continuavam, mesmo após seis meses do malfadado levante, tecendo a “trama diabólica de conspiração”, o que confirmava que os brasileiros estavam diante de um grande inimigo, alguém “audacioso e multiforme, que não escolhe armas, nem meios para atingir a realização dos seus escopos”<sup>441</sup>. Já antes, em 29 de março de 1936, *O Jornal* já insistia na tese de que os comunistas que conseguiram fugir ao cerco repressivo estavam de tocaia, preparando-se para novos golpes e “envenenando a nossa mocidade de um messianismo suspeito”<sup>442</sup>. Moscou, sob as ordens de Harry Berger, desembarcava no Brasil para impor o “terror vermelho”. A tática não era mais a de trucidar oficiais e soldados da tropa de terra, mas baseava-se no engajamento de “cúmplices no Poder Legislativo, para substituir os que tombaram sob o guante da autoridade”<sup>443</sup>. Desta forma, o matutino deixava seus leitores em estado de alerta e acusava políticos da bancada minoritária, vistos como “cúmplices macabros de Berger” que andavam impunes, “protegidos pela inviolabilidade do mandato”<sup>444</sup>. Ver-se-á mais adiante que tal apelo fora bastante eficaz, já que no mesmo mês, prorrogando o estado de sítio e o equiparando ao estado de guerra, os políticos perderam suas imunidades e alguns deles, identificados com o comunismo, foram presos e julgados.

Era inconcebível para *O Jornal* que tal ameaça vermelha fosse uma mera fantasia do governo, ou que se exagerasse na dimensão de seu campo de atuação, e que os comunistas em questão fossem “apenas um pequeno grupo fanatizado, mas sem capacidade de ação prática”<sup>445</sup>. O embate com o comunismo, e, por extensão, a Rússia Soviética estava declarado, por vezes, sob o tom de uma guerra Brasil x Moscou. Assis Chateaubriand, no editorial “A razão d’Estado”, de sete de abril, comentava que

---

<sup>439</sup> *O Jornal*, 05/03/1936

<sup>440</sup> *O Jornal*, 04/04/1936

<sup>441</sup> *O Jornal*, 05/04/1936

<sup>442</sup> *O Jornal*, 29/03/1936

<sup>443</sup> *O Jornal*, 31/03/1936

<sup>444</sup> *Idem*.

<sup>445</sup> *O Jornal*, 05/04/1936

“O embate contra o comunismo é uma questão de força. Se ele tiver mais força do que nós, engendrará a sua revolução, ganhará a partida, fuzilando e massacrando os seus adversários e está tudo acabado. Os comunistas constituem uma equipe envolvendo a negação da nossa ordem. Para abatê-la, mil ambiciosos frementes por aí fervilham, legitimando todos os atos de violência na agressão contra o regime. Eles não discutem um gesto de arbítrio, uma decisão discricionária do Komitem ou dos seus delegados no Brasil.”<sup>446</sup>

As armas dos brasileiros estavam nas mãos do governo, com os seus atos punitivos, mas que, por mais repressivos que fossem, nem de perto poderiam se parecer com os métodos utilizados pela nação soviética, que, segundo *O Jornal*, eram marcados pela barbaridade do martírio imposto aos inimigos dos soviets, e faziam parte de uma doutrina extremamente intolerante com outras ideologias. Não apenas intolerante, aliás, mas que também exaltava o “espírito de ódio, de luta, de violência entre os homens que dominam o ambiente de nosso século”, como informava Tristão de Athayde em 18 de julho de 1937. Em seu artigo “Como trastes”, o articulista afirma que o comunismo constituía o maior flagelo do mundo moderno, e isso não porque se opunha à ordem constituída na maioria das nações, mas porque “incorpora e simboliza os venenos mais perniciosos”, os valores anticristãos, como o culto ao corpo, e mesmo a base de sua ideologia estava alicerçada em forças ocultas, como o “neopaganismo”. Desta forma, novamente encontramos o anticomunismo valendo-se da matriz católica para caracterizar a doutrina comunista e suas práticas. Tal fica mais evidente quando vemos, ao fim do seu artigo, Tristão de Athayde polarizando as duas grandes forças antagônicas do mundo moderno, Comunismo e Liberal-Democracia como, respectivamente, “a do orgulho, humilhação e da violência e a da paz. A do anticristo e do Cristo”.

O comunismo era apresentado por *O Jornal* como uma doutrina que buscava desesperadamente o controle do poder. Para isso, fazia parte de seus planos insurrecionais não apenas fazer ataques violentos contra a ordem instituída, mas minar as instituições democráticas. Assim, dizia o matutino que seus adeptos estavam presentes, mas disfarçados, em “Clube, jornais, Bibliotecas, subvenções, secretarias”, e também, o que era considerado mais perigoso, sob a forma de “políticos agitadores” que tinham como escudo a vitaliciedade do oficialato<sup>447</sup>. Com essa estrutura, seus líderes aqui no Brasil, Luiz Carlos Prestes e Harry Berger, possuíam uma tática insurrecional baseada na “crueldade” de suas tropas recrutadas, que agiram e agiriam de forma “fria e violenta”. A base de seus soldados viria justamente do corpo militar, a pequena massa de oficiais de postos inferiores e de sargentos, que deveriam,

---

<sup>446</sup> *O Jornal*, 07/04/1936

<sup>447</sup> Cf. *O Jornal*, 02/01/1936

na hora adequada, fazer submergir o exército sob o preamar comunista.”<sup>448</sup> Mesmo tendo malogrado clamorosamente os levantes no Nordeste e no Rio de Janeiro, dizia Assis Chateaubriand em sua coluna política que Moscou já penetrava no Brasil de forma que não havia feito em nenhum outro país, e que apenas assistir e aplaudir as ações anticomunistas no governo era dar condições para que o *perigo vermelho* tentasse novamente atacar. Chateaubriand, assim, clamava seus leitores a ações mais ativas, como a delação de pessoas envolvidas com o comunismo, acusações para com professores que comentassem ou discutissem o materialismo histórico, ou qualquer pessoa ou instituição que questionasse minimamente o que ele considerava as bases da nação brasileira: Deus, pátria e família.

Contudo, uma análise rasteira pode fazer com que se coadunem as idéias do dono dos *Diários Associados* com a idéia do Ação Integralista Brasileira, cuja base ideológica se baseava nesses três elementos. Todavia, desde maio de 1936 surgiam notícias de tentativas de sublevações frente ao governo por grupos integralistas e que eram taxativamente condenadas pelo matutino. A partir de então, a palavra “extremismo” (ou “grupos extremistas”) era associada não apenas aos comunistas, mas também aos “galinhas verdes”, como eram conhecidos os integralistas. É claro que era dado muito mais relevo e se atacava de forma muito mais contundente a ideologia e as práticas comunistas, sobretudo porque havia um fato que, na época, era indiscutivelmente ligado à liderança dos comunistas, as insurreições de 1935. E tampouco saber que *O Jornal* legitimava as ações das autoridades e que esse governo tinha alguns laços com o grupo de Plínio Salgado, líder do Integralismo, nos autoriza a dizer que eles eram parciais a favor da AIB. Encontramos discursos violentos contra as ações integralistas, por vezes comparando a sua ideologia, seus objetivos e a sua condição de ideologia estrangeira, que nada teria a ver com a realidade brasileira, com o discurso comunista. De acordo com o matutino, o integralismo seria uma pastiche, ou seja, “uma macaqueação da guerra ao judeu, feita aqui por indivíduos destituídos de honra privada, por Don Juan(s?) caricatos”<sup>449</sup>. A comparação aqui com a figura de Don Juan é feita no sentido de serem pessoas altamente sedutoras, que conquistavam mentes e corações pelas palavras.

Isto nos ajuda a compreender que o anticomunismo de *O Jornal* e de Assis Chateaubriand<sup>450</sup> ia além de uma possível barganha como o governo getulista, mas também era motivado por convicções ideológicas próprias e que, embora exageradas, revelavam um

---

<sup>448</sup> *O Jornal*, 12/03/1936

<sup>449</sup> *O Jornal*, 22/10/1936

<sup>450</sup> Vimos no primeiro capítulo que uma das bases ideológicas do pensamento de Assis Chateaubriand e que vai orientar toda sua rede de comunicação era a oposição frontal ao Comunismo/Socialismo, percebida desde as primeiras notícias da revolução Russa em 1917.

certo temor real quanto à presença do comunismo. A crítica ao integralismo, que contava com a simpatia de Vargas, sugere uma autenticidade ideológica, que não se resumia a atacar os alvos selecionados pelo governo. Expediente muito utilizado era usar as palavras dos autores legalistas para ratificar tudo aquilo que era exaustivamente proferido contra os comunistas. Assim, eram dados espaços consideráveis, até páginas inteiras, para reproduzir os discursos feitos pelo presidente da República, o “pai da nação”, como era retratado o Sr. Getúlio Vargas. *O Jornal* intervinha na publicação do discurso, separando por temas e fazendo, sempre que possível, comentários ou resumos da fala presidencial. Encontramos, entre os vários discursos relatados por nosso jornal, um em que o presidente ataca de forma mais clara a doutrina e as conseqüências ao comunismo. Este fora feito no discurso de celebração do 114º aniversário da Independência do Brasil, e publicado pelo matutino no dia seguinte. O presidente dizia que a obrigação do governo nesse momento era de aperfeiçoar o regime, isto é, “torná-lo mais apto a realizar os destinos brasileiros, conformá-los às novas necessidades e exigência da vida moderna, mas conservando sempre o que nele é essencial”. Para isso, não bastava apenas punir os responsáveis da *Intentona*, mas proteger as instituições de novos golpes.

Isso era primordial, já que a nação não se conformaria em perder este modelo político e deixá-lo ser substituído pelo comunismo, que era uma forma alienígena que “apenas exprime o desespero de outros povos na ânsia de resolver os seus problemas particulares.”<sup>451</sup> Mesmo dez meses após os levantes de novembro, e com todo o aparato repressivo criado ou reforçado para punir os responsáveis por tal “mácula negra na história brasileira”, o combate ao comunismo estava longe de se findar. Vargas afirmava que tinha informações concretas de que ainda havia comunistas conspirando, arquitetando golpes e esperando o primeiro vacilo para atacar e fazer um estrago ainda maior que o de 1935. Alertava o presidente para que “ninguém acredite que os agentes de Moscou desistiram da sua empresa contra o Brasil. Eles tomam as formas mais diversas e se disfarçam com a maior facilidade”<sup>452</sup>. Para o leitor assíduo das colunas políticas da página 4 de *O Jornal*, o alerta e a conclusão do presidente não eram uma novidade, pois tais eram repetidas ao longo de 1936 à exaustão. Também não era inédito para tal leitor saber que as conseqüências de uma invasão comunista vitoriosa no Brasil seriam, para *O Jornal*, nefastas, com a desagregação das tradições morais, cristãs e nacionais que norteavam nossa pátria. Da mesma maneira, Vargas terminava seu discurso

---

<sup>451</sup> *O Jornal*, 08/09/1936

<sup>452</sup> *O Jornal*, 08/09/1936

retratando como seriam os efeitos de tal vitória comunista, valendo-se do mesmo tom utilizado pelo matutino:

“se tal desgraça sucedesse, nenhum brasileiro deixaria de sofrer as duras conseqüências da sua escravidão a Moscou. Nossas tradições religiosas, os princípios que regem nossa família, a soberania da pátria, tudo que constitui o orgulho da nacionalidade desapareceria no abismo, arrastado na maré da violência, e de perseguições de que lançam mão os bolchevistas para consolidar o seu poderio”<sup>453</sup>

Como veremos ao nos debruçarmos sobre a cobertura da repressão do governo, a análise de nossas fontes permite concluir que o ano de 1936 foi o ano mais incisivo do discurso anticomunista. Foi neste ano que encontramos toda a cristalização da ideologia anticomunista, como a elucubração ou reativação do vocabulário, dos mitos e das principais matrizes que foram decisivas para a legitimação da repressão aos bolcheviques. No ano de 1937, embora encontrasse em *O Jornal* artigos e colunas que tratem diretamente do “perigo vermelho”, é perceptível que houve um notável declínio deste tipo de discurso, perdendo espaço para outros temas, como, sobretudo, a sucessão eleitoral e o retorno da normalidade constitucional.

Mas, ainda assim, volta e meia o matutino de Assis Chateaubriand encontrava alguma brecha para atacar ou alertar a população de que os “fanáticos do credo eslavo” ainda se encontravam presentes e ativos no país. No artigo “A Sorte do Regime e da Nação”, de 31 de janeiro de 1937, Chateaubriand critica o declínio da vigilância constante da sociedade civil contra o comunismo, e que os verdadeiros responsáveis pela derrubada dos regimes são os próprios governos. Colocando a “liberal-democracia” como ponto máximo de um regime democrático, afirma o dono dos *Diários Associados* que é pela “conduta dos governos corresponde pela existência da liberal-democracia que nenhuma ideologia extremista logra vencer” Vargas, segundo ele, continuava no esforço de acabar com o ataque dos extremismos contra o regime, mas sem o apoio da sociedade, que agora voltava os olhos para a sucessão presidencial que ocorreria em 1938, abria-se uma brecha para o retorno do “mal russo”. Para ele, no Brasil “conseguimos transformar a democracia de um espetáculo de ordem, de um panorama de disciplina a um prodígio de anarquia”<sup>454</sup>, e finaliza manifestando sua insegurança quanto à permanência do regime vigente, já que “pátria, regime e Estado não duram, não resistem aos golpes dos adversários externos e internos”. O jornalista fazia clara alusão, ao falar de “adversários internos”, à minoria parlamentar, opositora e crítica de boa parte das ações do governo. Essa foi o grande mote dos artigos de *O Jornal*, em 1937:

---

<sup>453</sup> *O Jornal*, 08/09/1936

<sup>454</sup> *O Jornal*, 31/01/1937

mostrar que os comunistas eram os grandes desejosos da destruição da democracia brasileira e que estavam se infiltrando e contaminando a minoria parlamentar.

Outro expediente assaz utilizado como forma de alimentar o mito do “*perigo vermelho*” é o amedrontamento dos leitores, com a suspeita de que os comunistas que não tinham sido presos estavam, naquele momento, confabulando acerca de novos ataques às instituições. Logo após os levantes, o foco deste tipo de discurso era a eficácia dos atos punitivos. Para *O Jornal*, o país só estaria a salvo se todos os comunistas estivessem presos e ninguém se opusesse às ações repressivas. Uma palavra de oposição a alguma medida do governo ou mesmo um *habeas corpus* impetrado a favor de um envolvido nos levantes já era motivo de escândalo para o matutino, que via isso como uma das formas sub-reptícias da conspiração comunista.

Um caso exemplar foi a forma como foi repercutida no jornal a notícia que o juiz Alfeu Rosas, da seção da Justiça Federal em Alagoas, absolveu alguns indivíduos implicados nos levantes comunistas de novembro, colocando-os em liberdade. O escândalo em torno desse ato foi tão intenso que a coluna política de *O Jornal* do dia 5 de março de 1936, que se encontrava no canto esquerdo da página 4, e também o artigo de Assis Chateaubriand tinham como tema central esse fato, o que era raro. Primeiramente, ambos os textos afirmavam categoricamente, com base nas investigações da Chefatura de Polícia, que os levantes de 1935 foram de orientação bolchevista, e que só não lograram êxito ao destruir as instituições democráticas por causa da “energia das autoridades militares locais, que se achavam na defesa da ordem e das instituições.”. As investigações, informavam os artigos, ainda forneciam a informação “indubitável” da “existência de um “complô” de que faziam parte militares e civis, cabendo grande soma de responsabilidade aos conspiradores alagoanos<sup>455</sup>. Sendo assim, para os artigos, a atitude do Sr. Rosas, ao absolver possíveis envolvidos nos levantes, foi de uma irresponsabilidade social que, fechando os olhos e dando liberdade a “perigosos aventureiros”, deu-lhes a chance de “continuarem a conspirar contra a pátria e preparar-lhes novos dias de luto e sangue”. Criava-se, ainda, a hipótese de que o referido juiz fosse parte da camarilha comunista, obediente a Luiz Carlos Prestes, e que tivesse ligações com a Aliança Nacional Libertadora, acusação que, como tantas outras, eram jogada sem embasamento factual a fim de impressionar o leitor. Assis Chateaubriand vai além na violência de suas acusações, afirmando que tal atitude do juiz é amoral e uma agressão contra o Brasil, pois é “atentar contra a própria estabilidade da nação, é agir animado de mais abominável espírito de

---

<sup>455</sup> *O Jornal*, 05/03/1936

derrotismo”<sup>456</sup>. Assim, ao escolher por Moscou ao invés do Brasil, o dono de *O Jornal* sentencia que o “o juiz covarde que optou por Moscou que sofra as conseqüências da sua insensibilidade moral”<sup>457</sup>.

No dia que era preso aquele que era considerado o principal articulador do movimento comunista no Brasil, Luiz Carlos Prestes, em 10 de março de 1936, havia um receio por parte do matutino de que tal evento fosse visto como o ponto final no combate ao comunismo. Assim, *O Jornal* deste dia traz em sua coluna política um discurso do General Newton Cavalcanti, que, como integralista notório e comandante da 1ª. Brigada de Infantaria da Vila Militar, considerava o aprisionamento do “Cavaleiro da Esperança” de importância secundária, devendo a sociedade estar “vigilante com aqueles, que, ainda em liberdade, parecendo ser figuras de segundo plano, continuam conspirando”. O editorial concorda com tal perspectiva e vai além ao afirmar que seria um grave erro considerar a retirada de Prestes como encerramento do trabalho, pois

“Quem conhece a historia da propaganda bolchevista, os métodos empregados pelos seus agentes, está certo de que as vicissitudes constituem novos estímulos para sua ação corrosiva. Qualquer afrouxamento na tarefa de defesa do regime, qualquer transigência com os partidários da implantação do comunismo no Brasil, poderá futuramente converter-se em grave motivo de arrependimento.”

E a coluna termina seu texto conclamando a sociedade civil a permanecer vigilante contra o “*perigo vermelho*”, já que “qualquer descuido, teremos de pagá-lo bem cedo a preço de sangue”<sup>458</sup>. Ou seja, a mitologia política da conspiração não exerceu apenas uma função explicativa, mas também se tornou um agente mobilizador.

Assim, durante o ano de 1936 percebemos que lançar boatos ou fazer artigos alertando os leitores de que os comunistas estavam quietos, mas conspirando, era um grande coringa para o matutino manter o “*perigo vermelho*” na pauta do dia em épocas de escassez de notícias. Esse expediente do jornal era feito com a ajuda da Chefatura de Polícia ou de pronunciamentos de autoridades, que jogavam a notícia da conspiração de células bolchevistas, mas sem dizer onde, como, e qual o procedimento adotado pela polícia para prendê-los. Em 7 de abril de 1936, foi publicado um ofício de Filinto Müller, chefe de Polícia, no centro da capa, que, em letras garrafais, informava que havia comunistas que, de soslaio, estavam espalhando notícias de futuros novos golpes e da ineficiência do governo em controlá-los.

---

<sup>456</sup> *O Jornal*, 05/03/1936

<sup>457</sup> Idem

<sup>458</sup> *O Jornal*, 10/03/1936

“Apesar da tranqüilidade reinante em todo o país, foram constantes, nestes últimos dias, as notícias tendenciosas espalhadas, nesta capital, por indivíduos que se dizem sempre bem informados. Tais indivíduos, que não passam de agentes comunistas, põem em prática a conhecida técnica de sobressaltar a população, periodicamente, com notícias alarmantes”<sup>459</sup>

No aniversário do levante no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1936, o matutino publicava um artigo rememorando os levantes, focando na angústia dos soldados legalistas, de suas famílias, para sensibilizar o leitor. E em seu final, o artigo concluía que os crimes dolorosos cometidos por soldados vendidos ao “ouro de Moscou” não era apenas uma lembrança triste, mas presa ao passado. Ela continuava presente no Brasil, viva e ativa, conspirando dentro dos quadros do exército, pronta para que, no momento propício, voltasse a atacar, sem cometer os erros grosseiros dos levantes de 1935, o que aumentaria o seu poder de ataque e que, se não combatido por toda a sociedade, poderia abalar mortalmente as instituições.<sup>460</sup>

Em geral, observamos que em finais de 1936 e no ano de 1937 tal expediente era utilizado um pouco antes e um pouco depois do processo de renovação do estado de guerra. Como o discurso inflamado, adjetivado e violento contra o comunismo foi contínuo e intenso em finais de 1935 e início de 1936, isso cristalizou nas mentes e corações dos leitores uma imagem execrável do comunismo e, desta forma, no final desse processo, era necessário apenas um artigo ou uma nota falando acerca dos mistérios dos comunistas, agora entocados conspirando contra a nação brasileira, para que fossem utilizados como justificativa da prorrogação do estado de exceção. Em 3 de Março de 1937 estava em andamento o processo da última renovação do estado de guerra, por mais 90 dias. Ao acompanhar a questão, *O Jornal* percebia que, ao contrário das últimas vezes, tal prorrogação sofria críticas mais contundentes da bancada oposicionista da Câmara, que a achava um abuso de autoridade do governo. Destacavam-se os discursos de Otávio Mangabeira e Artur Bernardes, que entendia bem sobre estado de exceção. Contudo, coincidentemente ou não, foi apenas chegar à Câmara a carta do presidente reivindicando e justificando o estado de guerra, e no dia seguinte um editorial em *O Jornal* a publicando e endossando, que ela foi aprovada ainda com uma margem de votos considerável, com 146 a favor contra 85. Na mensagem, o presidente Vargas dizia que

---

<sup>459</sup> *O Jornal*, 07/04/1936

<sup>460</sup> *O Jornal*, 27/11/1936

“não cessaram as ordens subversivas da ordem social. Diligências da polícia ainda lograram nesses últimos dias células extremistas perigosas, não apenas pelos seus expedientes sub-reptícios da sua propaganda, mas senão também pela pertinência de seus propósitos. O governo permanece vigilante ao combate do extremismo”<sup>461</sup>

No período em que chegara a mensagem do presidente, *O Jornal* dedicou-se a falar dos perigos dos comunistas. No dia 11 de março, falava Chateaubriand que os inimigos do regime são “menos os que combatem de armas na mão do que aqueles que propagam a pretexto a preservá-lo”. E no mesmo dia em que era prorrogado o estado de guerra, o jornal publicava uma notícia que justificaria tal situação de exceção. Segundo o matutino, os “inimigos da democracia”, os comunistas, tinham tentado provocar um atentado no Palácio do Catete, onde se encontrava o próprio presidente. Não sabemos mais sobre os pormenores deste possível atentado, já que ele nunca mais foi citado de novo pelo jornal nos dias anteriores. O que era publicado exaustivamente era que o trabalho do Tribunal de Segurança Nacional ainda estava longe de concluir-se, com mais de 200 processos de envolvidos com o comunismo ainda em aberto.

Com a não-prorrogação do estado de guerra em julho de 1937, voltava-se à normalidade constitucional e, com ela, ao perigo, segundo *O Jornal*, de novas incursões soviéticas, sob a forma de partidos revolucionários ou sob “quaisquer disfarces de agremiação democrática, para não repetir as façanhas de 1935”<sup>462</sup>. Lembrava, então, o artigo de Assis Chateaubriand, “Um dever”, que o Brasil não possuía mais o estado de guerra, contudo ainda tinha a Lei de Segurança Nacional, que possuía instrumentos eficazes para armar o governo contra os focos extremistas.

Lembrava a coluna política da página 4 no dia 21 de agosto que a polícia, que sempre mostrara confiança e tranqüilidade quanto ao combate aos comunistas, confessava nesse momento que a “penetração vermelha” se encontrara igual ou até mesmo maior que às vésperas dos levantes de 1935, e diante do retorno de um “eminente perigo contra as instituições democráticas”, a salvaguarda do regime dependia do esforço de todos, com a implantação de uma contrapropaganda comunista nas escolas, igrejas e clubes, para a manutenção da “base de nossa pátria”, o governo federativo republicano.<sup>463</sup>

Nas representações anticomunistas, caracterizar o lado sombrio e cruel do homens comunistas também era fundamental para a difusão do medo vermelho. Vistos como seres totalmente desprovidos de caráter e moral, eram retratados como antibrasileiros, inimigos da

---

<sup>461</sup> *O Jornal*, 03/03/1937

<sup>462</sup> *O Jornal*, 01/07/1937

<sup>463</sup> *O Jornal*, Cf. 21/08/1937

própria Pátria que, comprados pelo ouro da Rússia Soviética, não pestanejaram em matar seus próprios companheiros de quartel, desarmados e até mesmo dormindo. Esse modelo de comunista foi exaustivamente trabalhado após os levantes, buscando a cristalização de um estereótipo condenável desses homens.

Os “agentes moscovitas”, uma das inúmeras adjetivações lançadas por *O Jornal* para os comunistas brasileiros, uma vez confirmada a sua participação no drama de novembro, tinham renunciado à sua brasilidade e se excluído da sociedade da qual haviam sido membros, passando doravante a ser “russos vermelhos, por vontade própria ou, o que é mais certo, pro privação de inteligência”<sup>464</sup>. Assim, o *perigo vermelho* não era constituído por homens estrangeiros, ao contrário, a grande maioria “dos assaltantes do nosso velho edifício político e social são daqui mesmo, das nossas ervas, vêm da nossa própria sociedade.”<sup>465</sup> Eram, assim, fanáticos, adoradores de uma doutrina que viria, em última análise, usá-los à exaustão para depois destruí-los. Eram marionetes cruéis e se preparavam naquela hora para destruir todo o “sistema social e político consagrado pelas nossas tradições.”<sup>466</sup> O mais triste, para Assis Chateaubriand, foi encontrar no exército pessoas que se corromperam ao ouro soviético, “a ponto de trair sua bandeira, repudiar sua pátria, para servir [...] males liderados pela III Internacional para atrelar o Brasil ao imperialismo russo”<sup>467</sup>.

Os “desvairados às ordens da III Internacional” eram também estereotipados como indivíduos brutos, cruentos, sanguinários, assassinos covardes, que usavam “os mesmo métodos terroristas, as mesmas práticas confucionistas e dos mesmos estribilhos despistadores.”<sup>468</sup> Na representação anticomunista típica, eles não tinham coragem de enfrentar as conseqüências de seus atos e fugiam. É esse tipo de homem que pretende reformar as instituições democráticas, afirmava o matutino ao longo de 1936 e 1937.

Mas a melhor forma de fazer com que o leitor apreendesse cabalmente como era o homem comunista era apresentar os pormenores daquele que seria o símbolo máximo do “covarde comunista”: Luiz Carlos Prestes. *O Jornal*, no período estudado, empreendeu grande campanha para desmontar o mito do “Cavaleiro da Esperança”, construído em meados da década de 1920 e no início da de 30. Assim, o periódico transformava o herói em pessoa comum, e nesse processo revelava suas imperfeições e seus objetivos mesquinhos para a sociedade civil brasileira.

---

<sup>464</sup> *O Jornal*, 11/04/1936

<sup>465</sup> *O Jornal*, 29/03/1936

<sup>466</sup> *O Jornal*, 05/03/1936

<sup>467</sup> *O Jornal*, 27/11/1936

<sup>468</sup> *O Jornal*, 31/03/1937

#### **4.2.2 O “CAVALEIRO DA LUA” – “Desconstruindo” Luiz Carlos Prestes**

Analisando nossas fontes sob um viés temático e não cronológico, observamos que *O Jornal*, em 26 de novembro, já adotara a posição que levaria coerentemente nessa “onda anticomunista”: os levantes eram de caráter exclusivamente comunista, comandados pelo ex-Cavaleiro da Esperança, Luis Carlos Prestes, e seu embrião se encontrava na Aliança Nacional Libertadora. O jornal de Chateaubriand, coerente com uma postura governista, identificava a ANL como um disfarce para a ação do PCB, uma vez que a maioria dos seus participantes era desse partido e a presidência estava nas mãos de Prestes. Por sua vez, no dia 27 de novembro, há uma nota em letras garrafais que liga os levantes, materializados na pessoa de Luis Carlos Prestes, com a III Internacional, dizendo que foi “ELOGIADA EM MOSCOU A ‘SÁBIA ORIENTAÇÃO’ DADA À PROPAGANDA COMUNISTA PELO ‘CAMARADA PRESTES’”. No dia seguinte ao levante no Rio de Janeiro, Assis Chateaubriand, em seu artigo “As quarteladas de ontem”, afirma categoricamente que “Prestes aí vem da Rússia (...) e o espírito bárbaro daqueles tártaros cruéis lhe devera ter posto na mão o martelo que esmaga e despedaça as resistências mais perseverantes e obstinadas.”<sup>469</sup>

No ano de 1936, foi feita nos artigos de *O Jornal* uma campanha mais efetiva na busca da criação de um mito negativo de Prestes como o “Cavaleiro da Lua”, ou “Cavaleiro da Esperança...gorada”, mas o seu início já se encontrava desde os primeiros dias após as insurreições. Retratá-lo como um lunático utópico que, sem ver as realidades brasileiras, tentava impor o credo vermelho, era a forma que *O Jornal* utilizava para desconstruir toda a mitificação heróica em torno da figura de Luiz Carlos Prestes.

Devido ao seu tempo de serviço ao Partido Comunista e seu carisma e popularidade, que em “determinados contextos era superior à do próprio partido”<sup>470</sup>, Prestes pode ser considerado a figura mais importante do história do comunismo brasileiro, e tal prestígio já vinha desde os anos 1920. O seu reconhecimento provém da coluna militar que cortou o Brasil entre 1925 e 1927, alcunhada de “Coluna Prestes”. Embora quem comandasse efetivamente tal movimento fosse o General Miguel Costa, ficou a percepção popular (ou a memória), até os dias de hoje, de que o grande comandante fora Prestes, que tinha o comando do Estado-Maior da Coluna. Com fim do movimento, Prestes foi consolidando sua imagem de

---

<sup>469</sup> *O Jornal*, 28/11/1935.

<sup>470</sup> Motta, 2004. P. 1

“herói nacional”, distante dos interesses partidários, como no caso do seu não-alinhamento com as forças revolucionárias de 1930, e sua viagem para a URSS em 1931, a fim de conhecer a “nação do socialismo” e aprofundar seus estudos do marxismo-leninismo, ao qual ele aderira no ano anterior. Luiz Carlos Prestes passou a ser visto como o “Cavaleiro da Esperança”, o que significa dizer que ele passou a “encarnar os anseios dos segmentos da população brasileira que consideravam urgente transformar as estruturas políticas e sociais do país.”<sup>471</sup>.

Ligado assim ao comunismo internacional, e possuindo alto grau de carisma junto à população, Prestes passou a ser visto pelas forças anticomunistas como um perigo a ser combatido, pois poderia se valer de sua influência para pregar junto às massas populares o “credo comunista”, obtendo êxito. Sua adesão à Aliança Nacional Libertadora e seu discurso-manifesto de 5 de julho deram os elementos básicos para que os militantes antibolcheviques, inclusive *O Jornal*, propalassem que Prestes estava conspirando contra a nação brasileira. Portanto, logo após os levantes de 1935, que precipitaram a conjuntura crítica de 1935-37 chamada de “Grande onda anticomunista”, pintar um quadro negativo do ex-líder da Coluna também fazia parte do planejamento da imprensa na criação de uma cultura antibolchevique.

Assis Chateaubriand, no seu editorial logo após as insurreições no Rio, chamava Prestes de “mercenário”, que, pondo as mãos nos 850 contos de réis dados para fazer a revolução de 1930, tinha ido para Moscou para se tornar um “pitoresco Dom Quixote” da ideologia marxista<sup>472</sup>. Para Chateaubriand, nesse artigo, em vez de herói nacional, o capitão gaúcho era um insano que, se corrompendo junto ao “ouro de Moscou” estava engazopando os operários com suas idéias. Os jornais analisados nos confirmam que, para eles, os acontecimentos dramáticos de novembro de 1935 tinham como causas não somente o interesse da Rússia em dominar o país, mas também “a inspiração do líder máximo da insurreição, Luis Carlos Prestes”<sup>473</sup>.

A procura do paradeiro de Luís Carlos Prestes também foi recorrentemente utilizada por *O Jornal* para manter a imagem de Prestes na pauta do dia e ligá-lo às insurreições e ao comunismo internacional. Aliás, até março de 1936 esse tema se viu presente, terminando na própria prisão do “pequeno César enigmático”, denominação de Chateaubriand para o antigo “Cavaleiro da Esperança”. Discussões sobre há quanto tempo Prestes já estaria no Brasil, qual seria a sua rota – o consenso é de que ele viria a partir da Argentina sob o nome de Roberto

---

<sup>471</sup> Motta, 2004, p. 2

<sup>472</sup> Cf. *O Jornal*, 28/11/1935

<sup>473</sup> Motta, 2004, p. 6

Castro –, matérias em que os seus vários esconderijos eram visitados pelos repórteres em busca de algum vestígio, e entrevistas com testemunhas que afirmavam ter hospedado o chefe vermelho são encontradas largamente nas páginas de nosso matutino. O curioso é que a cada semana o mentor das insurreições no Rio de Janeiro estava em algum canto do país: São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina e até Alagoas são algumas especulações, mal sabendo a equipe de Chateaubriand que Prestes se encontrava no Rio de Janeiro desde o seu retorno, em abril de 1935, residindo boa parte desse tempo em Copacabana, e se transferindo para a Rua Honório, no Méier, a partir de janeiro de 1936. Aos poucos, os boatos sobre onde Prestes se encontravam foram perdendo força e já se tornara senso comum no jornal que ele já estava na capital federal.

Prestes era visto pelo matutino de Chateaubriand como alguém que, assim como todos os comunistas, perdera o espírito nacional, um “zumbi sem pátria” que perambulava pelo mundo afora entorpecido pela doutrina marxista. Em 10 de janeiro, na página 2 de *O Jornal*, Assis Chateaubriand escrevia seu editorial acerca de Prestes, intitulado “Calabar”. De grande figura para o desenvolvimento do país, ele era comparado agora com a imagem de Calabar, personagem histórico que virou sinônimo de traição patriótica. Consideremos com mais vagar este artigo para a compreensão do pensamento de Chateaubriand acerca de Prestes.

Considerando o capitão gaúcho como um “delirante cônsul geral da Rússia no Brasil”, o líder dos *Diários Associados* o acusa de se “colocar ao serviço de um governo estrangeiro para ensangüentar sua pátria”<sup>474</sup>. E era acusado também de apropriação indébita, considerada uma traição, já que recebeu centenas de contos de réis a fim de participar da Revolução de 1930, mas o guardou, “fugiu” para as estepes eslavas e agora voltava para destruir o trabalho de pessoas que cinco anos antes confiaram nele e tiveram sua ajuda negada. Para o jornalista paraibano, o “cônsul moscovita” era um ser de personalidade frágil, com valores morais e nacionais deturpados, chegando ao Brasil enganando companheiros fiéis a lutar uma luta que só interessava ao próprio Prestes:

. “Vejam os partidários do capitão Prestes até onde chega a demência deste insensato. Desmoralizado por sucessivos fracassos, tendo regressado à pátria com o facho da guerra a nós declarada, por uma potência estrangeira, ele não se peja de blasonar uma força que nunca teve, para embair a confiança daqueles a quem já perdeu. O enviado da III Internacional deveria ter roncado no papo, perante os correligionários isoladamente, um prestígio que, agora, nas noites de insônia do 'Pedro I', muitos deles terão visto que não passava de fantasias de uma noite de verão.”<sup>475</sup>

---

<sup>474</sup> *O Jornal*, 10/01/1936

<sup>475</sup> *O Jornal*, 10/01/1936

Deste modo, o “Cavaleiro da Esperança” era, para *O Jornal*, o primeiro traidor que surge no exército brasileiro e, após 300 anos, a reencarnação da figura de Calabar.

Era um expediente muito comum, portanto, depositar na figura de Prestes toda a culpa pelas insurreições, ao contrário do se fazia com o presidente da República, que cada vez mais se tornava o baluarte da democracia e da salvaguarda das instituições republicanas, o responsável por apagar as “fogueiras do incêndio que o capitão Prestes se dispôs acender no Brasil”<sup>476</sup> O líder comunista era também caracterizado como alguém covarde, sem escrúpulos, e uma maneira de comprovar isso era afirmar que, embora ele tivesse planejado arditamente os levantes, não participara ativamente de nenhum, colocando-se atrás de camaradas que morriam pela causa dele. Para Chateaubriand, Luiz Carlos Prestes, o Catilina<sup>477</sup> brasileiro, ao contrário de outros participantes dos levantes, como Silo Meirelles, embuçou-se por dentro de sua sombra e não apareceu “em nenhum setor onde os homens se defrontavam face a face. Homem de guerra, ele fugiu á guerra, evitou o combate, para se deixar prender como o mais inofensivo dos passarinhos.”<sup>478</sup>

Prestes era descrito, assim, como alguém que trabalharia no subterrâneo, “conspirando oculto, brigando oculto, lançando pelotões de assalto oculto”<sup>479</sup>, tornando-se, para mais que um “mediocre capitão”, um “despistador notável”. Em seu artigo “O Pequeno Monstro”, de 12 de março de 1936, Chateaubriand afirmava que sua tática consistia “em golpes, que partiam como que do desconhecido, de um mundo de sombras, dentro do qual ele parecia mover-se como um “revenant”, um tipo de morto-vivo ou fantasma em francês<sup>480</sup>. Isso revelava, para o articulista outros caracteres do “pequeno monstro”: ele era um ser calculista, metódico e perspicaz, que, percebendo que as “missas vermelhas não se celebram no Brasil”, deixava de lado sua ideologia russa e passava a ser um “fabricante de revoluções”, isto é, alguém cujo único objetivo é derrubar o regime vigente. Desta forma, ele se encontraria “com santos, amuletos, ensinando português à mulher, decidido a mandar o novo raio, em condições muito menos nacionais do que a de 1935”<sup>481</sup>

Segundo *O Jornal*, Prestes era alguém que estava se valendo do bolchevismo para suas próprias aspirações políticas. Ele era um déspota, que a todo transe desenvolvia golpes para tomar o poder de Getúlio Vargas. Aliar-se à III Internacional era, assim, apenas uma forma de

---

*O Jornal*, 02/01/1936

<sup>477</sup> Lúcio Sérgio Catilina foi um político romano do século I a.C. cujas práticas de crimes e vícios eram constantes.

<sup>478</sup> *O Jornal*, 08/03/1936

<sup>479</sup> *O Jornal*, 12/03/1936

<sup>480</sup> *O Jornal*, 12/03/1936

<sup>481</sup> *O Jornal*, 12/03/1936

conseguir recursos e material humano para concretizar seus desejos. Mas, ao chegar ao Brasil, ele abstraía de toda preparação doutrinária que tivera na Rússia, pois “desencadeou aqui uma revolução, dentro da mais completa inércia, da mais profunda incúria do proletariado”<sup>482</sup>. Encontramos outras reportagens que “recontavam” uma “verdadeira história” da Coluna Invicta, em que esta última, ao invés de ser um baluarte de oposição a um governo ditatorial, tornava-se um mero “raid” militar, disseminando “o terror entre as populações camponesas, saqueadas e assassinadas pelos homens de Prestes, que fugiram covardemente do governo”<sup>483</sup>. Isso era um expediente na desconstrução do mito Prestes, contudo era um duro golpe na coerência do pensamento de Assis Chateaubriand, visto que ele foi um dos maiores entusiastas da Coluna Miguel Costa-Prestes, sendo sua a alcunha de “Coluna Invicta”. Ao acusá-la, dez anos depois, de não obedecer às forças legalistas, esquecera que ele próprio que fora um dos principais desafetos do presidente em questão, Artur Bernardes. Mas coerência de pensamento à parte, retratar um Luiz Carlos Prestes tirânico, que objetivava – tanto com a Coluna Invicta quanto com os assaltos de 1935 – golpear as instituições democráticas, era fundamental para legitimar a idéia de que ele “fora mau no passado tanto quanto era no momento da “intentona”. Nada de bom deveria ser esperado dele”;<sup>484</sup>

O que percebemos, desta forma, é que *O Jornal* elaborou uma caracterização negativa de Luiz Carlos Prestes para desfazer o senso comum da imagem mitológica do Cavaleiro da Esperança. O periódico fez isso de forma a que seus leitores o vissem num papel onde ele não encarnasse “o papel do Salvador, nem do guia que abre as portas do futuro, e sim a imagem da traição, da covardia e subserviência ao estrangeiro”<sup>485</sup>. Isso combatia e esvaziava a constelação política do Salvador, pertencente a Prestes. Como veremos num momento posterior, esse esvaziamento do mito do Salvador em Prestes foi fundamental para o enriquecimento da construção mitológica salvífica do “Pai da Nação”, Getúlio Vargas.

A repercussão da prisão de Prestes foi um capítulo à parte na história do anticomunismo brasileiro e, sobretudo, nesse processo de desconstrução da imagem do “Cavaleiro da Esperança”. Uma grande epopéia fora criada na edição de 6 de março de 1936, um dia após a prisão de Prestes, e boa parte da edição era ocupada com os pormenores da prisão, bem como um histórico dos levantes de 1935 e da vida do ex-chefe da Coluna Invicta.

---

<sup>482</sup> *O Jornal*, 07/04/1936

<sup>483</sup> Cf. Motta, 2004,

<sup>484</sup> Cf. Motta, 2004

<sup>485</sup> Cf. Motta, 2004

Não é nosso objetivo neste momento reconstituir todas as matérias acerca da prisão de Luiz Carlos Prestes pelo *O Jornal*, mas sim apreender as formas das quais se valeram as matérias e colunas para pintar com cores negativas a imagem do “Cavaleiro da Esperança”. Sua prisão, para o matutino, era a última peça que faltava para o pleno controle do governo no embate contra um “supremo comitê revolucionário” de que Prestes, Harry Berger, Allan Baron e Miranda fariam parte.

Nesse momento *O Jornal* utilizou-se muito do expediente de reconstituir o história de Prestes após a Coluna Invicta. Retratado como ter percorrido o interior do Brasil à frente de sua coluna revolucionária, Prestes abandonou o Brasil para abraçar as “teorias comunistas”, enquanto seus antigos companheiros de Coluna, “em funda divergência dele se divorciaram, conservando-se fiéis ao programa de reformas políticas e sociais por que lutavam e que tinha por fim dar à nossa terra novos rumos, consubstanciados na Revolução triunfante de 1930”<sup>486</sup>. Prestes, por sua vez, ao invés de se filiar a esse “patriótico intento”, decidiu tornar-se membro do Partido Comunista e prestar serviços na América Latina para o Komitern<sup>487</sup>. Percebe-se aqui a utilização do arcabouço discursivo encontrado na matriz nacionalista, em que a opção por ações revolucionárias não os tornava os membros da coluna antipatriotas, mas sim o seguirem postulados “exóticos” que pretendiam abalar as estruturas sociais e políticas da República brasileira. O editorial “Extirpação do Comunismo”, sem autoria, retratando o antigo oficial do Exército, afirmava que ele

“se desgarrou das doutrinas tradicionais da vida brasileira, que se despojou da Idéia da pátria, colocando-se a serviço de uma potência européia contra as instituições nacionais, era de fato o centro das atividades subversivas, que tantos danos materiais e morais têm causado á nação.”<sup>488</sup>

Retratava-se Prestes como alguém com astúcia, ardiloso, pois se utilizou pragmaticamente do seu renome nas “revoluções democráticas” do decênio anterior para influenciar não só seus antigos camaradas de armas, mas também a opinião brasileira a entrarem nesta aventura revolucionária antipatriótica e anticristã. Deste modo, Luiz Carlos Prestes, para o periódico, “transformou-se no agente principal dessa miserável investida da Rússia contra o Brasil”<sup>489</sup>. Um agente que tinha consciência do seu papel conspirador, pois, se quisesse desenvolver aqui uma revolução genuinamente patriótica e democrática, “poderia ter entrado no Brasil abertamente, pois que nada devia à justiça e a sua qualidade de cidadão

<sup>486</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>487</sup> *O Jornal* informou também que Prestes encontrava-se no Uruguai, de onde organizou todos os preparativos revolucionários de 1935. Sabemos hoje que Prestes desde 1931 encontrava-se na URSS, voltando direto para o Brasil em finais de 1934, chegando aqui por volta de abril de 1935. Cf. Prestes, 1997; Pinheiro, 2001.

<sup>488</sup> *O Jornal*, 6/03/1936

<sup>489</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

dava-lhe todas as garantias”<sup>490</sup>. Mas, para *O Jornal*, ao entrar clandestinamente, Prestes vestiu a carapuça de “indesejável”, conspirando com documentos forjados para “levantar os quartéis e derramar o sangue dos seus irmãos”<sup>491</sup>.

*O Jornal*, em sua empreitada para desmitificar Prestes, também não primava pela coerência e tentava utilizar todas as ações do ex-capitão para condená-lo. Era chamado de covarde por não ter coragem de se apresentar e se entregar à polícia depois dos levantes de 1935, assumir a culpa do “mal” que tinha cometido com tal crime e assim correr a “mesma fortuna dos que o acompanharam”<sup>492</sup>. No entanto, ao ser noticiado que ele não resistira à prisão, entregando-se de certo modo pacificamente, o matutino o acusa igualmente de ser “covarde”, pois não teria hombridade de lutar pelos seus ideais. Aliás, não constitui uma novidade dizer que *O Jornal* fizera questão de ratificar as informações de Filinto Müller de que Prestes estava em seu esconderijo a continuar “seu trabalho de corrupção e de ódio, preparando nova onda de sangue para sua pátria”<sup>493</sup>.

Podemos perceber a participação dos elementos da matriz católica nesse processo de desconstrução do mito político do herói salvífico em Prestes. Além do editorial de Assis Chateaubriand publicado no dia 6 de março, já analisado, destaca-se uma manchete lembrando que na parede da sala de jantar da casa onde Prestes foi preso, encontrava-se pendurado um quadro representando o Sagrado Coração de Jesus, adornado com flores artificiais. Esta cena era um depósito de matéria-prima para a criatividade dos jornalistas, que insistiam na incoerência do chefe vermelho em professar o comunismo e o catolicismo ao mesmo tempo, e no caráter artificial de suas crenças, simbolizadas nas flores de plástico. Isso contribuía no impacto de fazê-lo cair em descrédito frente à opinião pública. Embora nossa fonte principal aqui sejam os editoriais e artigos dentro de *O Jornal*, consideramos interessante abrir uma exceção e analisar um trecho importante publicado na capa do dia 7 de março na representação de um Prestes arrogante, que se considerava acima de todos e tudo.

Ao ser interrogado na Chefatura de Polícia pelo delegando Belens Porto, o ex-capitão respondeu sem maiores problemas as perguntas. Todavia, terminada essa parte preliminar, o delegado quis avançar em perguntas mais específicas, que gerou a cena retratada a seguir por *O Jornal*:

— Foi o senhor. o chefe do movimento comunista de novembro do ano passado?  
— Nada tenho a declarar nesse sentido.

---

<sup>490</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>491</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>492</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

<sup>493</sup> *O Jornal*, 06/03/1936

— Onde estava no dia 27 de novembro de 1935?

— Não sei.

Prestes estava preparado, segundo parecia, para as perguntas das autoridades, nada respondeu do que pudesse adiantar à polícia.

Por fim, declarou que só faria declarações sobre a Coluna Prestes. O delegado Belens Porto retorquiu-lhe que os feitos da Coluna Invicta não interessavam à polícia, pois pertencia aos fatos passados, e sem importância no momento.

A resposta de Prestes veio rápida.

“—Pois não digo mais nada. Já disse tudo em meu manifesto de 5 de julho, dos quais assumo a inteira responsabilidade.

Ao assinar o depoimento, Prestes recusou-se.

—Não assino.

—Mas é da lei!

—Eu estou fora da lei. “Não assino.”

Por fim, consentiu em assinar, com a condição de fazê-lo duas vezes.

“Depois de identificado, o chefe vermelho tornou a dizer

—No fim, isso não passa de uma palhaçada!”<sup>494</sup>

A imagem que se extrai desse trecho é de um “Cavaleiro da Esperança” agarrado à sua fama da Coluna Prestes, um tanto quanto arrogante e se sentindo superior a autoridades competentes, que chegou ao ponto de considerar “uma palhaçada” um procedimento de praxe dentro da Chefatura de Polícia. Um homem, portanto, completamente divorciado da realidade e instituições brasileiras, e *O Jornal* reforçava a sua imagem como “covarde”, já que ele não admite, mesmo preso, sua participação nos levantes de 1935. E o editorial da página 4 relembra ao leitor, depois de informar que foram encontrados documentos relativos à Aliança Nacional Libertadora na casa do chefe comunista, que tal ligação da ANL com o comunismo internacional e a presença de Luiz Carlos Prestes no Brasil, organizando conspirações, não eram novidades nem para o *Jornal*, nem para o Chefe de Polícia, que já tinham avisado anteriormente: “A polícia estava senhora dos passos dados pelo membro do Komintern, desde que entrou em nosso país”<sup>495</sup>.

Após a prisão de Prestes, no início de março, e a prorrogação do estado de sítio, equiparando-o ao Estado de guerra, foram diminuindo sensivelmente as colunas acerca daquele que agora deixava de ser o “Cavaleiro da Esperança” e passava a ser o “Cavaleiro do Apocalipse”. Encontramos em nossa pesquisa algumas citações, mas nenhum artigo específico acerca de Prestes até setembro de 1937, quando foi noticiado seu julgamento. E as poucas citações repetiam a fórmula já bastante discutida aqui: de que ele era um traidor, corrompido pelo ouro de Moscou, que desvirtuaria os ideais de seus companheiros da coluna do decênio anterior.

---

<sup>494</sup> *O Jornal*, 07/03/1936

<sup>495</sup> *O Jornal*, 07/03/1936

### **4.2.3 Getúlio Vargas: O “Pai da Nação”**

Se por um lado, segundo o historiador francês Raoul Girardet, temos a construção de uma narrativa do complô comunista, por outro encontramos também o processo de construção da narrativa do mito do herói, o “Salvador”. Tal formulação é valiosa para a apreensão do maniqueísmo em *O Jornal*: se, de um lado, havia a repulsa aos comunistas, vistos como maus, corruptos, antipatrióticos e outras séries de conotações pejorativas, e Luiz Carlos Prestes se tornava o “Cavaleiro do Apocalipse”, de outro lado, Getúlio Vargas encarnava a esperança, a justiça, a bondade necessária para inspirar toda a sociedade civil daquele momento. A pesquisa em curso percebe isso ao longo dos meses estudados aqui, que poderiam dar um trabalho à parte sobre a forma como a imprensa conseguiu formar junto à opinião pública uma imagem heróica de Getúlio Vargas. Então, apenas esboçaremos uma breve reflexão a respeito deste tema. Novamente, tal como no caso do mito da conspiração, se faz necessário distinguir a parcela do real e a do imaginário, entendendo que o mito não foi apenas uma fábula meramente fantasiosa, mas que se apropriou de certa realidade histórica.

Há, segundo Girardet, quatro arquétipos de salvadores, entre eles o de Moisés, que aqui se encaixa na narrativa proposta para Getúlio, uma vez que é o modelo do profeta, do anunciador dos tempos por vir<sup>496</sup>. A representação de um Vargas tomando medidas enérgicas contra os levantes, pedindo o reforço de seus poderes, circunscritos desde a Constituição de 1934, com a aprovação das medidas da Lei de Segurança Nacional e da prorrogação do estado de sítio, não visava, para os jornais, a obtenção de vantagens pessoais para o presidente. Era entendido que, como “Chefe da Nação”, ele tinha lido naqueles acontecimentos o que os outros ainda não tinham visto e que, se não impedido de forma urgente, desviaria a unidade nacional do futuro de ouro.<sup>497</sup> A edição de *O Jornal* do dia 6 de novembro de 1936 afirmava, consoante a idéia acima, que Getúlio Vargas só solicitara o reforço da Lei de Segurança Nacional e as modificações nas emendas da constituição porque uma possível invasão soviética aqui no Brasil era um evento de realidade tão longínqua e abstrata, que, transformado em realidade concreta com as insurreições de 1935, não encontrava legislação específica para ser combatido. Isto é, Getúlio estava diante de um “evento que não tinha punição aqui no Brasil”<sup>498</sup>, e, na obrigação de “salvar” o país, teve que tomar tal medida

---

<sup>497</sup> Para uma maior explicação sobre os quatro arquétipos de Salvador, ver Girardet, 1987. Capítulo 3: O Salvador.

<sup>498</sup> *O Jornal*, 06/11/1936

“drástica”. O presidente tinha, conforme o jornal, dado provas concretas de que sabia “colocar as conveniências públicas acima de qualquer outro sentimento”<sup>499</sup>, que só interviria em outras esferas do poder em caso de defender as iniciativas “imprescindíveis à conservação e ao bom funcionamento das instituições”<sup>500</sup>.

Assim, Vargas era visto como o homem providencial, neste caso específico, um combatente, um lutador que, mesmo em face do maior perigo, não se entregou ou se escondeu, em contraposição à imagem “covarde” e “fugitiva” de Luiz Carlos Prestes. Buscava-se assim, retratar dados biográficos deste homem, suas formas de falar, agir. Por exemplo, na edição do dia 28 de novembro, dia seguinte à insurreição no Rio de Janeiro, a nossa análise observa que as matérias sempre insistiam em mostrar um Vargas à frente das operações, atuante, que não se refugiava dentro de seu gabinete. Um dos exemplos que se sobressaem é uma ampla matéria na primeira página, intitulada “O presidente Getúlio Vargas nas frentes de operações”, que fazia ver todo o esforço do “Pai da Nação” — como era retratado em todas as reportagens — em ir pessoalmente dar apoio na Escola de Aviação e no 3º R.I. Logo na primeira página, em seu canto esquerdo superior, o líder dos *Diários Associados* se pronunciava, em um editorial, exaltando a figura do presidente e revelando como os levantes do dia anterior tiveram um efeito contrário ao que desejavam seus líderes:

*“Os acontecimentos revolucionários desta capital vieram novamente testemunhar, além da solidez das instituições democráticas no Brasil, as virtudes da serenidade, coragem e nobreza do primeiro magistrado da república aumentou ontem o seu prestígio moral diante dos contemporâneos e firmou novo direito ao reconhecimento da posteridade.*

*‘Desde que teve conhecimento de que os oficiais comunistas haviam rebelado parte do 3º RI da Praia Vermelha e da Escola de Aviação Militar, o presidente passou a agir com rapidez e energia não somente através de ordens dadas do Guanabara, mas também pelo magnetismo da sua presença no teatro da luta, correndo os mesmos riscos dos soldados que defendiam a honra e a dignidade do povo brasileiro empenhadas no combate pronto aos insurretos.*

*‘A jornada de ontem serviu assim para consagrar, mais uma vez, as qualidades de ânimo do presidente.’<sup>501</sup>*

Pouco mais de um ano mais tarde, em 19 de janeiro de 1937, Assis Chateaubriand ainda insistia no caráter heróico do presidente, inclusive exagerando a importância de Vargas no combate aos levantes do Rio de Janeiro. Afirma o dono dos *Diários Associados* que ninguém em terras brasileiras teria “maior autoridade para identificar o bolchevismo que o

---

<sup>499</sup> *O Jornal*, 01/09/1936

<sup>500</sup> *O Jornal*, 01/09/1936

<sup>501</sup> *O Jornal*, 28/11/1935

presidente, que o enfrentou face a face, pondo a sua vida em perigo diante do 3º regimento e a Escola de Aviação”<sup>502</sup>. Não há dúvidas, de acordo com a historiografia especializada, de que Vargas estivera presente nos lugares onde ocorreram as tentativas de assalto, no entanto, sua presença só se dera quando havia pleno controle da situação, longe de ele pôr “sua vida em risco”.

Visto como um homem que era “capaz de fazer discursos, mas não de fazer golpes”<sup>503</sup>, o presidente era considerado um “pastor”, que, com o cajado da tolerância e da bondade, guiava o povo contra as investidas do “mal russo”. E a experiência de já ter vivido diretamente duas revoluções – seja como combatente, em 1930, seja como força a ser combatida, em 1932 – dava a ele bagagem e maturidade para saber as melhores medidas a serem tomadas a favor das instituições republicanas.<sup>504</sup> Assim, todas as suas ações eram examinadas como tendo sido realizadas em prol do coletivo, e não para fins mesquinhos e particulares do “chefe da nação”, como reclamava a minoria oposicionista dentro do Congresso. Para o nosso matutino, em 26 de abril de 1936, Vargas, mesmo sem o apoio da oposição — cujo espaço dentro do periódico era infinitesimal — já tinha provado que era capaz de “defender o Estado contra as investidas do marxismo”. Mesmo assim, o jornal afirmara não entender tal posição relutante da oposição, já que o que estava em jogo “são princípios, instituições, e não indivíduos.” Deste modo, embora não imprescindível para a preservação das instituições, se as oposições quisessem se unir ao presidente, tanto melhor seria para elas próprias, já que, inspirando-se na imagem de Vargas, dizia o jornal que “o fato só mostrará que as anima uma grave consciência do dever cívico na hora que passa”<sup>505</sup>

Assis Chateaubriand considerava o presidente, mesmo depois de todos os desentendimentos após a revolução de 1932<sup>506</sup>, o déspota “mais justo e mais clemente do planeta”, não havendo lei dura, cruel ou de absolutismo “nas mãos de seda de Getúlio Vargas”<sup>507</sup>. O dono dos *Diários Associados*, no editorial do dia 12 de agosto, intitulado “Lactante” procura defender o “pai da nação” de acusações (vindas da minoria parlamentar e de comunistas internacionais) de estar exagerando na repressão contra os acusados da tentativa de golpe comunista. E para essa defesa, o jornalista paraibano primeiramente se utilizou da tática de ligar alguns parlamentares da oposição à Aliança Nacional Libertadora, o

---

<sup>502</sup> *O Jornal*, 19/01/1937

<sup>503</sup> *O Jornal*, 20/10/1936

<sup>504</sup> Cf. *O Jornal*, 02/01/1936, p. 4

<sup>505</sup> *O Jornal*, 26/04/1936

<sup>506</sup> Ver Cap. 1, p.

<sup>507</sup> *O Jornal*, 12/08/1936

que, para ele, estava claro e límpido que era apenas uma fachada do PCB. Mas o cerne de sua argumentação baseava-se na utilização de certos elementos da imagem de “Salvador” de Getúlio Vargas, que o via como alguém tranqüilo, sereno, que “não suprimiu qualquer liberdade, porque ele não promoveu nenhuma revolução contra o regime”<sup>508</sup>. Logo, ele primava pela sua bondade e humanidade, como dizia o matutino: “os inimigos tentam sempre atacá-lo, mas só conseguem fazê-lo ficar cada vez mais doce e cada vez mais humano”. E a prova disto, segundo Chateaubriand, é como o principal chefe comunista, Luiz Carlos Prestes estava sendo tratado na prisão. Fazendo pessoalmente uma investigação sobre as condições do “Cavaleiro da Esperança”, chegava ele à seguinte conclusão, que faria o leitor ter certeza da justiça do presidente: “Prestes, ao ser preso, estava mais magro que o bancalhão de porta de venda. Na prisão engordou, muito mais do que possa supor. Engordou de 8 a 10 quilos de peso”<sup>509</sup>. Para o leitor, a conclusão rápida e lógica de alguém que na prisão engordara 10 quilos era de que ele estava sendo, no mínimo, bem tratado.

Isso demonstrava a longanimidade e tolerância de Vargas com seus adversários, pois suprimia seus inimigos com “ternuras e carinhos excepcionais”, o que o diferenciava de presidentes como Artur Bernardes e Washington Luís, que promoviam “espancamentos épicos nas ruas republicanas”<sup>510</sup>. Em última análise, para *O Jornal*, as ações do presidente, além de salvar a sociedade civil, eram tomadas também visando à tranqüilidade e à harmonia entre as várias tendências partidárias e ideológicas, e o jornal dizia que ele saboreava “o secreto prazer da concórdia. É um esportivo da magnanimidade, enquanto outros compõem libelos e afiam facas, ele distribui sorrisos e cordialidades”<sup>511</sup>. Tendo em vista esse “mundo de tolerância”, Getúlio Vargas era absolvido de seus contatos com os integralistas, que, a partir da segunda metade de 1936, eram considerados pelo periódico extremistas tão perigosos quanto os comunistas. Para Assis Chateaubriand, uma coisa era o presidente permitir a propaganda integralista, e bem outra viver no meio deles, o que não era o caso. Essa postura era exaltada no editorial de 4 de novembro de 1936, que se referia ao sexto aniversário do governo getulista. Para o artigo “A obra de um Estadista”, manter por seis anos um regime de tolerância e de benignidade, “sem que se possa atribuir um único ato de inútil prepotência ou despotismo”<sup>512</sup> era uma obra que, segundo ele, soava sobre-humana, e por isto a nenhum outro presidente a tarefa de dirigir o Brasil tinha sido mais onerosa, tanto na manutenção

---

<sup>508</sup> *O Jornal*, 12/08/1936

<sup>509</sup> *O Jornal*, 12/08/1936

<sup>510</sup> *O Jornal*, 12/08/1936

<sup>511</sup> *O Jornal*, 16/09/1936

<sup>512</sup> *O Jornal*, 04/11/1936

desse clima longânime, quanto em outras esferas, como na recuperação, bem-sucedida, da economia brasileira após a crise de 1929, o que, por si só, já era uma ação “ciclópica”, transformando o presidente gaúcho em um dos “mais fundos seres do Brasil”. À opinião pública cabia, pois, ver com simpatia e respeitar as ações do “chefe da nação”.

Essa relação elogiosa de *O Jornal* com Getúlio Vargas permaneceu em 1937, só que de forma mais discreta e permitindo certas críticas, feitas de forma indireta. Isto porque, com a diminuição da propagação do “*perigo vermelho*”, a sensação de retorno à normalidade institucional e o processo de sucessão presidencial, em que *O Jornal* estava inclinado a apoiar o paulista Armando Salles Oliveira, faziam com que os elogios às ações de Vargas fossem mais contidos. Na última vez que o estado de guerra foi prorrogado, em março de 1937, houve um aumento considerável daqueles parlamentares que viam com maus olhos tal atitude, já que “deprimia a nação, até nos quadros internacionais”<sup>513</sup>. *O Jornal* tomara uma posição um tanto quanto neutra, mas ao contrário de quando dos outros processos de prorrogação, dava ele um espaço muito maior para publicar os discursos oposicionistas, que se baseavam na idéia de absurdo da prorrogação solicitada por um presidente que estava tranqüilo em Poços de Caldas, enquanto várias famílias permaneciam na miséria. No entanto, quando da nova aprovação do estado de guerra, *O Jornal* pronunciava que tal medida era a mais sensata para a certeza de que as instituições não sofreriam qualquer tipo de “surpresa revolucionária”, apontando para a “maturidade” do presidente. Maturidade essa exaltada também quando da não-prorrogação do Estado de Guerra, em julho de 1937, com o conseqüente o retorno completo da normalidade institucional e a abertura para o processo de sucessão presidencial. A cristalização do imagem heróica de Vargas, que “salva” a sociedade do “assalto moscovita”; encontra e pune, com justiça e benignidade, os seus responsáveis e que, na hora em que sente que o “*perigo vermelho*”, permanece sereno e controlado; entrega os poderes excepcionais que estão em suas mãos e retorna à normalidade democrática de outrora, tinha sido eficaz junto à opinião pública. É elementar que existe muito de romance e fantasioso na construção do “mito Vargas”, como essa pesquisa o denomina, mas não podemos dizer que todo esses elementos foram meras maquinações realizadas de forma ardilosa para enganar a população. Podemos, sim, com base na historiografia em que nos calcamos e na análise minuciosa das fontes, afirmar que muitos dos “feitos heróicos” do governo getulista foram propagados de forma exagerada, sob cores fortes, ou retiradas de um contexto mais amplo e noticiada como se fosse um ato generoso do “pai da nação”. Na necessidade de criar um par

---

<sup>513</sup> Discurso de Otávio Mangabeira, um dos líderes da oposição, feito na Câmara em 02/03/1937 publicado em *O Jornal em 03/03/1937*

de oposições para contrastar com todo o discurso da maldade e crueldade dos comunistas e Luiz Carlos Prestes, Getúlio Vargas apresentava-se como figura ideal para tal embate.

Por fim, uma característica da heroificação, passando do “homem de Estado” para o “Chefe profético”, é que sua narrativa conduz o leitor a se identificar com o herói. Este passa a ser mais que o executante da vontade geral, antes se torna a sua “encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais”.<sup>514</sup> Pensando sob este viés, o “chefe carismático”, Getúlio Vargas, não fala e age para o povo, ou mesmo em seu lugar, mas na sua fala o público leitor encontrava seu próprio rosto, como elemento de integração social. Barthes, com o mito da fotogenia eleitoral, também nos leva a pensar esse tema. Refletindo sobre o poder conversor da fotografia dos candidatos a deputado francês, o semiólogo percebe que nela há um elemento de coesão entre o político e os seus receptores. Da mesma forma que a foto, a narrativa dos atos ditos “heróicos” do homem providencial pretende ser uma espécie de espelho onde “ela oferece o familiar, o conhecido, propõe ao eleitor a sua própria efígie, clarificada, magnificada, imponentemente elevada à condição de tipo”<sup>515</sup>. Em última análise, podemos dizer que a heroificação implica

“certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como resposta a certa forma de expectativa, a certo tipo de exigência.”<sup>516</sup>

“Desta forma, O Jornal também se preocupou em criar uma imagem de Vargas que fosse além dos seus atos “generosos” e “tolerantes”. A figura do presidente enquanto homem também foi retratada visando a aproximá-lo daquilo que a sociedade esperava de um “bom presidente”: um homem justo, longânime, mas, na hora propícia, de pulso forte e corajoso. No editorial de 2 de janeiro, Chateaubriand mostrava que, em face ao iminente perigo de um ataque dos soviéticos, estes enfrentariam aqui um presidente cuja aptidão natural era viver em perigo, mas que mesmo assim tinha uma “alma serena”, uma “fisionomia plácida” e mesmo um “sorriso complacente”. Para o jornalista paraibano, as diretivas de Vargas sempre tendiam para a “bondade e o esquecimento das injúrias”, mas alerta ao final: “Mas não o

---

<sup>514</sup> Girardet, 1987. p. 79

<sup>515</sup> Barthes, 1978. p. 103

<sup>516</sup> Girardet, 1987. p. 82. Optamos por não nos estender muito nessa matéria, não nos alongando nos exemplos, estreitando nosso olhar a apenas aspectos gerais a que os editoriais jornalísticos se referiam ao mito do homem providencial encarnado em Getúlio Vargas.

experimentais. Os gestos de decisão e de coragem rebentam da cordura do doce cenho pascal”<sup>517</sup>

O “pai da nação” era mostrado nas fotos ou nas caricaturas como um senhor de charuto e um largo sorriso na boca, e isso também era um elemento bastante utilizado ao formular a imagem do presidente nos artigos, sobretudo de Assis Chateaubriand:

“E sorrindo, docemente sorrindo, infinitamente sorrindo sobre a nossa taba antropofágica está o tranqüilo cacique Getúlio Vargas, para quem todos os bípedes, amigos ou inimigos, pertencem a uma só e única família, que ele degusta, nas suas farras de velho canibal da floresta virgem americana.”<sup>518</sup>

Tal fala acima, que demonstra o lado risonho e patriótico do presidente, seria, sob as mais variadas formas, repetida diversas vezes durante a principal época da formação do “mito Vargas”: 1936. Mas não se circunscreveria a apenas esse aspecto: em um editorial, Chateaubriand aponta as virtudes que faziam Getúlio Vargas ser, na opinião do dono dos *Diários*, um dos maiores presidentes do mundo e o melhor presidente da história republicana brasileira. Em primeiro lugar, a virtude do chefe de Estado estava no “respeito às opiniões alheias, a brandura e suavidade com que dirige seus semelhantes, a boa vontade que acolhe sempre as soluções apaziguadoras”<sup>519</sup>.

Portanto, o matutino vendia a imagem de um Vargas quase “missionário”, não somente da fé, mas da justiça e da democracia, de tal forma que o Brasil nunca havia visto antes<sup>520</sup>. Um estadista que trabalhou visando as classes operárias e que protegeu e salvaguardou as instituições democráticas, não existindo no país “um estadista que realizasse sozinho obra tão larga e profunda”<sup>521</sup>. Não haveria de ter receio nenhuma das oposições quanto à outorga de poderes excepcionais a Vargas, pois, como disse o artigo da página 4 do dia 16 de setembro de 1936, as características humanas e idiossincráticas do chefe do Executivo não permitiriam o abuso de poder, sob qualquer sorte de golpe: “Com um temperamento deste no poder, qual é o risco que correrá o regime mais natural da sua existência, que é a transferência do poder de um cônsul para outro cônsul.”<sup>522</sup> Se na Rússia, o Cristo era Stalin, aqui no Brasil podemos dizer que o principal profeta da “vontade divina” era Getúlio Vargas<sup>523</sup>. E até as insurreições de novembro de 1935 e toda ameaça ao governo

---

<sup>517</sup> *O Jornal*, 02/01/1936

<sup>518</sup> *O Jornal*, 30/04/1936

<sup>519</sup> *O Jornal*, 01/09/1936

<sup>520</sup> *O Jornal*, 12/08/ 1936

<sup>521</sup> *O Jornal*, 25/05/1936

<sup>522</sup> *O Jornal*, 16/09/1936

<sup>523</sup> Cf. *O Jornal*, 04/07/1936

getulista, ora vindo do “*perigo vermelho*”, ora vindo do “perigo verde”, ou mesmo os embates com a minoria parlamentar, eram analisadaa friamente por Assis Chateaubriand como excelentes para que a sociedade visse e compreendesse o papel fundamental exercido por Vargas, já que, “se não existissem os hereges, não veríamos os santos” <sup>524</sup>. Os anos posteriores mostrariam que a imagem do “profeta”, do “herói”, do “pai da nação” tinha mais matizes que as pintadas inicialmente, todavia, mesmo durante a plena vigência da ditadura estadonovista, muitos acreditavam que tal postura autoritária de Vargas era necessária, pois ele estava protegendo a nação. A construção e cristalização do “mito Vargas” foi fulcral para esse pensamento.

Concluindo nossa análise, é importante ressaltar que, se iniciamos nosso estudo de caso com a afirmação de que o mito político não se faz completamente no plano da fábula, valendo-se, assim, de algum fato histórico, surpreende a distância entre a constatação desses fatos e a visão que deles é dada pela narrativa mitológica, não se tratando, desta forma, de um simples efeito de amplificação, de distorção sob o efeito de um aumento polêmico. Concordamos com Barthes quanto ao fato de que o mito é uma mensagem, mas nos apoiamos em Raoul Girardet e entendemos que a construção mitológica é mais que uma mera narrativa — o mito político da conspiração desempenhou o papel de revelador das desordens e dos sofrimentos de uma sociedade. A personificação do “Mal”, como os comunistas, a busca de um Salvador que vem resgatar a unidade de uma nação, extirpando, a qualquer custo, este “câncer” de dentro do tecido social, “poupam, pelo menos aos que são suas vítimas, a menos suportável das ansiedades, a do incompreensível” <sup>525</sup>

---

<sup>524</sup> *O Jornal*, 12/08/1936

<sup>525</sup> Girardet, 1987. p. 56

## **Considerações Finais**

Estas considerações finais tecidas por mim ao final deste trabalho não tem a vã pretensão de serem definitivas. O trabalho de análise das fontes, da historiografia e a própria redação da dissertação fizeram brotar – mesmo na cabeça estafada de um mestrando em fim de curso – uma diversidade de temas que ainda podem ser explorado quando o tema é tanto a relação Imprensa e Poder nos anos 1930, a relação desta imprensa com o comunismo, bem como o próprio anticomunismo e suas matrizes geradoras.

Assim, pudemos confirmar que os levantes de novembro de 1935 no Nordeste e no Rio marcaram a abertura de um caminho de arrocho político que culminou no estabelecimento de um governo autoritário que se iniciaria em novembro de 1937. Getúlio Vargas conseguiu o pretexto que faltara para obter as medidas de repressão, expressas nas emendas à Lei de Segurança Nacional e à prorrogação do Estado de Sítio, em dezembro de 1935: o perigo de um novo ataque comunista sobre o país. Os eventos foram repercutidos com lentes do exagero, sendo divulgados como uma trama longamente arquitetada de caráter comunista, e que mesmo mal sucedida não significava o fim das tentativas de se implementar no Brasil um governo comunista sob a orientação de Moscou. E cobertura jornalística, ao longo de 1935 a 1937, exagerou nas tintas. Os revolucionários foram categorizados de forma acentuada, como estupradores, assassinos de inocentes, bárbaros, fanáticos do credo bolchevique, sem qualquer vínculo emotivo com a nacionalidade brasileira. Ao mesmo tempo, estariam agora escondidos planejando outros assaltos terríveis, que, se não fosse permitido o governo se armar, poderia corromper com toda boa ordem social. A perseguição aos líderes da “Intentona”, é a prova de como a imprensa criou contornos novelísticos a repressão ao comunismo.

Contudo, e aí entrando na segunda observação, tal exagero nas tintas seria parte de um movimento de puro interesse ou estritamente de ideologia dos jornalistas? Nossa posição, ao término de nossa análise das fontes, é de concordância com a posição de Rodrigo Patto, que ao contrário de uma visão tradicional, vê que ambas posições mais que se complementam que se excluem. Assim, o caráter manipulador da xenofobia anticomunista é datado em um período posterior aos levantes, mais precisamente em meados de 1936. Durante esse primeiro período, a da cobertura dos levantes, o pânico anticomunista foi motivado, em primeiro lugar, pelo desejo de reprimir o comunismo. Assim, para Motta, “As manipulações propriamente ditas, seja visando a criar justificativas para o autoritarismo, seja usando o rótulo comunista

para combater outros inimigos, num primeiro momento tiveram importância secundária”<sup>526</sup>. E isso tem sido comprovado ao longo da análise de nossas fontes. Isto é, não obstante houvesse em determinados setores da grande imprensa — jornalistas e empresários de comunicação — existisse um temor sincero e real do comunismo, houve nas páginas de “*O Jornal*” uma exploração sensacionalista deliberada do perigo comunista no Brasil.

Presente em todos os focos das rebeliões, atuante em exigir que o Legislativo aprovasse as emendas constitucionais para o bem da nação, Getúlio Vargas conseguia ser visto com bons olhos pela opinião pública, que o identificava como o “chefe da nação”. Mais. Ele conseguira terminar o ano de 1935 com a força política que tinha perdido com a promulgação da Constituição de 1934. Uma força que, colocando o Executivo acima dos outros poderes, ao longo dos meses de 1936 e 1937, se revelou parte da engenharia política que estava construindo para permanecer até 1945 no poder: ou seja, a construção de um autoritarismo governamental expresso na ditadura do Estado Novo. Este foi forjado a partir do discurso de proteger a nação do perigo russo que assombrava a sociedade novamente, agora com o Plano Cohen, um plano de assassinatos e seqüestro de personalidades políticas, entre outras barbaridades, pelos comunistas amplamente divulgado pela imprensa e que não tinha passado de um produto criado pelo governo, com a ajuda dos integralistas, para espalhar o medo por toda a população e assim legitimar o golpe de estado daquele que era considerado o “chefe da nação”.

Observamos que, se num primeiro momento não houve uma manipulação maquiavélica do governo, recebendo com certa surpresa os acontecimentos (sabe-se que tinham informações sobre a presença de Prestes e da possibilidade de insurreição, só não sabiam quando e onde) o que observamos num segundo momento, a partir de meados de 1937 é a utilização de uma “indústria do anticomunismo”, cujo caracteres fundamentais foram engendrados ou reativados entre 1935 a finais de 1936 . Tal engenharia social fora tão forte, que, mesmo o discurso anticomunista no pós 10 de novembro de 1937 tenha entrado em um ritmo morno, o anticomunismo passou a se tornar uma das principais bases ideológicas do regime e da ideologia autoritária brasileira. E ao longo de história do Brasil pós-1930, o anticomunismo enraizou no imaginário social como o inimigo número um da nação, a ponto de poderem “ser recuperadas posteriormente, quando novas conjunturas críticas aparecerem no horizonte político”<sup>527</sup>

---

<sup>526</sup> Cf. Motta, 2002

<sup>527</sup> Motta, 2002, p.219

A ajuda da imprensa para a propagação do anticomunismo, que legitimava, assim, as ações do governo, fora essencial. Entretanto, seria de sobremodo reducionista afirmar que essa ajuda foi feita como uma imposição do governo sobre os jornais. Da mesma forma que é correto dizer que o governo durante a primeira grande onda anticomunista fechou, censurou, e até empastelou jornais que apresentavam uma versão de defesa aos levantes, ou mesmo que os divulgavam de forma mais isenta, sem exageros, também correto afirmar que as edições de *O Jornal*, entre 1935 a 1937, divulgavam entre suas reportagens e editoriais uma visão empresarial, sem influências estritamente diretas do governo, mas que se aproximava das posições oficiais e da maioria parlamentar que apoiava o governo, o que pode levar, a primeira vista, a conclusão de intervenção estatal nos discursos do matutino analisado. Tomamos consciência, assim, que os jornais propagam não somente idéias, mas também narrativas, visões de mundo, observamos que os periódicos “ao mesmo tempo em que materializam o Estado, tornando pública a sua simbologia e ideologia política – a ideologia estadonovista”<sup>528</sup>

A nossa esperança é que possamos também ter trazido algumas reflexões sobre o autoritarismo no Brasil e como o anticomunismo foi assimilado por tal projeto. Não obstante reconhecamos a necessidade de uma maior literatura sobre o tema, podemos concluir que as interpretações radicais, que vêem na “Intentona” uma manipulação do Estado em busca da legitimação do projeto autoritário, enquanto ruptura total ao liberalismo, devem ser matizadas. Primeiramente, porque tal projeto autoritário, mesmo que seja um projeto antiliberal, mantinha algumas premissas do liberalismo, sobretudo no tocante a economia. Segundo, porque a dimensão manipulatória da campanha anticomunista que podemos acompanhar ao longo dos dois anos aqui estudados, com as deturpações e exageros de notícias na imprensa, não quer dizer que foi uma dissimulação maquiavelicamente esquematizada. A opinião pública temia verdadeiramente a ação dos revolucionários, uma vez que “Se eles estruturaram uma campanha visando a aterrorizar o público e ajudaram a fortalecer o poder discricionário do Estado, fizeram-no justamente para criar melhores condições de repressão aos comunistas”<sup>529</sup>. No final, a campanha empreendida em conjunto pela Imprensa e pelo Estado foi assaz eficaz: além de cristalizar uma representação terrível ao comunismo como a força do mal, foi fundamental para a consolidação da ideologia do Estado Novo.

Paralelamente, procurei contextualizar essa imprensa dentro da sua conjuntura e de sua própria história. Assim, *O Jornal* se encontra inserido num contexto de transformação da

---

<sup>528</sup> Barbosa, 2007. p. 67

<sup>529</sup> Motta, 2002, p. 210

imprensa brasileira rumo a um modelo mais moderno, iniciado a partir dos anos 1920. Mesmo assim, embora na década de 1930 os jornais já tivessem contornos mais empresariais, ainda eram vistos como uma “atividade-meio” para os principais articulistas. Estes podem ser reconhecidos e colocados na categoria de intelectuais, no sentido de mediador de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política. Avançando nessa conceituação, a pesquisa percebeu ser útil se valer da definição de “intelectual orgânico” para os articulistas de *O Jornal*, uma vez que estes estavam conectados diretamente a um aparelho de hegemonia, para criar dentro da sociedade civil o consenso em prol para as classes dominantes, o que é vital na elaboração de uma hegemonia necessária para a vitória do projeto autoritária. Os jornalistas passariam a desempenhar uma função fulcral no autoritarismo getulista, o de orientar o povo, política e intelectualmente. O alinhamento dos jornalistas ao Estado se dava não somente pelo aspecto mais elementar, o da coerção, o da censura, empastelamento de jornais e o silenciamento de jornalistas. Mas também se deu também pela dimensão da cooptação, no sentido da barganha tanto de empresários na manutenção dos periódicos, quanto daqueles que, escrevendo no jornal, buscavam uma forma de se aproximar das cercanias do poder e galgar postos políticos mais altos.

*O Jornal* tinha uma postura agressiva no seu discurso antibolchevique. Com editoriais cheios de adjetivações pejorativas ao comunismo e aos comunistas - infectados pelos *vírus bolchevista*, fanáticos que pregavam o *credo vermelho* -, o jornal, desde a primeira edição, em 26 de novembro, culpabilizava os “agentes de Moscou” pelos levantes no fim de semana no Nordeste, sem ao menos ter uma prova substancial para tal denúncia. Mas os artigos não se resumiam apenas a colocações agressivas aos comunistas. Os temas constantes observados no período estudado foram a necessidade em dar instrumentos para que o governo pudesse, de formar eficaz, combater o comunismo, bem como a insistência de que a opinião pública estava completamente a favor de Vargas e que tinha repulsado completamente a “ideologia nefasta” do comunismo. Mesmo após ver que as emendas constitucionais foram aprovadas, o matutino não parou na sua cruzada anticomunista.

Ao longo do principal ano do combate ao comunismo, o de 1936, *O Jornal* se utilizava largamente das matrizes do discurso anticomunista - nacionalismo, liberalismo e catolicismo - objetivando uma imagem do comunista como um indivíduo desprovido de patriotismo, vendido ao “ouro de Moscou”, contra a fé e ligado ao ocultismo satânico, e que buscava o fim da propriedade privada e da democracia, que era entendida como elemento intrínseco ao liberalismo. Ou seja, o total oposto do modelo exemplar de brasileiro. Além do recurso as

matrizes opositoras ao comunismo, o matutino também se valeu da construção de mitos políticos, principalmente o da conspiração comunista. Era a propagação do *perigo vermelho*, que era alimentado não somente pela criação na opinião pública de um sentimento de real temor a uma possível invasão bolchevique, mas também pela descrição de detalhes sobre como era e se portava o homem comunista e a definição do que era o comunismo. Desta forma, *O Jornal* tinha um papel pedagógico em esclarecer ao seu público quem era o seu inimigo. No entanto, ensinava-se aquilo que era conveniente ensinar, fugindo de polêmicas e lançando mão de clichês e figuras de retórica de forma exaustiva.

Ademais, *O Jornal* não se valeu apenas do mito político da Conspiração, mas também do mito do Salvador, observados tanto em Getúlio Vargas quanto em Luiz Carlos Prestes. Quanto ao primeiro, criara-se uma imagem de herói salvífico, que, sem medo, enfrentou os agentes de Moscou em 1935 e os derrotou. Além dos interesses mesquinhos e egoístas da política, Getúlio Vargas lograva o bem o melhor da nação, rumo a um período de paz e prosperidade. Deveria ser, destarte, amparado pela sociedade civil, com a legitimação de seus atos repressivos e a participação ativa dos cidadãos contra o *perigo russo*.

Quanto ao segundo, *O Jornal* tentara desconstruir a imagem do “Cavaleiro da Esperança”, “esclarecendo” ao público o mal que Luiz Carlos Prestes causara ao corpo da nação brasileira e como sua leviana aventura atendia a interesses meramente pessoais. Prestes fizera com que homens se apaixonassem insensatamente pelo comunismo e tombassem nas insurreições de 1935, e covardemente nem nos participara próprios levantes. Sua falta de coragem era exposta de maneira contraditória: era covarde por fugir e não se entregar de imediato, ao mesmo tempo em que era covarde por ter se entregado tão passivamente em 6 de Março de 1936. O “Cavaleiro da Esperança” tornava-se “Cavaleiro do Apocalipse”, por trazer, junto com Miranda, Harry Berger, Ghioldi e outros o medo do fim das instituições democráticas brasileiras e, em última análise, do próprio Brasil. Assim, nosso trabalho foi de tentar não somente apresentar os conceito teórico de como se constituíam tais “constelações mitológicas”, mas como *O Jornal* se apropriava e expressava estes mitos em seus editoriais.

Este anticomunismo manifesto e constante no nosso periódico analisado, eram também o tema central de vários outros diários, e que foi importante para que se formasse na sociedade um temor *vermelho*, uma ameaça comunista, corroborando para que fosse aprovadas, o mais rápido possível, as emendas constitucionais, e para que observasse o governo, mormente a figura de Vargas como um presidente, que sendo ao mesmo tempo cidadão brasileiro e mandatário da nação, como ele mesmo se intitulava, que sempre visava o

bem da nação, em detrimento das aspirações particulares. Dois anos depois se verificaria que não seria bem assim.

A pesquisa sobre o discurso anticomunista na imprensa brasileira me fez ver vários outros caminhos. Certas questões me inquietaram durante o processo de pesquisa, como se deu a recepção a tal discurso. Ou mesmo perceber outros mitos políticos presentes ou aprofundar a análises das matrizes do anticomunismo, sobretudo na matriz cristã. Ver a postura de outros grupos religiosos além do catolicismo quanto ao anticomunismo só enriqueceria tal matriz cristã. Particularmente, compreender o posicionamento da Igreja Protestante quanto ao *perigo vermelho* ou mesmo analisar o discurso da sua imprensa me traz bastante interesse. Enfim, a história política abre desta forma, um amplo leque de indagações e questionamentos que podem desaguar em excelentes pesquisas sobre a imprensa no primeiro governo Vargas, um filão pouco explorado, mas de extrema relevância e viabilidade. Essa pesquisa é a nossa contribuição dentro da infinidade de trabalhos que podem, e devem surgir sobre o tema.

Enfim, esse não é ponto de chegada, mas sim, o ponto de partida.

## Arquivos e Fontes Consultadas

Todos os exemplares de *O Jornal* entre novembro de 1935 a novembro de 1937 encontram-se microfilmados e disponíveis na seção de periódicos da Biblioteca Nacional.

- PR-SPR 00136 (Número de localização dos microfilmes)

## Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves (coord.). 2001. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV.

\_\_\_\_\_. (org.). 1996. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos*

50. Rio de Janeiro: FGV.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (org.). 2003. *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. FGV, Rio de Janeiro.

ALVES, Cristiano Cruz. 2003. *Um Espectro Ronda a Bahia: O anticomunismo no Diário de Notícias*. Monografia de conclusão do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal da Bahia.

ARAÚJO, Nelton. 2005. *O Perigo Vermelho: As insurreições de 1935 vistas pelos jornais O Estado de S. Paulo e A Noite*. Rio de Janeiro: UGF. Monografia de conclusão de bacharelado em História.

BAHIA, Juarez. 1990 *Jornais, História e técnica: História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática.

BANDEIRA, Moniz; MELO Clóvis; ANDRADE, A.T. 1967. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BARATA, Mario. 1970. *Presença de Assis Chateaubriand na Vida Brasileira*. São Paulo: Martins.

BARBOSA, Marialva. 2000. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura.

\_\_\_\_\_. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. 2007. Rio de Janeiro, Mauad X.

- BARROS, José D'Assunção. 2002. *O projeto de pesquisa em História – da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro.
- BARROS, José D'Assunção. Ver *O campo da história: especialidade e abordagens*. Petrópolis: Vozes.
- BARTHES, Roland. 1978. *Mitologias*. São Paulo: Difel
- BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquiria D. Leão (orgs). 1999. *Intelectuais e Política. A Moralidade do Compromisso*. São Paulo: Olho d'Água.
- BECKER, Jean-Jacques 2001. *A opinião pública*. In: Remond, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV.
- BOBBIO, Norberto (org). 1986. *Dicionário de política*. Brasília: UnB.
- BOBBIO, Norberto. 1975. *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: UNESP.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP.
- BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, N. (org) 1986. *Dicionário de política*. Brasília: UnB.
- CANCELLI, Elizabeth. 1993. *O Mundo da Violência: A Polícia na Era Vargas*. Brasília: Ed. UnB.
- \_\_\_\_\_. 1997. *A Intentona em Nova York*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- CANNALE, Dario. (org) 1985. *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim & Prado, Maria Lígia. 1980. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no Jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. 1989. *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1998. *Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). 1997. *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- CAREY, John. 1991. *Os Intelectuais e as Massas* Curitiba: Ars Poética.
- CARNEIRO, Glauco. 1999. *Brasil Primeiro: História dos Diários Associados*. São Paulo: Fundação Assis Chateaubriand.
- \_\_\_\_\_. 1965. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. 2004. *A Imprensa Confiscada pelo Doops (1924-1954)*. ATELIE EDITORIAL LTDA., 2004

- \_\_\_\_\_. 2002. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. Ateliê Editorial LTDA, 2002
- \_\_\_\_\_. 2002. *Minorias Silenciadas – História da Censura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A., 2002.
- CARONE, Edgard. 1978. *A Segunda República: 1930-1937*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- \_\_\_\_\_. 1982. *A República Nova: 1930 -1937*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1982.
- \_\_\_\_\_. 1982. *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1982.
- CHAGAS, Carlos. 2001. *O Brasil sem retoques: 1808 – 1964: A História contada por jornais e jornalistas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- COELHO, Teixeira (org.). 1997. *Dicionário Crítico de política Cultural. Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COHN, Gabriel. 1978. *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. São Paulo: Nacional. 1978.
- DARNTON, Robert, ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa (1775-1800)*. 1996. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. 1995. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, São Paulo: Companhia das letras.
- DOMENACH, Jean-Marie. 1963. *A Propaganda Política*. São Paulo: Difel, 1963.
- DULLES, John W. F. 1977. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. 1985. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945: Repressão em Meio ao Cataclismo Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DUMONT, Louis. 1985. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DUTRA, Eliana de Freitas. 1997. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- FAIRCLOUGH, Norman. 2001. *Discurso e mudança social*. Coord. trad., revisão e pref. à ed. bras. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FAUSTO, Boris (org). 1981. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981-1982. Tomo 3, Volume 3.
- FERREIRA, Jorge Luiz. 2002. *Prisioneiros do Mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: Eduff/Mauad.
- FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 2003. *O Brasil Republicano: o*

- tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GIRARDET, Raoul . 1987. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOLDESTEIN, Gisela Taschner. 1992. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, Ângela Castro. 1993. *Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo*. In *Estudos Históricos*. Nº. 11. Rio de Janeiro: FGV.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. 1982. *O redescobrimento do Brasil*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi;VELLOSO, Mônica Pimenta;GOMES, Ângela Maria de Castro.1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.p. 109-150.
- GRAMSCI, Antônio. 2001. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- \_\_\_\_\_. 1978. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1976. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOULART, Silvana. 1990. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- JACOBY, Russell. 1990. *Os Últimos Intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp.
- LE GOFF, Jacques. 1994. *“Memória”*. In: *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- LENHARO, Alcir. 1986. *Sacralização da Política*. São Paulo: Papyrus.
- LEVINE, Robert. 1970. *O regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LUCA, Tania. Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org.) . 2008. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- HILTON, Stanley. 1986. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record.
- HOBSBAWM, Eric. 1995. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 1998. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MARIANI, Bethania. 1998. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan.

- MELO, José Marques de. 1985. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Imprensa Brasileira: Personagens que Fizeram História*. São Bernardo: IMESP/Methodista.
- MENDONÇA, Sonia Regina de, 1986. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal.
- MOLINARI FILHO, Germano. 1995. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n' O Estado de São Paulo (1930- 1937)*. São Paulo: PUCSP. Dissertação de Mestrado em História.
- MOORE Jr., Barrington. 1983. *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- MORAES, Fernando.1994. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. 1981. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, São Paulo: Impres.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). 2002 (a). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade e Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 1996. A história política e o conceito de cultura política. *LPH Revista de História*, Mariana. nº6. P. 83-91.
- \_\_\_\_\_. 2002. A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. In: TEMPO/ Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. – vol. 7, n. 13, julho 2002 – Rio de Janeiro: Sette Letras.
- \_\_\_\_\_. 2002(b). "Em guarda contra o perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva.
- MUNTEAL, Oswaldo; GRANDI, Larissa. 2005. *A imprensa na história do Brasil: fotojornalismo no século XX*. PUC - Rio, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- PARENTI, Michael. 1970. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PANDOLFI, Dulce. (org). 1999. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1991. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Cia. Das letras.

- PRESTES, Anita Leocádia, PRESTES, Lygia. (Org.). 2002. . *Anos Tormentosos - Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- PRESTES, Anita Leocádia. 2001. *Da Insurreição Armada (1935) à União Armada (1935-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?*. São Paulo: Paz e Terra.
- REIS, Elisa P. 1988. *O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, p. 187-203
- REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). 2000. *O século XX vol. 3: o tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RÉMOND, René (org). 2001. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. 2007. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, Epapers,.
- RIBEIRO, Ana Paula Paula. Goulart. (Org.). 2007. *Mídia e Memória: produção de sentidos na mídia*. Rio de Janeiro: Mauad.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. 1994. *Sempre alerta*. São Paulo, Olho D'água e Brasiliense.
- RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org). 2007 *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- RODEGHERO, Carla Simone. 2003. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF.
- SANDES, Noé Freire. 2008. *O Jornalista Costa Rego e o tempo Revolucionário (1930)* In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 41-62
- SCHWARTZMAN, Simon (et AL). 1988. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- SILVA, Carla Luciana. 2001. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros. (1931-1934)*. Porto Alegre: Edipucurs.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). 2000. *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita*. Rio de Janeiro: Mauad.
- SILVA, Helio. 1996. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1980. *A Ameaça Vermelha: O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

- SILVA, Ricardo. 2000. *Ideologia de Estado e autoritarismo no Brasil*. In: Cadernos de Pesquisa. Santa Catarina: UFSC. n.º. 21, Junho 2000
- \_\_\_\_\_. 2004. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Editora Argos.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). 2001. Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV
- SKIDMORE, Thomas E. 1982. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra.
- SOARES, A. C. Otoni. 1985. *Os 50 anos da primeira Intentona Comunista*. São Paulo: OESP Gráfica.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- \_\_\_\_\_. 1986. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- SWINGWOOD, Alan. 1977. *The Myth of Mass Culture*. Londres: Macmillan.
- THOMPSON, John B. 1998. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- VARGAS, Getúlio. 1995. *Getúlio Vargas: Diário*. Rio de Janeiro: FGV.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. 2007. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1995. *Pão, Terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: UFSCAR.
- \_\_\_\_\_. 2003. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 e o apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- WANDERLEY, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. 2005. *Cultura política e Televisão: entre a massa e o popular (Brasil: 1960-1980)*. Niterói: UFF. Tese de doutorado.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)